

Bloomberg
Philanthropies

 DATA FOR
HEALTH INITIATIVE

Global Health Advocacy Incubator

Changing Policies to Save Lives

Mudando Políticas para Salvar Vidas

Registo Civil, Estatísticas Vitais e Gestão de Identidade (CRVSID)

Kit de Ferramentas de Revisão Legal e Regulatória

Autores Contribuintes:

Aaron Schwid, Lynn Sferrazza, Ashley Frederes, Gay Bronson, Carla Abouzahr
Don de Savigny, Steven Schwartz, Jill Chanley, Martin Bratschi, Philip Setel,
Olga Joos e Chrystie Swiney



CENTRE OF EXCELLENCE
for CRVS Systems

Licença

A permissão é dada gratuitamente para uso não comercial, adaptação ou modificação total ou parcial sob os termos de uma Licença Creative Commons disponível entrando em contato com a Global Health Advocacy Incubator em cswiney@advocacyincubator.org

RECONHECIMENTOS

Este kit de ferramentas foi desenvolvido pela Global Health Advocacy Incubator (GHAi) e Vital Strategies (VS) com apoio financeiro da Bloomberg Philanthropies e do Centro de Excelência para o Registro Civil e Estatísticas Vitais (CRVS). Assistência técnica adicional foi fornecida por parceiros da Bloomberg Data for Health Initiative (BD4HI) — incluindo os Centros de Controle de Doenças (CDC Foundation), o Grupo Consultivo Técnico da Universidade de Melbourne (UoM) e a Rede de Registradores BD4HI — e parceiros externos na Secretaria do Comunidade do Pacífico (SPC), a Divisão de Estatística das Nações Unidas (UNSD) e o Banco Mundial.

Os autores gostariam de agradecer aos seguintes por sua contribuição técnica e apoio: Srđan Mrkić (UNSD); Maria-Isabel Cobos (UNSD); Adam Karpati (VS); Ian Riley (UM); Samuel Mills (Banco Mundial); Karen Carter (SPC); Leslie Zellers (GHAi); Elsie Hayford; Daniel Dorado; Sophia San Luis (Imagine Lei); e Mary Grace Anne Rosales-Sto Domingo (Imagine Law).

SOBRE A INICIATIVA DE DADOS DA BLOOMBERG PARA A SAÚDE

A Organização Mundial da Saúde estima que 65% de todas as mortes em todo o mundo – 35 milhões a cada ano – não são registradas e milhões de mortes não têm uma causa documentada. Muitos registros não fornecem informações médicas precisas ou específicas sobre a causa da morte. Sem essas informações, funcionários do governo, líderes de saúde pública e financiadores não podem tomar decisões informadas sobre prioridades, incluindo como e para onde direcionar os recursos de saúde pública.

Financiada pela Bloomberg Philanthropies e pelo Departamento Australiano de Relações Exteriores e Comércio, a Iniciativa Data for Health procura abordar esta questão e trabalha para melhorar os dados de saúde pública para que governos, organizações de ajuda e líderes de saúde pública estejam equipados com as ferramentas e sistemas para coletar e usar dados para priorizar desafios de saúde, desenvolver políticas, implantar recursos e medir o sucesso.

SOBRE A GLOBAL HEALTH ADVOCACY INCUBATOR

A Global Health Advocacy Incubator apoia organizações da sociedade civil na defesa de políticas baseadas em evidências para melhorar a saúde pública e diminuir a morte e a doença. Esta missão é cumprida fornecendo treinamento e assistência técnica para organizações existentes que trabalham com políticas de saúde pública, identificando novos parceiros quando necessário e auxiliando no desenvolvimento e implementação de campanhas estratégicas de advocacia para promover a adoção e implementação de políticas de saúde pública.

SOBRE VITAL STRATEGIES

A Vital Strategies é uma organização global de saúde pública que trabalha para abordar os problemas de saúde mais desafiadores para melhorar a qualidade de vida das pessoas em todo o mundo. Afiliada da União Internacional Contra Tuberculose e Doenças Pulmonares, a Vital Strategies é parceira de implementação da Iniciativa Bloomberg Data for Health.

SOBRE O CENTRO DE EXCELÊNCIA DE SISTEMAS DE REGISTRO CIVIL E ESTATÍSTICAS VITAIS (CRVS)

Financiado pelo Global Affairs Canada e pelo International Development Research Centre, o Centro de Excelência apoia os esforços para desenvolver, fortalecer e ampliar os sistemas CRVS. Contribui diretamente para o trabalho do Fundo de Financiamento Global. As opiniões aqui expressas são de seus autores e não representam necessariamente as opiniões do Centro de Excelência ou de seus parceiros.

SOBRE A CDC FOUNDATION

A CDC Foundation ajuda os Centros de Controle e Prevenção de Doenças (CDC) a salvar e melhorar vidas, promovendo o poder da colaboração entre o CDC, filantropias, corporações, organizações e

indivíduos para proteger a saúde, a segurança e a segurança dos Estados Unidos e do mundo. A CDC Foundation é a organização sem fins lucrativos autorizada pelo Congresso a mobilizar parceiros filantrópicos e recursos do setor privado para apoiar a missão crítica de proteção à saúde do CDC.

INTRODUÇÃO

Este kit de ferramentas consiste em treze (13) capítulos. Uma revisão legal realizada com este kit de ferramentas pode ser personalizada completando os capítulos que são relevantes e de interesse para as partes interessadas dos sistemas CRVSID de um país. No entanto, alguns capítulos são geralmente aplicáveis a todos os sistemas CRVSID e devem ser preenchidos por todos os revisores. Especificamente:

O Capítulo 1 explica o propósito, escopo e metodologia da revisão legal. Todos os revisores devem ler este capítulo.

O Capítulo 2 aborda o ambiente propício e a estrutura do sistema de registro civil. Todos os revisores devem completar este capítulo, pois é importante para qualquer avaliação do sistema de registro civil e estatísticas vitais.

O Capítulo 3 aborda o registro de nascimento e óbito, **o Capítulo 4** aborda a notificação e o registro de natimortos e **o Capítulo 5** aborda a determinação e certificação da causa da morte. Todos os revisores devem completar estes capítulos, pois eles fornecem as melhores práticas que são fundamentais para a operação eficiente e eficaz dos sistemas CRVSID.

O Capítulo 6 aborda as investigações médico-legais de óbitos (MLDI), com foco na melhoria dos dados de causas de morte de mortes não naturais. Este capítulo destina-se a países que já possuem uma taxa relativamente alta de registro de óbitos por óbitos naturais. Deve ser preenchido se um país estiver interessado em melhorar os dados de causa de morte para mortes não naturais, independentemente de seu sistema MLDI ser liderado por legistas, médicos legistas ou policiais.

O Capítulo 7 aborda o registro de casamento e divórcio e pode ser preenchido se um país estiver interessado em avaliar essas áreas da estrutura legal e regulatória.

O Capítulo 8 aborda os desafios únicos que mulheres e crianças enfrentam no acesso ao registro civil e registro de documentos de identidade e recomenda ações a serem tomadas para remover essas barreiras e facilitar a inclusão de mulheres e crianças. Encorajamos todos os revisores a completarem este capítulo, pois as partes interessadas dos países podem não reconhecer o impacto díspar dos processos de registro sobre mulheres e crianças, a menos que esses processos sejam examinados.

O Capítulo 9 aborda as melhores práticas que são fundamentais para a produção de estatísticas vitais oportunas, completas e abrangentes. Todos os revisores devem completar este Capítulo.

O Capítulo 10, sobre sistemas nacionais de identidade, deve ser concluído se um país mantiver um sistema nacional de identidade. Se um país mantém sistemas de registro civil e estatísticas vitais sozinho, e não mantém um sistema nacional de identificação, os revisores devem pular este capítulo.

O Capítulo 11, fornece uma estrutura para os países avaliarem se seus CRVSID estão em conformidade com as obrigações internacionais de direitos humanos e recomenda ações que podem ser tomadas para tornar os sistemas CRVSID mais inclusivos para pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e intersexuais (LGBTI). Este capítulo deve ser concluído por qualquer país que deseje compreender e corrigir melhor os desafios enfrentados pelas pessoas LGBTI em relação ao CRVSID.

O Capítulo 12, sobre registos populacionais, deve ser preenchido se um país mantiver um registo populacional. Os países que desejam estabelecer um registro populacional devem revisar este capítulo para entender as várias opções para elaborar um registro populacional.

O Capítulo 13 aborda a privacidade pessoal e a proteção de dados. Incentivamos todos os revisores a concluir este capítulo, pois as questões de privacidade pessoal e proteção de dados se aplicam a todas as informações capturadas pelo registro civil e pelos sistemas nacionais de gestão de identidade.

A tabela abaixo serve como um guia rápido para revisores.

Capítulo	Título
1	Objetivo, escopo e metodologia para uma Análise do Marco Legal do CRVSIID
2	Estrutura da Autoridade de Registo Civil
3	Registo de Nascimento e Óbito
4	Relatório e Registo de Natimortos
5	Determinando e Certificando a Causa da Morte
6	Investigações Médico-Legais de Óbito
7	Registo de Casamento e Divórcio
8	Inclusão de Mulheres e Crianças
9	Produção de Estatísticas Vitais
10	Sistema Nacional de Identificação
11	Igualdade de Acesso para Indivíduos LGBTI
12	Registo da População
13	Privacidade Pessoal e Proteção de Dados

Capítulo

01

Objetivo, Escopo e Metodologia
para uma Análise do Marco Legal
do CRVSID



1. Objetivo de uma Análise Jurídica

A Organização das Nações Unidas descreve o registro civil como “o registro contínuo, permanente, obrigatório e universal da ocorrência e características de eventos vitais pertencentes à população, conforme estabelecido por decreto ou regulamento de acordo com os requisitos legais de um país”.¹ O registro civil cumpre três funções importantes: 1) função jurídica e administrativa, que consiste em registrar os fatos vitais, manter registros que constituam a fonte do estado civil e emitir certidões que comprovem esse estado civil; 2) uma função estatística, pela qual os cartórios de registro coletam informações sobre eventos vitais que são a base das estatísticas vitais do país, e 3) uma função de gerenciamento de identidade, pela qual o registro civil fornece informações contínuas e precisas para um sistema de gerenciamento de identidade ou registro populacional.²

O sistema de registro civil de um país deve ter cobertura completa, precisão e pontualidade para gerar estatísticas vitais de qualidade para fins de planejamento e políticas públicas informadas. Atualmente, muitos países de baixa e média renda (LMICs) não conseguem atingir níveis adequados de cobertura, completude e pontualidade para gerar estatísticas vitais de qualidade.

O gerenciamento de identidade refere-se à produção de provas de identidade legalmente válidas para cada indivíduo e à manutenção de sistemas para gerenciar informações e documentos associados à identidade de uma pessoa, muitas vezes incluindo biometria individual. Assim como o registro civil, os sistemas de gestão de identidade devem ser contínuos e permanentes para serem eficazes, e devem ser universais, em que todos na população do país devem ter o direito de se registrar e obter uma credencial de identidade ou algum outro meio para provar sua identidade legal. No entanto, ao contrário do registro civil, o registro de identidade e a obtenção de uma credencial de identidade não são obrigatórios em todos os países. Sob o modelo da ONU, o registro civil deve constituir a base para estabelecer e retirar uma identidade legal.

As responsabilidades de Registro Civil, Estatísticas Vitais e Gerenciamento de Identidade (CRVSID) podem estar espalhadas por vários ministérios e agências que podem não coordenar suficientemente ou compreender o papel de outras partes interessadas nos sistemas. Entre os possíveis fatores que contribuem para essa situação estão leis, regulamentos, procedimentos operacionais padrão ou outras regras que regem as múltiplas práticas que compõem os sistemas CRVSID em funcionamento.

Uma estrutura legal forte é a base a partir da qual os sistemas CRVSID que funcionam bem são construídos e é um passo necessário para alcançar uma cobertura universal, permanente e contínua para registro civil e de identidade. A realização de uma revisão legal do CRVSID para garantir a conformidade com as melhores e boas práticas internacionais é um meio de catalisar maior eficiência, segurança e demanda por serviços CRVSID. Os benefícios potenciais incluem governança e coordenação fortalecidas entre as partes interessadas, inclusão em serviços governamentais e do setor privado, bem como melhores resultados de saúde e expectativa de vida para a população. É fundamental que as partes interessadas do país compreendam o ambiente legal e regulatório relacionado aos sistemas CRVSID, dado: (1) a multiplicidade de partes interessadas envolvidas em sistemas CRVSID típicos, (2) a complexidade dos sistemas e processos CRVSID, (3) as implicações legais de informações de eventos vitais e credenciais de identidade certificadas e (4) as estatísticas cruciais de população e saúde derivadas dos dados do registro civil.

Uma revisão do ambiente legal e regulatório existente é, portanto, aconselhável antes de reformar os sistemas CRVSID, ou qualquer componente individual dos sistemas CRVSID de um país, a fim de:

- melhorar a compreensão das partes interessadas sobre o projeto, os pontos fortes e fracos de seus sistemas CRVSID;
- identificar possíveis melhorias nos sistemas CRVSID que podem ser feitas sob a autoridade reguladora existente; e
- reformar leis e regulamentos para alcançar as melhores práticas e alinhar-se com os

¹Nações Unidas, Princípios e Recomendações para um Sistema de Estatísticas Vitais, Revisão 3, Nova York, 2014. Para. 279.

² *Diretrizes sobre um Marco Legislativo para Registro Civil, Estatísticas Vitais e Gestão de Identidade*, Nações Unidas, 2019, parágrafo 53-62.

padrões internacionais.

Este kit de ferramentas fornece um guia para analisar a estrutura legal do CRVSID existente para identificar obstáculos e oportunidades legais. Embora os sistemas CRVSID entre os países devam servir às mesmas funções principais, cada país desenvolveu abordagens um pouco diferentes com base em sua estrutura, história e cultura. Os países também diferem em sua organização, implementação, processos, escala, parceiros e capacidades do CRVSID. Este kit de ferramentas tenta fornecer uma metodologia padronizada para capturar e avaliar essa variedade de abordagens e necessidades. Embora o kit de ferramentas tenha sido projetado principalmente para analisar as leis nacionais dos LMICs, ele pode ser usado para analisar os sistemas CRVSID de qualquer país.

Este kit de ferramentas permite que advogados e formuladores de políticas com diferentes conhecimentos e experiência com sistemas CRVSID avaliem esses sistemas complicados de acordo com as boas e melhores práticas recomendadas e padrões internacionais. O kit de ferramentas foi projetado para equilibrar profundidade, abrangência, facilidade de uso e tempo para ser concluído. O kit de ferramentas fornece explicações concisas das melhores práticas e boas práticas e orientações específicas sobre como avaliar a conformidade com elas. Essas melhores e boas práticas foram extraídas de publicações das Nações Unidas, da Organização Mundial da Saúde, do Banco Mundial e de outros órgãos internacionais, que são citados ao longo do texto. Os resultados de uma revisão legal do CRVSID permitirão que as partes interessadas e os especialistas técnicos identifiquem estratégias para reformar os sistemas CRVSID, ou qualquer componente desses sistemas, e distinguir as melhorias que podem ser implementadas sob a autoridade atual daquelas que exigem a adoção de nova legislação.

A verdadeira reforma dos sistemas CRVSID requer muitas fases de trabalho que vão além do escopo deste kit de ferramentas. Com relação à estrutura legal do CRVSID, essas fases adicionais incluem, no mínimo, a elaboração de novas leis ou regulamentos, advocacia para promulgar novas políticas e implementação dessas novas políticas. A orientação sobre essas fases adicionais não está incluída neste kit de ferramentas; no entanto, este kit de ferramentas de revisão legal do CRVSID antecipa e serve como base para essas fases adicionais de trabalho. Este kit de ferramentas pode ser usado para desenvolver ou promulgar planos estratégicos nacionais de CRVSID para identificar lacunas legislativas e oportunidades para fortalecer os sistemas CRVSID.

2. Escopo da análise jurídica

Este kit de ferramentas legais do CRVSID destina-se a orientar uma avaliação abrangente da estrutura legal do registro civil, estatísticas vitais e sistemas de gestão de identidade.³ Portanto, a revisão concentra-se em questões-chave envolvendo registro de nascimentos, óbitos (incluindo determinação e certificação de causas de morte), natimortos, casamento (incluindo união estável e união civil) e divórcio (incluindo separação judicial, anulação e outros tipos de dissolução de casamento). Esta revisão também se destina a orientar uma revisão de alguns conceitos-chave e boas práticas internacionais em evolução na gestão da identidade nacional, incluindo registro de identidade, autenticação e aposentadoria, com foco particular no registro civil, fornecendo a base para a gestão da identidade nacional. Além disso, a revisão avalia questões fundamentais que são cruciais para o funcionamento dos sistemas CRVSID, incluindo leis relacionadas ao ambiente propício, a estrutura do registro civil e agências de gerenciamento de identidade, produção de estatísticas vitais e privacidade pessoal e proteção de dados e tecnologia.

Observação: embora este kit de ferramentas oriente uma revisão de conceitos importantes e boas práticas em evolução no gerenciamento de identidade nacional e privacidade pessoal e proteção de

³Para os propósitos deste kit de ferramentas, o termo "estrutura legal" inclui leis e procedimentos operacionais padrão. O termo "lei" inclui qualquer medida juridicamente vinculativa, incluindo disposições constitucionais, legislação, regulamentos, decretos, ordens ministeriais, instruções oficiais a agências governamentais, ordens judiciais, tratados internacionais e qualquer outro documento com força de lei. O termo "procedimentos operacionais padrão" inclui manuais de funcionários, instruções de agências e quaisquer outras diretrizes emitidas por chefes de agências em relação a procedimentos e processos padrão.

dados, uma revisão completa de todos os aspectos dos sistemas de gerenciamento de identidade digital e proteção da privacidade está além do escopo deste kit de ferramentas. Os revisores interessados em avaliações altamente técnicas de requisitos de tecnologia e segurança e as questões legais correspondentes devem buscar recursos adicionais.⁴

3. Etapas preliminares antes de realizar a análise jurídica

Para que esta revisão legal dos sistemas CRVSID seja mais eficaz, funcionários de alto nível de todas as agências governamentais relevantes devem endossar o processo. Essas agências participantes podem incluir a agência de registro civil, agência nacional de estatísticas, agência de saúde e agência de identificação. No mínimo, essas agências devem se comprometer a compartilhar suas políticas com os revisores jurídicos e participar de uma discussão dos resultados da análise jurídica.

A análise em si deve ser atribuída a um advogado especializado ou equipe de advogados. Esses advogados ou especialistas jurídicos devem trabalhar em estreita colaboração com as partes interessadas e o pessoal jurídico das instituições responsáveis pelos sistemas CRVSID. O trabalho deve ser conduzido por um advogado com forte conhecimento e experiência na estrutura constitucional, sistema administrativo e procedimento de formulação de políticas do país. A experiência real com as leis em questão é útil, mas não obrigatória. O material do kit de ferramentas foi projetado para ser autodidata e autodidata, portanto, requer supervisão mínima ou conhecimento prévio dos sistemas CRVSID. Se necessário, os revisores podem consultar especialistas em áreas específicas do direito, como segurança eletrônica, direito de família ou procedimentos policiais e hospitalares.

O(s) advogado(s) principal(es) deve(m) ter acesso a todas as agências governamentais relevantes e outras partes interessadas para reunir regras formais e práticas informais que serão relevantes para a revisão. As agências também devem compartilhar revisões jurídicas anteriores que foram conduzidas no sistema CRVSID, bem como quaisquer documentos de estratégia, mapas de processos de negócios ou outros materiais não jurídicos que possam auxiliar no processo de revisão.

4. Processo e metodologia

Esta seção descreverá o processo de sete etapas recomendado para revisores jurídicos. As revisões geralmente levam de seis a doze meses, dependendo (1) do tamanho da equipe jurídica, da experiência e do tempo que podem dedicar a esse trabalho, (2) da complexidade da estrutura legal atual, (3) do escopo do a revisão legal e (4) a capacidade de encontrar e acessar todas as leis relevantes. O cronograma de dias úteis fornecido abaixo é uma estimativa, para auxiliar no gerenciamento do tempo.

Conforme observado acima, recomendamos fortemente que as agências governamentais relevantes endossem formalmente a revisão antes de iniciar o processo. Também recomendamos reunir as partes interessadas relevantes na conclusão da revisão para discutir os resultados e recomendar melhorias.

Processo de Revisão para Análise do Quadro Legal*

Etapas 1: Ler documentos de origem e informações básicas (2-5 dias úteis)

Etapas 2: Aprender glossário de termos-chave (1-3 dias úteis)

Etapas 3: Coletar todas as leis relevantes usando o registro de pesquisa (5 dias úteis)

Etapas 4: Carregar todas as leis relevantes para uma pasta central (1 dia útil)

⁴Para uma revisão mais completa do ambiente de habilitação legal e regulatória de um país para sistemas de identificação digital (ID), consulte a ferramenta de diagnóstico de Identificação para o Desenvolvimento do Banco Mundial (ID4D), ID Enabling Environment Assessment (IDEEA), que pode ser encontrada em: <http://id4d.worldbank.org/legal-assessment>

Etapa 5: Revisar as leis em relação às melhores práticas (30 a 140 dias úteis, dependendo do escopo da revisão)

Etapa 7: Elaborar e revisar um relatório final (10-40 dias úteis, dependendo do escopo da revisão)

**Todas as estimativas de tempo são aproximações.*

ETAPA 1: Leia documentos de origem e informações básicas (aprox. 2-5 dias úteis)

Os revisores devem ler todo este kit de ferramentas, que é baseado em padrões internacionais do material de origem, antes de iniciar a análise jurídica. Os revisores também devem ler estes três documentos-chave, que são a fonte de muitos dos padrões internacionais apresentados neste documento:

- ❖ [United Nations, Principles and Recommendations for a Vital Statistics System, Series M No. 19/Rev.3.\(Nova York, Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas , 2014\)](#)
- ❖ [United Nations, Guidelines on the Legislative Framework for Civil Registration, Vital Statistics and Identity Management \(New York, United Nations, 2019\)](#)
- ❖ [World Health Organization, WHO Resource Kit: Strengthening civil registration and vital statistics for births, deaths and causes of death \(Luxembourg, World Health Organization, 2010\)](#)

Para outras leituras básicas, consulte o Apêndice, que contém uma bibliografia dos documentos originais e outros materiais recomendados para leitura básica.

ETAPA 2: Aprenda glossário de termos-chave (aprox. 1-3 dias úteis)

Os revisores exigirão conhecimento prático desses termos-chave e suas definições padronizadas internacionalmente para coleta e análise precisas da legislação CRVSID. O Apêndice da ONU Princípios e Recomendações para um Sistema de Estatísticas Vitais contém um glossário de termos-chave que são relevantes para uma revisão legal do CRVSID. Observe que os termos usados atualmente em um país podem variar muito das definições padrão.

ETAPA 3: Colete todas as leis relevantes e procedimentos operacionais padrão usando um registro de pesquisa (aprox. 5 dias úteis)

Os revisores coletarão todas as leis e procedimentos operacionais padrão relevantes para os sistemas CRVSID. Uma vez que as leis tenham sido coletadas, revise as coleções para ver se estão completas. Ocasionalmente, durante uma revisão legal, um revisor pode perceber que algumas informações estão faltando e precisa fazer pesquisas adicionais. Embora isso possa acontecer, os revisores devem se esforçar para ter uma coleção de leis tão completa quanto possível antes de iniciar a revisão legal. Isso aumentará a velocidade e a precisão da revisão e permitirá que uma equipe de revisores trabalhe em diferentes partes da revisão simultaneamente. Se novas leis forem adicionadas durante a revisão, elas devem ser carregadas conforme descrito acima.

Nota sobre o uso do termo “lei” e “procedimentos operacionais padrão”: Ao longo deste kit de ferramentas, o termo “lei” inclui qualquer medida juridicamente vinculativa, incluindo disposições constitucionais, legislação, regulamentos, decretos, ordens ministeriais, instruções oficiais a agências governamentais, ordens judiciais, tratados internacionais e qualquer outro documento com força de lei. Quando se refere apenas aos atos aprovados pela legislatura, utiliza-se o termo “legislação” ou “ato”. O termo “procedimentos operacionais padrão” inclui manuais de funcionários, instruções de agências e quaisquer outras diretrizes emitidas por chefes de agências em relação a procedimentos e processos padrão. A “estrutura legal” inclui todas as leis e procedimentos operacionais padrão.

Uma compreensão abrangente da base legal e constitucional dos sistemas CRVSID de um país é essencial para interpretar os papéis e responsabilidades das agências governamentais e não

governamentais do CRVSIID; os processos, arquitetura administrativa e abrangência geográfica de cada instituição; e coordenação multissetorial nos sistemas CRVSIID.

Embora a maioria das regras relativas ao registro civil e aos sistemas de gerenciamento de identidade estejam frequentemente contidas em um pequeno punhado de leis e regulamentos (geralmente uma Lei de Registro de Nascimento e Óbito, Lei de Registro de Identidade Nacional, Lei de Estatística e seus respectivos regulamentos), é provável que haja dezenas de outras leis que afetarão o funcionamento do registro civil e gestão de identidade. É fundamental coletar e analisar todas as leis antes de analisar o sistema.

A lista de verificação abaixo serve como um guia para ajudar a garantir que todas as leis relevantes tenham sido incluídas na revisão.

ADMINISTRAÇÃO GOVERNAMENTAL

Disposições Constitucionais

Organização Governamental

Processo Civil e Código Civil

Governo Local/Autonomia
Procedimentos Administrativos

Processo Penal e Código Penal
Código de Conduta dos Funcionários do
Governo
Execução Judicial
Administração do Tribunal

COLETA DE INFORMAÇÕES INICIAIS

Família, Registo Familiar e Gestão de
Identidade de Paternidade Nacionalidade,
Residência e Imigração
Sepultamento, Cremação e Funeral
Educação ou Registro de Estudante
Regras Policiais para Mortes Não
Naturais/Acidentais
Procedimentos de Emergência/Desastre

PROCEDIMENTOS E REGRAS MÉDICAS

Manuais de Hospitais Públicos/Privados
Requisitos e Procedimentos de Treinamento
do Conselho Médico
Currículo da Faculdade de Medicina
Procedimentos do Legista, Autópsia ou
Inquérito
Leis de Higiene e Prevenção de Doenças sobre
Doenças Específicas, como HIV/AIDS
Assistência/Seguro Nacional de Saúde

GESTÃO DA INFORMAÇÃO E PROCESSAMENTO DE DADOS

Leis de Privacidade e Proteção de Dados
Pessoais
Regras do Governo Eletrônico
Lei de Telecomunicações

Cartórios de Assinatura Digital
Certificado de Impressão do Selo
Gestão de Informações Cíveis
Segurança Pública

USOS PARA INFORMAÇÕES CRVS

Estatísticas ou Censos
Herança e Direitos de Propriedade
Acesso à Educação
Arrecadação de Impostos Nacionais e Locais
Serviço Militar Segurança Social e Pensões
Emigração e Imigração
Votação e Eleições
Registro de Imóveis
Trabalho/Emprego
Acesso a Bancos/Telecom

OUTRAS CONSIDERAÇÕES

Tratados Internacionais, incluindo tratados de
Direitos Humanos
Direitos Humanos Nacionais/Regionais
Liberdade Religiosa Proteção dos Direitos das
Crianças
Proteção dos Direitos das Mulheres

Etapa 4: Carregue todas as leis relevantes para uma pasta central (aprox. 1 dia útil)

Recomenda-se que os revisores, principalmente os que trabalham em equipe, guardem todas as leis e demais materiais em uma pasta eletrônica central para facilitar o acesso. Ferramentas online como DropBox e Google Drive oferecem compartilhamento de arquivos barato para vários usuários.

Recomenda-se um formato de rotulagem padronizado para salvar as leis, pois isso permitirá uma classificação e organização mais fáceis de muitas leis e emendas que normalmente estão envolvidas em um sistema CRVS. Os arquivos devem ser salvos no seguinte formato:

País_YYYYMMDD_ Título abreviado de Law_DRAFT_Language_Translation.filetype

Abaixo está uma chave que explica cada componente deste formato:

1. País: Use o título curto do nome do país. Por exemplo, indique o nome do país como "China" e não "República Popular da China". As leis subnacionais devem ser salvas em uma pasta separada em cada país. Para leis subnacionais, adicione a região após o nome do país; por exemplo, "Rússia_Chuvasia".
2. Data: Use a data de promulgação. Normalmente, este será o dia em que a lei foi publicada oficialmente. Para algumas leis, você pode saber apenas o ano ou mês – inclua o máximo de informações que tiver. Se nenhuma data promulgada ou publicada puder ser facilmente determinada, deixe esta seção em branco. Use o formato "AAAAMMDD"
3. Título Curto da Lei: Use um título curto, mas compreensível, da lei. Inclua o tipo de lei (por exemplo, lei, constituição, regulamento, diário, etc.). Se a legislação for numerada, inclua o número também. Por exemplo, "Lei 4256 de Saúde Pública" ou "Lei 102/2001 de Registro Civil".
4. Esboço ou Final: Normalmente, apenas leis finalizadas serão analisadas; no entanto, se houver leis relevantes que não sejam finais, por qualquer motivo, indique-as: ESBOÇO. Caso contrário, deixe esta seção em branco.
5. Idioma e Tradução: Designe o idioma usando um código de idioma de duas letras ISO 639-1. Uma lista de códigos está disponível em: http://www.loc.gov/standards/iso639-2/php/code_list.php. Por exemplo, EN (inglês), ES (espanhol), FR (francês), ZH (chinês). Se o arquivo foi traduzido do idioma original para o inglês, escreva se é uma tradução oficial ou não oficial. Exemplo: IN (inglês_não oficial)
6. Tipo de arquivo: Designe o sufixo do arquivo. Por exemplo, para arquivo do Microsoft Word (.doc ou .docx), para Adobe Acrobat (.pdf)

Exemplos:

- Canada_Alberta_20000719_Product Info Regs_EN.pdf
- Turkey_20080516_Circular 2008/6_EN_unofficial.doc
- Russia_200106_CRVS Law_RU.pdf
- Bangladesh_2010_Road Safety Amendments_DRAFT_BN.doc

ETAPA 5: Rever as leis em relação às boas e melhores práticas (aprox. 30-140 dias úteis)

Assim que a coleção de leis estiver completa, organizada e atualizada, os revisores devem começar a avaliar as leis em relação às boas e melhores práticas até a conclusão do kit de ferramentas.

Cada capítulo descreve em detalhes as melhores práticas ou boas práticas (se não houver consenso sobre a "melhor" prática), com orientação para revisores sobre como avaliar as práticas atuais em relação a esses padrões internacionais. Para cada uma das seções de cada capítulo concluído, os revisores irão:

- (1) descrever os processos e procedimentos atuais, conforme abordado na orientação;

- (2) identificar qualquer legislação ou outras leis relevantes (incluindo decretos, ordens, procedimentos operacionais padrão) sobre o tema, fornecendo pincites⁵ às disposições pertinentes; e
- (3) avaliar se a legislação e outras leis estão alinhadas com as boas ou melhores práticas e fornecer recomendações sobre como os desafios ou lacunas podem ser abordados.

ETAPA 6: Elaborar e revisar um relatório final (aproximadamente 10-40 dias úteis)

Com base nas necessidades do governo e das partes interessadas, os revisores devem redigir um relatório narrativo dos resultados da revisão. O relatório deve ser adaptado às circunstâncias de cada país e pode não precisar incluir todas as questões levantadas na estrutura de análise jurídica. O relatório deve descrever os sistemas CRVSID e destacar as principais diferenças entre a estrutura legislativa CRVSID do país e os padrões internacionais, conforme descrito neste kit de ferramentas. O relatório deve explicar quaisquer obstáculos legais para alinhar os sistemas CRVSID com os padrões internacionais e apresentar oportunidades potenciais para melhorar os sistemas CRVSID. O relatório deve explicar claramente qual agência ou agências governamentais, se houver, têm autoridade para fazer as melhorias sugeridas dentro da estrutura legislativa existente do CRVSID. Se a melhoria só puder ser feita por meio de emenda legislativa, o relatório também deve observar isso.

⁵ Uma “pincite”, também conhecida como citação pontual, direciona os leitores para a parte específica (por exemplo, página, seção, artigo, nota de rodapé) de uma fonte que apóia a proposição declarada.

Capítulo

2

Estrutura da Agência de Registro Civil

Por que é importante: A estrutura organizacional da agência de registro civil afeta a forma como suas principais atividades – incluindo notificação, registro e certificação de eventos vitais – são alcançadas. Países com uma estrutura mal definida têm menor probabilidade de conseguir um registro contínuo, permanente, obrigatório e universal dos eventos vitais em suas populações.

Introdução

Existe uma diversidade significativa na forma como os países organizam e estruturam os sistemas de registro civil. O sistema de governo de um país - centralizado ou descentralizado - afetará a estrutura de seu sistema de registro civil. Nos sistemas centralizados de registro civil, haverá uma agência líder de registro civil no nível central, estabelecida pela lei nacional, que possui escritórios locais ao nível das subdivisões políticas maiores e menores. Esses escritórios locais são diretamente responsáveis perante a agência ou agências centrais. Por outro lado, em um sistema totalmente descentralizado, haverá uma agência líder de registro civil no nível de cada subdivisão política importante, estabelecida por legislação aprovada naquele nível subnacional, respondendo ao governo local e não ao governo central. No entanto, em muitos países, o grau de centralização do sistema de registro civil pode ficar em algum lugar no meio. Por exemplo, pode haver legislação nacional que estabeleça uma agência centralizada responsável pela coleta de dados de registro civil em todo o país; no entanto, a lei nacional pode designar funcionários do governo local em registros civis em sua jurisdição. Esses funcionários locais podem ter um grau de autonomia sobre a implementação do registro civil; no entanto, a legislação nacional estabelece requisitos mínimos uniformes.⁶

Os países podem ter sistemas CRVSI eficientes e eficazes com uma ampla variedade de arranjos institucionais. Não existe um “tamanho único” ou “melhor prática” para a estrutura de um sistema de registro civil.⁷ No entanto, uma estrutura legal sólida deve promover alguns atributos-chave do sistema de registro civil. Estes incluem: o Registrador Nacional tem autoridade suficiente para implementar o sistema de forma eficiente e eficaz, incluindo a capacidade de delegar autoridade e participar na elaboração de regras; há procedimentos geralmente uniformes em todo o país; os registradores locais têm a capacidade de fornecer serviços eficientes às pessoas, incluindo a emissão de certificados; os cartórios de registro estão localizados de forma que sejam acessíveis a toda a população; existem processos claros para o envio de informações do nível local para o nacional; e há processos administrativos claros para ouvir reclamações e apelações.

Como Usar este Capítulo:

Os Princípios e Recomendações da ONU para um Sistema de Estatísticas Vitais definem “registrador civil” da seguinte forma: “O registrador civil é o funcionário autorizado por lei com a responsabilidade de realizar o registro civil de eventos vitais em uma área bem definida (um país inteiro, ou um condado, distrito, município, paróquia, etc.) relatar informações sobre esses eventos vitais para fins legais e estatísticos”.⁸ Diferentes países usam terminologia diferente quando se referem a funcionários do registro civil. Por exemplo, o título do chefe da agência de registro civil de nível nacional pode ser “Registrador Civil Nacional”, “Registrador Geral” ou “Registrador Civil Nacional”, e o título do funcionário responsável por uma área primária de registro civil (por exemplo, um município, distrito, cidade ou vila) pode ser “registrador civil”, “registrador”, “funcionário do estado civil”. Para simplificar, referimo-nos ao chefe da agência nacional de registro civil como Registrador Nacional e ao responsável pela área primária de registro civil como “registrador civil local”. Quaisquer funcionários de nível médio envolvidos no registro civil são chamados de “registradores de nível médio”.

Este capítulo destina-se principalmente a países que possuem uma lei nacional sobre registro civil, com uma agência de registro civil de nível nacional responsável por manter um banco de dados central de registro civil, contendo informações coletadas por registradores civis locais. Portanto, pode ser usado por países com sistemas totalmente centralizados e países com sistemas um pouco descentralizados. No entanto, também pode ser usado para análise de leis de nível subnacional em um sistema totalmente descentralizado. Se você estiver conduzindo uma revisão legal para uma jurisdição subnacional em um sistema totalmente descentralizado, você deve responder às perguntas sobre o Registrador Nacional e a

⁶Nações Unidas, Diretrizes sobre um Marco Legislativo para Registro Civil, Estatísticas Vitais e Sistemas de Gestão de Identidade (UN GOLFI), Nova York, 2019, Parágrafo 165 – 169.

⁷Nações Unidas, Diretrizes sobre um Marco Legislativo para Registro Civil, Estatísticas Vitais e Sistemas de Gestão de Identidade, Nova York, 2019, Parágrafo 165-166.

⁸Princípios e Recomendações para um Sistema de Estatísticas Vitais, Revisão 3, na página 202.

agência de registro civil de nível nacional como se elas se aplicassem ao chefe de registro civil à nível subnacional e a agência correspondente.

Este capítulo abrange os seguintes tópicos:

1. Poderes e Responsabilidades da Agência Nacional do Registro Civil e do Registro Nacional
2. Processos Uniformes
3. Delegação de Poderes e Autoridade Reguladora
4. Localização dos Cartórios de Registro Civil Primários
5. Poderes e Responsabilidades dos Registradores Civis Locais
6. Localização, Poderes e Responsabilidades dos Registradores de Nível Médio
7. Qualificações, Seleção ou Nomeação e Termos de Serviço dos Registradores Civis
8. Processo para ouvir apelações
9. Supervisão de Cartórios de Registro
10. Coordenação de Partes Interessadas
11. Uso de Tecnologia

1. Poderes e Responsabilidades da Agência Nacional do Registro Civil e do Registro Nacional

Melhor prática: A localização dentro do governo da agência de registro civil varia entre os países. Dependendo do país, a agência de registro civil pode ser do Ministério do Interior ou Assuntos Internos, do Ministério da Justiça ou do Ministério ou Departamento de Saúde, ou pode ser uma agência autônoma.⁹ Independentemente de onde a agência de registro civil esteja localizada no governo, o chefe da agência de registro civil deve ter poder e autoridade suficientes para garantir que o sistema de registro civil funcione de forma eficiente e eficaz. Esses poderes e responsabilidades devem incluir:

- supervisão e implementação do sistema de registro civil;
- participação na elaboração de normas, regulamentos e instruções para promover a prática uniforme;
- delegação de responsabilidades e poderes de registro a outros funcionários
- gestão e fiscalização de cartórios;
- conduzir o monitoramento da garantia de qualidade e abordando as áreas de interesse;
- avaliar o grau de cobertura e estabelecer limites para escritórios locais;
- contratação, gestão e treinamento de pessoal;
- gestão de recursos físicos e tecnologia;
- resolução de incidentes e recursos; promover os requisitos de registro junto ao público; receber e compilar dados;
- troca de informações com outras agências; e
- guardar registros e arquivos.¹⁰

Orientação: Responda as questões abaixo. Na seção de comentários, analise se o Registro Nacional tem poderes suficientes para assegurar o funcionamento eficiente e eficaz do sistema de registro civil. Observe especificamente se algum dos poderes listados acima é atribuído a registradores de nível subnacional, em vez do registrador nacional.

a. Indique a agência a nível nacional responsável pelo registro civil

Citações:

Comentários:

⁹UN GOLF, Nova York, 2019, Pará 174.

¹⁰Nações Unidas, Diretrizes sobre um Marco Legislativo para Registro Civil, Estatísticas Vitais e Sistemas de Gerenciamento de Identidade, Nova York, 2019, Pará 177.

b. Descrever os poderes e responsabilidades da agência nacional de registro civil e do Registro Nacional.

Citações:

Comentários:

2. Processos Uniformes

Melhor prática: Os sistemas de registro civil devem ter como objetivo ter processos geralmente uniformes em todo o país.

Processos padronizados ajudam a garantir que serviços de qualidade estejam disponíveis para todas as pessoas no país e que os dados coletados em nível central de jurisdições subnacionais sejam comparáveis e de qualidade consistente. Em sistemas centralizados, processos uniformes são exigidos por leis e regulamentos nacionais. Em alguns sistemas semi-descentralizados, a lei nacional pode estabelecer critérios e processos mínimos; no entanto, os funcionários locais podem ter algum grau de autonomia na implementação desses requisitos. Mesmo em um sistema totalmente descentralizado, deve haver uma agência em nível nacional para criar padrões mínimos ou trabalhar em cooperação com escritórios descentralizados para garantir práticas e procedimentos geralmente uniformes.¹¹ Por exemplo, uma agência central pode emitir leis modelo, regulamentos e procedimentos operacionais padrão (SOPs) que auxiliam cada divisão civil principal a promulgar suas próprias leis, regulamentos e SOPs para estar em conformidade com o modelo recomendado.¹²

Orientação: Descreva a estrutura legal relativa aos procedimentos nacionais uniformes e observe quaisquer variações regionais nos procedimentos. Na seção de comentários, descreva qualquer impacto das variações regionais, se conhecido.

a. Descreva a estrutura legal que prevê processos uniformes em todo o país. Especifique se os procedimentos uniformes são fornecidos em legislação, regulamentos e SOPs vinculativos ou leis modelo não vinculativas.

Citação:

Comentários:

b. Existem variações regionais entre as jurisdições nos procedimentos de registro civil?

Citação:

Comentários:

¹¹Nações Unidas, Princípios e Recomendações para um Sistema de Estatísticas Vitais, Revisão 3, Nova York, 2014. Para. 311.

¹²Nações Unidas, Princípios e Recomendações para um Sistema de Estatísticas Vitais, Revisão 3, Nova York, 2014. Paras. 49, 317-318.

3. Delegação de Poderes e Autoridade Reguladora

Melhor prática: O Registrador Nacional deve ter o poder de participar na elaboração de regras e o poder de delegar responsabilidades com supervisão adequada. Esses são poderes importantes para ajudar a garantir que o sistema funcione de forma eficiente e eficaz.¹³

A estrutura legal deve capacitar o Registrador Nacional para estabelecer padrões para a implementação de várias operações dentro do registro civil, sistemas incluindo notificação, registro e certificação de eventos vitais.¹⁴ A autoridade para promulgar regulamentos, regras e instruções permite que a autoridade central assegure que os funcionários locais estejam realizando suas funções de maneira uniforme e consistente em todo o país. A prática uniforme e consistente também permite a coordenação entre as agências. Por exemplo, a coleta uniforme de dados no registro de nascimento permite que a agência de estatística gere estatísticas comparáveis para todas as regiões do país.¹⁵ Em alguns países, o Ministro do ministério que abriga a agência de registro civil (em vez do Registrador Nacional) terá o poder de promulgar regulamentos. Quando este for o caso, o Registrador Nacional deve ter o poder e a responsabilidade de fornecer informações para os regulamentos. Independentemente de o Registrador Nacional ter o poder de emitir regulamentos, o Registrador Nacional deve ter o poder de emitir Regras e Procedimentos Operacionais Padrão (POPs) que implementem a legislação e os regulamentos.

O volume de trabalho na maioria dos países exigirá que o Registrador Nacional delegue poderes a outros, como um registrador nacional adjunto ou registradores locais, para agir em seu nome. Portanto, a legislação deve autorizar o Registrador Nacional a delegar alguns de seus poderes a outros funcionários e especificar quais poderes são delegáveis. A delegação de poderes deve ser feita por escrito e sujeita a supervisão.¹⁶ O poder de delegação pode ser útil para aumentar o acesso ao registro civil. Por exemplo, se não existir nenhum escritório de registro em uma área, o Registrador Nacional pode delegar poderes de registro a um funcionário do governo local ou ao chefe de uma unidade de saúde para tornar os serviços acessíveis. A delegação também pode possibilitar serviços mais eficientes em nível local. Por exemplo, se a legislação autorizar apenas o Registrador Nacional a aprovar correções nos históricos de registro, a delegação desse poder aos registradores locais permitirá um processo de correção mais ágil.

Orientação: Descrever os poderes normativos e os poderes de delegação do Registrador Nacional. Na seção de comentários, descreva se a lei está alinhada com as melhores práticas e anote quaisquer recomendações para reforma regulatória.

-
- a. **O Registro Nacional tem poderes para emitir ou participar na elaboração de regulamentos?** (Descreva a extensão deste poder).

Citações:

Comentários:

- b. **O Registro Civil Nacional tem poder para emitir Normas ou SOPs?** (Descreva a extensão deste poder).

Citações:

Comentários:

¹³UN GOLF, parágrafo 117-182.

¹⁴Nações Unidas, Princípios e Recomendações para um Sistema de Estatísticas Vitais, Revisão 3, Nova York, 2014. Para. 40(e).

¹⁵UN GOLF, parágrafo 178-179.

¹⁶UN GOLF, parágrafo 180.

- c. **O Registrador Nacional tem poderes para delegar quaisquer poderes e responsabilidades e, em caso afirmativo, quais os poderes e responsabilidades?** (Se conhecido, indique se foram delegados quaisquer poderes e como são supervisionados).

Citação:

Comentários:

4. Localização dos Cartórios de Registro Civil Primários

Melhor Prática: Cada área primária de registro civil deve corresponder às divisões civis menores do país, ajustando os limites, se necessário, com base na população, recursos, acessibilidade, alfabetização e simplicidade do registro. Cada área de registro civil primário deve ser gerenciada por um registrador civil local, com um escritório de fácil acesso ao público.¹⁷ O horário de expediente diário regular deve ser mantido.

A fim de melhorar a cobertura do registro, o registrador civil local (ou Registrador Nacional) deve ter poderes para estabelecer escritórios de registro civil adicionais (chamados escritórios de registro civil secundários) dentro da área de registro civil primário, em locais selecionados onde o número de eventos vitais é grande o suficiente para justificar um escritório adicional, como hospitais. O estabelecimento de um cartório de Registro Secundário deve implicar a nomeação de um registrador responsável, que se reporta ao registrador civil local responsável pela área do registro civil primário. A área de abrangência do escritório de registro secundário deve ser claramente definida; quando estabelecido em um hospital, os limites que às vezes podem abranger localidades fora do próprio hospital.¹⁸

O registrador civil local também deve ter poderes para usar unidades móveis de registro para alcançar áreas dentro da área de registro primário que são remotas ou de difícil acesso devido à geografia.¹⁹ Essas unidades móveis devem se deslocar para locais pré-determinados de acordo com uma programação fixa e bem divulgada e permanecer o tempo suficiente para capturar eventos vitais ocorridos desde a última visita.²⁰

Orientação: Responda as questões abaixo. Na seção de comentários, analise se a localização dos cartórios de registro civil primário e secundário e o uso de unidades móveis de registro são suficientes para permitir o acesso aos serviços de registro por todos que moram na área de registro primário.

- a. **As áreas primárias de registro civil correspondem a divisões civis menores?**

Citação:

Comentários:

- b. **O registrador civil local ou o registrador nacional tem o poder de estabelecer cartórios de registro civil secundários? Em caso afirmativo, algum foi estabelecido (por exemplo, em**

¹⁷Nações Unidas, Princípios e Recomendações para um Sistema de Estatísticas Vitais, Revisão 3, Nova York, 2014. Paras. 340-346.

¹⁸Nações Unidas, Princípios e Recomendações para um Sistema de Estatísticas Vitais, Revisão 3, Nova York, 2014. Para. 347.

¹⁹Nações Unidas, Princípios e Recomendações para um Sistema de Estatísticas Vitais, Revisão 3, Nova York, 2014. Para. 348.

²⁰Nações Unidas, Princípios e Recomendações para um Sistema de Estatísticas Vitais, Revisão 3, Nova York, 2014. Para. 329.

hospitais)?

Citação:

Comentários:

- c. O registro civil local tem poderes para utilizar unidades móveis de registro civil? Em caso afirmativo, eles são usados atualmente?**

Citação:

Comentários:

- d. O horário de expediente dos cartórios e os horários das unidades móveis permitem fácil acesso ao registro?**

Citação:

Comentários:

5. Poderes e Responsabilidades dos Registradores Cíveis Locais

Melhor prática: O registrador civil local deve ter poderes suficientes para permitir a prestação eficiente de serviços de registro. Alguns deveres e responsabilidades principais dos registradores civis locais devem incluir: verificar a exatidão e integridade das informações relatadas pelo informante, registrar informações legais e estatísticas, registrar oficialmente os eventos vitais no registro civil e emitir cópias autenticadas dos registros de eventos vitais.²¹

O registrador civil local deve ser autorizado por lei a registrar eventos vitais. Para fazer isso, o registrador civil local deve ter poderes para revisar as informações fornecidas pelo informante quanto à exatidão e integridade e registrar as informações no registro civil. O registro das informações no registro civil constitui o registro oficial do evento.²² Em alguns países, a verificação das informações e o registro no registro oficial ocorrem em nível nacional, e não em nível local. Isso retarda o processo de registro. Portanto, os registradores locais devem ter poderes para verificar as informações e registrar oficialmente os eventos vitais.

O registrador civil local deve ser autorizado por lei a produzir e emitir certidões de eventos vitais, após o registro de um evento vital. em alguns países, o registrador local não tem recursos ou capacidade para emitir o certificado. Por exemplo, o registrador local pode não ter um suprimento suficiente de papel de segurança ou meios para imprimir certificados. Nesses casos, a agência central emite a certidão de nascimento, que é então enviada ao cartório local para ser coletada. No entanto, isso pode causar atrasos substanciais na emissão do certificado. Portanto, os registradores civis locais devem ter poderes e recursos suficientes para produzir e emitir certidões em nível local.²³

O registrador civil local deve ter autoridade para fazer pequenas correções e adicionar informações não

²¹Nações Unidas, Princípios e Recomendações para um Sistema de Estatísticas Vitais, Revisão 3, Nova York, 2014. Paras. 328-334.

²²UN GOLF, parágrafo 15.

²³UN GOLF, parágrafo 287.

contestadas ao histórico do registro civil. Especificamente, o registrador civil local deve ter poderes para corrigir erros, como erros ortográficos óbvios, data e erros tipográficos; adicionar informações omitidas, como informações de paternidade não contestadas; e adicionar ou alterar o nome de uma criança no registro de nascimento dentro de um determinado período de tempo. Isso isenta o requerente de ter que gastar tempo e dinheiro solicitando ao órgão central e/ou aos tribunais, e libera o órgão central e/ou os tribunais de carga de trabalho adicional.²⁴

Finalmente, o registrador civil local deve ter o poder de delegar poderes e responsabilidades ao pessoal sob sua supervisão. Em alguns países, apenas o registrador civil local (como chefe do cartório) está autorizado a realizar determinadas tarefas, como verificação de informações ou impressão e assinatura de certidões. Isso pode levar a atrasos no registro e na certificação. Para promover uma prestação de serviços eficiente, o registro civil local deve poder delegar responsabilidades ao pessoal dos cartórios primários e secundários e ao pessoal das unidades móveis.

Orientação: Responda às perguntas abaixo sobre os poderes e responsabilidades do registrador civil local. Na seção de comentários, descreva se a lei está alinhada com as melhores práticas e anote quaisquer recomendações para reforma regulatória.

a. O registrador civil local tem o poder de registrar oficialmente os eventos vitais?

Citação:

Comentários:

b. O registrador civil local tem poderes e recursos para produzir e emitir certidões de eventos vitais?

Citação:

Comentários:

c. O registrador civil local tem o poder de fazer pequenas correções e adicionar informações não contestadas ao registro civil?

Citação:

Comentários:

d. O registrador civil local tem o poder de delegar responsabilidades ao pessoal sob sua supervisão?

Citação:

Comentários:

²⁴ U.N. Diretrizes para o Marco Legislativo do Registro Civil, Estatísticas Vitais e Sistemas de Gestão de Identidade, pars. 408-412.

6. Localização, poderes e responsabilidades dos registradores de nível médio (se aplicável)

Melhor Prática: Em alguns países, um sistema de registro civil também pode incluir oficiais de registro localizados em um nível de subdivisão civil principal do país (por exemplo, província, região, estado ou distrito) além do nível local. Esses registradores de nível médio podem ter poder de supervisão sobre os cartórios locais de registro civil, poderes para ouvir recursos de decisões tomadas pelos registradores civis locais ou podem ser responsáveis por coletar dados dos escritórios locais e enviá-los ao nível nacional. Eles também podem ter poderes para registrar eventos vitais e emitir certificados, assim como os escritórios de registro primários.²⁵ Não há boas práticas em relação aos registradores de nível médio e seus poderes. A decisão de ter registradores de nível médio e quais poderes conceder a eles deve ser baseada em se isso permite que o sistema funcione de forma mais eficaz e eficiente.

Orientação: Descreva a estrutura legal para quaisquer registradores civis de nível médio, incluindo todos os níveis que possam existir entre o nível nacional e os escritórios de nível primário. Na seção de comentários, anote quaisquer observações sobre o funcionamento desses registradores de nível médio, inclusive se isso melhora ou prejudica a eficiência do sistema.

a. Seu país tem registradores de nível médio entre o nível nacional e local?

Sim _____ Não _____

Citação:

Comentários:

b. Se você respondeu “sim” à pergunta (a), descreva a localização desses registradores de nível médio e seus poderes e responsabilidades. (Observe especificamente se esses registradores de nível médio têm poder de supervisão, poderes para ouvir recursos, poderes para registrar e certificar eventos vitais e/ou estão envolvidos na transmissão de dados).

Citação:

Comentários:

7. Qualificações, Seleção ou Nomeação e Termos de Serviço dos Registradores Civis

Melhor Prática: Os registradores civis detêm um poder significativo e suas decisões podem afetar a vida das pessoas. Eles são responsáveis por atribuir identidade legal no nascimento e encerrar a identidade legal após a morte, emitir documentos de identidade e estado civil e tomar decisões sobre a correção de erros. Eles também podem ter o poder de realizar cerimônias de casamento e cobrar taxas diretamente dos registrantes. Portanto, é importante que a lei estabeleça claramente as qualificações exigidas para os registradores civis, o processo de nomeação ou seleção e os termos de emprego.²⁶

Os registradores civis devem ser funcionários em tempo integral, com status de funcionários públicos, e devem ser pagos adequadamente.²⁷ É importante que os registradores civis sejam funcionários em tempo

²⁵ONU GLOF, Parágrafo 239.

²⁶Nações Unidas, Diretrizes sobre Marco Legislativo para Registro Civil, Estatísticas Vitais e Sistemas de Gestão de Identidade, Nova York, 2019, Parágrafo 242.

²⁷Nações Unidas, Diretrizes sobre Marco Legislativo para Registro Civil, Estatísticas Vitais e Sistemas de Gestão de Identidade, Nova York, 2019, Parágrafo 242.

integral, pois isso ajuda a garantir que os serviços de registro estejam disponíveis ao público durante o horário comercial. Se os registradores civis forem funcionários de meio período ou exercerem outras funções oficiais simultaneamente, isso prejudicará sua capacidade de prestar serviços ao público em tempo hábil. O status do serviço público ajuda a garantir que os registradores civis sejam qualificados e mantidos nos mesmos padrões que outros funcionários públicos do governo. Finalmente, os registradores devem ser pagos adequadamente para que não sejam tentados a recorrer a taxas informais de serviço.

A lei deve indicar como os registradores civis são selecionados, nomeados ou designados. Como dito acima, idealmente, a lei deve exigir que os registradores civis sejam funcionários públicos, recrutados e selecionados por meio de processos de serviço público. No entanto, em alguns países, os funcionários eleitos locais ocupam o cargo de registrador local em sua capacidade oficial. Consequentemente, a lei não pode exigir ou garantir as qualificações do registrador local. Nestas circunstâncias, geralmente há um funcionário público contratado para atuar como secretário assistente que lida com as funções de registro civil. Quando for o caso, a lei deve estabelecer os requisitos e qualificações necessários para o preenchimento do cargo de secretário adjunto.²⁸ É importante notar que, embora os sistemas com funcionários eleitos designados como registradores possam funcionar bem, eles também podem resultar em uma cadeia de comando ou estrutura de relatórios pouco clara, porque o funcionário eleito não é diretamente responsável perante a agência nacional de registro civil.

Idealmente, o Conservador Nacional é também um funcionário público. No entanto, em muitos sistemas, o Registrador Nacional é um funcionário nomeado. Se for esse o caso, a lei deve especificar o processo de nomeação e as qualificações necessárias para ocupar esse cargo.

Orientação: Descrever o quadro jurídico relacionado com as questões de qualificação, seleção ou nomeação dos escrivães civis e prazos de serviço. Esses requisitos geralmente estão contidos em leis, regulamentos ou políticas de funcionários públicos. Na seção de comentários, descreva se a lei está alinhada com as melhores práticas e anote quaisquer recomendações para reforma regulatória.

- a. Descreva como o Registrador Nacional é nomeado ou selecionado, quaisquer qualificações exigidas e termos de emprego.** Observe especificamente se o Registrador Nacional é um funcionário em tempo integral com status de funcionário público e a tabela salarial, se conhecida.

Citações:

Comentários:

- b. Descrever como os registradores civis locais são nomeados, selecionados ou designados; quaisquer qualificações exigidas e termos de emprego.** Observe especificamente se os registradores civis locais são funcionários em tempo integral com status de funcionários públicos e a tabela salarial, se conhecida. Se os registradores civis locais forem funcionários eleitos, informar se há um funcionário público empregado como registrador assistente.

Citações:

Comentários:

- c. Se aplicável, descreva como os registradores de nível médio são indicados, selecionados ou designados; quaisquer qualificações exigidas; e termos de emprego.** Observe especificamente se os registradores civis de nível médio são funcionários em tempo integral com status de

²⁸UN GOLF, parágrafo 243.

funcionários públicos e a tabela salarial, se conhecida. Se os registradores de nível médio forem funcionários eleitos, indique se há um funcionário público empregado como registrador assistente.

Citação:

Comentários:

8. Processo para ouvir apelações

Melhor Prática: As decisões tomadas pelos registradores civis podem ter consequências legais que podem impactar fundamentalmente a vida de uma pessoa. As mentes razoáveis podem discordar sobre como resolver certas situações difíceis e, portanto, as decisões tomadas pelos registradores civis devem ser sujeitas a revisão administrativa e judicial. Em muitas jurisdições, antes de recorrer aos tribunais, um indivíduo deve recorrer da decisão de um registro civil local para um nível administrativo superior, até o nível central. Isso é chamado de "esgotamento dos remédios" e serve a dois propósitos. Em primeiro lugar, permite às autoridades de registro a oportunidade de corrigir o erro sem sobrecarregar os tribunais. Em segundo lugar, cria um registro da decisão administrativa para o tribunal rever. Depois de recorrer por vias administrativas, até o nível nacional, um indivíduo deve poder recorrer aos tribunais se sentir que não conseguiu obter uma resolução satisfatória de sua questão. A estrutura legal deve fornecer o direito de apelar da decisão de um registrador, um processo claro para apelar e prazos para apelar.²⁹

Orientação: Descreva qualquer direito de apelar da decisão de um registrador civil, incluindo o processo pelo qual e a autoridade para a qual uma pessoa recorre, e o prazo para apelação. Na seção de comentários, descreva se a lei está alinhada com as melhores práticas e anote quaisquer recomendações para reforma regulatória.

a. Existe o direito de recorrer da decisão de um registrador civil? Sim Não

Citação:

Comentários:

b. Os recursos administrativos devem ser esgotados antes que um recurso seja apresentado ao tribunal?

Sim Não

Citação:

Comentários:

c. Descreva o processo de apelação e os prazos:

Citação:

Comentários:

²⁹Nações Unidas, Diretrizes sobre o Marco Legislativo para Registro Civil, Estatísticas Vitais e Sistemas de Gerenciamento de Identidade, Nova York, 2019, Pará. 528-530.

9. Supervisão de Cartórios de Registro

Melhor Prática: Um programa de monitoramento de desempenho é parte integrante dos sistemas de registro civil. O monitoramento e a inspeção de rotina do trabalho dos registradores civis são necessários para continuar a melhorar a eficiência, eficácia e qualidade do sistema.³⁰ The central level agency or a mid-level office with supervisory power should routinely monitor and inspect the work of primary level civil registration offices. Se for encontrada não conformidade com os procedimentos, devem ser tomadas medidas para melhorar o desempenho, incluindo treinamento adicional, advertências e penalidades por descumprimento deliberado de deveres, bem como incentivos para incentivar os registradores civis locais a cumprir seus deveres.³¹ There should be clear procedures and penalties for instances of deliberate misconduct by civil registrars, including fraudulent registrations or inappropriate disclosures.³²

Orientação: Descrever os procedimentos de fiscalização e fiscalização dos cartórios de registro civil; procedimentos para corrigir o mau desempenho e/ou penalizar a má conduta dos registradores civis, bem como quaisquer incentivos para melhorar o desempenho dos registradores. Na seção de comentários, descreva se a lei está alinhada com as melhores práticas e anote quaisquer recomendações para reforma regulatória.

- a. **Descrever quaisquer procedimentos de monitoramento e inspeção de rotina para cartórios de registro civil.**

Citação:

Comentários:

- b. **Descrever quaisquer procedimentos para corrigir o mau desempenho e/ou penalizar a má conduta dos registradores civis.**

Citação:

Comentários:

- c. **Descrever quaisquer outros incentivos para melhorar o desempenho dos registradores civis.**

Citação:

³⁰Nações Unidas, Princípios e Recomendações para um Sistema de Estatísticas Vitais, Revisão 3, Nova York, 2014. Para. 335; Diretrizes das Nações Unidas para o Marco Legislativo para Registro Civil, Estatísticas Vitais e Sistemas de Gerenciamento de Identidade, Nova York, 2019, Parágrafos 524-525.

³¹Nações Unidas, Princípios e Recomendações para um Sistema de Estatísticas Vitais, Revisão 3, Nova York, 2014. Paras. 338-339; Diretrizes das Nações Unidas para o Marco Legislativo para Registro Civil, Estatísticas Vitais e Sistemas de Gerenciamento de Identidade, Nova York, 2019, Parágrafos 524-525.

³²Nações Unidas, Princípios e Recomendações para um Sistema de Estatísticas Vitais, Revisão 3, Nova York, 2014. Para. 326; Diretrizes das Nações Unidas para o Marco Legislativo para Registro Civil, Estatísticas Vitais e Sistemas de Gerenciamento de Identidade, Nova York, 2019, Parágrafo 531.

Comentários:

10. Coordenação de Partes Interessadas

Melhor Prática: Devido ao envolvimento de várias partes interessadas no registro civil - incluindo o setor de saúde, a agência de registro civil e a agência nacional de estatísticas, no mínimo - é importante ter um mecanismo de coordenação para suas atividades. A estreita coordenação e colaboração entre agências governamentais facilita informações precisas, oportunas e atualizadas em bancos de dados; ajuda na produção de estatísticas oportunas e precisas; evita duplicações, erros ou omissões; garante que conceitos, definições e classificações sejam consistentes nacionalmente e ajuda a alinhar os processos do sistema.³³ Portanto, as partes interessadas devem estabelecer um comitê de coordenação interagências, composto por funcionários das agências envolvidas no sistema CRVS (e sistema ID, se apropriado), que se reúne regularmente para discutir assuntos que afetam as agências.³⁴ Um comitê de coordenação deve ser estabelecido de forma permanente, ter membros e termos de referência claramente definidos e reunir-se regularmente.³⁵ O ideal é que a participação no comitê de coordenação seja exigida pelos termos dos contratos de trabalho dos participantes, de modo que a participação seja assumida e exigida sem remuneração adicional.

Grupos de trabalho estabelecidos sob o comitê de coordenação podem ajudar na coordenação em tópicos específicos. Por exemplo, um grupo de trabalho nacional sobre mortalidade pode desempenhar um papel fundamental na melhoria da integridade e qualidade dos dados de mortalidade, o que é fundamental para a tomada de decisões em saúde pública. Da mesma forma, um comitê de autópsia verbal pode desempenhar um papel fundamental na melhoria da integridade e qualidade dos dados de causa de morte por AV. Um grupo de trabalho sobre interoperabilidade pode ajudar a garantir que o compartilhamento de dados entre as principais partes interessadas seja eficaz e eficiente, estabelecendo padrões para processos de negócios, definições e tecnologia.

Orientação: Descreva quaisquer comitês de coordenação e grupos de trabalho do CRVSID. Na seção de comentários, anote quaisquer observações e oportunidades de melhoria.

- a. **Descreva qualquer comitê de coordenação interagências ou outro mecanismo de coordenação.** Aborde especificamente com que frequência o comitê se reúne, os membros do comitê e o papel do comitê.

Citação:

Comentários:

- b. **Descreva quaisquer grupos de trabalho estabelecidos sob o comitê coordenador.** Aborde especificamente o tema do grupo de trabalho, a frequência com que o grupo de trabalho se reúne, a composição do grupo de trabalho.

Citação:

³³Nações Unidas, Princípios e Recomendações para um Sistema de Estatísticas Vitais, Revisão 3, Nova York, 2014. Paras. 41, 48

³⁴Nações Unidas, Princípios e Recomendações para um Sistema de Estatísticas Vitais, Revisão 3, Nova York, 2014. Paras. 52, 319-22.

³⁵Nações Unidas, Manual de Sistemas e Métodos de Estatísticas Vitais, Volume 1: Aspectos Legais, Organizacionais e Técnicos, Nova York, 1991. Para. 270.

Comentários:

11. Uso de Tecnologia

Melhor Prática: O uso de computadores, tablets e outros dispositivos eletrônicos deve ser permitido para registro on-line, coleta, armazenamento e transmissão de dados.³⁶ Assinaturas eletrônicas (ou identificadores únicos em vez de assinaturas) devem ser explicitamente permitidas para facilitar a coleta eletrônica de informações, registro de eventos vitais e emissão de certificados.³⁷ Um problema comum com as leis de CRVS mais antigas é que elas contêm disposições específicas para processos em papel. Por exemplo, algumas leis exigem que uma pessoa assine um pedido de registro pessoalmente na frente do registrador, ou declare explicitamente como os registros em papel devem ser mantidos e fechados a cada ano, ou exigem que um registrador assine fisicamente os certificados pessoalmente. Esses tipos de disposições devem ser atualizados para permitir o registro eletrônico; coleta, armazenamento e transmissão eletrônica de dados e emissão de certificados eletrônicos.

Orientação: Descreva quaisquer disposições da lei que possam proibir ou dificultar a informatização do sistema de registro civil. Na seção de comentários, descreva as ações recomendadas.

-
- a. **Descreva quaisquer disposições da lei de registro civil que proíbam ou impeçam o registro online e/ou coleta, armazenamento ou transmissão eletrônica de dados.** Observe especificamente se as assinaturas eletrônicas são permitidas.

Citação:

Comentários:

³⁶Nações Unidas, Princípios e Recomendações para um Sistema de Estatísticas Vitais, Revisão 3, Nova York, 2014. Paras. 378, 381-382.

³⁷Comunidade do Pacífico, Legislação para Registro Civil e Estatísticas Vitais no Pacífico: Diretrizes e exemplos de melhores práticas, Noumea, Secretaria da Comunidade do Pacífico, 2016. P. 46.

Capítulo

03

Registro de Nascimento e Óbito

Por que é importante: Para os indivíduos, o registro de nascimento é a base da identidade legal e facilita o acesso a serviços da população-chave, como educação e saúde. Para o governo, a coleta de informações críticas sobre eventos vitais e a compilação de estatísticas vitais com base nesses dados fornecem informações críticas sobre a população para a tomada de decisões. O registro completo de eventos vitais, particularmente nascimentos e óbitos, é essencial para a realização dos direitos humanos e a promoção de melhores resultados de saúde.

Introdução

O registro de nascimento e óbito, como o registro civil em geral, cumpre três funções principais: 1) uma função legal e administrativa, 2) uma função estatística e 3) uma função de gerenciamento de identidade.³⁸ A função legal e administrativa consiste em registrar nascimentos e óbitos, manter registros de nascimentos e óbitos e emitir certidões de nascimento e óbito. As certidões de nascimento e óbito são extremamente importantes para os indivíduos porque fornecem prova legal desses eventos vitais importantes e essas certidões podem ser necessárias para acessar serviços e benefícios privados e públicos. O registro completo de eventos vitais, particularmente nascimentos e óbitos, é essencial para a realização dos direitos humanos e a promoção de melhores resultados de saúde. A função estatística envolve a coleta de informações sobre nascimentos e óbitos, que formam a base das estatísticas vitais de nascimentos e óbitos do país. Esses dados fornecem informações críticas sobre a população para a tomada de decisões e intervenções de saúde pública. O registro de nascimento e óbito também é importante para a gestão de identidade. O registro de nascimento estabelece uma identidade legal e o registro de óbito retira essa identidade legal, impedindo o uso fraudulento dessa identidade. O sistema de registro civil, além de constituir a fonte de dados fundamental para as estatísticas vitais, deve também atualizar continuamente o sistema de gestão de identidade e/ou o registro da população.³⁹

Este capítulo abrange os seguintes tópicos:

1. Aplicação Universal
2. Definição de Evento Vital e outros Termos-Chave
3. Informantes
4. Local de Registro
5. Tempo Permitido para Registro
6. Custo do Registro
7. Informações Requeridas no Registro
8. Comprovante Necessário para se Registrar para Registro no Prazo
9. Provisão para Registro Tardio e Atrasado
10. Processo de Compartilhamento de Informações Entre Cartórios Locais e Nacionais de Registro Civil
11. Códigos de Identidade Exclusivos
12. Cópias Certificadas de Informações Vitais de Eventos
13. Registros, Alterações e Correções Incompletos
14. Registro Vinculado ao Acesso a Serviços-Chave e Outros Incentivos
15. Licenças de Sepultamento e Disposição de Corpos

1. Aplicação Universal

Melhor Prática: Deve haver uma exigência legal para que a autoridade de registro civil registre todos os nascimentos e óbitos. De acordo com os princípios da ONU para um sistema CRVS, o registro deve ser inclusivo e obrigatório, e deve capturar todos os eventos vitais que ocorrem em todas as áreas geográficas e todos os grupos populacionais do país.⁴⁰

Os países podem ter um processo pelo qual eventos vitais ocorridos a cidadãos que residem no

³⁸ *Diretrizes sobre um Marco Legislativo para Registro Civil, Estatísticas Vitais e Gestão de Identidade*, Nações Unidas, 2019, parágrafo 53-62.

³⁹ *Diretrizes sobre um Marco Legislativo para Registro Civil, Estatísticas Vitais e Gestão de Identidade*, Nações Unidas, 2019, parágrafo 53-62.

⁴⁰ Nações Unidas, *Princípios e Recomendações para um Sistema de Estatísticas Vitais*, Revisão 3, Nova York, 2014, para. 34.

exterior podem ser relatados ao país de origem.⁴¹ Quando uma criança nasce de pais que residem fora do seu país de nacionalidade, o país onde ocorreu o nascimento tem a obrigação de registrar o nascimento e emitir uma certidão de nascimento. No entanto, os pais podem querer relatar o nascimento em seu país de origem, pois isso pode facilitar a obtenção da cidadania, identidade nacional e/ou passaporte para a criança no país de origem dos pais. Deve haver um processo pelo qual os pais podem relatar o nascimento. O país de origem dos pais não emitirá uma nova certidão de nascimento; no entanto, o país pode emitir um documento que reflita o nascimento no exterior para um cidadão.⁴² Quando uma pessoa falecer no exterior, o parente mais próximo ou outra pessoa com conhecimento da morte deve registrar o óbito junto às autoridades locais do país onde ocorreu a morte. Também pode haver um processo pelo qual os parentes mais próximos podem relatar a morte no país de origem da pessoa, pois isso pode ser necessário para transportar o corpo de volta ao país de origem e aposentar a identidade legal do falecido.⁴³

Orientação: Descreva se o registro de nascimento e óbito é obrigatório e, em caso afirmativo, para quem. Indique se a lei se aplica a todos os nascimentos e óbitos que ocorrem no país. Considerar todas as formas de discriminação que possam interferir na capacidade de certos grupos ou indivíduos de acessar o sistema de registro civil, como discriminação com base na geografia, raça, etnia, religião ou estado civil (ou seja, o registro é recusado a mães solteiras). Observe se as populações nômades, refugiados, estrangeiros nascidos no país, trabalhadores temporários, requerentes de asilo e populações deslocadas, nativas e aborígenes estão incluídos no registro civil. Indique se e como a lei se aplica aos cidadãos do país que residem no exterior. Considere se a lei exige que o governo tome medidas afirmativas para registrar pessoas que, de outra forma, não seriam capazes de fazê-lo, como pessoas com deficiência, pessoas que falam outras línguas e pessoas que vivem em áreas remotas. Na seção de comentários, descreva se a lei se alinha com as melhores práticas e anote as oportunidades de reforma regulatória.

a. O Registro de Nascimento e Óbito é Obrigatório e Previsto para Todos, independentemente de:

	Nascimento	Morte
Raça, sexo, religião, etnia ou grupo populacional	Sim _____ Não _____	Sim _____ Não _____
Nacionalidade, cidadania, residência ou status de refugiado/asilo	Sim _____ Não _____	Sim _____ Não _____
Geografia (por exemplo, áreas remotas)	Sim _____ Não _____	Sim _____ Não _____
Objeções por pessoa ou família	Sim _____ Não _____	Sim _____ Não _____
Estado civil	Sim _____ Não _____	Sim _____ Não _____
Outras características (por exemplo, prisioneiros, pessoas com deficiência ou que falam língua nativa ou estrangeira)	Sim _____ Não _____	Sim _____ Não _____

⁴¹ U.N. *Princípios e Recomendações para um Sistema de Estatísticas Vitais, Revisão 3*, para. 296.

⁴² Nações Unidas, Diretrizes para o Marco Legislativo do Registro Civil, Estatísticas Vitais e Sistemas de Gestão de Identidade, Nova York, 2019, para. 304.

⁴³ U.N. Diretrizes para o Marco Legislativo do Registro Civil, Estatísticas Vitais e Sistemas de Gestão de Identidade, para. 372.

Está disponível o registro civil aos cidadãos residentes no exterior para:

Nascimento: Sim _____ Não _____

Morte: Sim _____ Não _____

Citações:

Comentários:

2. Definição de Evento Vital e outros Termos-Chave

Melhor Prática: São necessárias definições claras para estabelecer um sistema de coleta de dados de alta qualidade. As definições devem estar alinhadas com os padrões internacionais; isso ajudará os países a acompanhar o progresso do desenvolvimento e atender aos requisitos de relatórios internacionais.

A ONU define “nascido vivo” como: “a expulsão ou extração completa de sua mãe de um produto da concepção, independentemente da duração da gravidez, que, após tal separação, respire ou apresente qualquer outra evidência de vida, como batimentos cardíacos, pulsação do cordão umbilical, ou qualquer movimento definido de músculos voluntários, quer o cordão umbilical tenha sido cortado ou não ou a placenta esteja presa”.⁴⁴

A ONU define “morte” como: “o desaparecimento permanente de todas as evidências de vida a qualquer momento após o nascimento vivo (cessação pós-natal das funções vitais sem capacidade de ressuscitação).” Esta definição, portanto, exclui óbitos fetais (ver capítulo 4 sobre óbitos fetais).⁴⁵

Orientação: Fornecer a definição de “nascido vivo” e “óbito” contida na lei. Preste atenção especial se as definições, lidas em conjunto, são coerentes e se as definições de nascido vivo e morte criam quaisquer outras questões legais. Se houver outras definições-chave relacionadas a nascido vivo ou óbito, anote-as abaixo na seção (c) (“Outros termos-chave”) e indique se elas se alinham com as definições da ONU ou avançam ou atrasam o trabalho de registro. Na seção de comentários, indique se a lei está alinhada com as melhores práticas e descreva quaisquer lacunas e/ou oportunidades para reforma regulatória.

a. Definição de Nascido Vivo:

Citações:

Comentários:

b. Definição de Morte:

Citações:

Comentários:

c. Outros Termos Chave:

⁴⁴ U.N. *Princípios e Recomendações para um Sistema de Estatísticas Vitais, Revisão 3*, para. 2.

⁴⁵ U.N. *Princípios e Recomendações para um Sistema de Estatísticas Vitais, Revisão 3*, para. 2.

Citações:

Comentários:

3. Informantes

Melhor Prática: Os históricos de registro devem ser concluídos o mais rápido possível após a ocorrência do evento vital. O método mais simples e rápido para conseguir isso é exigir que um informante especificamente designado forneça as informações necessárias logo após a ocorrência do evento.⁴⁶ O informante é a pessoa legalmente obrigada a relatar ao registrador local a ocorrência e os detalhes de um evento vital dentro do prazo prescrito.⁴⁷ O informante é importante porque o registrador só pode registrar um evento vital com base na declaração do informante, verbalmente ou por escrito.⁴⁸ A lei deve garantir de forma clara e inequívoca a existência de uma e apenas uma pessoa primariamente responsável por desempenhar esse papel; no entanto, a lei pode designar alternativas individuais.⁴⁹ Os informantes apropriados, em ordem de prioridade de preferência para nascimentos, óbitos e óbitos fetais, são apresentados a seguir.⁵⁰

Informante	Nascido Vivo	Morte por Causas Naturais	Morte por Causas Não Naturais ou Suspeitas
Responsável da instituição onde ocorreu o evento/profissional de saúde sob cuja supervisão ocorreu o evento	1	1	1
Mãe	2		
Pai	3		
Parente mais próximo da mãe	4		
O parente mais próximo (por exemplo, cônjuge ou companheiro sobrevivente; ou irmão, irmã, pai ou mãe do falecido)		2	2
Qualquer outra pessoa adulta que tenha conhecimento dos fatos. ⁵¹	5	3	3
Oficial médico-legal (policia, legista, médico legista)			1

Quando ocorrem eventos vitais em instituições de saúde, a abordagem mais eficaz é designar o chefe da

⁴⁶ U.N. Princípios e Recomendações para um Sistema de Estatísticas Vitais, Revisão 3, para. 281.

⁴⁷ U.N. Princípios e Recomendações para um Sistema de Estatísticas Vitais, Revisão 3, paras. 349, 356.

⁴⁸ U.N. Princípios e Recomendações para um Sistema de Estatísticas Vitais, Revisão 3, para. 351.

⁴⁹ U.N. Princípios e Recomendações para um Sistema de Estatísticas Vitais, Revisão 3, para. 352.

⁵⁰ U.N. Diretrizes sobre o Marco Legislativo do Registro Civil, Estatísticas Vitais e Sistemas de Gestão de Identidade, pars. 257, 312, 318.

⁵¹ U.N. Princípios e Recomendações para um Sistema de Estatísticas Vitais, Revisão 3, para. 352 - 355.

instituição de saúde como o principal informante do evento.⁵² Da mesma forma, quando um nascimento ou morte ocorre em casa sob os cuidados de um profissional de saúde (por exemplo, parteira, enfermeira, médico), muitos países consideram eficaz designar o profissional de saúde como o principal informante do evento.⁵³ Em determinadas circunstâncias, como as que envolvem causas não naturais (por exemplo, acidente, suicídio, homicídio) e mortes ocorridas fora das unidades de saúde sem supervisão médica, as autoridades médico-legais (por exemplo, policial, legista, legista) podem ser responsáveis por informar o registrador do evento vital. Em particular, as mortes por causas não naturais e as mortes não supervisionadas por médicos são frequentemente subnotificadas porque muitos sistemas de CRVS dependem das famílias (e não das autoridades governamentais) para relatar essas mortes. (Veja o Capítulo 11, sobre Investigações Médico-legais de Morte, para obter mais detalhes).

Quando nenhum outro informante for capaz de relatar os eventos vitais, qualquer adulto com conhecimento dos fatos deve ser obrigado (ou pelo menos autorizado) a relatar o evento vital. A responsabilidade pode ser atribuída a outros funcionários do governo, como representantes do governo local, líderes tribais ou agentes comunitários de saúde.⁵⁴ Atores religiosos que podem ser responsáveis por notificar nascimentos ou mortes em casa podem incluir padres, imãs ou outros presidindo cerimônias de nomeação ou cerimônias fúnebres. Os agentes funerários também podem ser obrigados a fornecer informações ao registrador com base em dados coletados sobre o falecido de parentes mais próximos.⁵⁵ Os países devem considerar a melhor forma de garantir que as informações desses possíveis informantes sejam compartilhadas com o registrador civil – seja por meio da obrigação de notificar dentro de um período de tempo especificado ou mantendo um registro que é compartilhado periodicamente com o registrador civil.

A lei também deve abordar informantes nas seguintes situações. Quando um nascimento ou morte ocorre em um navio ou avião, muitos países colocam a responsabilidade do capitão do navio ou avião como informante.⁵⁶ Se um bebê for encontrado sem nenhum responsável conhecido (chamado de “enjetado”), a pessoa ou o chefe da instituição que assume a custódia do bebê deve ser responsável por notificar o registrador do nascimento.⁵⁷ Quando uma pessoa é trazida morta para um estabelecimento de saúde, a lei deve atribuir ao estabelecimento de saúde ou às autoridades médico-legais a responsabilidade de notificar o óbito ao registrador.⁵⁸

Orientação: Para cada evento vital, indique os informantes enumerados, qualquer hierarquia e se cada um tem permissão ou obrigação de se reportar ao registro civil, bem como quaisquer procedimentos especiais para reportar ao registro civil. Na seção de comentários abaixo, indique se a lei está alinhada com as melhores práticas e descreva quaisquer lacunas e/ou oportunidades para reforma regulatória.

a. Informantes nascidos vivos (Observe qualquer hierarquia e se o informante está autorizado/obrigado a agir. Observe também quaisquer informantes para nascimentos que ocorrem em navios e aviões e informantes para enjetados):

Citações:

Comentários:

⁵² U.N. Princípios e Recomendações para um Sistema de Estatísticas Vitais, Revisão 3, para. 350.

⁵³ U.N. Diretrizes sobre o Marco Legislativo do Registro Civil, Estatísticas Vitais e Sistemas de Gestão de Identidade, parágrafos 257, 312, 318

⁵⁴ U.N. Diretrizes sobre o Marco Legislativo do Registro Civil, Estatísticas Vitais e Sistemas de Gestão de Identidade, parágrafos 257, 312, 318.

⁵⁵ U.N. Princípios e Recomendações para um Sistema de Estatísticas Vitais, Revisão 3, para. 350; Lei de Estatísticas Vitais do Estado Modelo e Regulamentos de Estatísticas Vitais do Estado Modelo 2011. Revisão, pág. 29, linhas 1219-1223.

⁵⁶ U.N. Diretrizes sobre o Marco Legislativo do Registro Civil, Estatísticas Vitais e Sistemas de Gestão de Identidade, para. 306.

⁵⁷ U.N. Diretrizes sobre o Marco Legislativo do Registro Civil, Estatísticas Vitais e Sistemas de Gestão de Identidade, para. 297.

⁵⁸ U.N. Diretrizes sobre o Marco Legislativo do Registro Civil, Estatísticas Vitais e Sistemas de Gestão de Identidade, para. 341.

b. Informantes da Morte (Observe qualquer hierarquia e se o informante está autorizado/obrigado a agir. Observe também quaisquer informantes para mortes que ocorrem em navios e aviões. Dirija-se especificamente aos informantes para mortes não naturais ou suspeitas, incluindo aquelas trazidas por morte para unidades de saúde):

Citações:

Comentários:

4. Local de Registro

Melhor Prática: Uma estrutura legal pode limitar o registro de nascimentos e óbitos a uma área de registro primário em um determinado local: (1) o local de ocorrência do evento, (2) o local de residência habitual da mãe (para nascimento) ou do falecido (para óbito), ou (3) qualquer local. Permitir o registro no local de ocorrência do evento, em vez de exigir o registro no local de residência, deve facilitar e acelerar o registro de eventos vitais. Se o registro tanto no local de residência quanto no local de ocorrência não for viável, é preferível exigir que os eventos vitais sejam registrados no local de ocorrência.⁵⁹ Note-se, no entanto, que no caso de nascimentos, mesmo que o registro se limite ao local de ocorrência, o local de residência habitual da mãe deve ainda ser registrado para efeitos estatísticos e legais.⁶⁰

Se um nascimento ou morte ocorrer em um veículo em movimento, como um navio, avião, trem ou carro, muitos países consideram o local de ocorrência como o local onde o bebê ou o falecido é removido pela primeira vez do veículo.⁶¹

À medida que os sistemas CRVSID se tornam mais interligados dentro dos países, pode ser possível registrar um evento vital em qualquer ponto onde o informante possa acessar o sistema, pois a informação iria diretamente para um banco de dados central.⁶²

Orientação: Descreva onde o registro de nascimento e óbito deve ocorrer (ou seja, local de residência versus local de ocorrência versus qualquer um ou em qualquer lugar que o sistema possa ser acessado). Na seção de comentários abaixo, indique se a lei está alinhada com as melhores práticas e descreva quaisquer lacunas e/ou oportunidades para reforma regulatória.

a. Nascimento Vivo:

Citações:

Comentários:

b. Morte:

Citações:

Comentários:

⁵⁹Nações Unidas, Manual de Sistemas e Métodos de Estatísticas Vitais Volume I: Aspectos Legais, Organizacionais e Técnicos, Nova York, 1991, parágrafos 177-179.

⁶⁰ U.N. Princípios e Recomendações para um Sistema de Estatísticas Vitais, Revisão 3, para. 358.

⁶¹ U.N. Diretrizes sobre o Marco Legislativo do Registro Civil, Estatísticas Vitais e Sistemas de Gestão de Identidade, parágrafos 306, 377.

⁶² U.N. Princípios e Recomendações para um Sistema de Estatísticas Vitais, Revisão 3, para. 92.

5. Tempo Permitido para Registro

Melhor Prática: Processos e prazos uniformes para registro de eventos vitais devem ser aplicados em todo o país. O prazo máximo permitido para o registro deve ser o mais curto possível para facilitar o registro atual e preciso e a produção oportuna de estatísticas populacionais. Os prazos são geralmente entre 14 e 30 dias para o registro de nascimento e cerca de 3 dias para o registro de óbito, mas variam de acordo com o país.⁶³ Um período de carência de até um ano após a ocorrência do evento pode ser permitido para circunstâncias atenuantes.⁶⁴

Na prática, os hospitais e estabelecimentos de saúde devem poder notificar os nascimentos quase imediatamente se o sistema for informatizado e vinculado ao registrador, enquanto a notificação de eventos fora das instalações geralmente leva mais tempo. Para resolver isso, a legislação pode prever um prazo máximo em que um evento deve ser relatado e os regulamentos podem definir um prazo menor para circunstâncias específicas, como eventos que ocorrem em instalações com sistemas informatizados.⁶⁵

Orientação: Descrever os prazos para inscrição no prazo. Preste atenção se diferentes informantes têm prazos diferentes. Indique quem, se houver, tem autoridade para modificar esses prazos e em que circunstâncias. **Observação:** Registros atrasados e atrasados são discutidos na Seção 9 abaixo. Na seção de comentários, indique se a lei está de acordo com as melhores práticas e descreva quaisquer lacunas e/ou oportunidades para reforma regulatória.

a. Nascimento Vivo:

Citações:

Comentários:

b. Morte:

Citações:

Comentários:

6. Custo do Registro

Melhor Prática: Os princípios da ONU para um sistema de registro afirmam que não deve haver cobrança pelo registro de nascimento ou óbito.⁶⁶ O pagamento de qualquer taxa para registrar esses eventos vitais antes do prazo legal atuaria como um desincentivo ao registro oportuno. Embora alguns países imponham uma taxa se um evento for registrado após o prazo, isso também pode desincentivar o registro. Portanto, recomenda-se o uso de incentivos, em vez de penalidades, para incentivar o registro no prazo.

Orientação: Inclua detalhes de todas as taxas e prazos relacionados ao registro de nascimentos e óbitos. Observe que os custos de recebimento de certidões de nascimento/óbito são analisados na Seção 10 e não precisam ser abordados aqui. Na seção de comentários, indique se a lei está de acordo com as melhores

⁶³ U.N. Manual de Sistemas e Métodos de Estatísticas Vitais Volume I: Aspectos Legais, Organizacionais e Técnicos, parágrafos 180-184.

⁶⁴ U.N. Princípios e Recomendações para um Sistema de Estatísticas Vitais, Revisão 3, para. 363

⁶⁵ U.N. Diretrizes para o Marco Legislativo do Registro Civil, Estatísticas Vitais e Sistemas de Gestão de Identidade, para. 279.

⁶⁶ U.N. Princípios e Recomendações para um Sistema de Estatísticas Vitais, Revisão 3, para. 364.

práticas e descreva quaisquer lacunas e/ou oportunidades para reforma regulatória.

a. Taxas para Registro de Nascido Vivo:

Citações:

Comentários:

b. Taxas para Registro de Óbito:

Citações:

Comentários:

7. Informações Requeridas no Registro

Melhor Prática: As informações coletadas durante o registro de nascimento e óbito incluem tanto informações legais (as informações que são inseridas no registro) quanto uma ampla variedade de informações estatísticas (as informações usadas para gerar estatísticas vitais). (Para mais informações sobre tópicos estatísticos coletados durante o registro civil, consulte o Capítulo 7 sobre Estatísticas Vitais.) Embora o registrador deva se esforçar para obter informações jurídicas e estatísticas completas, a incapacidade de um informante de fornecer informações para qualquer campo de dados não deve impedir o registro.⁶⁷ Por exemplo, a necessidade de nomear um pai no caso de nascimento de uma mãe solteira pode ser uma grande barreira ao registro. Embora seja preferível que ambos os pais sejam detalhados no histórico de registro (de acordo com a Convenção sobre os Direitos da Criança), a legislação não deve impedir o registro do nascimento de uma criança se a mãe não puder ou não quiser nomear o pai, ou se o pai se recusa a reconhecer a criança. Para certos grupos populacionais, exigir a divulgação a uma agência governamental de status de cidadania, nacionalidade, etnia, religião ou outras características pode funcionar como um desincentivo. Nessas situações, o registro deve ser permitido sem a divulgação dessas informações. Para o registro de óbito, o ideal é que haja uma causa de morte medicamente certificada; entretanto, a falta de informações sobre a causa da morte não deve impedir o registro do óbito. (Consulte o Capítulo 5 sobre Certificação da Causa da Morte).

Orientação: Descreva as informações mínimas necessárias para registrar um nascimento ou um óbito. Na seção de comentários, analise se algum dos campos de dados obrigatórios pode apresentar uma barreira ao registro de nascimento ou óbito.

a. Descreva as informações mínimas exigidas para o registro de nascimento.

Citações:

Comentários:

b. Descreva as informações mínimas exigidas para o registro de óbito.

Citações:

⁶⁷ U.N. Diretrizes para o Marco Legislativo do Registro Civil, Estatísticas Vitais e Sistemas de Gestão de Identidade, para. 292, 357.

8. Comprovante Necessário para se Registrar para Registro no Prazo

Melhor Prática: Os registradores devem exigir a comprovação da veracidade das informações a serem registradas. O nível de prova ou evidência exigido para o registro deve ser suficientemente rigoroso para garantir a exatidão das informações sem ser tão oneroso a ponto de desencorajar o registro.⁶⁸ A verificação do evento vital pode ser feita por meio de prova documental ou oral. A prova documental é sempre preferida, sendo as formas mais comuns de prova documental uma notificação de nascimento, uma notificação de óbito e um atestado médico da causa da morte (MCCD) (consulte o Capítulo 5 para obter mais informações sobre MCCD). O ideal é que essa prova documental seja emitida pelo estabelecimento de saúde ou profissional de saúde com conhecimento da ocorrência e entregue diretamente ao registro civil. No entanto, se um evento ocorrer sem acompanhamento médico, nem sempre poderá haver comprovação documental e, nesses casos, poderá ser solicitada uma testemunha do evento para o registro.⁶⁹ (Para provas documentais necessárias para registros atrasados ou atrasados, consulte a Seção 9.)

A notificação de nascimento ou óbito do setor de saúde constitui prova documental crítica da ocorrência de um evento, que pode ser utilizada para atender aos requisitos de verificação do registro civil. Embora o setor de saúde deva ser o informante principal de acordo com as melhores práticas, se a família for o informante, o setor de saúde deve ser obrigado a emitir uma notificação de nascimento ou óbito à família gratuitamente para todos os eventos atendidos por médicos.

Embora a informação sobre a causa da morte seja essencial para fins de saúde pública, não deve ser um requisito absoluto para registrar um óbito.⁷⁰ Em alguns países, a notificação do “fato da morte” é verificada mediante a apresentação do Atestado Médico da Causa da Morte (MCCD) ao registrador. No entanto, em locais ou circunstâncias em que um MCCD não esteja disponível, isso pode criar um impedimento ao registro. Portanto, não devem ser exigidas provas ou informações sobre a causa da morte para registrar um óbito. (Veja o Capítulo 5 para obter mais informações sobre MCCD). Se um MCCD não estiver disponível, a morte deve ser registrada sem informações sobre a causa da morte. Uma pessoa não médica nunca deve ser solicitada ou obrigada a fornecer informações sobre a causa da morte.

As leis podem exigir o número de identidade nacional ou carteira de identidade da mãe (e do pai, se disponível) para o registro de nascimento, e do parente mais próximo para o registro de óbito. Embora isso geralmente seja uma boa prática, as regras devem permitir provas alternativas de identidade para aqueles que não possuem um número de identificação nacional ou credencial, como aqueles que vivem em áreas remotas, migrantes, refugiados e apátridas.

Orientação: Descreva os documentos ou outras provas necessárias para o registro de nascimento e óbito *dentro do prazo legal*. Descreva qualquer exigência para que os profissionais médicos e/ou o setor de saúde apresentem uma notificação de nascimento ou notificação de óbito ao registrador. Se a família for o informante principal, descreva qualquer pagamento necessário para a emissão de uma notificação de nascimento ou óbito para a família. Descreva se um MCCD ou outra prova de causa de morte é necessária para registrar um óbito (aborde separadamente os requisitos para óbitos atendidos por médicos e óbitos que ocorrem sem supervisão médica).

Na seção de comentários, indique se a lei está de acordo com as melhores práticas e descreva quaisquer lacunas e/ou oportunidades para reforma regulatória.

⁶⁸ U.N. Princípios e Recomendações para um Sistema de Estatísticas Vitais, Revisão 3, parágrafos 365-366.

⁶⁹ U.N. Princípios e Recomendações para um Sistema de Estatísticas Vitais, Revisão 3, parágrafos 365-366, 368; UN Manual de Sistemas e Métodos de Estatísticas Vitais Volume I: Aspectos legais, organizacionais e técnicos, parágrafos 189-192.

⁷⁰ U.N. Diretrizes para o Marco Legislativo do Registro Civil, Estatísticas Vitais e Sistemas de Gestão de Identidade, para. 321

a. Evidência Solicitada para Registro de Nascido Vivo (atendimento médico e não atendimento médico):

Citações:

Comentários:

b. Evidências Solicitadas para Registro de Óbito (atendimento médico e não atendimento médico):

Citações:

Comentários:

9. Provisão para Registro Tardio e Atrasado

Melhor Prática: Os prazos para o registro de nascimento geralmente variam entre 14 e 30 dias e cerca de 3 dias para o registro de óbito, mas variam de acordo com o país.⁷¹ Um registro tardio ocorre após o período de tempo legalmente especificado, mas dentro de um período de carência, geralmente um ano após o evento vital.⁷² O registro atrasado ocorre após o período de carência.⁷³ Embora o registro tardio deva ser desencorajado para que os eventos vitais sejam registrados em tempo hábil, os procedimentos e as provas exigidas não devem ser tão restritivos que desencorajem o registro tardio de eventos. Os procedimentos devem levar em conta as dificuldades em encontrar ou verificar evidências de eventos passados enquanto se esforçam para manter a integridade dos registros.⁷⁴ Normalmente, o registro tardio é permitido sem muitas provas adicionais do evento. Para registro atrasado, provas adicionais (como testemunhas) podem ser exigidas; no entanto, isso não deve ser tão oneroso a ponto de desincentivar o registro. Além disso, as taxas e multas por registro tardio e atrasado geralmente não são eficazes na prevenção de registro tardio e atrasado, mas atuam como um desestímulo ao registro.⁷⁵

Orientação: Descrever o processo e os prazos para registro tardio e atrasado de eventos vitais. Observe se as taxas, a prova exigida ou outros requisitos são diferentes para registro atrasado e atrasado em comparação com o registro no prazo. Indique se as taxas podem ser alteradas sem ação legislativa. Na seção de comentários, indique se a lei está de acordo com as melhores práticas e descreva quaisquer lacunas e/ou oportunidades para reforma regulatória.

a. Notificação de Nascimento Vivo Tardio e Atrasado (períodos, provas solicitadas, taxas):

Citações:

Comentários:

⁷¹ U.N. Manual de Sistemas e Métodos de Estatísticas Vitais Volume I: Aspectos Jurídicos, Organizacionais e Técnicos, par. 182.

⁷² U.N. Princípios e Recomendações para um Sistema de Estatísticas Vitais, Revisão 3, para. 363.

⁷³ U.N. Princípios e Recomendações para um Sistema de Estatísticas Vitais, Revisão 3, parágrafos 369-370.

⁷⁴ U.N. Diretrizes para o Marco Legislativo do Registro Civil, Estatísticas Vitais e Sistemas de Gestão de Identidade, pars. 281-283, 353-354.

⁷⁵ U.N. Diretrizes para o Marco Legislativo do Registro Civil, Estatísticas Vitais e Sistemas de Gestão de Identidade, para. 30

b. Notificação de Óbito Tardio e Atrasado (prazos, provas solicitadas, taxas):

Citações:

Comentários:

10. Processo para compartilhar informações entre cartórios locais e nacionais de registro civil

Melhor prática: A agência nacional de registro civil precisa de informações precisas e oportunas coletadas do registro civil para manter um banco de dados central de registro civil atualizado. E a agência nacional de estatísticas deve ter informações estatísticas precisas e oportunas coletadas do registro civil para gerar estatísticas vitais que possam ser usadas na tomada de decisões. Portanto, deve haver procedimentos claros para a transferência de informações dos registros civis locais para o nível nacional.

A lei deve exigir que o registrador civil local envie as informações coletadas durante o registro civil ao órgão de nível central de forma regular e oportuna.⁷⁶ Ideally, this information is submitted at least monthly, to allow for timely updating of the national civil register and timely generation of vital statistics. Em alguns países, o registrador local envia o registro civil a um registrador ou funcionário de nível médio, que por sua vez encaminha as informações para o nível nacional. Isso também é uma boa prática.

O registro civil local coleta uma grande variedade de informações durante o registro civil, incluindo informações legais, que são inseridas no registro civil, e informações estatísticas adicionais, que são usadas para gerar estatísticas vitais. (Consulte o Capítulo 7, Estatísticas Vitais, para obter informações sobre tópicos estatísticos). Portanto, o registro civil local deve apresentar as informações legais juntamente com um relatório estatístico para cada evento vital registrado.⁷⁷ Este relatório estatístico não deve conter nenhuma informação de identificação, sendo posteriormente submetido à agência de estatísticas. (Observe que, em alguns países, este relatório estatístico pode ser enviado diretamente à agência de estatísticas.)

Orientação: Descrever o processo de transferência das informações coletadas durante o registro civil do nível local para o nacional. Na seção de comentários, descreva se a lei está alinhada com as melhores práticas e anote quaisquer recomendações para reforma regulatória.

- a. Descrever o processo de transferência de informações dos registros civis locais para a agência central de registro civil.** Inclua prazos e descreva as informações enviadas. Observe especificamente como as informações legais são enviadas e como as informações estatísticas são enviadas.

Citação:

Comentários:

⁷⁶UN GOLF, parágrafo 422.

⁷⁷Nações Unidas, Princípios e Recomendações para um Sistema de Estatísticas Vitais, Revisão 3, Nova York, 2014. Paras. 328-334.

11. Códigos de Identidade Exclusivos

Melhor Prática: Um Código de Identidade Único (UIC) é um código numérico ou alfanumérico atribuído a um indivíduo por toda a vida. O uso de um UIC é uma maneira comum de compartilhar informações entre bancos de dados. No entanto, nem todos os países usam um UIC e, em alguns países, o uso do UIC para vincular informações entre bancos de dados não é legal devido a questões de privacidade.⁷⁸

Para países que usam um UIC, um UIC deve ser atribuído no registro de nascimento, o que facilita a ligação com o gerenciamento de identidade e outros sistemas de dados.⁷⁹ Um UIC é atribuído a apenas uma pessoa, e uma pessoa deve ter apenas um UIC dentro de uma jurisdição.⁸⁰ Um UIC geralmente não pode ser alterado, exceto em circunstâncias específicas, como roubo de identidade, e é aposentado ou desativado após a morte.⁸¹ As práticas dos países variam quanto à reutilização de um UIC após sua retirada. Em alguns países, um UIC nunca é reutilizado; em outros, um UIC é reutilizado, mas somente após um longo período de tempo, como 50 a 100 anos após a morte da pessoa.⁸²

O conteúdo dos caracteres alfanuméricos no UIC tem implicações importantes para a segurança. Quando os UICs foram introduzidos décadas atrás, as sequências de caracteres eram baseadas em informações pessoais, como data e local de nascimento. No entanto, sequências de caracteres baseadas em informações pessoais podem ser facilmente compreendidas, permitindo que as informações e/ou o UIC sejam usados de forma fraudulenta ou para fins discriminatórios (por exemplo, se uma pessoa puder ser identificada como refugiada com base no UIC).⁸³ Portanto, sequências ininteligíveis geradas aleatoriamente são agora preferidas. Como um UIC é usado para acessar serviços, ele deve ser mantido em sigilo e não exibido em certidões de nascimento, pois isso pode criar o potencial de roubo de identidade.

Orientação: Informe se UICs estão em uso no país. Em caso afirmativo, descreva se um UIC é atribuído a todas as pessoas dentro do país (sem discriminação) e com que idade. Descreva a sequência de caracteres do UIC, incluindo se a sequência de caracteres é ininteligível e se uma sequência de UIC pode ser reutilizada para outra pessoa após um período de anos após a aposentadoria do UIC. Na seção de comentários, descreva se a lei está de acordo com as boas práticas e anote quaisquer recomendações para reforma regulatória.

a. Os UICs São Atribuídos? Sim Não

Citações:

Comentários:

b. Um UIC é Atribuído a Todas as Pessoas Sem Distinção ou Discriminação? Com Que Idade é Atribuído um UIC?

Citações:

Comentários:

⁷⁸ U.N. Diretrizes para o Marco Legislativo do Registro Civil, Estatísticas Vitais e Sistemas de Gestão de Identidade, para. 104-105.

⁷⁹ U.N. Diretrizes para o Marco Legislativo do Registro Civil, Estatísticas Vitais e Sistemas de Gestão de Identidade, parágrafos 437-440.

⁸⁰ No entanto, é possível ter um UIC em mais de uma jurisdição se uma pessoa for residente ou cidadão de mais de uma jurisdição

⁸¹ U.N. Diretrizes para o Marco Legislativo do Registro Civil, Estatísticas Vitais e Sistemas de Gestão de Identidade, para. 94.

⁸² U.N. Diretrizes para o Marco Legislativo do Registro Civil, Estatísticas Vitais e Sistemas de Gestão de Identidade, para. 465.

⁸³ U.N. Diretrizes para o Marco Legislativo do Registro Civil, Estatísticas Vitais e Sistemas de Gestão de Identidade, para. 441.

c. Descreva a Sequência de Caracteres de um UIC e Anote Qualquer Potencial Reutilização:

Citações:

Comentários:

12. Cópias Certificadas de Informações Vitais de Eventos

Melhor Prática: Uma das principais responsabilidades do registrador é emitir certidões de nascimento e óbito, que servem como evidência oficial das informações sobre eventos vitais listados no registro. Um certificado é um documento, em papel ou em formato eletrônico, emitido pelo registrador e contendo todas ou parte das informações exatas contidas no registro vital original, e que, quando emitido pelo registrador, tem plena força e efeito do registro vital original.⁸⁴ Esses certificados vêm em várias formas, incluindo uma impressão de computador, uma fotocópia ou reprodução do registro original, ou um formulário separado com informações manuscritas ou datilografadas. Dependendo das informações exigidas, o certificado pode conter todas as informações do registro (formato completo ou longo) ou informações limitadas (formato parcial ou curto).⁸⁵

O recebimento de uma certidão de nascimento ou óbito, necessária para acessar determinados serviços, costuma ser um incentivo significativo para o registro. Os princípios da ONU prevêm que a emissão do certificado original seja gratuita.⁸⁶ A cobrança do certificado original no momento do registro pode servir como desincentivo ao registro. No entanto, a autoridade de registro civil pode cobrar pela emissão de cópias adicionais de uma certidão.

Como os certificados podem conter informações confidenciais e muitas vezes são necessários para acessar determinados serviços e benefícios privados e governamentais, somente as partes interessadas ou seus representantes legais devem poder solicitar certificados. Alguns países emitem certificados de “forma curta” e “forma longa”. As certidões curtas contêm informações limitadas – como nome completo, nome dos pais (para certidões de nascimento), sexo, local e data de nascimento e/ou local e data de óbito (para certidões de óbito). Os certificados de formato longo podem incluir outras informações, que podem ser confidenciais (como questões de paternidade e casamento, informações sobre a causa da morte, etc.) e a divulgação para a pessoa errada pode violar o direito à privacidade. Somente a família imediata, cônjuges, herdeiros, representantes legais e terceiros com interesse legítimo devem ter acesso a essas informações confidenciais.⁸⁷ O registrador local deve ter autoridade para determinar a legitimidade de tais solicitações e exigir prova de identidade e parentesco com o registrante. As agências governamentais também podem exigir essas informações para fins legítimos.

Orientação: Indique quem pode receber cópias autenticadas das informações sobre nascimento e óbito contidas no registro, quais provas são necessárias para comprovar a identidade do solicitante e quais informações estão contidas na cópia autenticada (incluindo formato longo e formato curto, se aplicável). Inclua detalhes de todas as taxas a serem pagas em relação ao recebimento da cópia autenticada e anote quaisquer diferenças de taxas entre o certificado original e as cópias adicionais. Na seção de comentários,

⁸⁴Lei de Estatísticas Vitais do Estado Modelo e Regulamentos de Estatísticas Vitais do Estado Modelo 2011 Revisão, p. 4, linhas 140-144. 81-

⁸⁵ U.N. Diretrizes para o Marco Legislativo do Registro Civil, Estatísticas Vitais e Sistemas de Gestão de Identidade, parágrafos 284, 359.

⁸⁶ U.N. Princípios e Recomendações para Sistemas de Estatísticas Vitais, Revisão 3, para. 364.

⁸⁷ U.N. Diretrizes para o Marco Legislativo do Registro Civil, Estatísticas Vitais e Sistemas de Gestão de Identidade, pars. 285-286, 360-361.

indique se a lei está de acordo com as melhores práticas e descreva quaisquer lacunas e/ou oportunidades para reforma regulatória.

a. Certidão de Nascimento (informações contidas na certidão de nascimento; quem pode solicitar e comprovante de identidade; taxas para original e segunda via):

Citações:

Comentários:

b. Certidão de Óbito (informações contidas na certidão de óbito; quem pode solicitar e comprovante de identidade; taxas para original e segunda via):

Citações:

Comentários:

13. Registros, Alterações e Correções Incompletos

Melhor Prática: A lei deve conter disposições claras para a alteração de registros, incluindo a correção de erros e entradas contestadas, e alterações de nome, legitimações, adoções e outras circunstâncias alteradas. A agência de registro civil deve ter autoridade para corrigir erros como erros ortográficos óbvios, data ou erros tipográficos, e esses tipos de alterações devem ser permitidos gratuitamente. A adição de informações omitidas - como nomeação tardia de uma criança ou informações de paternidade não contestadas - também deve estar dentro do poder da autoridade de registro civil. Isso alivia o requerente de ter que gastar tempo e dinheiro solicitando aos tribunais e alivia o tribunal de carga de trabalho adicional.⁸⁸ Para correções ou alterações que envolvam mudanças nas circunstâncias ou envolvam os direitos de terceiros (por exemplo, um cônjuge ou um filho), um registrante ou seu representante legal geralmente deve solicitar diretamente aos tribunais. Esses tipos de alterações geralmente incluem adoção, barriga de aluguel, paternidade, divórcio, anulação e separação judicial. As práticas do país variam em relação à mudança de nome. Alguns países exigem uma ordem judicial para alterar um nome no registro de nascimento; outros países permitem que os registradores aprovelem mudanças de nome. Em algumas jurisdições, a mudança de sexo em um registro de nascimento e documentos de identidade exige uma ordem judicial e também pode exigir prova de cirurgia de mudança de sexo. No entanto, isso está mudando em alguns países, que agora permitem a mudança de sexo nas certidões de nascimento e documentos de identidade sem essa exigência excessivamente onerosa.⁸⁹

Em algumas culturas, uma criança não recebe um nome até depois de uma cerimônia de nomeação. As práticas de registro devem ser sensíveis a esses costumes para minimizar o número de mudanças de nome necessárias, garantindo ao mesmo tempo o registro oportuno do nascimento. Um modo de conseguir isso é registrar o nascimento com um nome "temporário" de "menino/menina" e permitir a

⁸⁸ U.N. Diretrizes para o Marco Legislativo do Registro Civil, Estatísticas Vitais e Sistemas de Gestão de Identidade, pars. 408-412.

⁸⁹ U.N. Diretrizes para o Marco Legislativo do Registro Civil, Estatísticas Vitais e Sistemas de Gestão de Identidade, parágrafos 413-418.

adição ou alteração de um nome dentro de um número definido de dias - quando o nome da criança será alterado.⁹⁰

Orientação: Descreva quais os tipos de alterações que os conservadores podem fazer por conta própria e quais só podem ser feitas após intervenção judicial/ordem judicial. Descreva todos os procedimentos que facilitem ou impeçam a nomeação tardia de uma criança de acordo com cerimônias de nomeação ou costumes semelhantes, incluindo prazos, certidões a serem entregues, etc. Observe qualquer processo de legitimação ou adoção de uma criança após o registro inicial de nascimento. Na seção de comentários, indique se a lei está de acordo com as melhores práticas e descreva quaisquer lacunas e/ou oportunidades para reforma regulatória.

a. Correções/alterações que podem ser feitas pelo registrador (por exemplo, erros, omissões, informações não contestadas e nomenclatura tardia (se aplicável)). Observe se os registradores podem aprovar uma mudança de nome. Distinguir entre as alterações que podem ser feitas por um registrador local e aquelas que exigem aprovação de um nível superior, como o registrador nacional:

Citações:

Comentários:

b. Alterações que exigem uma ordem judicial (por exemplo, adoção, barriga de aluguel, paternidade, divórcio, anulação, separação judicial e mudança de sexo). Observe se uma mudança de nome exigir uma ordem judicial:

Citações:

Comentários:

14. Registro Vinculado ao Acesso a Serviços-Chave e Outros Incentivos

Melhor Prática: O registro completo de nascimentos e óbitos será afetado pela demanda dos cidadãos por registros e certidões de nascimento e óbito, principalmente nos sistemas em que a família é a informante. Vincular o acesso a serviços essenciais ao registro de nascimento/óbito pode aumentar a demanda. Os principais serviços podem incluir identidades nacionais, passaportes, registro de eleitores, carteiras de motorista, acesso ao sistema nacional de saúde ou plano de seguro nacional, autorizações de enterro, acesso a pensões (ou pensões de entes queridos que morreram), herança e outros direitos de propriedade. O casamento e o divórcio também podem estar vinculados ao registro de nascimento ou óbito. Por exemplo, uma certidão de nascimento pode ser exigida para provar a idade de consentimento para se casar, e a certidão de óbito de um cônjuge falecido pode ser exigida para permitir um novo casamento. Algumas empresas privadas podem exigir certificados para acesso a serviços, como seguro de vida, serviços bancários, telefones celulares ou acesso à Internet.⁹¹

⁹⁰ U.N. Diretrizes para o Marco Legislativo do Registro Civil, Estatísticas Vitais e Sistemas de Gestão de Identidade, parágrafos 295-296.

⁹¹ U.N. Diretrizes para o Marco Legislativo do Registro Civil, Estatísticas Vitais e Sistemas de Gestão de Identidade, parágrafos 555-569.

Embora a exigência de um certificado para acessar os principais serviços certamente aumente a demanda por registro civil, requisitos excessivamente rígidos podem reduzir o acesso a esses serviços – uma consequência não intencional que pode violar os direitos humanos da pessoa não registrada. Por exemplo, se uma certidão de nascimento for obrigatória para frequentar a escola, uma criança não deve ser privada de educação se sua família não registrar seu nascimento. Em vez disso, o registro de nascimento deve ser facilitado no momento da matrícula na escola.⁹²

Também pode haver incentivos para se registrar além do acesso aos serviços. Por exemplo, alguns países fornecem kits de recém-nascidos (com itens como fraldas, mamadeiras e roupas de bebê) com registro de nascimento e subsidiam os custos do enterro mediante comprovação do registro de óbito.⁹³

Orientação: Resuma se e quais documentos de registro civil são necessários para acessar os principais serviços, como os listados acima. Indicar se o registro é suficiente para aceder ao serviço ou se a pessoa ou família deve apresentar a certidão. Nesses casos, indicar se os certificados são obrigatórios para acesso aos serviços ou se algum documento alternativo é permitido para acesso ao sistema. Observe que essas regras raramente são incluídas na lei de registro civil, mas geralmente estão contidas em leis relacionadas à área de assunto específica (ou seja, os documentos necessários para se matricular na escola podem ser encontrados nos regulamentos de educação). Na seção de comentários, indique se a lei está de acordo com as melhores práticas e descreva quaisquer lacunas e/ou oportunidades para reforma regulatória.

a. Que serviços estão associados ao registro de nascimento e/ou à certidão de nascimento? (por exemplo, escola, saúde, documento de identidade nacional). São aceitos documentos alternativos?

Citações:

Comentários:

b. Quais serviços estão vinculados ao Registro de Óbito e/ou à Certidão de Óbito? (por exemplo, benefícios de seguro de vida, pensão do cônjuge falecido, novo casamento). São aceitos documentos alternativos?

Citações:

Comentários:

c. Serviços Vinculados a Outro Registro/Certificado de Evento Vital? Documentos alternativos aceitos?

Citações:

Comente:

⁹²UNICEF, Um Passaporte para Proteção: Um Guia para a Programação do Registro de Nascimento. CH. 2, páginas 66-67.

⁹³ U.N. Diretrizes para o Marco Legislativo do Registro Civil, Estatísticas Vitais e Sistemas de Gestão de Identidade, parágrafos 564, 566

15. Licenças de Sepultamento e Disposição de Corpos

Melhor Prática: A orientação da ONU recomenda que a estrutura legal de um país exija que todas as mortes sejam registradas como condição para a emissão de uma permissão para enterro, cremação ou outro descarte de restos humanos.⁹⁴ Este requisito pode ser incluído nas leis nacionais sobre cemitérios/crematórios, nas leis/regulamentos municipais ou na lei de registro civil.

A necessidade de uma autorização para transportar ou descartar um corpo é um incentivo significativo para garantir que a morte seja registrada.⁹⁵ A lei deve exigir que uma morte seja relatada ao registrador antes que uma autorização para descartar o corpo seja emitida, pois isso incentiva o registro de óbito.⁹⁶ Para fazer cumprir este requisito, os guardiões das instalações funerárias e funerárias e crematórios devem ser obrigados a solicitar prova de notificação da morte antes de prosseguir com os serviços.

Se o registro de óbito não for necessário para obter uma autorização de sepultamento, instalações funerárias, cemitérios e crematórios podem constituir um ponto de entrada alternativo para garantir que os óbitos sejam notificados e/ou registrados. Os chefes dessas instalações podem ser solicitados ao informante ou podem ser solicitados a fornecer um relatório periódico sobre as pessoas enterradas ou cremadas, para que o registrador determine se as mortes foram registradas.

Orientação: Descreva o processo de emissão de uma autorização para enterrar, cremar ou de outra forma descartar um corpo, incluindo quem emite a autorização, se é necessária a notificação prévia da morte ao registrador para a emissão da autorização e quaisquer prazos. Discutir se funerárias, cemitérios e crematórios devem solicitar uma cópia do alvará ou solicitar a comprovação de que a morte foi relatada ao cartório antes de prosseguir com o descarte do corpo. Indique se esses prestadores de serviços são obrigados a compartilhar registros com o registro civil ou a atuar como informantes ou notificadores de óbitos não registrados. Na seção de comentários, indique se a lei está de acordo com as melhores práticas e descreva quaisquer lacunas e/ou oportunidades para reforma regulatória.

a. Requisitos para a Permissão de Descarte do Corpo (autoridade emissora, se a comunicação da morte ao registrador é necessária antes da emissão da permissão e quaisquer prazos):

Citações:

Comentários:

c. Os Serviços de Funeral, Enterro e Cremação são obrigados a solicitar a autorização de sepultamento ou o comprovante de comunicação do óbito?

Citações:

Comentários:

d. Os Prestadores de Serviços de Funeral, Sepultamento e Cremação são obrigados a compartilhar registros com o Registro Civil (agindo como informantes ou simplesmente como órgãos de relatórios eliminados)?

⁹⁴ U.N. Princípios e Recomendações para um Sistema de Estatísticas Vitais, Revisão 3, para. 362.

⁹⁵ U.N. Diretrizes para o Marco Legislativo do Registro Civil, Estatísticas Vitais e Sistemas de Gestão de Identidade, parágrafos 363-365, 567.

⁹⁶ *Manual de Registo Civil e Sistemas de Estatísticas Vitais: Gestão, Operação, Manutenção, Revisão 1*, 2018, parágrafos 138 - 140.

Citações:

Comentários:



Capítulo

04

Relatório e Registro de Natimortos

Autores: Lynn Sferrazza (Global Health Advocacy Incubator), Olga Joos (CDC Foundation) e Chrystie Swiney (Global Health Advocacy Incubator)

Por que é importante:

Contar com precisão a incidência e identificar as causas de natimortos são um primeiro passo essencial para reduzir os estimados 2,6 milhões de natimortos que ocorrem globalmente a cada ano. Informações consistentes sobre a natureza e a causa da morte de natimortos são necessárias para o planejamento do sistema de saúde, priorização de recursos, formulação de políticas e melhoria da qualidade do atendimento no ponto de prestação de serviços.⁹⁷ Dados derivados de estatísticas de natimortos podem ajudar a orientar o desenvolvimento de intervenções de saúde pública focadas na prevenção ou redução da incidência de natimortos. Além disso, o reconhecimento oficial e a documentação de que um natimorto ocorreu pode ter significado para as famílias e facilitar o enterro ou cremação do bebê natimorto.⁹⁸

Agradecimentos: Os autores gostariam de agradecer a seguinte contribuição técnica: Carla Abouzahr, Estratégias Vitais; Ashley Frederes, Incubadora de Defesa da Saúde Global; Robert Jakob, Organização Mundial da Saúde; Fátima Marinho, Estratégias Vitais; e Srdjan Mrkic, Divisão de Estatística das Nações Unidas.

⁹⁷ *Making Every Baby Count: Auditoria e revisão de natimortos e mortes neonatais*, Organização Mundial da Saúde, 2016, página 5, disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/9789241511223>

⁹⁸ *Diretrizes sobre um Marco Legislativo para Registro Civil, Estatísticas Vitais e Gestão de Identidade*, Nações Unidas, 2019, no parágrafo 309, disponível em: <https://unstats.un.org/unsd/demographic-social/standards-and-methods/?topics=Civil%20Registration%20and%20Vital%20Statistics>

Introdução

A notificação de natimortos é extremamente importante para fins estatísticos. As estatísticas derivadas da notificação de natimortos podem ajudar a orientar o desenvolvimento de intervenções de saúde pública focadas na prevenção ou redução da incidência de natimortos. Os natimortos não são o resultado pretendido das gestações, portanto, sua prevenção é fundamental e deve ser informada por estatísticas completas e precisas. Além disso, a notificação de natimortos cumpre uma função legal e administrativa, pois o direito de enterrar um bebê natimorto e acessar certos benefícios para os pais, como licença remunerada, pode estar vinculado à notificação de natimortos.

O REGISTRO de nascimento e óbito, além de cumprir funções estatísticas e jurídicas/administrativas, cumpre também uma função de gestão de identidade. Dentro do sistema de gestão de identidade, o registro de nascimento estabelece a identidade legal e o registro de óbito retira a identidade legal.⁹⁹ Ao contrário do registro de nascimento e óbito, o registro de natimortos não cumpre uma função de gestão de identidade. Um natimorto não estabelece uma identidade legal e, portanto, os natimortos não devem ser inscritos nos registros de nascidos vivos e óbitos.¹⁰⁰

Este capítulo abrange os seguintes tópicos:

1. Definições
2. Dois Métodos de Notificação de Natimortos: Registro Civil e o Setor da Saúde
3. Quais Mortes Fetais Relatar: Natimortos
4. Informante/Repórter
5. Período de Tempo para Relatar um Natimorto
6. Local de Registro
7. Custo do Registro
8. Certificação Médica da Causa da Morte para Natimortos
9. Informações Estatísticas Coletadas
10. Comprovante de Relatório Antes da Emissão de Licenças de Enterro
11. Certidões de Óbito Fetal e Certidões Comemorativas de Natimorto
12. Compilação de Estatísticas Vitais sobre Natimortos

1. Definições

Melhor Prática: Definições claras e consistentes são necessárias para estabelecer um sistema de coleta de dados de alta qualidade. Alinhar as definições com os padrões internacionais ajudará os países a acompanhar o progresso do desenvolvimento e atender aos requisitos de relatórios internacionais. As definições listadas abaixo são importantes para entender ao discutir natimortos. Além de definir “natimorto”, são fornecidas definições para “morte fetal”, “nascido vivo”, “morte”, “morte neonatal” e “morte perinatal”. É importante entender a distinção entre um natimorto e esses outros eventos.

A *Morte Fetal* é definida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como:

*Morte anterior à expulsão ou extração completa de sua mãe de um produto da concepção, independentemente da duração da gravidez. A morte é indicada pelo fato de que, após tal separação, o feto não respira ou apresenta qualquer outra evidência de vida, como batimentos cardíacos, pulsação do cordão umbilical ou movimento definido de músculos voluntários.*¹⁰¹

A morte fetal é um evento vital distinto e deve ser distinguido de “nascimento vivo” e “morte”, que a Organização das Nações Unidas (ONU) define da seguinte forma:

⁹⁹ Diretrizes sobre um Marco Legislativo para Registro Civil, Estatísticas Vitais e Gestão de Identidade, parágrafo 61-62.

¹⁰⁰ Diretrizes sobre um Marco Legislativo para Registro Civil, Estatísticas Vitais e Gestão de Identidade, parágrafo 309.

¹⁰¹ Diretrizes sobre um Marco Legislativo para Registro Civil, Estatísticas Vitais e Gestão de Identidade, parágrafo 70.

*Nascido vivo é a expulsão ou extração completa de sua mãe de um produto da concepção, independentemente da duração da gravidez, que, após tal separação, respire ou apresente qualquer outra evidência de vida, como batimentos cardíacos, pulsação do cordão umbilical, ou qualquer movimento definido de músculos voluntários, tendo ou não o cordão umbilical sido cortado ou a placenta anexada.*¹⁰²

*A morte é o desaparecimento permanente de todas as evidências de vida a qualquer momento após o nascimento vivo (cessação pós-natal das funções vitais sem capacidade de ressuscitação).*¹⁰³

Observe que a definição de “morte” exclui mortes fetais.

Os *natimortos* são um subconjunto de mortes fetais e podem ocorrer antes do início do trabalho de parto (*anteparto*) ou após o início do trabalho de parto, mas antes do nascimento (*intraparto*).¹⁰⁴ Os critérios de limite usados para classificar os natimortos variam entre os países, criando desafios para a comparação estatística internacional. Para fins estatísticos nacionais, a OMS recomenda o uso dos seguintes critérios para definir um natimorto: feto com peso maior ou igual a 500 gramas, ou idade gestacional maior ou igual a 22 semanas completas, ou comprimento corporal maior ou igual a 25 cm. No entanto, nas estatísticas para comparação internacional, a inclusão do grupo de extremo baixo peso ao nascer atrapalha a validade das comparações e não é recomendada. Portanto, para fins estatísticos internacionais, a OMS recomenda o uso dos seguintes critérios: feto com peso maior ou igual a 1000 gramas; ou idade gestacional maior ou igual a 28 semanas completas; ou comprimento do corpo maior ou igual a 35 cm.¹⁰⁵ (Para saber mais sobre este tópico, consulte a Seção 3 abaixo.)

Um *aborto espontâneo*, também chamado de aborto espontâneo na terminologia médica, é uma morte fetal que ocorre antes do limiar gestacional definido como critério nacional para natimorto. Por exemplo, se um país usa 22 semanas como critério gestacional nacional para um natimorto, um aborto espontâneo é qualquer morte fetal que ocorra antes de 22 semanas completas de gestação. Se um país usa 20 semanas como critério gestacional nacional, um aborto espontâneo é qualquer morte fetal antes desse período.

Natimortos e aborto espontâneo (também conhecido como aborto espontâneo) não devem ser confundidos com *aborto induzido*, definido como uma gravidez interrompida intencionalmente por medicação ou procedimento que resulta na morte do feto.¹⁰⁶ No caso de natimorto e aborto espontâneo, não se pretende a morte fetal antes da expulsão.

Outros termos médicos importantes relevantes no contexto de morte infantil e morte fetal são *morte neonatal precoce*, *morte neonatal* e *morte perinatal*.

O período neonatal refere-se aos primeiros 28 dias de vida. O período neonatal precoce é os primeiros 7 dias após o nascimento, e o período neonatal tardio se estende de 7 dias a 28 dias completos. O primeiro dia de vida, as 24 horas após o nascimento, é tipicamente considerado “dia 1” na prática clínica, mas “dia 0” em inquéritos e registros vitais. Neste capítulo nos referimos ao primeiro dia de vida como “dia 1”; portanto, os dias 1 a 7 constituem o *período neonatal precoce*, os dias 8 a 28 são o *período neonatal tardio* e os dias 1 a 28 são o *período neonatal completo*.¹⁰⁷ Como tal, uma *morte neonatal* é a morte de uma criança durante os primeiros 28 dias de vida; uma *morte neonatal precoce* é a morte de uma criança durante os primeiros 7 dias de vida; e uma *morte neonatal tardia* é a morte de uma criança durante os dias 8 a 28.

¹⁰² Diretrizes sobre um Marco Legislativo para Registro Civil, Estatísticas Vitais e Gestão de Identidade, parágrafo 68.

¹⁰³ Diretrizes sobre um Marco Legislativo para Registro Civil, Estatísticas Vitais e Gestão de Identidade, parágrafo 69.

¹⁰⁴ Making Every Baby Count: Auditoria e revisão de natimortos e mortes neonatais, página 18.

¹⁰⁵ Classificação estatística internacional de doenças e problemas de saúde relacionados, 5ª edição, Organização Mundial da Saúde, 2016, Volume 2, seções 5.7.2, 5.7.3 e 5.14, disponível em https://icd.who.int/browse10/Content/statichtml/ICD10Volume2_en_2019.pdf

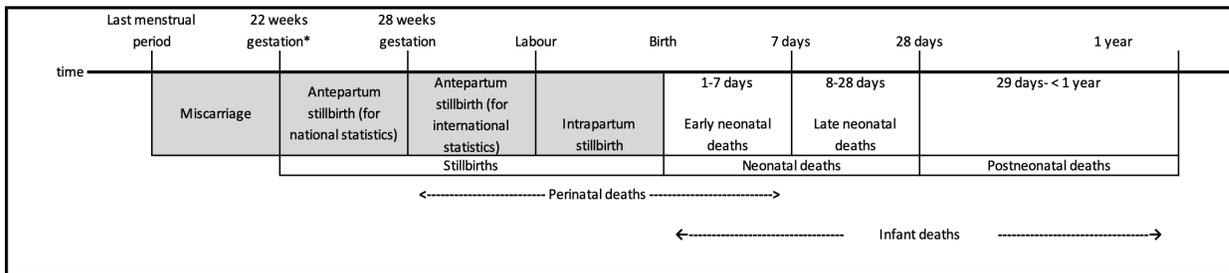
¹⁰⁶ Terminologia padrão para óbitos fetais, infantis e perinatais, Pediatrics, vol. 128, Edição 1, 1º de julho de 2011, disponível em: <https://pediatrics.aappublications.org/content/128/1/177>

¹⁰⁷ Making Every Baby Count: Auditoria e revisão de natimortos e mortes neonatais, página 19.

O período perinatal abrange o período de tempo após 28 semanas completas de gestação até os primeiros 7 dias após o nascimento. Portanto, as *mortes perinatais* incluem natimortos e todas as mortes neonatais precoces (1-7 dias).¹⁰⁸

Estudos revelaram erros de classificação de mortes neonatais precoces e natimortos, o que pode afetar as estatísticas vitais de um país, pois a classificação incorreta pode resultar em sobre ou subnotificação de natimortos, nascidos vivos e óbitos. Definições claras desses eventos devem ser incluídas na lei e divulgadas entre os provedores e informantes para ajudar a garantir que os eventos vitais sejam capturados com precisão.

A Figura 1 mostra a linha do tempo para distinguir aborto espontâneo, natimorto, morte neonatal e morte perinatal.



*Observação: Este valor é baseado em um critério nacional de limite de 22 semanas de gestação para natimortos. Se o critério de limite nacional para natimortos for inferior a 22 semanas, os períodos de tempo para “aborto” e “natimortos para estatísticas nacionais” devem ser ajustados de acordo.

Orientação: Indique se os termos abaixo estão definidos no marco legal. Em caso afirmativo, forneça a definição e a citação da definição. Para fins de notificação de natimortos, a lei deve definir, no mínimo, nascidos vivos, óbitos, óbitos fetais e natimortos. Outros termos importantes podem ser definidos, mas podem não ser necessários, dependendo do foco e da estrutura da lei. Nas seções de comentários, analise se as definições (se houver) estão alinhadas com as definições da ONU/OMS listadas acima.

a. Nascimento Vivo: Definido: Sim Não

Definição:

Citações:

Comentários:

b. Morte: Definido: Sim Não

Definição:

Citações:

Comentários:

c. Morte Fetal: Definido: Sim Não

¹⁰⁸Algumas definições de mortalidade perinatal também incluem o período neonatal tardio; no entanto, esta é uma prática menos comum. Veja *Fazendo Cada Bebê Contar: Auditoria e revisão de natimortos e mortes neonatais*, página 20.

Definição:

Citações:

Comentários:

d. Natimorto: Definido: ____ Sim ____ Não

Definição:

Citações:

Comentários:

e. Outros termos importantes

Definição:

Citações:

Comentários:

2. Dois Métodos de Notificação de Natimortos: Registro Civil e o Setor da Saúde

Melhor Prática: Existem dois métodos de relatório¹⁰⁹ natimortos para fins estatísticos. Um método é a notificação por meio do sistema de registro civil e o outro método é a notificação pelo setor de saúde ao Ministério da Saúde. Ambos os métodos são considerados boas práticas internacionais.

a. Relatório Através do Registro Civil

Neste método, um natimorto é registrado através do sistema de registro civil, geralmente em um registro separado chamado “registro de óbito fetal” ou “registro de natimorto”. A ONU recomenda que um natimorto não seja registrado no “registro de nascimento vivo” ou no “registro de óbito”, pois um natimorto não estabelece uma identidade legal nem afeta o estado civil.¹¹⁰ No entanto, alguns países incluem natimortos em um “registro de nascimento”, que inclui nascidos vivos e natimortos. Se um país segue esta prática, deve assegurar que o registro de nascimento indique claramente o nascimento como natimorto, a fim de facilitar a separação desses diferentes eventos vitais para o cálculo correto das estatísticas de nascidos vivos e natimortos. Isso é feito mais facilmente em registros digitalizados e deve ser desencorajado em sistemas de papel. Além disso, um natimorto nunca deve ser registrado no registro de óbitos, pois isso interferiria no cálculo correto das estatísticas de óbitos.

É importante diferenciar entre um natimorto e uma morte neonatal. Uma morte neonatal é um nascido vivo seguido de uma morte nos primeiros 28 dias de vida. O óbito neonatal é registrado tanto

¹⁰⁹Os países variam no uso de 'registro' e 'relato' na descrição do processo de captura de natimortos em estatísticas vitais. Neste capítulo, os relatórios serão usados para descrever o processo para ambos os métodos - setor de saúde e registro civil. O registro será usado para descrever o processo apenas para o sistema de registro civil.

¹¹⁰ *Diretrizes sobre um Marco Legislativo para Registro Civil, Estatísticas Vitais e Gestão de Identidade*, parágrafo 309.

no “registro de nascidos vivos” quanto no “registro de óbitos”, mesmo que esses eventos ocorram em curto espaço de tempo; no entanto, um natimorto deve ser registrado em um registro de natimorto separado (ou em um “registro de nascimento”, que inclui nascidos vivos e natimortos, conforme observado acima).

Tal como acontece com os nascimentos e óbitos, o secretário geral é responsável por enviar informações estatísticas anônimas de natimortos (ver seção 10, abaixo) à agência nacional de estatísticas para compilação de estatísticas vitais sobre natimortos.

b. Relatórios do Setor de Saúde

Nesse método, o setor de saúde, incluindo as unidades de saúde públicas e privadas, é responsável pela notificação de natimortos ao Ministério da Saúde (MS). Em alguns países, o Ministério da Saúde é responsável por enviar informações anônimas de natimortos à agência nacional de estatísticas, que então compila estatísticas sobre natimortos. Em outros países, o próprio MS é responsável por compilar estatísticas sobre natimortos. Qualquer um é uma boa prática.

c. Sistemas Híbridos

Alguns países seguem uma prática híbrida, relatando os natimortos tardios (28 ou mais semanas completas de gestação) por meio do sistema de registro civil e natimortos precoces (22 a 28 semanas completas de gestação) por meio do setor de saúde ao MS. Isso também é considerado uma boa prática internacional. Em um sistema híbrido, o Ministério da Saúde ou a agência nacional de estatísticas pode ser responsável pela compilação das estatísticas de natimortos precoces (22-28 semanas de gestação), e a agência nacional de estatísticas é geralmente responsável pela compilação das estatísticas de natimortos tardios (mais de 28 semanas de gestação).

Orientação: Descreva se os natimortos são notificados pelo sistema de registro civil, pelo setor de saúde ou por uma combinação dos dois. Se for usado um sistema híbrido, certifique-se de responder a todas as perguntas abaixo. Fornecer citações para as leis ou documentos relevantes. Na seção de comentários, observe se a lei é clara quanto ao método de relatório a ser seguido.

-
- a. Os natimortos são registrados no sistema de registro civil? Sim Não

Citações:

Comentários:

- b. Se sim, é usado um registro separado para o registro de natimortos ou os natimortos são registrados em um registro de nascimento que inclui nascidos vivos e natimortos?

Registro de natimorto separado Registro de nascimento com nascidos vivos e natimortos

Citações:

Comentários:

- c. Os natimortos são notificados pelo setor de saúde? Sim Não

Citações:

Comentários:

3. Quais Mortes Fetais Relatar: Natimortos

Melhor Prática: Independentemente de os natimortos serem relatados pelo sistema de registro civil ou pelo setor de saúde ao MS, deve haver critérios claros para a notificação de natimortos.

A OMS recomenda que todas as mortes fetais envolvendo fetos com peso mínimo de 500 gramas sejam relatadas e incluídas nas *estatísticas nacionais*. Quando a informação sobre o peso não estiver disponível, deve-se usar uma idade gestacional de 22 semanas completas ou um comprimento corporal de 25 cm da coroa ao calcanhar. Recomenda-se a inclusão de fetos com peso entre 500 e 1.000 gramas nas estatísticas *nacionais*, tanto por seu valor estatístico quanto porque melhora a cobertura de notificação de 1.000 gramas ou mais.¹¹¹

Dada a variabilidade do tamanho fetal entre os países, a inclusão do grupo de peso extremamente baixo ao nascer nas estatísticas para *comparação internacional* interrompe a validade das comparações e não é recomendada. Portanto, para *estatísticas internacionais*, os países devem informar e incluir fetos com peso igual ou superior a 1.000 gramas. Quando a informação sobre o peso ao nascer não estiver disponível, uma idade gestacional de 28 semanas completas ou comprimento corporal de 35 cm da cabeça ao calcanhar deve ser usada.¹¹²

A OMS na versão 10 da Classificação Internacional de Doenças (CID) recomenda que os critérios para decidir se ocorreu uma morte fetal devem ser aplicados na ordem: (1) peso ao nascer; (2) idade gestacional; (3) comprimento coroa-calcanhar.¹¹³ No entanto, em outras publicações da OMS, a OMS reconhece que em muitos países e contextos, o peso ou o comprimento do feto podem não estar disponíveis. Nesses cenários, se um único parâmetro de limiar for usado, a OMS recomenda o uso da idade gestacional, pois é um melhor preditor de viabilidade do que o peso ao nascer e é mais provável que as informações sobre a idade gestacional estejam disponíveis.¹¹⁴

Com melhorias nos cuidados neonatais e aumento da capacidade de sobrevivência de partos prematuros, alguns países usam um limite de idade gestacional mais baixo para fins de estatísticas nacionais. Alguns países, por exemplo, definem e registram natimortos com 20 semanas de gestação e, da mesma forma, rastreiam os resultados de bebês nascidos vivos com 20 semanas de gestação. A maioria dos bebês nascidos vivos em países com unidades de terapia intensiva neonatais com bons recursos pode sobreviver mesmo se nascidos com 20 semanas de gestação. Portanto, embora a OMS recomende um limite de 28 semanas completas de gestação para relatórios internacionais e um limite de 22 semanas completas de gestação para relatórios nacionais, é importante notar que esses limites podem perder natimortos anteriores, subestimando o verdadeiro fardo.¹¹⁵

Orientação: Informar quais natimortos são notificados pelo sistema de registro civil e/ou setor de saúde. Observe os parâmetros de limite para relatar natimortos e forneça citações das leis ou documentos relevantes. Se um sistema híbrido estiver em vigor, observe os limites para relatar ao MISAU e ao sistema de registro civil. Na seção de comentários, analise e descreva se a prática atual está alinhada com as melhores práticas.

-
- a. Quais natimortos (se houver) são relatados ao sistema de registro civil e/ou ao Ministério da Saúde? Observe os parâmetros de limite.

¹¹¹Volume CID-10, seções 5.14, disponível em https://icd.who.int/browse10/Content/statichtml/ICD10Volume2_en_2019.pdf

¹¹²Volume CID-10, seções 5.14, disponível em https://icd.who.int/browse10/Content/statichtml/ICD10Volume2_en_2019.pdf

¹¹³Volume CID-10, seções 5.14, disponível em https://icd.who.int/browse10/Content/statichtml/ICD10Volume2_en_2019.pdf

¹¹⁴ *Making Every Baby Count: Audit and review of stillbirths and neonatal deaths*, World Health Organization, 2016, página 18.

¹¹⁵ *Making Every Baby Count: Audit and review of stillbirths and neonatal deaths*, World Health Organization, 2016, página 18.

Citações:

Comentários:

4. Informante/Repórter

Melhor Prática:

a. Registro de Natimortos por Meio do Registro Civil

Os históricos de registro devem ser concluídos o mais rápido possível após a ocorrência do evento vital. O método mais simples e rápido para conseguir isso é exigir que um “informante” forneça as informações necessárias logo após a ocorrência do evento.¹¹⁶ O informante é “o indivíduo ou instituição cuja responsabilidade, designada por lei, é informar ao registrador o fato da ocorrência de um evento vital e fornecer todas as informações e todas as características do evento. Com base em tal relatório, o evento pode ser legalmente registrado pelo registrador.”¹¹⁷ A função de um informante é importante porque o registrador só pode registrar um evento vital com base na declaração do informante, verbalmente ou por escrito.¹¹⁸

A ONU recomenda o seguinte como informante principal para um natimorto, em ordem de prioridade: 1) o chefe da unidade de saúde (para um natimorto ocorrido em uma unidade de saúde) ou a parteira ou outro profissional médico (para um natimorto ocorrido fora de uma unidade de saúde com supervisão médica), 2) a mãe, 3) o pai, 4) o parente mais próximo da mãe, 5) qualquer outra pessoa adulta que tenha conhecimento dos fatos.¹¹⁹

Quando ocorrem eventos vitais em instituições de saúde, a abordagem mais eficaz é designar o chefe da instituição como o principal informante do evento.¹²⁰ Isso garante que informações completas e precisas sejam fornecidas ao registrador em um curto período de tempo após o evento. Da mesma forma, quando um evento vital ocorre em casa sob os cuidados de um profissional de saúde (por exemplo, parteira, parteira, enfermeira, médico), muitos países consideram eficaz designar o profissional de saúde como o principal informante do evento.¹²¹ Como informante, o chefe do estabelecimento de saúde ou o profissional de saúde que o atende deve ser obrigado a fornecer ao registrador *todas* as informações legais e estatísticas necessárias para registrar o natimorto. Com base nessas informações, o registrador registra o natimorto. A família não é obrigada a tomar quaisquer medidas adicionais. Este é um processo de uma etapa.

Alguns países seguem um processo de duas etapas. Nesse processo, o chefe da unidade de saúde ou o profissional médico assistente envia uma notificação de natimorto ao registrador e fornece uma cópia ao(s) pai(s). Para concluir o processo de registro, o pai deve então enviar a cópia da notificação de natimorto, juntamente com qualquer outra informação necessária, ao registrador. O registrador não pode registrar o natimorto até que o pai forneça essa informação. Portanto, os pais são os informantes desse processo e o estabelecimento de saúde/profissional de saúde é o notificador. Esse processo de duas etapas pode resultar em taxas de registro mais baixas porque os pais podem não concluir o registro.

¹¹⁶Princípios e Recomendações para um Sistema de Estatísticas Vitais, Revisão 3, Nações Unidas, Nova York, 2014, parágrafo 281, disponível em: <https://www.un.org/development/desa/capacity-development/tools/tool/principles-and-recommendations-for-a-vital-statistics-system-revision-3/>

¹¹⁷ Diretrizes sobre um Marco Legislativo para Registro Civil, Estatísticas Vitais e Gestão de Identidade, parágrafo 224.

¹¹⁸Princípios e Recomendações para um Sistema de Estatísticas Vitais, parágrafo 351.

¹¹⁹ Diretrizes sobre um Marco Legislativo para Registro Civil, Estatísticas Vitais e Gestão de Identidade, parágrafo 312.

¹²⁰Princípios e Recomendações para um Sistema de Estatísticas Vitais, parágrafo 350.

¹²¹Diretrizes sobre o Marco Legislativo do Registro Civil, Estatísticas Vitais e Sistemas de Gestão de Identidade, parágrafos 257, 312, 318.

b. Notificação de Natimortos pelo Sistema de Saúde

Não usamos o termo “informante” se os natimortos forem rastreados apenas pelo setor de saúde. No entanto, as mesmas instituições e pessoal estão envolvidos na notificação de natimortos sob este método. Para natimortos que ocorrem em uma unidade de saúde, o chefe da unidade de saúde (ou seu representante) é responsável por relatar os natimortos ao MS. Para um natimorto que ocorre em casa, a parteira ou outro profissional médico que atende o natimorto é responsável por relatar essa informação. Em alguns países, essas parteiras/profissionais médicos relatam o natimorto à unidade de saúde local, que é então responsável por notificar o MS. Em outros países, a parteira/profissional médico relata o natimorto diretamente ao MS.¹²²

c. Natimortos que ocorrem sem supervisão médica

Em muitos países, os partos domiciliares são comuns. Portanto, muitos natimortos também ocorrem em casa. Natimortos em casa que ocorrem sem atenção médica são mais difíceis de rastrear. No entanto, mesmo nesse cenário, o setor saúde tem um papel importante a desempenhar. Por exemplo, se um natimorto em casa não foi atendido por um profissional médico, a mãe pode ter tido contato com um agente comunitário de saúde durante a gravidez e pode procurar atendimento médico após a ocorrência do natimorto. Em alguns países, se uma mulher procurar atendimento médico após um natimorto, o estabelecimento de saúde ou o profissional médico que cuida da mulher é responsável por relatar o natimorto ao registrador ou por meio do sistema de saúde (dependendo do método de rastreamento usado). Se uma mulher não procurar assistência médica, mas um agente comunitário de saúde tomar conhecimento de um natimorto ocorrido em casa sem supervisão médica, esse agente comunitário de saúde pode ser responsável por acompanhar a mulher e relatar o natimorto ao registrador ou por meio do setor de saúde (dependendo de qual método de rastreamento é seguido).

Orientação: Se o seu país registra natimortos por meio do sistema de registro civil, siga as orientações da Seção (a) e responda às perguntas. Se o seu país relatar natimortos por meio do setor de saúde, siga as orientações da Seção (b) e responda às perguntas. Se o seu país relatar natimortos por meio de ambos os métodos, responda a todas as perguntas.

a. Registro através do Registro Civil

Se o seu país relatar natimortos por meio do sistema de registro civil, responda às perguntas a seguir e forneça citações das leis ou documentos relevantes. Na seção de comentários, analise e descreva se a prática atual está alinhada com as melhores práticas.

- i. Quem é o informante de um natimorto que ocorre em uma unidade de saúde? Descreva o processo, incluindo quaisquer ações exigidas pela unidade de saúde e/ou quaisquer ações exigidas pela família para notificar ou informar o registrador do natimorto.

Citações:

Comentários:

- ii. Quem é o informante de um natimorto que ocorre em casa com uma parteira ou profissional médico? Descreva o processo, incluindo quaisquer ações exigidas pela parteira ou profissional médico e quaisquer ações exigidas pela família para notificar ou informar o registrador do natimorto.

¹²² Diretrizes sobre um Marco Legislativo para Registro Civil, Estatísticas Vitais e Gestão de Identidade, parágrafo 313.

Citações:

Comentários:

- iii. Quem é o informante de um natimorto que ocorre em casa sem uma parteira ou profissional médico? Descreva o processo, incluindo quaisquer ações exigidas pelos profissionais de saúde e/ou quaisquer ações exigidas pela família para notificar ou informar o registrador do natimorto.

Citações:

Comentários:

b. Relatórios do setor de saúde

Se seu país relatar natimortos por meio do setor de saúde, responda às perguntas a seguir e forneça citações das leis ou documentos relevantes. Na seção de comentários, analise e descreva se a prática atual está alinhada com as melhores práticas.

- i. Quem é responsável por notificar um natimorto que ocorra em uma unidade de saúde? Descreva o processo de notificação.

Citações:

Comentários:

- ii. Quem é responsável por relatar um natimorto que ocorre em casa com uma parteira ou profissional médico? Descreva o processo de notificação.

Citações:

Comentários:

- iii. Quem é responsável por relatar um natimorto que ocorre em casa sem uma parteira ou profissional médico? Descreva o processo de notificação.

Citações:

Comentários:

5. Período de Tempo para Relatar um Natimorto

Melhor Prática: Se natimortos forem relatados através do sistema de registro civil, a lei deve especificar o prazo dentro do qual o informante deve relatar ao registrador.¹²³ Para países com um processo de duas etapas, a lei deve especificar os prazos para notificação do setor de saúde e notificação pelo informante. As práticas de cada país variam, com alguns países exigindo notificação dentro do mesmo prazo para uma morte, e outros países exigindo notificação dentro do mesmo

¹²³ Diretrizes sobre um Marco Legislativo para Registro Civil, Estatísticas Vitais e Gestão de Identidade , parágrafo 313.

prazo para um nascido vivo.¹²⁴ Portanto, esses períodos de tempo podem variar, mas geralmente são de 3 a 30 dias.

Se os natimortos forem rastreados pelo setor de saúde, as unidades de saúde e os profissionais de saúde devem ser obrigados a relatar os natimortos ao MS de forma regular e oportuna. Novamente, essas práticas variam de país para país, mas os prazos geralmente são de 3 a 30 dias.

Dada a importância para a saúde pública das estatísticas de natimortos para informar os programas de prevenção, a notificação de natimortos deve ser oportuna e não deve exceder o período recomendado de 30 dias.

Orientação: Descreva o prazo para relatar natimortos. Para países que rastreiam natimortos por meio do sistema de registro civil, observe quaisquer prazos que se apliquem às ações da unidade de saúde/profissional de saúde e quaisquer prazos que se apliquem às ações da família. Para países que rastreiam natimortos no setor de saúde, observe quaisquer prazos que se apliquem à notificação de estabelecimentos de saúde/profissionais de saúde. Fornecer citações para as leis ou documentos relevantes. Na seção de comentários, analise e descreva se a prática atual está alinhada com as melhores práticas.

a. Períodos de tempo:

Citações:

Comentários:

6. Local de Registro [Preencha esta seção apenas se seu país rastrear natimortos por meio do registro civil]

Melhor Prática: Tradicionalmente, a legislação limitava o registro de eventos vitais a uma área de registro primário em um determinado local. O local de registro de um evento vital pode ser o local da ocorrência, ou o local de residência habitual, ou qualquer um. Permitir o registro no local de ocorrência do evento, em vez de exigir que ele ocorra no local de residência, deve facilitar e acelerar o registro de eventos vitais. Se o registro tanto no local de residência quanto no local de ocorrência não for viável, é preferível exigir que os eventos vitais sejam registrados no local de ocorrência.¹²⁵ Se os natimortos forem registrados no local de ocorrência, o local de residência habitual da mãe ainda deve ser registrado para fins estatísticos e legais.¹²⁶ (Consulte a Seção 9 – Informações Estatísticas Coletadas).

À medida que os sistemas CRVSID se tornam mais interligados dentro dos países, pode ser possível registrar um evento vital em qualquer ponto onde o informante possa acessar o sistema, pois a informação iria diretamente para um banco de dados central.¹²⁷

Orientação: Descreva onde o registro de um natimorto deve ocorrer (ou seja, local de residência vs. local de ocorrência vs. qualquer um, ou em qualquer lugar que o sistema possa ser acessado). Fornecer citações para as leis ou documentos relevantes. Na seção de comentários, analise e descreva se a prática atual está alinhada com as melhores práticas.

¹²⁴ Diretrizes sobre um Marco Legislativo para Registro Civil, Estatísticas Vitais e Gestão de Identidade , parágrafo 313.

¹²⁵ Nações Unidas, Manual de Sistemas e Métodos de Estatísticas Vitais Volume I: Aspectos Legais, Organizacionais e Técnicos, Nova York, 1991. p. 20, par. 177-179.

¹²⁶ Princípios e Recomendações para um Sistema de Estatísticas Vitais, parágrafo 358.

¹²⁷ Diretrizes sobre um Marco Legislativo para Registro Civil, Estatísticas Vitais e Gestão de Identidade , parágrafo 270.

-
- a. Onde um natimorto deve ser registrado?

Citações:

Comentários:

7. Custo do Registro [Preencha esta seção somente se seu país rastrear natimortos por meio do registro civil]

Melhor Prática: A ONU recomenda que não haja cobrança para registrar um natimorto,¹²⁸ como uma taxa para registrar um natimorto antes do prazo legal pode atuar como um desincentivo ao registro oportuno. Embora alguns países imponham uma taxa se um evento for registrado após o prazo, isso também pode desincentivar a inscrição.

Orientação: Informar se é cobrada uma taxa pelo registro atempado de um natimorto. Indique quaisquer taxas para registro atrasado (Nota: o custo de receber uma certidão de natimorto é discutido na Seção 10.) Fornecer citações para as leis ou documentos relevantes. Na seção de comentários, analise e descreva se a prática atual está alinhada com as melhores práticas.

-
- a. Indique quaisquer taxas cobradas pelo registro pontual, tardio e atrasado de um natimorto:

Citações:

Comentários:

8. Certificação Médica da Causa da Morte para Natimortos

Melhor Prática: Compreender a causa da morte (“COD”) para todas as mortes é fundamental para garantir que os dados de mortalidade utilizáveis estejam disponíveis em um país. A certificação médica de COD é “todas as doenças, condições mórbidas ou lesões que resultaram ou contribuíram para a morte e as circunstâncias do acidente ou violência que produziram tais lesões”.¹²⁹ Idealmente, todos os natimortos devem ter uma causa de morte medicamente certificada atribuída por um médico. No entanto, a incapacidade de certificar em âmbito médico a causa da morte não deve impedir o registro ou notificação de um natimorto.

A OMS recomenda o uso do Formulário Internacional de Certificação Médica da Causa da Morte (MCCD) para a certificação médica de natimortos.¹³⁰ Este é o mesmo formulário utilizado para atestado médico da causa de morte para todos os óbitos e substitui o atestado de óbito perinatal anteriormente recomendado. Este formulário MCCD pode ser um formulário separado do Formulário

¹²⁸Princípios e Recomendações para um Sistema de Estatísticas Vitais, parágrafo 364.

¹²⁹ *Classificação estatística internacional de doenças e problemas de saúde relacionados*, 5ª edição, Volume 2; Veja também *Health Topics*, site da Organização Mundial da Saúde, disponível em:

https://www.who.int/bulletin/volumes/84/3/mortality_glossary/en/

¹³⁰ *Classificação estatística internacional de doenças e problemas de saúde relacionados*, 5ª edição, Volume 2, página 140.

de Notificação de Natimorto (consulte a Seção 4 acima), ou incorporado no Formulário de Notificação de Nascimento, ou um formulário bifurcado pode ser desenvolvido em que o MCCD é uma parte do formulário e o Aviso de Nascimento é outra parte do formulário.

Um certificador de COD é a pessoa autorizada por lei a certificar medicamente as causas básicas e contributivas da morte, e outros fatos relacionados à morte, para apresentação ao registrador local ou outra autoridade competente.¹³¹ Somente médicos treinados devem certificar a causa da morte. Para natimortos que ocorrem com supervisão médica (seja dentro ou fora de uma unidade de saúde), o médico que atendeu o natimorto ou cuidou da mãe deve ser responsável por certificar a causa da morte.

A aplicação dos códigos de mortalidade da OMS na Classificação Internacional de Doenças para óbitos durante o período perinatal (CID-PM) deve ser usada para codificar natimortos medicamente certificados. A CID-PM visa vincular natimortos e mortes neonatais a condições maternas contribuintes, quando aplicável, de maneira consistente em todos os ambientes. Isso ajudará a padronizar e aumentar a quantidade de informações disponíveis sobre as causas de natimortos e mortes neonatais no período crítico do parto.¹³² (Para mais informações sobre codificação ICD, consulte o Capítulo 5, Seção 3). Os países que mantêm um formulário de atestado médico separado para a certificação de óbitos perinatais devem incluir no formulário os campos de dados recomendados pela OMS na CID.¹³³ (Consulte o Anexo 1 para obter uma lista dessas variáveis recomendadas pela OMS).

Em países com altas taxas de partos institucionalizados, natimortos sem assistência médica devem ser tratados como uma morte sem assistência médica e encaminhados ao sistema de investigação médico-legal de morte (MLDI) para certificação médica da causa da morte. (Consulte o Capítulo 11 para obter mais informações sobre MLDI). Em países com baixas taxas de partos institucionalizados, pode não ser viável encaminhar natimortos não atendidos clinicamente para o sistema MLDI. Nesses países, um profissional de saúde local deve determinar se o natimorto pode ser devido a causas não naturais ou externas e, em caso afirmativo, encaminhar o caso ao MLDI.

Nos países que registram natimortos por meio do sistema de registro civil, o estabelecimento de saúde, o médico, a autoridade MLDI ou o pessoal médico que trabalha com a autoridade MLDI que completou o MCCD deve ser responsável por enviar o MCCD ao registrador ou diretamente à agência de estatísticas. Nos países que relatam natimortos por meio do setor de saúde, a unidade de saúde, o médico, a autoridade MLDI ou o pessoal médico que trabalha com a autoridade MLDI que preencheu o MCCD deve ser responsável por enviar o MCCD ao MS. (Veja a Seção 12 abaixo para mais informações sobre Compilação de Estatísticas Vitais sobre Natimortos).

Orientação: Responda as seguintes perguntas sobre a certificação médica da causa de morte para natimortos. Fornecer citações para as leis ou documentos relevantes. Na seção de comentários, analise e descreva se a prática atual está alinhada com as melhores práticas.

-
- a. Os natimortos são obrigados a ter uma causa de morte certificada em âmbito médico para serem relatados ou registrados?

_____ Sim

_____ Não

Citações:

Comentários:

¹³¹Princípios e Recomendações para um Sistema de Estatísticas Vitais, página 202.

¹³² *Making Every Baby Count: Auditoria e revisão de natimortos e mortes neonatais*, páginas 17, 21.

¹³³ *Classificação estatística internacional de doenças e problemas de saúde relacionados*, 5ª edição, Volume 2, página 141.

- b. Que formulário é usado para certificar medicamente a causa da morte de um natimorto?

Citações:

Comentários:

- c. Quem é responsável por certificar medicamente a causa da morte de um natimorto? Especifique o certificador para natimortos medicamente supervisionados e não medicamente supervisionados.

Citações:

Comentários:

- d. Indique qual agência é responsável pela codificação do CID para natimortos medicamente certificados.

Citações:

Comentários:

- e. Para qual órgão a certificadora deve apresentar o MCCD no caso de natimortos? (por exemplo, registrador, agência de estatísticas, MS)?

Citações:

Comentários:

9. Informações Estatísticas Coletadas

Melhor Prática: A ONU recomenda tópicos específicos que devem ser registrados durante o registro civil para gerar estatísticas vitais. Esses tópicos são divididos em tópicos de alta prioridade, que devem ser coletados por todos os países, e tópicos de menor prioridade, que os países devem se esforçar para coletar à medida que seus sistemas evoluem ao longo do tempo. A ONU recomendou tópicos estatísticos para óbitos fetais, mostrados no gráfico abaixo,¹³⁴ devem ser registrados independentemente de natimortos serem notificados pelo sistema de registro civil ou pelo setor de saúde.

Dois tópicos merecem explicação adicional. Em primeiro lugar, o local de residência habitual da mãe é um tema de alta prioridade. É importante recolher a residência habitual da mãe independentemente de a notificação ser através do registro civil ou do setor de saúde, ou notificada no local de ocorrência ou local de residência (ver Seção 6). O local de residência da mãe permite aos analistas de dados e formuladores de políticas discernir se a taxa de ocorrência de natimortos em certas áreas do país apresenta tendências inesperadas. No entanto, embora o local de residência habitual da mãe seja coletado, devido à natureza sensível da notificação de natimortos, é importante

¹³⁴Princípios e Recomendações da ONU para um Sistema de Estatísticas Vitais, Revisão 3, parágrafo 66, Tabela III.1.

não registrar nenhuma informação de identificação da mãe ou do pai, pois isso cria problemas de privacidade. Isso difere do registro de nascimento vivo, onde o nome da mãe e do pai são registrados no registro. Em segundo lugar, a ONU recomenda registrar a data da última menstruação da mãe, que é usada para calcular a idade gestacional, como um tópico de menor prioridade. No entanto, dado que a OMS recomenda a notificação de natimortos usando a idade gestacional como critério limite, na prática isso é tratado como um tema de alta prioridade.

Orientação: Para comparar os vários requisitos com as práticas recomendadas, preencha a planilha abaixo. Na seção de comentários, analise e descreva se a prática atual está alinhada com as melhores práticas.

	Melhor Prática: Morte Fetal	Prática Real: Morte Fetal
Característica do Evento [● = Alta prioridade, ○ = Prioridade Baixa]		
Data e Local de Registro	●	
Data e Local de Ocorrência	●	
Atendente no nascimento	○	
Tipo de Nascimento (gêmeo, trigêmeo, etc.)	○	
Tipo de local de ocorrência (hospital, domicílio, etc.)	○	
Causa da Morte	○	
Certificador	○	
Características do Feto [● = Alta prioridade, ○ = Prioridade Baixa]		
Sexo	●	
Peso no natimorto	○	
Entregue em casamento	○	
Data da última menstruação da mãe (a idade gestacional é derivada disso)*	○	
Características da Mãe/Pai [▼ =Mãe▲ =Pai;▼ /▲ = alta prioridade,▽ /△ = Prioridade Baixa]		
Data de nascimento	▼/▲	
Nível Educacional	▽/△	
Status de alfabetização	▽/△	
Grupo étnico e/ou nacional	▽/△	
Cidadania	▽/△	
Status da atividade econômica	▽/△	
Ocupação usual	▽/△	
Local de residência habitual	▼/▲	
Duração da residência no local habitual	▽/△	
Local de residência anterior	▽/△	
Grupo étnico e/ou nacional	▽/△	
Cidadania	▽/△	
Local de nascimento	▽/△	
Número de consultas de pré-natal	▽	
Mês de gravidez começou o pré-natal	▽	
Crianças nascidas vivas da mãe durante toda a sua vida	▼	
Filhos nascidos da mãe durante toda a sua vida e ainda vivos	▽	
Mortes fetais à mãe durante toda a sua vida	▼	

	Melhor Prática: Morte Fetal	Prática Real: Morte Fetal
Data do último nascimento na vida anterior	▼	
Data do casamento	▼	

*Observação: Embora a ONU designe “data da última menstruação da mãe” como de menor prioridade, na prática isso é tratado como um tópico de alta prioridade porque natimortos são relatados usando a idade gestacional como critério limite (ver orientação acima).

Citações:

Comentários:

10. Comprovante de Relatório Antes da Emissão de Licenças de Enterro

Melhor Prática: Na maioria dos países, quando ocorre um natimorto em uma unidade de saúde, é oferecida à família a opção de a unidade de saúde realizar o descarte do bebê natimorto ou liberar o bebê natimorto à família para enterro ou cremação. Se a família optar por enterrar ou cremar o natimorto, o prestador do serviço de funeral, sepultamento ou cremação deve ser obrigado a solicitar comprovação de que o natimorto foi relatado ao cartório ou ao sistema de saúde antes da disposição final.¹³⁵ Isso ajuda a garantir que os natimortos sejam registrados ou relatados.

O tipo de prova exigida varia de acordo com o tipo de sistema. Geralmente, nos sistemas em que o estabelecimento de saúde é o informante do registro de natimortos (em um processo de uma etapa) ou responsável pela notificação ao MS, o estabelecimento de saúde ou profissional médico que atendeu o natimorto fornece uma cópia de um documento, como um notificação de natimorto ou prontuário de natimorto, à família. Este documento fornece à família a comprovação de que o setor de saúde cumpriu sua função de notificação e permite à família enterrar ou cremar seu bebê natimorto. Em países onde a família é o informante, o registrador fornece à família um certificado de registro de natimorto (também chamado de certificado de registro de óbito fetal) ou algum outro documento que comprove que a família relatou o natimorto. Observe que, em alguns países, pode não ser possível emitir imediatamente uma certidão de registro de natimorto, pois o processo de verificação e entrada oficial das informações no registro pode levar dias ou mais. Portanto, um documento que demonstre que o natimorto foi relatado é suficiente. Independentemente do tipo de prova exigida para a disposição final, essa prova deve ser fornecida gratuitamente.

Orientação: Responda às perguntas abaixo sobre qualquer documentação necessária para comprovar o relato de um natimorto antes do enterro ou cremação de um bebê natimorto. Fornecer citações para as leis ou documentos relevantes. Na seção de comentários, analise e descreva se a prática atual está alinhada com as melhores práticas.

-
- a. [Para sistemas onde o setor de saúde é o informante para registro ou relatórios ao MS]: A unidade de saúde ou profissional médico que atendeu o natimorto é obrigado a emitir um documento para a família que comprove que o natimorto foi notificado? Se sim, este documento é fornecido gratuitamente?

¹³⁵ *Diretrizes sobre um Marco Legislativo para Registro Civil, Estatísticas Vitais e Gestão de Identidade*, Nações Unidas, 2019, no parágrafo 315.

Citações:

Comentários:

- b. [Para sistemas em que a família é a informante do registro de natimortos]: O cartório é obrigado a emitir à família certidão de nascimento de natimorto ou algum outro documento que comprove que a família cumpriu seu dever de informar o natimorto? Este documento é emitido gratuitamente?

Citações:

Comentários:

- c. Os serviços de funeral, sepultamento e cremação são obrigados a solicitar a comprovação de que um natimorto foi notificado ao setor de saúde ou ao sistema de registro civil antes da disposição final de um natimorto?

Citações:

Comentários:

11. Certidões de Óbito Fetal e Certidões Comemorativas de Natimorto

Melhor Prática: Nos sistemas em que os natimortos são registrados pelo sistema de registro civil com processo em duas etapas, o registro civil emite uma certidão de óbito fetal aos pais após o registro do evento. Nos sistemas de registro civil com um processo de uma só etapa, este documento é emitido apenas mediante pedido, pois a unidade de saúde emite à família uma cópia do auto de natimorto para fins de sepultamento (ver acima). Esta certidão de óbito fetal é um documento oficial do governo.

Como um natimorto não é um nascido vivo, o registrador não deve emitir um certificado de nascido vivo. No entanto, muitos pais desejam ter algo além de uma certidão de óbito fetal para comemorar seu bebê natimorto. O reconhecimento do evento e da perda pode proporcionar conforto aos pais, e os pais muitas vezes desejam ter algum tipo de "certidão de nascimento". Para acomodar os desejos dos pais, muitos países e jurisdições oferecem aos pais a oportunidade de receber um documento comemorativo reconhecendo o natimorto. Este documento - muitas vezes chamado de "certificado de natimorto", "certificado de natimorto" ou "certificado de registro de natimorto" - geralmente contém o nome do bebê natimorto, a data e o local do parto e os nomes dos pais. O documento não pode ser utilizado para comprovar a identidade ou para qualquer outro fim legal. Nota: os certificados comemorativos são uma boa prática, mas não são uma prática recomendada obrigatória.

Orientação: Responda as perguntas abaixo sobre certidões de óbito fetal e certidões comemorativas de natimorto. Fornecer citações para as leis ou documentos relevantes. Na seção de comentários, anote quaisquer observações sobre certificados.

-
- a. Após o registro de um natimorto, o cartório é obrigado a emitir uma certidão de óbito fetal? O registrador pode emitir uma certidão de óbito fetal a pedido dos pais?

Citações:

Comentários:

- b. O registro civil oferece certidão comemorativa de natimorto ou outro documento comemorativo que reconheça o natimorto? Se sim, o documento comemorativo é fornecido gratuitamente?

Citações:

Comentários:

12. Compilação de Estatísticas Vitais sobre Natimortos

Melhor Prática: Se os natimortos são rastreados pelo sistema de registro civil, as estatísticas sobre natimortos são geralmente compiladas pela agência nacional de estatísticas. Nesse caso, o registrador civil nacional deve ser obrigado a enviar informações anônimas de registro de natimortos (incluindo um MCCD, se disponível) à agência nacional de estatísticas de forma regular e periódica, por exemplo, mensalmente ou trimestralmente. (Consulte o Capítulo 7 sobre Estatísticas Vitais para mais detalhes).

Se os natimortos forem rastreados pelo setor de saúde, o MS pode ser responsável por compilar estatísticas sobre natimortos, ou o MS pode enviar informações anônimas de natimortos à agência nacional de estatísticas para compilação de estatísticas de natimortos.

Orientação: Responda às seguintes perguntas sobre a compilação de estatísticas de natimortos. Fornecer citações para as leis ou documentos relevantes. Na seção de comentários, analise e descreva se a prática atual está alinhada com as melhores práticas.

-
- a. Indique qual agência é responsável por compilar estatísticas sobre natimortos.

Citações:

Comentários:

- b. Descreva o processo pelo qual as informações de natimortos chegam à agência responsável pela compilação das estatísticas de natimortos, incluindo:
 - i. Quem é responsável por enviar as informações de natimortos à agência responsável pela compilação das estatísticas de natimortos?
 - ii. As informações de natimortos são anonimizadas?
 - iii. Prazos para envio de informações?

Citações:

Comentários:

Anexo 1: Campos de dados recomendados pela OMS para certificação de causa de morte perinatal

A OMS recomenda o uso do Formulário Internacional de Certificação Médica da Causa da Morte (MCCD) para a certificação médica de natimortos. No entanto, se, devido a restrições legais ou outras, um formulário de causa médica de morte separado deve ser usado para natimortos e outras mortes perinatais, a OMS recomenda que os seguintes campos de dados sejam incluídos no formulário de certificação médica perinatal de causa de morte:¹³⁶

Causas de morte para a classificação que se aplica

- Doença ou condição principal no feto ou lactente
- Outras doenças ou condições no feto ou na criança
- Doença materna principal ou condição que afeta o feto ou a criança
- Outras doenças ou condições maternas que afetam o feto ou o bebê
- Outras circunstâncias relevantes
- Datas e horários relevantes
- Declaração sobre se o bebê nasceu vivo ou morto (natimorto)
- Detalhes da autópsia
- Detalhes sobre a mãe
 - Data de nascimento
 - Número de gestações anteriores: nascidos vivos/natimortos/abortos
 - Data e resultado da última gravidez anterior: nascido vivo/natimorto/aborto
 - Gravidez atual
 - Primeiro dia do último período menstrual (se desconhecido, então a duração estimada da gravidez em semanas completas)
 - Cuidados pré-natais- duas ou mais consultas: sim/não/não sabe
 - Parto: vértice espontâneo normal/outro (especificar)
- Detalhes sobre a criança
 - Peso ao nascer em gramas
 - Sexo: menino/menina/indeterminado
 - Nascimento único/primeiro gêmeo/segundo gêmeo/outro nascimento múltiplo
 - Se natimorto, quando ocorreu a morte: antes do parto/durante o parto/desconhecido
- Parteira: médico/parteira treinada/outra pessoa treinada (especificar)/outro (especificar)

Observe que, de acordo com as recomendações da ONU, outras informações estatísticas também devem ser coletadas, como local de residência habitual da mãe, data de nascimento do pai e data do casamento. (Consulte a Seção 9 para obter uma lista completa dos tópicos de prioridade mais alta e de prioridade mais baixa recomendados pela ONU). No entanto, essas informações podem ser coletadas em um Formulário de Notificação de Natimorto separado. Alternativamente, alguns países

¹³⁶Organização Mundial da Saúde, *Classificação estatística internacional de doenças e problemas de saúde relacionados*, 5ª edição, 2016, Volume 2, página 141.

incorporam o MCCD no Formulário de Notificação de Natimorto, ou usam um formulário bifurcado em que o MCCD é uma parte do formulário e o Aviso de Nascimento é outra parte do formulário.

Capítulo

05

Certificando a Causa da Morte

Por que é importante: Compreender a causa da morte (COD) e a forma de morte para cada morte é fundamental para garantir que os dados de mortalidade utilizáveis sejam produzidos pelo sistema CRVS. Os países devem se esforçar para ter uma DQO precisa e detalhada e a forma de morte associada a cada morte registrada, independentemente de a pessoa morrer em uma unidade de saúde sob a supervisão de um médico, em casa ou na comunidade, sob circunstâncias violentas ou acidentais, ou durante uma emergência ou desastre.

Introdução

Compreender a forma e a causa da morte (“COD”) para todas as mortes é fundamental para garantir que os dados de mortalidade utilizáveis estejam disponíveis em um país. “Causa da morte” é definida como “todas as doenças, condições mórbidas ou lesões que resultaram ou contribuíram para a morte e as circunstâncias do acidente ou violência que produziram tais lesões”.¹³⁷ “Modo de morte” explica as circunstâncias em que uma morte surgiu. A Classificação Internacional de Doenças (CID) classifica a forma de morte como doença, acidente, autolesão intencional, agressão, intervenção legal, guerra, investigação pendente, desconhecida ou “maneira indeterminada”. As estatísticas sobre COD facilitam a formulação de políticas informadas. Por exemplo, informações sobre mortes não naturais (por exemplo, homicídios, envenenamentos, suicídios, acidentes de trânsito e outras mortes causadas por causas externas) podem informar políticas relacionadas à violência, uso de drogas, segurança no trânsito e outras políticas públicas. A causa da morte só deve ser determinada por um profissional médico; familiares e outros pessoais não médicos nunca devem ser solicitados a fornecer informações sobre a causa da morte. Os países devem se esforçar para ter uma causa e forma de morte medicamente certificadas, precisas e detalhadas, associadas a cada morte registrada. No entanto, em alguns contextos, pode não ser possível que um médico certifique a causa da morte, principalmente em áreas rurais ou remotas onde as mortes ocorrem em casa. Nas circunstâncias em que um atestado médico da causa da morte não estiver disponível, o registro deve ser permitido sem a causa da morte.

Este capítulo abrange os seguintes tópicos:

1. Certificação Obrigatória da Causa da Morte
2. Formulário Usado para a Causa da Morte e Forma de Notificação da Morte
3. Autópsia Verbal e Determinações da Causa da Morte sem Certificação Médica da Causa da Morte
4. Transmissão de Informação COD aos Órgãos de Registro Civil e Estatísticas
5. Alteração das Informações sobre Causa e Modo de Morte
6. Acesso às Informações de COD
7. Treinamento e Outros Recursos para Melhorar os Dados de COD
8. Aplicação, Monitoramento e Avaliação

1. Certificação Médica Obrigatória da Causa da Morte

Melhor Prática: Idealmente, cada morte terá uma causa de morte (COD) medicamente certificada por um médico treinado. No entanto, em circunstâncias em que uma causa de morte medicamente certificada (MCCD) não estiver disponível, a morte deve ser registrada sem informações de COD. A causa da morte nunca deve ser determinada por um profissional não médico.

Um certificador de COD é a pessoa autorizada por lei a certificar medicamente as causas básicas e contributivas da morte, e outros fatos relacionados à morte, para apresentação ao registrador local ou outra autoridade competente. O certificador de COD deve ser sempre um profissional médico treinado. Uma profissão não médica nunca deve certificar ou determinar a causa da morte. A pessoa específica responsável por certificar COD irá variar dependendo das circunstâncias da morte. A tabela abaixo indica quem deve ser responsável por certificar COD em cada uma das circunstâncias dadas.¹³⁸

Circunstâncias da Morte	Certificadora de COD
-------------------------	----------------------

¹³⁷Organização Mundial da Saúde, *Classificação Internacional de Doenças, 2016, volume 2*; Veja também *Health Topics*, site da Organização Mundial da Saúde, disponível em: https://www.who.int/bulletin/volumes/84/3/mortality_glossary/en/

¹³⁸Nações Unidas, Diretrizes para o Marco Legislativo do Registro Civil, Estatísticas Vitais e Sistemas de Gestão de Identidade, Nova York, 2019, Pará. 324, 329-345.

Óbitos por causas naturais que ocorrem em uma unidade de saúde (ou seja, óbitos não encaminhados ao sistema MLDI).	O chefe da unidade de saúde ou o médico assistente
Óbitos por causas naturais que ocorrem em casa ou na comunidade sob cuidados médicos (ou seja, óbitos não encaminhados ao sistema MLDI).	O médico que tratou o falecido durante a doença que levou à sua morte
Óbitos encaminhados ao sistema de Investigação Médico-Legal de Óbitos (MLDI). (Estas são mortes devido a causas não naturais, como acidente, automutilação ou violência; desastres naturais ou causados pelo homem; causas suspeitas ou causas que não podem ser determinadas por um médico assistente)	O médico legista ou médico que trabalha com as autoridades MLDI. (Consulte o Capítulo 6 para obter mais informações sobre MLDI).

Idealmente, cada morte terá uma causa de morte medicamente certificada. No entanto, em muitos países, o sistema de saúde pode não ter capacidade para alcançar áreas remotas do país ou os profissionais médicos podem não ter treinamento especializado para certificar COD.¹³⁹ Em circunstâncias em que não é possível ter um COD medicamente certificado, a falha em verificar ou certificar COD não deve impedir o registro de óbito. Nessas circunstâncias, apenas a evidência do fato da morte, e não da causa da morte, deve ser exigida para o registro.

Orientação: Responda as questões abaixo. Na seção de comentários, analise se a estrutura legal e as práticas atuais atendem às melhores práticas internacionais.

- a. **É necessária uma causa de morte para registrar uma morte?** (Em outras palavras, um registrador civil se recusará a registrar a morte se a causa da morte não for fornecida?)

Sim _____ Não _____

Citação(ões):

Comentários:

- b. **Estado que é responsável por certificar medicamente a causa da morte nas seguintes circunstâncias** (incluir quaisquer requisitos de tempo para certificar a causa da morte)
- i. **Óbitos por causas naturais que ocorrem em uma unidade de saúde (não referidos ao MLDI):**

Citação(ões):

Comentários:

- ii. **Óbitos por causas naturais que ocorrem no domicílio/comunidade enquanto sob cuidados médicos (não referidos ao MLDI):**

¹³⁹Nações Unidas, Diretrizes para o Marco Legislativo do Registro Civil, Estatísticas Vitais e Sistemas de Gestão de Identidade, Nova York, 2019, Pará. 321.

Citação(ões):

Comentários:

- iii. Óbitos por causas naturais que ocorrem no domicílio/comunidade sem acompanhamento médico (e não encaminhados ao MLDI):

Citação(ões):

Comentários:

- iv. **Óbitos encaminhados ao sistema de Investigação Médico-Legal de Óbitos (MLDI).** (Dependendo da estrutura legal de MLDI de um país, estas podem incluir mortes devido a: causas não naturais, como acidente, automutilação ou violência; desastres naturais ou causados pelo homem; causas suspeitas ou causas que não podem ser determinadas por um médico assistente)

Citação(ões):

Comentários:

- c. **Descreva quaisquer circunstâncias em que não esteja claro quem, se houver, é responsável por certificar o COD.** (Especificamente endereçar quem certifica COD para: 1) mortes que ocorrem na comunidade sem assistência médica, 2) falecidos que são trazidos mortos para uma unidade de saúde.)

Citação(ões):

Comentários:

- d. **Declare se qualquer profissão não médica é permitida ou exigida para determinar e fornecer informações sobre a causa da morte** (por exemplo, isso pode incluir um membro da família, um legista não treinado em medicina, um policial ou outra pessoa que determina e fornece informações de COD durante o registro de óbito)

Citação(ões):

Comentários:

2. Formulário Usado para a Causa da Morte e Forma de Notificação da Morte

Melhor Prática: O Formulário Padrão Internacional da OMS do Certificado Médico de Causa de Morte (MCCD) é o formulário recomendado para registrar informações sobre causa e forma de morte para

certificação. Este MCCD deve ser preenchido por um médico e usado para certificar a causa e o tipo de morte para todas as mortes, independentemente das circunstâncias da morte (por exemplo, morte natural ou não natural, ou ocorrendo dentro ou fora de uma unidade de saúde). O MCCD da OMS está anexado como Anexo A.

O MCCD da OMS contém campos de dados para relatar as causas imediatas, antecedentes e básicas da morte, bem como o modo de morte. Ambas as seções - causa da morte e forma da morte - devem ser preenchidas por um médico certificador. A causa básica de morte é definida como “a doença ou lesão que iniciou a cadeia de eventos mórbidos que levaram diretamente à morte, ou as circunstâncias do acidente ou violência que produziram a lesão fatal”.¹⁴⁰ “Modo de morte” (MOD) explica as circunstâncias em que ocorreu uma morte, e os campos de dados incluem: doença, acidente, automutilação intencional, agressão, intervenção legal, guerra, investigação pendente, desconhecido ou forma indeterminada. O preenchimento da seção de modo de morte é importante porque ajuda os codificadores do CID a verificar a causa exata da morte. Além disso, ter essas caixas de seleção permite estudos estatísticos sobre lesões e outras mortes, o que permite o desenvolvimento de intervenções de políticas de saúde pública.¹⁴¹

Uma morte médico-legal é uma morte que é encaminhada à polícia, legista, médico legista e/ou patologista forense para investigação e determinação da causa e forma da morte. Na maioria dos países, as mortes não naturais (como agressão, acidente e suicídio), mortes suspeitas e mortes súbitas e inexplicáveis são encaminhadas ao sistema de investigação médico-legal de óbitos (MLDI). Em alguns países, quando um óbito é encaminhado ao sistema MLDI, o médico certificador limita-se a apenas relatar a causa da morte e a polícia ou o promotor são responsáveis por relatar a forma de óbito. Esta não é uma boa prática por duas razões. Em primeiro lugar, o MOD determinado pelo médico e certificado no MCCD serve a propósitos além daqueles de aplicação da lei; o MOD auxilia no esclarecimento das circunstâncias da morte para fins de saúde pública e segurança pública. Segundo, o MOD determinado pelo médico tem um padrão diferente do MOD determinado em processos judiciais e os dois não devem ser confundidos. Por exemplo, uma “*agressão*” como forma de morte no MCCD é uma categoria estatística que, para fins de exame forense, é definida como uma morte que ocorreu devido à inflicção de dano físico por outra pessoa. Não é sinônimo de “*assassinato*”, que é um termo legal que envolve intenção. Em última análise, cabe ao sistema legal determinar como uma morte é classificada criminalmente de acordo com a lei.¹⁴² Embora um MCCD (e achados de autópsia) possa ser apresentado como prova em um processo legal, o MOD no MCCD é uma opinião médica, não uma opinião juridicamente vinculativa.

Orientação: Descreva o(s) formulário(s) a ser(ão) utilizado(s) para a certificação médica da causa da morte para cada uma das circunstâncias abaixo. Na seção de comentários, discuta se os formulários MCCD não padronizados são usados para quaisquer circunstâncias e quem o formulário deve ser revisado para se alinhar com o MCCD da OMS.

a. Descreva o formulário usado para certificar a causa e o modo de morte para as circunstâncias abaixo e discuta se o formulário está de acordo com o MCCD da OMS:

eu. Mortes naturais que ocorrem em estabelecimentos de saúde:

ii. Mortes naturais que ocorrem em casa/comunidade:

iii. Óbitos investigados pelo sistema de investigação médico-legal de óbitos (MLDI):

iv. Outros:

Citação(ões):

¹⁴⁰ <http://www.who.int/topics/mortality/en/>

¹⁴¹ Certificado de Óbito Padrão dos Estados Unidos, Instrução para o Item Número 37 Modo de Óbito, disponível em: <https://www.cdc.gov/nchs/data/dvs/death11-03final-acc.pdf> .

¹⁴² Site NOLO, Artigos legais, *O que é assassinato? Assassinato é diferente de homicídio?* , disponível em: <https://www.nolo.com/legal-encyclopedia/homicide-murder-manslaughter-32637.html>

Comentários:

- b. Indique se um certificador médico é necessário para preencher o modo de morte no MCCD, bem como a causa da morte.** Descreva quaisquer circunstâncias em que o médico não complete a seção MOD.

Citação(ões):

Comentários:

3. Autópsia Verbal e Determinações da Causa da Morte sem Certificação Cederal da Causa da Morte

Melhor Prática: Uma certificação médica adequada da causa da morte com base em dados clínicos ou de autópsia diretamente observados é a fonte mais confiável de causa de morte. No entanto, a falta de acesso a instalações de saúde em muitos países resulta em muitas pessoas morrendo sem assistência médica ou supervisão, o que dificulta a certificação médica da causa da morte para todas as mortes. Para óbitos ocorridos sem assistência médica ou supervisão, pode ser apropriado usar autópsia verbal (AV) - uma entrevista estruturada dos familiares do falecido ou outros cuidadores que possam fornecer informações suficientes para determinar a provável DQO, seja usando um algoritmo de computador (automatizado VA) ou por um médico que revisa os resultados da entrevista e atribui um COD (VA certificada pelo médico).¹⁴³

Os resultados da AV são geralmente menos precisos do que uma causa de morte medicamente certificada no nível individual. No entanto, no nível populacional, a AV pode ajudar a determinar as tendências de mortalidade, o que é importante para a tomada de decisões em saúde pública. Portanto, a AV é geralmente usada apenas para fins estatísticos e não é registrada no registro de óbitos. No entanto, alguns países começaram a usar o AV certificado por médico em nível individual para fins legais, tornando-o equivalente ao MCCD.¹⁴⁴ Esta ainda é uma prática relativamente nova e, se seguida, a agência de estatísticas deve separar as causas de morte medicamente certificadas daquelas determinadas pela VA.

Orientação: Descreva como o COD é determinado se os médicos não estiverem disponíveis para certificar clinicamente um COD. Indique se, e em que circunstâncias, a lei permite autópsia verbal (VA), seja VA certificada por médico, VA automatizada ou outro formulário. Se VA for explicitamente mencionado, indique como tal. Indique se um COD derivado de VA certificado por médico satisfaria qualquer requisito de que COD seja "certificado clinicamente" para fins legais ou estatísticos. Para AV automatizado, indique se o COD derivado é usado apenas para fins estatísticos ou se é registrado no registro de óbitos. Na seção de comentários, descreva se a lei está alinhada com as melhores práticas e anote quaisquer recomendações para reforma regulatória.

- a. Como o COD é determinado se nenhum médico estiver disponível para certificar clinicamente um COD?** A VA é explicitamente permitida ou exigida? Em caso afirmativo, é permitido apenas para fins estatísticos ou também para fins legais?

¹⁴³Nações Unidas, Princípios e Recomendações para um Sistema de Estatísticas Vitais, Revisão 3, Nova York, 2014. Parágrafo. 499-501.

¹⁴⁴Nações Unidas, Diretrizes para o Marco Legislativo do Registro Civil, Estatísticas Vitais e Sistemas de Gestão de Identidade, Nova York, 2019, Pará. 349-351.

Citação(ões):

Comentários:

4. Transmissão de Informação COD aos Órgãos de Registro Civil e Estatísticas

Melhor Prática: O MCCD deve ser transmitido ao registro civil pelo estabelecimento de saúde, médico, legista, legista ou médico que trabalha com o sistema MLDI. É importante que o MCCD seja enviado ao cartório para que a causa da morte possa ser registrada para fins legais. Geralmente, é responsabilidade do registrador civil garantir que o MCCD, e qualquer outra informação necessária para fins estatísticos, seja submetida às autoridades estatísticas para a produção de estatísticas vitais.¹⁴⁵ No entanto, alguns países usam um formulário bifurcado, contendo uma seção para informações legais (como nome do falecido, data e local do óbito) e uma seção para informações estatísticas (incluindo a causa da morte). Com este tipo de formulário, a informação legal é submetida ao registrador e a informação estatística é submetida diretamente à agência de estatísticas.¹⁴⁶ Se essa prática for seguida, o registro civil não terá informações sobre a causa da morte e, portanto, a família do falecido poderá obter a prova da causa da morte, se necessário para fins legais.

Como dito acima, as determinações de DQO por autópsia verbal não são consideradas precisas no nível individual, no entanto, os resultados fornecem dados úteis no nível da população. Devido a isso, os especialistas recomendam que as informações de COD do VA sejam entregues ou transmitidas diretamente à agência de estatísticas (não ao registrador) e usadas apenas para fins estatísticos. Se o AV assistido por médico for usado para fins legais, essa informação deve ser transmitida ao registrador, mas com uma anotação de que o COD foi gerado a partir do VA.¹⁴⁷

A submissão direta do MCCD do certificador ao registrador civil (ou do certificador ao registrador civil e agência de estatísticas, no caso de formulário bifurcado) traz dois benefícios simultâneos. Em primeiro lugar, as informações necessárias, incluindo COD, são transmitidas com eficiência ao registro civil e à agência de estatísticas sem colocar o ônus de enviar as informações sobre uma família enlutada. Em segundo lugar, os certificadores de COD são menos propensos a modificar informações confidenciais de COD se menos pessoas tiverem acesso e conhecimento a essas informações potencialmente confidenciais. Por exemplo, um médico pode não se sentir à vontade para listar o HIV como a causa básica da morte em um MCCD que será entregue à família.¹⁴⁸

A estrutura legal deve incluir prazos claros para a transmissão do MCCD ao registrador e/ou agência de estatísticas. Normalmente, o MCCD deve ser apresentado ao registrador no mesmo prazo em que a morte deve ser comunicada ao registrador. Os MCCDs podem ser enviados à agência de estatísticas de forma regular e periódica.

Orientação: Para cada circunstância abaixo, descreva se e como as informações de COD são transmitidas ao registro civil e/ou agências de estatísticas. Preste atenção especial se algum intermediário pode diminuir a qualidade ou diminuir a quantidade da informação que chega às agências governamentais. Na

¹⁴⁵Nações Unidas, Princípios e Recomendações para um Sistema de Estatísticas Vitais, Revisão 3, Nova York, 2014. Párr. 498.

¹⁴⁶Nações Unidas, Diretrizes para o Marco Legislativo do Registro Civil, Estatísticas Vitais e Sistemas de Gestão de Identidade, Nova York, 2019, Pará. 327.

¹⁴⁷ Nações Unidas, Diretrizes para o Marco Legislativo do Registro Civil, Estatísticas Vitais e Sistemas de Gestão de Identidade, Nova York, 2019, Pará. 351.

¹⁴⁸ Nações Unidas, Diretrizes para o Marco Legislativo do Registro Civil, Estatísticas Vitais e Sistemas de Gestão de Identidade, Nova York, 2019, Pará. 328.

seção de comentários, descreva se a lei está alinhada com as melhores práticas e anote quaisquer recomendações para reforma regulatória.

- a. **Para um óbito ocorrido em uma unidade de saúde (e não encaminhado ao MLDI), como o MCCD é transmitido ao registro civil e/ou agência de estatísticas?** Observe quaisquer prazos especificados.

Citação(ões):

Comentários:

- b. **Para uma morte ocorrida em casa ou na comunidade sob supervisão médica (e não encaminhada ao MLDI), como o MCCD de um médico é transmitido ao registro civil e/ou agência de estatísticas?** Observação e prazos especificados.

Citação(ões):

Comentários:

- c. **No caso de um óbito encaminhado ao sistema MLDI, como o MCCD é transmitido ao registro civil e/ou agência de estatísticas?** Observe quaisquer prazos especificados.

Citação(ões):

Comentários:

- d. **Para COD determinado a partir de autópsia verbal , para quem e como a informação COD é transmitida?** Observação e prazos especificados.

Citação(ões):

Comentários:

5. Alteração das informações de causa e modo de morte

Melhor Prática: A lei deve permitir e ter um processo para alterar as informações de causa e forma de morte com o cartório após o envio de um MCCD original.¹⁴⁹

A alteração é muitas vezes necessária para mortes referidas ao sistema MLDI, pois os resultados de uma autópsia podem levar semanas ou meses, mas o prazo para relatar uma morte e enviar um MCCD geralmente é de dias. Quando uma autópsia ou investigação ainda não estiver concluída, o MCCD pode

¹⁴⁹Veja o *Manual de Médicos Examinadores e Coroners sobre Registro de Óbito e Relatório de Óbito Fetal*, página 6 (exigindo que o médico legista/legista entregue um relatório suplementar da causa da morte ao escritório de estatísticas vitais do Estado quando os achados da autópsia ou investigação adicional revelarem a causa da morte ao ser diferente do que foi originalmente relatado.)

ser apresentado ao Registrador com uma causa de morte "pendente", forma de morte ou ambas. (Lembre-se de que "Investigação Pendente" é uma "forma de morte" especificada no MCCD da OMS). Alterações também podem ser necessárias para alterar uma causa ou forma de morte se uma investigação mais aprofundada revelar novos fatos. Além disso, em alguns casos, pode ser necessário atualizar o nome e as informações demográficas; por exemplo, no caso de uma pessoa previamente não identificada ou identificada incorretamente.

Orientação : Descreva o processo para alterar as informações de causa e forma de morte, se houver. Descreva também se outras informações – como nome e informações demográficas – podem ser alteradas. Na seção de comentários, analise se a estrutura legal está alinhada com as melhores práticas.

- a. **Existe um processo para alterar um MCCD após a apresentação de um MCCD original à autoridade de registro civil?** Se sim,
 - i. Descreva o processo.
 - ii. COD e MOD podem ser alterados?
 - iii. O nome e as informações demográficas podem ser alteradas?

Citação(ões):

Comente:

6. Acesso às Informações de COD

Melhor Prática: COD é informação médica sensível e confidencial. Essas informações são críticas para fins estatísticos e legais, mas devem ser cuidadosamente protegidas. Informações sobre a causa da morte podem ser importantes para os familiares próximos do falecido para o seguro e outros assuntos. A orientação da ONU prevê que os familiares próximos devem ter o direito de solicitar informações COD.¹⁵⁰

A certidão de óbito emitida pela Conservatória do Registro Civil é o documento legal oficial que comprova o óbito. Se uma lista extensa de pessoas puder solicitar e receber uma certidão de óbito, os países devem considerar cuidadosamente se o COD deve ser incluído para proteger a privacidade do falecido e de sua família. Apenas interessados com interesse legítimo ou seus representantes legais devem poder solicitar certidões que contenham informações COD.¹⁵¹

Devido à natureza confidencial dessas informações, as práticas dos países variam em relação à inclusão de COD no atestado de óbito. Alguns países não incluem informações de COD nas certidões de óbito emitidas pelo registro civil, enquanto outros o fazem. Alguns países têm uma certidão de óbito de formato curto e longo, o primeiro sem informação de COD e o segundo com ela.¹⁵² A certidão de óbito longa só é emitida para parentes próximos ou pessoas com interesse legítimo na causa da morte.

Orientação: Para cada um dos seguintes documentos, indique quem pode solicitar acesso à informação COD. Indicar quaisquer outras medidas de segurança que garantam a confidencialidade e segurança das informações. Para a certidão de óbito, indique se as informações de COD estão sempre listadas em cópias

¹⁵⁰Nações Unidas, Princípios e Recomendações para um Sistema de Estatísticas Vitais, Revisão 3, Nova York, 2014, parágrafo 498.

¹⁵¹Nações Unidas, Diretrizes para o Marco Legislativo do Registro Civil, Estatísticas Vitais e Sistemas de Gestão de Identidade, Nova York, 2019, Pará. 363.

¹⁵² Nações Unidas, Diretrizes para o Marco Legislativo do Registro Civil, Estatísticas Vitais e Sistemas de Gestão de Identidade, Nova York, 2019, Pará. 360.

autenticadas (incluindo forma curta e longa). Na seção de comentários, descreva se a lei está alinhada com as melhores práticas e anote quaisquer recomendações para reforma regulatória.

a. Quem pode solicitar a certidão de óbito? (Informe se COD está incluído no certificado).

Citação(ões):

Comentários:

b. Quem pode solicitar um MCCD de uma unidade de saúde ou médico?

Citação(ões):

Comentários:

c. Quem pode solicitar um MCCD de investigação médico-legal?

Citação(ões):

Comentários:

d. Quem pode solicitar COD de autópsia verbal?

Citação(ões):

Comentários:

7. Treinamento e Outros Recursos para Melhorar os Dados de COD

Melhor Prática: MCCD corretamente preenchido e codificadores bem treinados que determinam a causa básica da morte formam a base para estatísticas de mortalidade de boa qualidade. Profissionais médicos praticantes devem ser treinados e retreinados na certificação médica da causa da morte. Para melhorar a qualidade da informação na certificação médica da causa de morte, os médicos devem ser treinados no preenchimento correto do formulário padrão internacional MCCD. A certificação médica da causa da morte deve ser incluída nos currículos obrigatórios para todos os estudantes de medicina e em todos os cursos de pós-graduação em medicina e treinamentos profissionais em serviço.¹⁵³ Well-trained coders applying International Classification of Diseases (ICD) coding rules and principles are essential to the production of high-quality mortality data. Os codificadores requerem treinamento especializado e supervisão contínua. Portanto, recomenda-se que um quadro dedicado de codificadores de CID seja criado, financiado e adequadamente treinado e retreinado.¹⁵⁴

¹⁵³Organização Mundial da Saúde, Fortalecimento do Registro Civil e Estatísticas Vitais para Nascimentos, Óbitos e Causas de Morte, Kit de Recursos, 2012, Módulo 4.

¹⁵⁴Organização Mundial da Saúde, Fortalecimento do Registro Civil e Estatísticas Vitais para Nascimentos, Óbitos e Causas de Morte, Kit de Recursos, 2012, Módulos 4, 5.

Orientação: Descreva qualquer lei ou diretriz relacionada ao treinamento para estudantes de medicina, médicos e outros profissionais médicos em certificação médica de causa de morte. Indique se o treinamento em certificação médica da causa da morte é opcional ou obrigatório para licenciamento ou relicenciamento. Qualquer requisito para a profissão médica relacionado a este treinamento provavelmente estará contido nas regras da associação médica do país ou outro órgão que credencia e licencia médicos. Qualquer requisito relacionado à formação de estudantes de medicina provavelmente estará contido nas regras relacionadas aos currículos das escolas médicas. Descreva qualquer lei ou diretriz que crie uma classificação de trabalho dos codificadores de mortalidade da CID. Inclua detalhes da entidade que supervisiona o quadro, se o trabalho é em tempo integral e quaisquer outros detalhes relevantes. Na seção de comentários, descreva se a lei está alinhada com as melhores práticas e anote quaisquer recomendações para reforma regulatória.

a. O treinamento em certificação COD é necessário durante a faculdade de medicina?

Citação(ões):

Comente:

b. O treinamento em certificação COD é obrigatório (ou disponível e opcional) para médicos licenciados?

Citação(ões):

Comente:

c. Existe treinamento para um quadro dedicado de codificadores de mortalidade por CID?

Citação(ões):

Comentários:

d. Outros recursos ou treinamento disponíveis

Citação(ões):

Comentários:

8. Aplicação, Monitoramento e Avaliação

Melhor Prática: A integridade dos dados de mortalidade só pode ser melhorada se as obrigações legais para determinar e certificar medicamente COD seguindo as melhores práticas forem monitoradas e aplicadas.¹⁵⁵

¹⁵⁵Organização Mundial da Saúde, Fortalecimento do Registro Civil e Estatísticas Vitais para Nascimentos, Óbitos e Causas de Morte, Kit de Recursos, 2012, pp. 55-57.

Orientação: Descreva qualquer sistema documentado de multas, incentivos ou supervisão aplicado àqueles necessários para determinar ou certificar medicamente COD. Inclua uma descrição do sistema de monitoramento e o valor das multas/sanções, e as partes sujeitas a multas/sanções. Na seção de comentários, descreva se a lei está alinhada com as melhores práticas e anote quaisquer recomendações para reforma regulatória.

a. Descreva qualquer monitoramento e avaliação de certificadores de causa de morte.

Citação(ões):

Comentários:

b. Descreva quaisquer multas ou outras penalidades por descumprimento das obrigações legais de atestar a causa da morte.

Citação(ões):

Comentários:

ANEXO – MCCD da OMS

Dados Administrativos (podem ser especificados por país)																	
Sexo	<input type="checkbox"/> Feminino			<input type="checkbox"/> Masculino			<input type="checkbox"/> Desconhecido										
Data de nascimento	D	D	M	M	A	A	A	A	Data da morte	D	D	M	M	A	A	A	A
Quadro A : Dados médicos: Parte 1 e 2																	
1 Relate a doença ou condição que levou diretamente à morte na linha a Relate a cadeia de eventos devido ao pedido (se aplicável) Indique a causa subjacente na linha mais baixa usada			Causa da morte	Intervalo de tempo desde o início até a morte													
		a															
		b	Devido a:														
		c	Devido a:														
d	Devido a:																
2 Outras condições significativas que contribuem para a morte (intervalos																	

de tempo podem ser incluídos entre parênteses após a condição)													
Quadro B : Outros dados médicos													
A cirurgia foi realizada nas últimas 4 semanas?		<input type="checkbox"/> Sim		<input type="checkbox"/> Não		<input type="checkbox"/> Desconhecido							
Se sim, especifique a data da cirurgia						D	D	M	M	A	A	A	A
Se sim, especifique o motivo da cirurgia (doença ou condição)													
Foi solicitada autópsia?		<input type="checkbox"/> Sim		<input type="checkbox"/> Não		<input type="checkbox"/> Desconhecido							
Se sim, os achados foram usados na certificação?		<input type="checkbox"/> Sim		<input type="checkbox"/> Não		<input type="checkbox"/> Desconhecido							
Modo de morte:													
<input type="checkbox"/> Doença		<input type="checkbox"/> Assalto				<input type="checkbox"/> Não foi possível determinar							
<input type="checkbox"/> Acidente		<input type="checkbox"/> Intervenção legal				<input type="checkbox"/> Investigação pendente							
<input type="checkbox"/> Autolesão intencional		<input type="checkbox"/> Guerra				<input type="checkbox"/> Desconhecido							
Se causa externa ou envenenamento:				Data da lesão		D	D	M	M	A	A	A	A
Descreva como ocorreu a causa externa (em caso de envenenamento, especifique o agente de envenenamento)													
Local de ocorrência da causa externa:													
<input type="checkbox"/> Em casa		<input type="checkbox"/> Instituição residencial		<input type="checkbox"/> Escola, outra instituição, área administrativa pública				<input type="checkbox"/> Área de esportes e atletismo					
<input type="checkbox"/> Rua e rodovia		<input type="checkbox"/> Área de comércio e serviços		<input type="checkbox"/> Área industrial e de construção				<input type="checkbox"/> Fazenda					
<input type="checkbox"/> Outro local (especifique):						<input type="checkbox"/> Desconhecido							
Morte fetal ou infantil													
Gravidez múltipla		<input type="checkbox"/> Sim		<input type="checkbox"/> Não		<input type="checkbox"/> Desconhecido							
Natimorto?		<input type="checkbox"/> Sim		<input type="checkbox"/> Não		<input type="checkbox"/> Desconhecido							
Se a morte dentro de 24h especificar o número de horas sobreviventes				Peso ao nascer (em gramas)									
Número de semanas completas de gravidez				Idade da mãe (anos)									
Se a morte foi perinatal, indique as condições da mãe que afetaram o feto e o recém-nascido													
Para as mulheres, a falecida estava grávida?		<input type="checkbox"/> Sim		<input type="checkbox"/> Não		<input type="checkbox"/> Desconhecido							

<input type="checkbox"/> Na hora da morte	<input type="checkbox"/> Dentro de 42 dias antes da morte		
<input type="checkbox"/> Entre 43 dias até 1 ano antes da morte	<input type="checkbox"/> Desconhecido		
A gravidez contribuiu para a morte?	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Desconhecido

Capítulo

06

Investigação Médico-Legal de Óbito

Autores: Lynn Sferrazza, Global Health Advocacy Incubator; Olga Joos, CDC Foundation

Por que é importante: O sistema de investigação médico-legal de óbitos (MLDI) é responsável por conduzir investigações de óbitos e certificar a causa e a forma de mortes não naturais, violentas ou suspeitas, repentinas ou inesperadas, incomuns ou que representem uma ameaça potencial à saúde e segurança pública. Dependendo do país, até 20% das mortes são encaminhadas ao sistema MLDI. Na Austrália e nos EUA, 13% ¹ e 20% ² dos óbitos, respectivamente, são encaminhados para MLDI; e no Canadá, dependendo da jurisdição, 7%–45% das mortes são investigadas pelo sistema MLDI anualmente. A maioria dessas mortes são evitáveis. Informações de qualidade do sistema MLDI fornecem informações valiosas para a saúde pública e outras autoridades desenvolverem intervenções eficazes, incluindo intervenções para prevenir lesões, suicídio, violência e abuso de substâncias. Além disso, um sistema de MLDI que funcione bem, baseado em uma estrutura legal forte, pode fortalecer o sistema de registro civil e estatísticas vitais (CRVS). Uma conexão entre o sistema MLDI e o sistema CRVS garante que essas mortes sejam registradas e que a causa e a forma da morte sejam capturadas pela agência nacional de estatísticas para uso em estatísticas vitais.

Agradecimentos: Os autores gostariam de agradecer a seus parceiros na Data for Health Initiative, incluindo a CDC Foundation, o CDC, a OMS, a Universidade Johns Hopkins e a Vital Strategies, bem como a Divisão de Estatística da ONU, por suas contribuições e contribuições neste capítulo. .

Módulo de investigação médico-legal de óbito (MLDI)

Por que é importante ?

O sistema de investigação médico-legal de óbitos (MLDI) é responsável por conduzir investigações de óbitos e certificar a causa e a forma de mortes não naturais, violentas ou suspeitas, repentinas ou inesperadas, incomuns ou que representem uma ameaça potencial à saúde e segurança pública. Dependendo do país, até 20% das mortes são encaminhadas ao sistema MLDI. Na Austrália e nos EUA 13%¹⁵⁶ e 20%¹⁵⁷ dos óbitos, respectivamente, são encaminhados ao MLDI; e no Canadá, dependendo da jurisdição, 7%–45% das mortes são investigadas pelo sistema MLDI anualmente. A maioria dessas mortes são evitáveis. Informações de qualidade do sistema MLDI fornecem informações valiosas para a saúde pública e outras autoridades desenvolverem intervenções eficazes, incluindo intervenções para prevenir lesões, suicídio, violência e abuso de substâncias. Além disso, um sistema de MLDI que funcione bem, baseado em uma estrutura legal forte, pode fortalecer o sistema de registro civil e estatísticas vitais (CRVS). Uma conexão entre o sistema MLDI e o sistema CRVS garante que essas mortes sejam registradas e que a causa e a forma da morte sejam capturadas pela agência nacional de estatísticas para uso em estatísticas vitais.

O que é uma investigação médico-legal de morte?

Uma investigação de morte médico-legal é um processo pelo qual um legista, médico legista ou patologista forense que trabalha com a polícia procura entender como e por que uma pessoa morreu. O legista, médico legista ou patologista deve responder a cinco perguntas ao investigar uma morte:

- Quem morreu - qual era o nome da pessoa, se conhecido?
- Quando ocorreu a morte?
- Onde ocorreu a morte?
- Qual foi a causa da morte: Que doença física, condição física ou lesão física (ou combinação de) causou a morte?
- Qual foi a forma da morte: Natural, acidente, suicídio, homicídio ou indeterminado?¹⁵⁸

O objetivo de uma investigação médico-legal de morte é apresentar achados médicos, não determinar responsabilidade civil ou criminal. Essas constatações podem ser apresentadas como prova em processos criminais ou civis; no entanto, são achados médicos e não são juridicamente vinculativos. Ao longo deste módulo, quando nos referimos à “investigação médico-legal de morte”, estamos nos referindo especificamente a esse processo de apuração de fatos não juridicamente vinculativo, não ao processo de investigação criminal. O objetivo de uma investigação criminal é determinar se um crime foi cometido, obter provas para identificar a pessoa responsável pelo crime e fornecer as melhores provas possíveis ao Ministério Público. Um juiz ou júri determina a responsabilidade criminal ou civil.

Sistemas MLDI e Partes Interessadas

Os sistemas MLDI variam muito em todo o mundo. Em geral, os sistemas MLDI podem ser categorizados em três tipos: sistemas legistas, sistemas de examinadores médicos e sistemas liderados pela aplicação da lei. As características definidoras desses tipos de sistemas são discutidas em detalhes na Seção 2.

¹⁵⁶Australian Bureau of Statistics, *Causes of Death, Australia, 2015, Technical Note 1*, disponível em:

<https://www.abs.gov.au/AUSSTATS/abs@.nsf/Previousproducts/3303.0Technical%20Note12015>

¹⁵⁷Hanzlick, R., *Visão geral da investigação médico-legal da morte nos Estados Unidos*, Academia Nacional de Ciências, 2003, disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/books/NBK221926/>

¹⁵⁸Consulte, por exemplo, Ministério do Procurador-Geral, Ontário, Canadá, página do site de Investigações de Morte, em: https://www.mcscs.jus.gov.on.ca/english/DeathInvestigations/CommonQuestionsAboutCoronersInvestigations/OCC_common_questions.html

Independentemente do tipo de sistema, todo sistema MLDI tem várias partes interessadas. No mínimo, as partes interessadas incluem: aplicação da lei, o consultório do legista ou médico legista (quando relevante), o setor de saúde, a agência de saúde pública, a agência de registro civil e a agência nacional de estatísticas. Em alguns sistemas, o judiciário e os promotores públicos também podem desempenhar um papel importante. É necessária uma forte cooperação entre todas as entidades interessadas para garantir uma investigação médico-legal de óbitos eficiente e eficaz e a compilação de estatísticas de MLDI de qualidade. As funções dessas partes interessadas e mecanismos de coordenação são discutidos na Seção 4.

Foco deste módulo

Uma forte estrutura legal para o sistema MLDI, entre outras coisas, define o escopo jurisdicional para a autoridade MLDI; define os termos e condições sob os quais a autoridade opera; estabelece os poderes, deveres e responsabilidades da autoridade MLDI e demais partes interessadas do sistema; cria proteções para garantir independência na condução dos trabalhos de MLDI; autoriza práticas e procedimentos; fornece uma conexão com o sistema CRVS; e garante recursos suficientes para realizar o trabalho necessário.¹⁵⁹

O assunto de MLDI é complexo e uma forte estrutura legal de MLDI pode abordar muito mais tópicos do que os incluídos neste módulo. Seleccionamos os tópicos incluídos para ajudar o revisor a determinar: 1) se a estrutura legal do MLDI auxilia ou dificulta informações oportunas, completas e precisas do MLDI e, em particular, as informações sobre a causa e forma de morte, e 2) se as informações do sistema MLDI são compartilhadas com o sistema CRVS de uma forma que auxilia ou dificulta estatísticas oportunas, completas e precisas sobre mortes sob a jurisdição da autoridade MLDI.

Como utilizar este Módulo

Este capítulo abrange os seguintes tópicos:

1. Definições
2. Estrutura do Sistema MLDI
3. Situação Organizacional do Gabinete do Examinador Médico/Legista dentro do sistema MLDI
4. Cooperação das Partes Interessadas
5. Qualificações de chefe de autoridade MLDI e chefe de escritórios subnacionais
6. Poder para emitir POPs, diretrizes práticas
7. Pessoal
8. Acessibilidade de serviços forenses em todo o país e transporte de restos mortais
9. Escopo de Jurisdição - Casos que devem ser encaminhados ao MLDI para investigação
10. Casos que requerem autópsia
11. Autópsia/Relatório de Exame Externo e Arquivo de Caso
12. Poderes do médico legista/legista para investigar
13. Atestado Médico da Causa da Morte (AMCM)
14. Conexão com o sistema CRVS: Registro e Estatísticas de Óbito
15. Limites de tempo na Investigação
16. Gerenciamento de Fatalidade em Massa
17. Recursos
18. Treinamento
19. Supervisão e Execução

Os princípios apresentados neste módulo valem para sistemas MDLI nacionais, bem como para sistemas estabelecidos em nível subnacional em sistemas MLDI descentralizados. Usamos o termo “país” como abreviação de “país ou jurisdição”. Se você estiver preenchendo este kit de ferramentas para uma jurisdição específica (província, cidade, distrito etc.), considere o termo "país" como "jurisdição", a menos que indicado de outra forma.

¹⁵⁹Weedn, VW, Legislação de Examinador Médico Modelo, Patologia Forense Acadêmica 2015 5(4): 614-627

Ao longo deste módulo, usamos o termo “ *investigação médico-legal de óbito*” ou *MLDI* para nos referirmos ao processo de buscar entender como e por que uma pessoa morreu. Especificamente, o processo de determinar: Quem morreu? Quando ocorreu a morte? Onde ocorreu a morte? Qual foi a causa da morte? E qual foi a forma da morte?

Usamos o termo “ *autoridade MLDI* ” para designar a entidade que tem a responsabilidade final pela descoberta de fatos relacionados a essas questões de Quem, Onde, Quando e O quê. Dependendo do sistema estabelecido em seu país, a “autoridade MLDI” pode ser, por exemplo, o Gabinete do Legista Chefe, o Gabinete do Médico Legal, o Departamento de Polícia Nacional, o Gabinete do Procurador-Geral ou uma Divisão Médico-Legal dentro da polícia ou do Ministério Público.

O termo “ *chefe da autoridade MLDI* ” significa a pessoa que está no topo do organograma da autoridade MLDI. Pode ser um Legista-Chefe, um Médico Legista-|Chefe, um Chefe de Polícia, o Promotor-Chefe (que, dependendo do país, pode ser conhecido como procurador-geral, procurador-geral, procurador-geral ou algum outro título), ou o Chefe da Divisão Médico-Legal da polícia ou do Ministério Público.

Leitura e Recurso sugeridos : O Anexo B contém uma página de Recursos com sugestões de leitura e links para diversos tópicos de MLDI, incluindo: informações gerais sobre sistemas MLDI; códigos de ética e independência dos profissionais de MLDI; inquéritos; morte sob custódia; e processo de revisão por pares. Há também links para exemplos de leis sobre sistemas de legistas e médicos legistas.

1. Definições

Boa Prática: Definições claras nas leis que regem o MLDI ajudam a garantir que todas as partes interessadas entendam a terminologia-chave da mesma maneira. Qualquer terminologia técnica, ou termos não comumente entendidos, usados nas leis do seu país deve ser claramente definida.

Abaixo estão alguns termos usados em todo este módulo do kit de ferramentas, que podem ser mal interpretados se não forem claramente definidos. Leia os termos e definições abaixo com atenção. É importante que os revisores compreendam os termos abaixo antes de prosseguir com a análise neste módulo.

A autópsia é um procedimento cirúrgico altamente especializado que consiste em um exame minucioso de um cadáver para determinar a causa e a forma da morte e avaliar qualquer doença ou lesão que possa estar presente. Deve ser realizada por um médico especializado chamado patologista.¹⁶⁰ [Nota: o termo “autópsia” não deve ser confundido com “autópsia verbal”, que é definida abaixo.]

O relatório de autópsia é um relatório preenchido pelo médico legista, ou outro médico treinado nesta avaliação, para apresentar os resultados dos achados do exame, evidência de lesão e terapia, e a causa e forma de morte.¹⁶¹

A causa da morte são todas as doenças, condições mórbidas ou lesões que resultaram ou contribuíram para a morte e as circunstâncias do acidente ou violência que produziram tais lesões.¹⁶²

Modo de morte explica as circunstâncias em que uma morte surgiu. A Classificação Internacional de Doenças (CID) classifica a forma de morte como doença, acidente, autolesão intencional, agressão, intervenção legal, guerra, investigação pendente, desconhecida ou “maneira indeterminada”.

Atestado médico da causa da morte é o Formulário Padrão Internacional da OMS do Certificado Médico da Causa da Morte (CMCM). Este é o formulário recomendado para registrar informações sobre a causa da morte para certificação. O formulário contém campos de dados para as causas imediatas, antecedentes e subjacentes da morte e forma de morte para preenchimento por um médico.

Post-mortem: um exame de um corpo que ocorre após a morte para determinar a causa e o modo da morte. O termo post-mortem às vezes é usado de forma intercambiável com autópsia. Neste Capítulo, definimos post-mortem como um termo mais amplo, abrangendo qualquer exame do corpo pós-morte, que pode ser apenas um exame externo ou incluir um exame interno (autópsia).

A causa básica da morte é a doença ou lesão que iniciou a cadeia de eventos mórbidos que levaram diretamente à morte, ou as circunstâncias do acidente ou violência que produziram a lesão fatal.¹⁶³

Orientação: Indique se cada termo abaixo (ou termo similar) é usado em sua estrutura legal de MLDI e se está definido. Se definido, indique a definição contida no marco legal. Forneça a citação legal onde o termo é encontrado. Se outros termos-chave forem usados em sua estrutura legal de MLDI, indique a definição e forneça a citação. Nas seções de comentários, forneça sua análise sobre se uma definição é necessária ou se a definição é clara e compreendida no contexto da lei. Indique como a definição poderia ser melhorada, se necessário.

a. *Autópsia (ou “post-mortem” ou termo similar):*

Usado na lei? _____ Sim _____ Não Definido? _____ Sim _____ Não

¹⁶⁰Site do Los Angeles County Medical Examiner-Coroner, em FAQs/Glossary of Terms, disponível em: <https://mec.lacounty.gov/>

¹⁶¹Dolinak D., Matshes EW, & Lew, EO, Patologia Forense: Principles and practice, Elsevier Academic Press (2005).

¹⁶²Organização Mundial da Saúde, *Classificação Internacional de Doenças, 2016, volume 2*; Veja também *Health Topics*, site da Organização Mundial da Saúde, disponível em: https://www.who.int/bulletin/volumes/84/3/mortality_glossary/en/

¹⁶³Site da OMS, disponível em: https://www.who.int/bulletin/volumes/84/3/mortality_glossary/en/

Definição:

Citação:

Comentário:

b. Relatório de autópsia (ou “relatório post-mortem” ou termo similar):

Usado na lei? _____ Sim _____ Não Definido? _____ Sim _____ Não

Definição:

Citação:

Comentário:

c. Causa da morte:

Usado na lei? _____ Sim _____ Não Definido? _____ Sim _____ Não

Definição:

Citação:

Comentário:

d. Modo de morte:

Usado na lei? _____ Sim _____ Não Definido? _____ Sim _____ Não

Definição:

Citação:

Comentário:

e. Atestado médico da causa da morte:

Usado na lei? _____ Sim _____ Não Definido? _____ Sim _____ Não

Definição:

Citação:

Comentário:

f. Causa básica da morte:

Usado na lei? _____ Sim _____ Não Definido? _____ Sim _____ Não

Definição:

Citação:

Comentário:

g. Outros termos-chave (fornecer tantos quantos forem necessários):

Definição:

Citações:

Comentário:

2. Estrutura do Sistema MLDI

Boas práticas: Os sistemas médicos legais de investigação de óbitos variam muito em todo o mundo. Em geral, os sistemas MLDI podem ser categorizados em três tipos de sistemas: sistemas de legistas, sistemas de médicos legistas e sistemas liderados por policiais.¹⁶⁴ Além disso, algumas jurisdições têm um sistema híbrido de legista/ médico legista.

Sistema legista : Em um sistema legista, o legista é responsável por garantir que o corpo seja identificado e que a causa e as circunstâncias da morte sejam determinadas. Em outras palavras, o legista é responsável por responder: Quem morreu? Quando ocorreu a morte? Onde ocorreu a morte? Qual foi a causa da morte? E qual foi a forma da morte? No entanto, os próprios legistas geralmente não realizam os exames médicos necessários para responder a essas perguntas. O nível de educação de um legista varia de acordo com a jurisdição. Em muitos países, os legistas são profissionais do direito, como juiz, magistrado ou promotor; em alguns países, os legistas são médicos certificados; e em alguns países, não há qualificações exigidas para legistas, o que não é uma boa prática (consulte a Seção 5 sobre Qualificações de Legistas e Médicos Legistas). Portanto, os legistas que não são médicos trabalham com profissionais médicos e forenses para conduzir uma investigação.

Alguns sistemas de legistas combinam investigação médica e científica com um inquérito judicial em tribunal aberto chamado inquérito. Um inquérito é um processo judicial especial no qual o legista atua como juiz e, às vezes, envolve um júri. Em um inquérito, o legista convoca testemunhas para depor a fim de determinar quem era a pessoa morta e as circunstâncias da morte.¹⁶⁵ Historicamente, os legistas usavam um inquérito para determinar quem poderia ser responsabilizado criminalmente, bem como uma acusação. No entanto, o inquérito atual não é um processo penal e não se destina a determinar a responsabilidade criminal, mas sim a um meio de apuração de fatos não vinculativo.¹⁶⁶

O uso e a função do inquérito evoluíram ao longo do último século com o surgimento da medicina moderna e das técnicas de investigação médica forense. Nos sistemas legistas dos EUA, inquéritos judiciais abertos raramente são realizados.¹⁶⁷ Em vez disso, o legista determina quem, quando, onde e quais perguntas exclusivamente por meio de investigação médica e científica, com a assistência de profissionais médicos e forenses treinados (consulte a Seção 7 abaixo – Pessoal e Qualificações).

Em muitos países da Commonwealth, os inquéritos ainda são usados regularmente. No entanto, o inquérito moderno geralmente não tem júri e não é usado para determinar a responsabilidade criminal, e muitas vezes cumpre uma função de interesse público. Por exemplo, no Canadá, Austrália e Nova Zelândia, os legistas usam regularmente os veredictos do inquérito como meio de comunicar os riscos de segurança ao público. Legistas na Austrália emitiram relatórios sobre risco de incêndio, piscinas sem cercas, dependência de drogas na prisão, envenenamento por monóxido de carbono e posse de armas.¹⁶⁸

¹⁶⁴ James JVP Kalougivaki, Medico-Legal Death Investigation Systems in the Pacific and Creating a Stronger Pacific Disaster Victim Identification Network, *Journal of Forensic Research*, 2015, 6:1, p2.

¹⁶⁵Dr. Judy Melinek, *A Forensic Primer for Journalists*, *Forensic Pathology Forum*, 9 de janeiro de 2015, disponível em:

<http://pathologyexpert.blogspot.com/2015/01/a-forensic-primer-for-journalists.html?m=1>

¹⁶⁶Câmara Municipal de Manchester, *The Inquest System, Qual é a finalidade de um Inquérito?*, disponível em: https://secure.manchester.gov.uk/info/626/coroners/5533/the_inquest_system/4.

¹⁶⁷“Why Modern Medical Examiners Don't Hold Inquests”, site de Spokane County, Washington, disponível em:

<https://www.spokanecounty.org/834/Why-Modern-Medical-Examiners-Dont-Hold-I>

¹⁶⁸Paul, MacMahon, *The Inquest and the Virtues of Soft Adjudication*, 33 *Yale Law & Policy Rev.* 275 (2015), p. 295, disponível em: <https://ylpr.yale.edu/inquest-and-virtues-soft-adjudication>.

Na Inglaterra, os inquéritos têm sido usados em casos de importância pública. Por exemplo, uma década após as mortes da princesa Diana e Dodi Al-Fayed, foi realizado um inquérito que concluiu que as mortes resultaram de negligência grosseira do motorista do falecido (que também morreu no acidente) e de negligência por parte daqueles que conduzem os veículos que perseguem o carro. Isso ajudou a reprimir as teorias da conspiração sobre as mortes.¹⁶⁹ O inquérito sobre os “atentados a bomba de 7/7” em Londres em 2007, nos quais 52 pessoas morreram, concluiu com uma série de recomendações para os planejadores de emergência, os serviços de segurança e as autoridades de transporte de Londres sobre como lidar com futuros atos de terrorismo.¹⁷⁰ O inquérito também foi particularmente importante na Irlanda do Norte pós-Troubles, onde o legista desempenhou um papel significativo na análise de casos arquivados das décadas de 1970, 1980 e 1990.¹⁷¹

Não confunda o termo “inquérito” com o termo “investigação” ou “pesquisa”. Nas leis que estabelecem sistemas legistas, o termo “investigação” ou “pesquisa” é o termo mais amplo e refere-se ao processo de revisão de um caso; uma investigação ou pesquisa pode incluir um inquérito, ou um inquérito pode ser dispensado.

Sistema médico examinador : Em um sistema médico legista, o Médico Legista é responsável por garantir que o corpo seja identificado e que a causa e as circunstâncias (quem, quando, onde e quais perguntas) sejam determinadas. O Médico Legista é um profissional médico formado, no mínimo, em patologia e idealmente em patologia forense (ver seção 5 abaixo – Qualificações do Chefe do Sistema MLDI). O Médico Legista lidera a investigação médica e científica e, ao contrário dos legistas, geralmente não tem o poder de realizar um inquérito. O Médico Legista pode trabalhar com vários profissionais médicos e forenses para realizar um exame clínico completo para determinar a causa e a forma da morte e identificar um corpo não identificado (consulte a Seção 7 abaixo – Pessoal e Qualificações).

Sistema híbrido do Legista/Médico legista : As estruturas dos sistemas híbridos variam de acordo com o país. No entanto, em geral, um sistema híbrido é aquele em que um legista encaminha casos para um sistema de médico legista estabelecido para autópsia ou exame externo. Os sistemas híbridos foram desenvolvidos em países com um sistema legista estabelecido há muito tempo que visam melhorar a qualidade da causa e forma de informação de morte, trabalhando com médicos legistas treinados. Por exemplo, as reformas do sistema legista no Reino Unido foram introduzidas através da Lei do Legista e Justiça de 2009. A Lei estabelece um Gabinete do Chefe do Legista para a Inglaterra e País de Gales e também prevê a nomeação de um Legista Médico Nacional. A lei autoriza os regulamentos “exigindo que um legista senior encaminhe um caso a um médico legista”.¹⁷² Várias jurisdições nos Estados Unidos também têm sistemas híbridos. Os sistemas híbridos diferem dos sistemas legistas que encaminham casos para profissionais médicos externos para autópsia em uma base ad hoc, pois, em um sistema híbrido, os casos são encaminhados a médicos legistas treinados que fazem parte de um sistema legista estabelecido.

Sistema liderado pela aplicação da lei : Nesse tipo de sistema, a polícia inicia e conduz a investigação médico-legal de óbito, bem como a investigação criminal. É importante não confundir a investigação criminal com a investigação médico-legal de óbito. Conforme discutido acima, o objetivo da investigação médico-legal do óbito é responder às perguntas: Quem morreu? Quando ocorreu a morte? Onde ocorreu a morte? Qual foi a causa da morte? E qual foi a forma da morte? Os resultados da investigação médico-legal da morte são constatações, não estabelecem responsabilidade criminal ou civil. As conclusões de uma investigação médico-legal de morte podem ser apresentadas como prova em um caso criminal ou civil. O objetivo de uma investigação criminal é determinar se um crime foi cometido, obter provas para identificar o responsável pelo crime e fornecer as melhores provas possíveis ao Ministério Público para apresentar o caso a um juiz ou júri. O juiz ou júri determina a responsabilidade criminal.

Em um sistema liderado pela aplicação da lei, a polícia e/ou o promotor são responsáveis por conduzir a investigação criminal e médico-legal. Em alguns países, há uma divisão médico-legal dentro do

¹⁶⁹Id. na pág. 287.

¹⁷⁰Id. na p.287.

¹⁷¹Id. em 285.

¹⁷²Lei do Legista e Justiça de 2009, Sec. 20, 21.

departamento de polícia ou do Ministério Público com especialistas médicos e forenses treinados que ajudam a identificar o corpo e determinar a causa e a forma da morte. Em outros países, a polícia ou o promotor contratam especialistas médicos e forenses externos para identificar o corpo e determinar a causa e a forma da morte. Em um sistema liderado pela aplicação da lei, o chefe do departamento de polícia ou do Ministério Público, ou o chefe da divisão médico-legal do departamento de polícia ou do Ministério Público, é o responsável final por garantir que o corpo seja identificado e que as circunstâncias que cercam a morte estão determinados.

Centralizado versus Descentralizado : Alguns países têm um sistema centralizado e outros têm um sistema descentralizado. Em um sistema centralizado, haverá um indivíduo em nível nacional que lidera todo o sistema para o país, com escritórios locais que respondem ao nível nacional. Por exemplo, a Nova Zelândia tem um legista chefe que é responsável pela supervisão do trabalho de todos os legistas de nível subnacional para garantir uma prática ordenada, eficiente e padronizada em todo o país.¹⁷³ Em um sistema de médicos legistas, é função de um Médico Legista Chefe em nível nacional supervisionar o trabalho dos médicos legistas de nível subnacional para garantir uma prática ordenada, eficiente e padronizada em todo o país. Em um sistema liderado pela aplicação da lei, o chefe de polícia, o promotor-chefe ou o chefe de uma divisão de investigação médico-legal de morte dentro do departamento de polícia nacional ou do Ministério Público supervisiona as investigações médico-legais de morte conduzidas por departamentos de polícia locais em todo o país.

Em um sistema descentralizado, as jurisdições no nível subnacional mantêm seus próprios sistemas MLDI e o tipo de sistema pode variar entre as jurisdições. Por exemplo, no Canadá, as províncias de Alberta, Manitoba, Nova Escócia e Terra Nova e Labrador têm um sistema de Médico Legista. Todas as outras províncias têm um sistema legista. Mesmo em um sistema descentralizado, deve haver uma agência em nível nacional para criar padrões mínimos ou trabalhar em cooperação com escritórios descentralizados para garantir práticas e procedimentos geralmente uniformes. Embora muitos sistemas descentralizados não tenham essa orientação de uma autoridade central, houve pedidos nos últimos anos por mais uniformidade de prática em sistemas descentralizados. Por exemplo, em 2016, o Canadian Medical Association Journal pediu uma autoridade nacional para médicos legistas e médicos legistas, o que garantiria que diferentes jurisdições usassem os mesmos padrões e classificassem as mortes da mesma maneira.¹⁷⁴ Nos EUA, em 2016, a Comissão Nacional de Ciência Forense recomendou a elaboração de uma lei modelo para ajudar os governos estaduais a melhorar a qualidade de sua estrutura legal de investigação médico-legal de morte e sua capacidade de conduzir investigações médico-legais de morte adequadas.¹⁷⁵

Conforme mostrado na discussão acima, não há "melhor prática" em relação à estrutura dos sistemas MLDI. Independentemente do tipo de sistema que um país mantém, o foco deve ser a produção de informações de alta qualidade, independentes, precisas, oportunas e completas, incluindo causa e forma de morte, para investigações médico-legais de óbitos. Para tanto, independentemente do tipo de sistema, é fundamental que um médico conduza a avaliação médica em um caso de MLDI e seja responsável por determinar a causa e a forma da morte.

Orientação: As perguntas nesta seção o ajudarão a avaliar o tipo de sistema que você possui. As perguntas nas seções a seguir ajudarão a avaliar se o sistema em seu país está produzindo a melhor informação possível e orientará uma análise das oportunidades de reforma. Primeiro, determine se o seu sistema é centralizado ou descentralizado e, em seguida, responda às perguntas na seção apropriada. Ao fazer essa determinação, considere questões de autoridade federal versus autoridade local na

¹⁷³Lei de Legistas da Nova Zelândia 2006, Seção 7, disponível em:

<http://www.legislation.govt.nz/act/public/2006/0038/latest/whole.html>

¹⁷⁴ Elyse Skura, CBC News, *National standards needed for coroners, medical examiners, says CMAJ editorial*, 1 de fevereiro de 2016, disponível em: <https://www.cbc.ca/news/canada/north/coroners-medical-examiners-national-authority-cmaj-editorial-1.3428705>.

¹⁷⁵ Comissão Nacional de Ciência Forense, *Recomendação ao Procurador-Geral da Legislação Modelo para Sistemas de Investigação Médico-Legal de Morte*, janeiro de 2017, disponível em: <https://www.justice.gov/archives/ncfs/work-products-adopted-commission>

Constituição do seu país. Nas seções de comentários, indique quaisquer observações adicionais que você tenha sobre a estrutura do seu sistema MLDI e quaisquer oportunidades para reforma regulatória.

Se o seu sistema for centralizado, responda às perguntas da seção a. Se descentralizado, responda às perguntas na seção b.

a. Sistemas Centralizados:

- i. **Descreva o tipo de sistema MLDI em seu país** (ou seja, legista, médico legista, sistema híbrido ou conduzido pela aplicação da lei).

Citação:

Comentário:

- ii. **Descreva a localização dos escritórios subnacionais da autoridade MLDI** (por exemplo, Província/Estado ou Distrito/Cidade/Condado)

Citação:

Comentário:

b. Sistemas Descentralizados:

- i. **Em que nível de subdivisão política estão localizados os escritórios principais da MLDI?** (por exemplo, Província/Estado ou Distrito/Cidade/Condado)

Citação:

Comentário:

- ii. **Descreva o tipo de sistema ou sistemas em todo o país** (observando se cada subdivisão política tem o mesmo tipo de sistema ou se varia de acordo com a subdivisão).

Citação:

Comentário:

- iii. **Existe uma agência em nível nacional que fornece orientação ou apóia as autoridades de MLDI da jurisdição subnacional?** Em caso afirmativo, indique a agência e descreva sua função. Indique se existe uma lei modelo ou diretrizes/padrões nacionais emitidos pela agência.

Citação:

Comentário:

3. Situação Organizacional do Gabinete do Examinador Médico/Legista dentro do sistema MLDI

Boa prática: Assim como a estrutura dos sistemas MLDI varia entre os países, o ministério ou agência em que a autoridade MLDI está localizada varia entre os países. [*Lembrete: A “autoridade MLDI” é a entidade responsável pela constatação de fatos não juridicamente vinculativos relativos a: Quem morreu? Quando ocorreu a morte? Onde ocorreu a morte? Qual foi a causa da morte? E qual foi a forma da morte?*]. Por exemplo, o consultório do Médico Legista-chefe ou do Legista-chefe pode estar situado no Ministério da Saúde, no Ministério da Justiça, no Gabinete do Procurador-Geral, no Ministério do Interior ou Assuntos Internos ou em uma instituição médica acadêmica. Em um sistema liderado pela aplicação da lei, a autoridade MLDI é o departamento de polícia ou o Ministério Público (ou uma divisão dentro dessas entidades), que pode estar sediado em um Ministério do Interior ou Assuntos Internos, no Ministério da Justiça, no escritório do Procurador-Geral ou Procurador-Geral, ou outro ministério. A autoridade MLDI também pode ser uma agência autônoma supervisionada por um conselho de administração.

Não existe uma única prática recomendada em relação à localização organizacional e há vantagens e desvantagens em cada configuração. Por exemplo, estabelecer a autoridade MLDI dentro da aplicação da lei (por exemplo, Departamento de Polícia, Gabinete do Procurador-Geral, Ministério do Interior) pode ajudar a garantir financiamento e recursos suficientes para o sistema MLDI, pois a aplicação da lei é muitas vezes bem financiada. No entanto, essa configuração pode levar ou dar a impressão de falta de independência dos patologistas forenses e outros especialistas forenses que trabalham com a aplicação da lei, principalmente ao investigar mortes que ocorrem enquanto estão sob custódia ou em outras instituições estatais. Em tais sistemas em que o profissional médico tem duplas obrigações, o sistema deve ser projetado para manter a independência e o dever do profissional médico de relatar a causa e o tipo de morte com o melhor de seu conhecimento.¹⁷⁶ Situar a autoridade MLDI dentro do Ministério da Saúde pode ajudar a garantir a independência das investigações médico-legais de óbitos, mas pode deixar a autoridade MLDI com menos recursos, pois o Ministério pode priorizar o financiamento de outras iniciativas acima do MLDI.

As agências autônomas podem ser bem financiadas e independentes ou mal financiadas e sujeitas à influência política. Agências autônomas (e às vezes outros tipos de autoridades MLDI também) são supervisionadas por um conselho administrativo, que pode ajudar a detectar e corrigir problemas e falhas do consultório, manter a responsabilidade e fornecer informações ao público. Os membros de um conselho de administração devem ter interesse e conhecimento das funções do consultório, como médicos, funcionários de saúde pública e segurança pública. No entanto, se os membros do conselho são políticos ou dirigentes políticos nomeados, o trabalho da agência pode estar sujeito a influência ou interferência. Os recursos de uma agência independente dependerão se o financiamento é garantido pelo estabelecimento de legislação e das prioridades do governo.

Portanto, todo tipo de configuração organizacional tem implicações para duas questões principais: 1) independência dos funcionários do MLDI da influência da aplicação da lei ou agendas políticas, e 2) financiamento e recursos suficientes do sistema para desempenhar suas funções de forma adequada e gerar informações de alta qualidade. A melhor situação organizacional para a autoridade MLDI dependerá do contexto do país. Independentemente de onde a autoridade MLDI está localizada, deve haver uma estrutura organizacional clara e linhas de autoridade.

Orientação: Responda às perguntas abaixo sobre a situação organizacional da autoridade MLDI. Nas seções de comentários, faça suas observações sobre os prós e contras da situação organizacional da autoridade MLDI, incluindo se e como a situação da autoridade MDLI afeta sua independência e recursos.

¹⁷⁶Consulte o Protocolo de Istambul: Manual sobre a Investigação Eficaz e Documentação da Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, Nações Unidas, 2004, nos parágrafos 66-73, disponível em: <https://phr.org/issues/istanbul-protocol/>

- a. **Descreva onde a autoridade MLDI está localizada institucionalmente.** Sob qual ministério, agência ou instituição ela se enquadra?

Citação:

Comentário:

- b. **O chefe da autoridade MLDI (ou seja, médico legista chefe, legista chefe ou chefe de polícia) se reporta a alguém e, em caso afirmativo, a quem?**

Citação:

Comentário:

- c. **A autoridade MLDI tem uma estrutura organizacional clara e uma cadeia de comando, incluindo linhas claras de autoridade e relatórios?**

Citação:

Comentário:

- d. **Existe um conselho de supervisão para a autoridade MLDI?** Em caso afirmativo, descreva sua composição, indique as filiações dos membros do conselho e descreva como eles são selecionados ou nomeados.

Citação:

Comentário:

4. **Cooperação das Partes Interessadas**

Boa Prática: Um sistema MLDI tem várias partes interessadas, que incluem no mínimo a aplicação da lei, o consultório do legista ou médico legista (dependendo do tipo de sistema), o setor de saúde, a agência de saúde pública, a agência de registro civil e a agência nacional de estatísticas. A aplicação da lei lidera a MLDI em um sistema liderado pela aplicação da lei. No entanto, mesmo em um sistema de legista ou médico legista, a polícia e/ou promotor público têm um papel importante, pois são obrigados a notificar o legista/médico legista de uma morte sob sua jurisdição e as duas entidades compartilham provas entre si.

O setor de saúde se envolve com MLDI sobre jurisdição (por exemplo, se ocorrer uma morte em uma unidade de saúde, a unidade encaminhará as mortes notificáveis à autoridade de MLDI para determinação da jurisdição), transferência de casos e gestão de acidentes em massa; e em alguns países fornecem serviços forenses contratuais. O órgão de saúde pública pode se envolver com o MLDI para serviços laboratoriais de doenças de notificação compulsória e possivelmente a notificação de óbitos se o registro civil for de responsabilidade do órgão. A autoridade de registro civil deve garantir que todas as mortes de MLDI sejam registradas, e a agência nacional de estatísticas é responsável por compilar as estatísticas de MLDI.

Outras partes interessadas podem incluir o judiciário. Por exemplo, em alguns países, os magistrados são legistas; em outros países, os magistrados podem desempenhar um papel na direção das investigações policiais.

É necessária uma forte cooperação entre todas as entidades interessadas para garantir uma investigação médico-legal de óbitos eficiente e eficaz e a compilação de estatísticas de MLDI de qualidade. Portanto, algum tipo de mecanismo de coordenação deve ser implementado. Em alguns países, isso assume a forma de um comitê de coordenação com representação de todas as partes interessadas. Em outros países, a autoridade MLDI estabelece MOUs com várias partes interessadas. Por exemplo, um consultório de médico legista pode ter um MOU com a aplicação da lei sobre cooperação e responsabilidades na cena do crime. Esses arranjos não estão necessariamente contidos em legislação ou regulamentos, mas devem ser implementados de forma a garantir reuniões regulares e cooperação entre as partes interessadas.

Orientação: Descreva todas as partes interessadas no sistema MLDI e qualquer mecanismo de coordenação. Você pode precisar consultar a autoridade MLDI e outras partes interessadas para responder às perguntas abaixo, pois os mecanismos de coordenação podem não estar contidos na estrutura legal. Nas seções de comentários, observe se alguma das principais partes interessadas está faltando no mecanismo de coordenação, quaisquer barreiras à cooperação das partes interessadas e oportunidades para melhorar a coordenação.

- a. Descreva quaisquer mecanismos de coordenação das partes interessadas atualmente em vigor.** Se o mecanismo for um comitê, descreva a afiliação dos membros do comitê e quem preside o comitê. Nos comentários, observe as partes interessadas que estão faltando nesse mecanismo.

Citação:

Comentário:

- b. Descreva a frequência das reuniões das partes interessadas** (incluindo aquelas exigidas pela estrutura legal ou MOUs, e aquelas que ocorrem de forma ad hoc).

Citação:

Comentário:

5. Qualificações de chefe de autoridade MLDI e chefe de escritórios subnacionais

Dependendo do tipo de sistema, o chefe da autoridade MLDI pode ser um médico legista chefe (ou termo similar, como patologista forense nacional), um legista chefe ou, em um sistema liderado pela aplicação da lei, o chefe de polícia ou chefe Procurador ou o chefe da Divisão Médico-Legal junto da polícia ou do Ministério Público. Qualquer que seja o sistema, o chefe da autoridade MLDI é responsável por garantir que as mortes médico-legais sejam investigadas e a causa e a forma da morte sejam determinadas de maneira imparcial e profissional. O chefe da autoridade MLDI detém poderes e responsabilidades significativas e, portanto, o quadro legal deve definir as qualificações do chefe da autoridade MLDI para garantir que eles tenham os conhecimentos e habilidades necessários para o desempenho de suas funções. Da mesma forma, os médicos legistas, médicos legistas e policiais ou promotores em nível subnacional (que respondem ao chefe do sistema nacional), também devem ser qualificados para exercer suas funções. As qualificações necessárias diferem para o chefe de um sistema médico legista, sistema legista e sistema liderado pela aplicação da lei. Eles são, portanto, discutidos separadamente abaixo. Se o seu país tiver um sistema de exame médico, preencha a seção 5A abaixo. Se o seu país tiver um sistema legista, preencha a seção 5B abaixo. Se o seu país tiver um sistema híbrido com um médico legista e um

legista chefe, preencha as seções 5A e 5B. Se o seu país tiver um sistema liderado pela aplicação da lei, preencha a seção 5C.

5.A. Qualificações do Médico Legista Chefe (MLC)

Boa prática: Idealmente, o MLC é um patologista forense treinado. No entanto, dada a falta de programas de treinamento em patologia forense globalmente, isso pode não ser possível em muitos países. No mínimo, o MLC deve ser um médico certificado em patologia, de acordo com os requisitos de licenciamento ou certificação médica do seu país. Além dos requisitos de licenciamento educacional e profissional, a estrutura legal deve indicar o número mínimo de anos de experiência necessários. Embora as práticas variem, em muitas jurisdições, 5 anos é a experiência mínima exigida. O MLC deve ser um funcionário em tempo integral que seja devidamente remunerado. O MLC deve ser selecionado ou nomeado ou selecionado com base em qualificações e deve gozar de status de funcionário público, acordos contratuais ou outros tipos semelhantes de proteção, para garantir que não esteja sujeito a pressão ou interferência política ou policial e só possa ser demitido ou disciplinado por justa causa.¹⁷⁷ O MLC não deve ser um funcionário eleito.

Dependendo do tamanho da jurisdição, pode haver escritórios locais abaixo do nível do escritório central, cada um chefiado por um médico legista (ME) que se reporta ao MLC. Idealmente, cada um desses MLs é um patologista forense treinado; no entanto, o ML deve ser, no mínimo, um médico certificado em patologia, de acordo com os requisitos de licenciamento ou certificação médica do seu país. O número mínimo de anos de experiência exigidos será menor que o do MLC e varia de acordo com a jurisdição. Um ML deve ser um funcionário em tempo integral, devidamente remunerado, e deve gozar de status de funcionário público, acordos contratuais ou outros tipos semelhantes de proteção, para garantir que não esteja sujeito a pressões ou interferências políticas ou partidárias e só pode ser demitido ou disciplinado por justa causa.¹⁷⁸

Orientação: Descreva as qualificações exigidas para os MLC e MLs e se eles gozam do status de funcionários públicos ou proteções similares. Essas qualificações podem estar contidas nas leis que estabelecem sua autoridade MLDI. Eles também podem estar contidos em suas leis de serviço civil, se esses cargos forem cargos de serviço público. Nas seções de comentários, analise quaisquer deficiências nas qualificações exigidas.

-
- a. Descreveu quaisquer qualificações exigidas para o MLC , incluindo quaisquer requisitos de licenciamento ou certificação e anos de experiência. Informar se o MLC possui status de funcionário público ou proteções similares.**

Citação:

Comentário:

- b. Descreva quaisquer qualificações exigidas para médicos legistas que dirigem escritórios locais abaixo do nível central , incluindo quaisquer requisitos de licenciamento ou certificação e anos de experiência. Indique se os ML gozam do estatuto de funcionários públicos ou de proteções semelhantes.**

¹⁷⁷Melinek, J., et. Al, *National Association of Medical Examiners Position Paper: Medical Examiner, Coroner, and Forensic Pathologist Independence*, NAME Position Papers, Volume 3, Edição 1, p.95.

¹⁷⁸Melinek, J., et. Al, *National Association of Medical Examiners Position Paper: Medical Examiner, Coroner, and Forensic Pathologist Independence*, NAME Position Papers, Volume 3, Edição 1, p.95.

Citação:

Comentário:

5.B. Qualificações do Legista Chefe

Boa Prática: As qualificações exigidas para ser Legista Chefe (LC) variam muito entre os países e jurisdições. Em muitos países, um LC deve ser um profissional legal (por exemplo, juiz, advogado ou promotor), em alguns o LC deve ser um profissional médico e em outros países o LC deve ser um profissional legal ou médico.¹⁷⁹ Em alguns países e jurisdições, inclusive em algumas partes dos EUA, não há qualificações exigidas e um legista pode ser leigo e muitas vezes é um funcionário eleito. Esta não é uma boa prática. Os legistas devem servir ao interesse público. Se forem funcionários eleitos, podem ser influenciados por preocupações políticas ou de reeleição, o que pode interferir na responsabilidade de emitir uma opinião imparcial sobre a forma e a causa da morte. Além disso, como leigos, eles podem não ter o conhecimento e as habilidades para cumprir a função de legista.

O LC, seja um profissional legal ou médico, deve ser um profissional treinado e certificado. Um LC obrigado a ter formação jurídica deve ser licenciado para exercer a advocacia em sua jurisdição. Um LC com formação médica deve, idealmente, ser um patologista forense, mas no mínimo deve ser um médico certificado em patologia, de acordo com os requisitos de licenciamento ou certificação médica do país. A estrutura legal deve indicar o número mínimo de anos de experiência necessários para ser LC. O LC deve ser um funcionário em tempo integral que seja devidamente remunerado. O LC deve ser selecionado ou nomeado com base em qualificações, não por indicação política ou funcionário eleito, e deve gozar de status de funcionário público, acordos contratuais ou outros tipos semelhantes de proteção, para garantir que não esteja sujeito a pressão ou influência política ou partidária e só podem ser demitidos ou punidos por justa causa.

Dependendo do tamanho do país ou jurisdição, pode haver escritórios locais abaixo do nível do escritório central, cada um chefiado por um médico legista que se reporta ao LC. Como o LC, o médico legista em nível local deve ser um profissional legal ou médico qualificado, com qualificações semelhantes às do LC, mas com menos anos de experiência exigidos. Um legista em nível subnacional deve ser um funcionário em tempo integral e adequadamente remunerado. Um legista subnacional deve ser selecionado ou nomeado com base em qualificações, não um nomeado político ou funcionário eleito, e deve gozar de status de funcionário público, acordos contratuais ou outros tipos semelhantes de proteção, para garantir que não esteja sujeito a pressão política ou partidária ou influência e só podem ser demitidos ou punidos por justa causa.

Orientação: Descreva as qualificações exigidas e o processo de seleção ou nomeação para o legista-chefe e o legista. Se o médico legista não for um profissional médico, descreva quem é o responsável pelo exame médico do corpo. Nas seções de comentários, analise se as qualificações do Legista Chefe/Legista e da pessoa responsável pelo exame médico do corpo são tais que garantem informações de alta qualidade sobre causa e forma de morte.

¹⁷⁹Por exemplo, na Austrália, o legista é um magistrado com formação jurídica. No Canadá, algumas províncias têm um sistema ME e outras têm um sistema legista. Nas províncias com sistema legista, algumas por lei exigem que o legista seja médico; outros não exigem que o legista seja médico, mas o legista geralmente tem formação médica, legal ou investigativa. Em Hong Kong, o legista é um oficial de justiça. Na Irlanda, o legista é nomeado pelas autoridades locais e é um médico ou advogado qualificado. Na Nova Zelândia, os legistas são juizes do Tribunal de Legistas. No Reino Unido, o legista é um titular de um cargo judicial independente, nomeado e pago pela autoridade local competente. Na Espanha, os legistas são médicos.

- a. **Descreva quaisquer qualificações exigidas para o LC** , incluindo quaisquer requisitos de licenciamento ou certificação e anos de experiência. Informe se o LC goza do estatuto de funcionário público ou de proteções semelhantes.

Citação:

Comentário:

- b. **Descreva quaisquer qualificações exigidas para legistas que dirigem consultórios locais abaixo do nível central** , incluindo quaisquer requisitos de licenciamento ou certificação e anos de experiência. Indique se os legistas gozam do status de funcionários públicos ou proteções semelhantes.

Citação:

Comentário:

5.C. Qualificações do chefe de um sistema liderado pela aplicação da lei

Boa Prática: Alguns sistemas liderados pela aplicação da lei têm uma divisão médico-legal interna com especialistas médicos dentro do departamento de polícia ou do Ministério Público. Por exemplo, a Polícia Nacional das Filipinas tem uma Divisão Médico-Legal chefiada pelo Chefe de Médico-Legal, que é patologista, e cada região tem seu próprio médico-legal, que também é patologista. Os casos são encaminhados aos oficiais médico-legais pelo oficial de investigação em um caso. Outros sistemas liderados pela aplicação da lei não possuem especialistas médicos internos e terceirizam serviços médicos e forenses. Discutimos cada tipo de sistema liderado pela aplicação da lei separadamente.

Em sistemas liderados pela aplicação da lei com uma divisão médico-legal interna , o chefe da divisão médico-legal (CML) (ou termo similar) idealmente é um patologista forense treinado. No entanto, dada a falta de programas de treinamento em patologia forense globalmente, isso pode não ser possível em muitos países. No mínimo, o CML deve ser um médico certificado em patologia, de acordo com os requisitos de licenciamento ou certificação médica do seu país. Além dos requisitos de licenciamento educacional e profissional, a estrutura legal deve indicar o número mínimo de anos de experiência exigidos. O CML deve ser um funcionário em tempo integral que seja devidamente remunerado. O CML deve ser selecionado ou nomeado com base em qualificações e deve gozar de status de funcionário público, acordos contratuais ou outros tipos semelhantes de proteção, a fim de evitar a influência ou interferência de outros policiais ou atores políticos.

Dependendo dos recursos disponíveis, cada polícia local/departamento de promotoria em nível subnacional pode ter um Oficial Médico-Legal. Idealmente, cada um desses oficiais médico-legais é um patologista forense treinado; no entanto, no mínimo, o Oficial Médico-Legal deve ser um médico certificado em patologia, de acordo com os requisitos de licenciamento ou certificação médica do seu país. O número mínimo de anos de experiência exigidos será inferior ao da CML. Um oficial médico-legal deve ser um funcionário em tempo integral e adequadamente remunerado. Um oficial médico-legal deve ser selecionado ou nomeado com base em suas qualificações e deve gozar de status de funcionário público, acordos contratuais ou outros tipos semelhantes de proteção, para garantir que não esteja sujeito a pressões ou interferências externas e só pode ser demitido ou punido por causa apropriada.

Em um sistema liderado pela aplicação da lei que contrata serviços médicos forenses , o chefe de polícia ou chefe de uma divisão de investigação criminal ou promotor-chefe chefiará o sistema e será

responsável por garantir que uma investigação médico-legal seja realizada. No nível subnacional, o chefe do departamento de polícia local ou chefe de investigações criminais do departamento de polícia local, ou promotor local, será responsável pelas investigações médico-legais de morte naquela jurisdição. As qualificações para ser um investigador da polícia variam de acordo com o país. A senioridade, bem como as qualificações, geralmente é uma consideração para se tornar chefe de polícia, chefe de investigações criminais e chefe de um departamento ou divisão de polícia local. Os Procuradores-Chefes devem ser advogados com um nível específico de experiência.

Como o chefe desse tipo de sistema não é um profissional médico, o exame médico do falecido e a determinação da causa e forma da morte devem ser realizados por um patologista forense interno ou externo. (Consulte Seção 5 – Pessoal e Qualificações do Pessoal).

Orientação: Na questão a e descreva as qualificações exigidas. Na questão b, descreva quem é o responsável pela realização do exame médico do corpo se o chefe do sistema não for um profissional médico. Nas seções de comentários, analise se as qualificações exigidas para o chefe do sistema e o responsável pelo exame médico são tais que garantem informações de alta qualidade sobre causa e forma de morte.

-
- a. Descreva quaisquer qualificações exigidas para o policial ou promotor que é o chefe do sistema MLDI liderado pela aplicação da lei , incluindo anos de experiência.**

Citação:

Comentário:

- b. Se o chefe do sistema não for um profissional médico, descreva quem é o responsável pela realização do exame médico do corpo , incluindo as qualificações exigidas.**

Citação:

Comentário:

6. Poder para emitir POPs, diretrizes práticas

Boa Prática: Para ajudar a alcançar as melhores práticas e consistência nas práticas em todo o país, o chefe da autoridade MLDI (por exemplo, Médico Legista Chefe, Chefe Legista ou Chefe da Polícia/Chefe da Divisão Médico-Legal da Polícia ou Procurador) deve ter o poder de emitir regras e procedimentos operacionais padrão para investigações médico-legais de morte. Esses POPs podem ser guiados por padrões internacionais, como os da Organização Internacional de Normalização (ISO).

Orientação: Descreva se o chefe da autoridade MLDI tem o poder de emitir regras ou SOPs. Na seção de comentários, anote quaisquer observações sobre esta autoridade e qualquer oportunidade de reforma regulatória.

-
- a. Descreva se o chefe da autoridade MLDI tem o poder de emitir regras ou SOPs para ajudar a alcançar as melhores práticas e práticas uniformes em todo o país.**

Citação:

Comentário:

7. Pessoal

Boa prática: O chefe do sistema MLDI não trabalha sozinho. A determinação da causa e do modo de morte geralmente envolve o trabalho de uma equipe central de especialistas, que pode incluir investigadores médico-legais da morte, patologistas forenses, antropólogos forenses, odontologistas forenses, toxicologistas forenses, histologistas, radiologistas, técnicos forenses/técnicos de autópsia e fotógrafos forenses. (As funções desses especialistas são descritas abaixo). É importante que o CME, o CC ou o chefe do sistema liderado pela aplicação da lei tenham acesso a esses especialistas, seja internamente ou por meio de serviços contratuais.

Em um sistema com bons recursos, o consultório do legista chefe, do legista chefe ou do departamento de polícia ou do Ministério Público pode ter uma equipe central completa de especialistas na equipe. Alternativamente, alguns desses especialistas centrais podem ser alojados em um laboratório separado do governo central, onde o escritório do chefe da autoridade MLDI pode acessar esses serviços centrais. Para sistemas que têm esses tipos de profissionais como funcionários principais - seja no escritório do CME/CC, no departamento de polícia/procurador ou em um laboratório separado do governo - a estrutura legal deve descrever as funções e responsabilidades de cada cargo principal e exigem que o pessoal principal seja devidamente certificado. Além disso, o pessoal forense básico deve gozar de status de serviço civil, acordos contratuais ou outros tipos semelhantes de proteção, para garantir que não esteja sujeito a pressão ou interferência política ou policial e só possa ser demitido ou punido por justa causa.¹⁸⁰

No entanto, em muitos países ou jurisdições, o financiamento será insuficiente para apoiar uma equipe central completa de profissões forenses e médicas internas. Países ou jurisdições sem recursos para manter uma equipe central interna ou em um laboratório governamental separado geralmente contratam esses serviços adicionais com profissionais treinados, que podem estar localizados em instituições médicas ou acadêmicas ou entidades privadas. O uso de serviços de referência contratuais não governamentais pode ser rentável, mas pode não garantir uma força de trabalho eficiente e pronta disponível quando necessário.¹⁸¹ Além disso, também pode haver preocupações com a qualidade se os mecanismos de supervisão e os requisitos de qualificação não estiverem em vigor. Se forem usados serviços contratuais, a estrutura legal deve exigir que todos os contratados sejam devidamente certificados¹⁸² e também deve fornecer um mecanismo de supervisão dos contratados.

O especialista principal que o MLC, LC ou o departamento de polícia/procurador deve ter acesso inclui:

O Investigador MédicoLegal de Morte (IMM) investiga qualquer morte que cai sob a jurisdição do médico legista ou legista. O IMM é responsável pelo corpo do falecido e investiga as circunstâncias diretas que cercam a morte, enquanto a aplicação da lei é responsável pela cena do crime e lidera a investigação criminal mais ampla. O IMM realiza investigações de cena com foco na coleta de provas e desenvolvimento de informações do falecido e determina até que ponto é necessária uma investigação mais aprofundada pelo ML/LC. Os IMM devem ter uma combinação de educação e habilidades que

¹⁸⁰Melinek, J., et. Al, *National Association of Medical Examiners Position Paper: Medical Examiner, Coroner, and Forensic Pathologist Independence*, NAME Position Papers, Volume 3, Edição 1, p.95.

¹⁸¹Weedn, VW, Model Medical Examiner Legislation, *Academic Forensic Pathology* 2015 5(4), pps 618-620, disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.23907/2015.065>

¹⁸² Id., p 622.

englobem áreas de medicina e direito.¹⁸³ Em um sistema liderado pela aplicação da lei, essa função geralmente é desempenhada pelo investigador da polícia.

O *patologista forense* é um subespecialista em patologia cuja área de competência especial é o exame de pessoas que morrem devido a causas não naturais, ou de forma repentina, inesperada, suspeita ou violenta. O patologista forense é um especialista em determinar a causa e a forma da morte. O patologista forense é especialmente treinado: para realizar autópsias para determinar a presença ou ausência de doença, lesão ou envenenamento; avaliar informações investigativas históricas e policiais relacionadas ao modo de morte; coletar evidências médicas, como vestígios e secreções, para documentar a agressão sexual; e reconstruir como uma pessoa recebeu ferimentos. Os patologistas forenses são treinados em várias ciências forenses, bem como em medicina. Outras áreas da ciência que o patologista forense deve ter um conhecimento prático incluem: toxicologia, exame de armas de fogo (balística de feridas), evidências de vestígios, sorologia forense e tecnologia de DNA. O patologista forense atua como coordenador do caso para a avaliação médica e científica forense de uma determinada morte, certificando-se de que os procedimentos adequados e as técnicas de coleta de evidências sejam aplicadas ao corpo.¹⁸⁴

A principal tarefa de um *antropólogo forense* é coletar e interpretar evidências para auxiliar na identificação de restos humanos. Eles avaliam a idade, sexo, estatura, ancestralidade e características únicas de um esqueleto, que podem incluir a documentação de trauma no esqueleto e o tempo decorrido desde a morte.

Os *odontologistas forenses* são dentistas altamente experientes e especialmente treinados que usam seus conhecimentos para ajudar a identificar restos desconhecidos e rastrear marcas de mordida em um indivíduo específico por meio de comparação odontológica.

Os *toxicologistas forenses* realizam testes científicos em fluidos corporais e amostras de tecidos para determinar a presença ou ausência de quaisquer drogas ou produtos químicos no corpo. Trabalhando em um laboratório, o toxicologista forense realiza testes em amostras coletadas por patologistas forenses durante uma autópsia ou por investigadores da cena do crime.

Os *histologistas* preparam e coram as seções de tecido que são coletadas pelo patologista forense durante a autópsia para exame microscópico. Este campo de estudo é uma ferramenta de diagnóstico para patologistas forenses para ajudar a determinar a causa da morte.¹⁸⁵

Radiologistas são médicos especializados em diagnosticar e tratar lesões e doenças usando procedimentos de imagem médica (radiologia), como raios-X, tomografia computadorizada (TC), ressonância magnética (RM), medicina nuclear, tomografia por emissão de pósitrons (TEP) e ultra-som.¹⁸⁶ A *radiologia forense* é uma área especializada de imagens médicas que utiliza técnicas radiológicas para auxiliar os patologistas na determinação da causa e do modo de morte.

O *técnico forense/técnicos de autópsia* fornecem o apoio do patologista na realização do exame post-mortem e são responsáveis pela limpeza, estocagem, gerenciamento do necrotério, coleta e liberação do corpo e manutenção dos registros. Técnicos forenses/técnicos de autópsia não são médicos licenciados e desenvolvem capacidade nessas funções por meio de treinamento no trabalho e programas educacionais.

Fotógrafos Forenses (também conhecidos como fotógrafos da cena do crime ou fotógrafo de evidências) são fotógrafos profissionais qualificados na arte de produzir fotografias detalhadas que registram a cena do crime e as evidências físicas dentro da cena do crime da maneira mais objetiva e precisa possível. Um fotógrafo forense também pode ser responsável por tirar fotos de autópsia. Um fotógrafo forense fornece

¹⁸³American Board of Medicolegal Death Investigators, página do site FAQ, disponível em: <https://abMLDI.org/faq> .

¹⁸⁴Site do New Mexico Office of the Medical Investigator, "About OMI", disponível em: <https://omi.unm.edu/about/faq/forensic-pathologist.html>

¹⁸⁵Site do Examinador Médico do Condado de Cuyahoga, Histologia, disponível em: <http://medicalexaminer.cuyahogacounty.us/en-US/Histology-Department.aspx>

¹⁸⁶Site do American College of Radiology, disponível em: <https://www.acr.org/Practice-Management-Quality-Informatics/Practice-Toolkit/Patient-Resources/About-Radiology>

imagens de contexto (mostrando evidências no contexto), imagens de close-up (mostrando detalhes finos) e imagens gerais (mostrando o layout geral de uma cena de crime) ou produz um registro visual permanente da cena. Em algumas jurisdições, a fotografia forense pode não ser uma posição separada, mas sim ser incluída como uma responsabilidade no papel do técnico forense e/ou investigador médico-legal de morte.

Orientação: Responda às perguntas sobre a contratação de pessoal. Observe que isso pode ser encontrado em leis, manuais de escritório ou termos de referência (TR). Para a pergunta sobre serviços contratuais: esses requisitos podem estar contidos em SOPs ou TRs, em vez de legislação ou regulamentos. Nas seções de comentários, analise se a estrutura legal garante que o pessoal seja adequado e se as necessidades adicionais são adequadamente atendidas por profissionais contratados devidamente treinados. Observe quaisquer lacunas no sistema e oportunidades para reforma regulatória.

- a. Descreva a equipe principal de especialistas da equipe do consultório do MLC, LC ou dentro do departamento de polícia/gabinete do promotor .**

Citação:

Comentário:

- b. Descreva quaisquer especialistas principais da equipe em qualquer instalação de laboratório governamental separada.**

Citação:

Comentário:

- c. Se necessidades adicionais forem atendidas por meio de serviços contratuais:**
- i. A quem são contratados estes serviços?
 - ii. Descreva as qualificações exigidas para aqueles a quem os serviços são contratados.
 - iii. Descreva quaisquer mecanismos de supervisão de contratados estabelecidos no marco legal.

Citação:

Comentário:

8. Acessibilidade de serviços forenses em todo o país e transporte

Boa prática: Todas as pessoas e todas as regiões do país devem ter acesso a serviços de MLDI de qualidade. Isso é importante para todas as partes interessadas do sistema, bem como para os familiares do falecido.

A acessibilidade dos serviços médico-legais depende em parte da localização dos escritórios da autoridade MLDI em todo o país. Dependendo do tamanho do país e dos recursos disponíveis, pode haver apenas um escritório de MLDI no país, localizado no nível central, ou também pode haver escritórios locais no nível subnacional. Vários consultórios têm a vantagem do contato local, garantindo que todas as mortes que

devem ser encaminhadas ao sistema MLDI possam ser revisadas pelo médico legista local, legista ou pessoal da polícia.

No entanto, mesmo que haja um consultório local da autoridade MLDI, isso não garante necessariamente que patologistas forenses treinados e outros especialistas forenses estejam disponíveis nesse nível. A equipe principal em consultórios subnacionais pode variar e a disponibilidade de serviços contratuais para funções forenses básicas pode ser limitada em algumas áreas. Por exemplo, um distrito pode ter um consultório de legistas local, mas o patologista credenciado mais próximo pode estar localizado na capital regional ou nacional. Ou, um distrito pode ter um consultório de legista médico, composto por um patologista treinado, mas pode não ter equipamento especializado – como equipamento de tomografia computadorizada e raio-X – que só está disponível no consultório de nível regional ou nacional. Da mesma forma, em um sistema liderado pela aplicação da lei, o pessoal e/ou equipamentos necessários podem não estar disponíveis localmente, seja internamente ou por meio de serviços contratuais.

Os corpos devem ser transportados do local da morte para um consultório do MLDI com o pessoal e os equipamentos necessários. Esse consultório de MLDI pode estar próximo, ou pode estar em uma cidade distante com os recursos necessários. De qualquer forma, o transporte deve ser fornecido por meio de um serviço formal confiável - como serviço de necrotério MLDI ou serviço de transporte médico - que siga protocolos estabelecidos para cadeia de custódia, prevenção de adulteração e manutenção do corpo e outras evidências. A família do falecido nunca deve ser responsável pelo transporte do corpo, pois isso pode resultar em perda de provas.

Alguns países usam videoconferência para superar problemas de distribuição de recursos. Isso permite que os patologistas forenses ou outros profissionais médicos/forenses em escritórios regionais procurem o conselho de médicos legistas no consultório central e, se necessário, um corpo pode ser transportado para o consultório central.

Orientação: Descreva a acessibilidade dos serviços médico-legais em todo o país. Você pode precisar consultar o chefe da autoridade MLDI para responder a essa pergunta. Na seção de comentários, descreva os desafios enfrentados, se houver, devido à disponibilidade e/ou acessibilidade dos serviços médico-legais.

Descrever os requisitos relativos ao transporte de cadáveres. Estes podem ser encontrados na lei ou SOPs. Na seção de comentários, analise se a estrutura legal protege adequadamente a integridade dos cadáveres e outras evidências.

-
- a. Descreva, da melhor forma possível, que tipos de especialistas e equipamentos forenses estão disponíveis em nível nacional, regional e distrital, seja por meio de serviços internos, laboratório do governo ou serviços contratuais. Observe quaisquer áreas ou regiões específicas do país que não possuam especialistas ou equipamentos forenses.**

Citação:

Comentário:

- b. Descrever os requisitos no quadro legal relativos ao transporte de cadáveres . Indique se existem protocolos para a cadeia de custódia e manutenção do corpo e das provas.**

Citação:

Comentário:

9. Escopo de Jurisdição - Casos que devem ser encaminhados ao MLDI para investigação

Boa prática: A estrutura legal deve indicar claramente que tipos de casos devem ser encaminhados à autoridade MLDI (ou seja, legista, médico legista, polícia) e quem deve relatar esses casos.

Tipos de casos que se enquadram na jurisdição MLDI: Mortes devido a causas não naturais ou externas conhecidas ou suspeitas devem ser encaminhadas à autoridade MLDI. Isso inclui mortes devido à violência, lesões, automutilação, causas suspeitas e mortes súbitas ou inesperadas ou inexplicáveis.¹⁸⁷

Sob o Protocolo de Minnesota sobre a Investigação de Mortes Potencialmente Ilegais, todas as mortes potencialmente ilegais nas mãos do estado devem ser investigadas e, portanto, devem ser encaminhadas à autoridade MLDI. Todas as mortes sob custódia devem ser vistas como uma morte potencialmente ilegal nas mãos do Estado e, portanto, sob a jurisdição da autoridade MLDI. "Mortes sob custódia" refere-se às mortes em que as circunstâncias da morte colocam o falecido em contato direto ou indireto com a aplicação da lei, como encarceramento, apreensão e perseguição. As mortes sob custódia incluem, mas não se limitam a, tiroteios policiais, mortes relacionadas à prisão, mortes por apreensão, mortes por intervenção legal e mortes sob custódia.¹⁸⁸

De acordo com o Protocolo de Minnesota, uma "morte nas mãos do estado" inclui não apenas mortes sob custódia, mas também mortes ligadas a uma possível falha do estado "em exercer a devida diligência para proteger um indivíduo ou indivíduos de ameaças externas previsíveis ou violência por atores não estatais". Por exemplo, a morte de um preso morto por outro preso deve ser vista como uma possível falha do Estado em proteger o preso e deve ser encaminhada à autoridade MLDI. Mortes em instituições estatais que não sejam prisões – como hospitais psiquiátricos públicos, instalações para idosos e instalações para menores – também devem ser encaminhadas à autoridade MLDI. Uma investigação rápida, imparcial e eficaz dessas mortes é fundamental para garantir a responsabilização.

Alguns países ou jurisdições, incluindo a Nova Zelândia, o Estado da Califórnia e o Distrito de Columbia nos EUA, exigem que as mortes decorrentes de intervenção médica ou cirúrgica sejam encaminhadas ao sistema MLDI. Isso às vezes é chamado de "desventura terapêutica", que é definida como uma lesão ou um evento adverso causado pelo tratamento médico e não por uma doença subjacente.¹⁸⁹

Além disso, em muitos países, a morte de uma pessoa que não está sob os cuidados de um médico deve ser comunicada à autoridade MLDI para que a autoridade MLDI determine se a morte foi devido a causas naturais ou não naturais. Isso é muitas vezes um requisito em países onde a maioria das pessoas morre em uma unidade de saúde ou sob supervisão médica. No entanto, em países onde muitas ou a maioria das pessoas morrem em casa, enquanto não estão sob os cuidados de um médico, isso pode sobrecarregar a autoridade do MLDI. Em países com essas circunstâncias, a polícia, ou um médico ou outro profissional de saúde, pode ser responsável por tomar a decisão de encaminhar o caso à autoridade MLDI. Assim, caberia ao policial ou ao profissional de saúde determinar se a morte se deu por causas naturais ou não naturais. Se eles não puderem fazer tal determinação, o caso deve ser encaminhado à autoridade MLDI.

Muitas vezes há confusão sobre como tratar os casos de pessoas trazidas para uma unidade de saúde mortas à chegada (MC) (também referidas como "trazidas mortas"). Nesses casos, se o falecido estava sob os cuidados de médico que pode determinar a causa da morte e não acredita que a morte se deva a causas não naturais ou suspeitas, esse médico deve ser responsável por certificar a causa da morte. Este tipo de caso não é encaminhado à autoridade MLDI. Se o falecido não estava sob os cuidados de um

¹⁸⁷Os Padrões de Desempenho de Autópsia Forense da Associação Nacional de Examinadores Médicos (EUA) exigem que os seguintes tipos de casos sejam encaminhados ao CME/C para investigação: 1) mortes devido à violência, 2) mortes não naturais conhecidas ou suspeitas, 3) mortes inesperadas ou inexplicáveis quando aparentemente em bom estado de saúde, 4) mortes inesperadas ou inexplicáveis de bebês e crianças, 5) mortes ocorridas em circunstâncias incomuns ou suspeitas, 6) mortes de pessoas sob custódia, 7) mortes conhecidas ou suspeitas de serem causadas por doenças que constituam uma ameaça à saúde pública, 8) mortes de pessoas que não estejam sob os cuidados de um médico.

¹⁸⁸Mitchell, Roger A., et al., *National Association of Medical Examiners Position Paper: Recomendações para a definição, investigação, exame post-mortem e notificação de óbitos sob custódia*, *Academic Forensic Pathology Journal*, 2017, p. 606.

¹⁸⁹Langford, NJ, *Therapeutic Misadventure*, *Med. Sci. Lei*, 2010, Volume 50(4), pp. 179-182.

médico, esta é uma morte sem assistência médica e deve ser tratada da maneira discutida no parágrafo acima. Portanto em alguns países, todas os MC sem acompanhamento médico seriam encaminhadas à autoridade MLDI. No entanto, em países onde isso não é prático porque sobrecarregaria a autoridade de MLDI, o médico assistente da unidade de saúde (ou chefe da unidade de saúde) deve ser responsável por determinar se o caso deve ser encaminhado à autoridade de MLDI. Se o médico assistente acreditar que a morte se deve a causas não naturais ou suspeitas ou por qualquer outro motivo não puder determinar a causa da morte, a morte deve ser encaminhada à autoridade do MLDI.

Em alguns países ou jurisdições - por exemplo, o Distrito de Columbia nos EUA¹⁹⁰ - as mortes conhecidas ou suspeitas de serem causadas por doenças que constituam uma ameaça à saúde pública são encaminhadas à autoridade MLDI para obter uma melhor compreensão da patologia da doença. Os tipos de doenças podem incluir doenças infecciosas, doenças altamente contagiosas ou doenças raras. Os sistemas de examinadores médicos são mais propensos a incluir esses tipos de casos dentro da jurisdição da autoridade MLDI do que os sistemas de legistas ou policiais, pois os sistemas liderados por policiais tendem a se concentrar mais em mortes com um componente suspeito de crime ou negligência.

Determinação de Jurisdição: Embora todos os tipos de mortes acima devam ser encaminhados à autoridade MLDI, o chefe da autoridade MLDI deve ter o poder de conduzir uma investigação preliminar para determinar se a morte se deve a causas que se enquadram na jurisdição da autoridade MLDI, e, portanto, requer investigação adicional, ou se a morte é devido a causas naturais e, portanto, a jurisdição pode ser recusada. A estrutura legal deve ser clara ao conceder ao chefe da autoridade de MLDI, ou seu designado, o poder de determinar se existe jurisdição com base em informações fornecidas por meio de informações relatadas e o processo de investigação preliminar, que pode incluir trabalho investigativo por um investigador médico-legal de óbitos, um patologista forense e/ou outro pessoal profissional ou especialistas contratados. Para mortes sob custódia em sistemas liderados pela aplicação da lei, é importante que sejam implementados procedimentos para isolar o oficial médico-legal/patologista forense da pressão ou influência do departamento de polícia, a fim de garantir uma avaliação imparcial da causa e da forma da morte.¹⁹¹

Orientação: Responda as questões abaixo. Na seção de comentários, compare a lei com as melhores práticas. Observe se a lei é clara e abrangente em relação às mortes que devem ser encaminhadas à autoridade MLDI e se os tipos de casos são apropriados para o contexto do país. Analisar se a autoridade MLDI está protegida de influência ou pressão externa ao investigar mortes sob custódia. Anote quaisquer observações sobre o poder de fazer uma avaliação preliminar e quaisquer lacunas na estrutura legal.

a. Descreva os tipos de casos que devem ser encaminhados à autoridade MLDI:

Citação:

Comentário:

b. Descreva se o chefe da autoridade MLDI tem autoridade para conduzir uma avaliação inicial para determinar se aceita jurisdição sobre um caso referido e quais fatores (se enumerados na lei) entram nessa avaliação. Em um sistema liderado pela aplicação da lei, preste atenção especial a quem (especificamente) faz essa avaliação inicial sobre se o caso é encaminhado para MLDI.

¹⁹⁰Código do Distrito de Columbia, Título 5, Capítulo 14, §5-1405 (exigindo investigação de “Mortes relacionadas a doenças que possam constituir uma ameaça à saúde pública”).

¹⁹¹Consulte o Protocolo de Istambul: Manual sobre a Investigação Eficaz e Documentação da Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, Nações Unidas, 2004, nos parágrafos 66-73, disponível em: <https://phr.org/issues/istanbul-protocol/>

Citação:

Comentário:

- c. **Os óbitos sob custódia são encaminhados à autoridade do MLDI? Está definido "óbitos sob custódia"?**

Citação:

Comentários:

- d. **Descreva como são tratados os casos de mortos na chegada e se alguns ou todos são encaminhados ao sistema MLDI.**

Citação:

Comentário:

10. Casos que requerem autópsia

Boa prática: A autópsia é um procedimento cirúrgico que consiste no exame de um cadáver por dissecação para determinar a causa e a forma da morte e avaliar qualquer doença ou lesão que possa estar presente. Uma autópsia deve ser realizada por um médico legista, patologista ou outro médico treinado neste tipo de exame.¹⁹² Em algumas jurisdições, o termo “autópsia” é usado como sinônimo do termo “exame post-mortem”; em outras jurisdições, “exame post-mortem” é um termo mais amplo que engloba tanto um exame externo do corpo quanto um exame interno por dissecação. Usamos o termo “autópsia” neste kit de ferramentas para nos referirmos a um exame interno do corpo por dissecação e “post-mortem” para nos referirmos ao termo mais amplo.

Nem todos os casos encaminhados à autoridade MLDI requerem uma autópsia. Em alguns casos, exames externos, toxicologia, amostragem de tecidos (histologia), imagens radiográficas (raio-x, tomografia computadorizada) ou outros métodos de exame podem ser suficientes. A lei deve autorizar o chefe da autoridade MLDI (legista chefe, médico legista chefe, médico-legal chefe/investigador chefe) para determinar se uma autópsia é necessária. É importante que o chefe da autoridade MLDI tenha o poder discricionário para fazer essa determinação, pois isso conserva recursos para os casos que mais precisam de autópsia, o que é especialmente importante se um sistema tiver capacidade limitada para autópsias.¹⁹³ Em sistemas em que o chefe da autoridade MLDI não é um profissional médico, o chefe da autoridade MLDI deve fazer essa determinação em consulta com um patologista forense. Para mortes sob custódia em um sistema liderado pela aplicação da lei, é importante que procedimentos sejam implementados para isolar o oficial médico-legal/patologista forense da pressão ou influência do departamento de polícia para determinar se uma autópsia é necessária.¹⁹⁴

¹⁹²Dolinak D., Matshes EW, & Lew, EO, *Patologia Forense: Principles and practice*, Elsevier Academic Press, 2005

¹⁹³Consulte, por exemplo, Código do Distrito de Columbia, §5-1409.

¹⁹⁴Consulte o *Protocolo de Istambul: Manual sobre a Investigação Eficaz e Documentação da Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes*, Nações Unidas, 2004, parágrafos 66 – 73, disponível em: <https://phr.org/issues/istanbul-protocol/>

O chefe da autoridade MLDI deve ser autorizado a emitir diretrizes para outros médicos legistas/examinadores médicos/oficiais médico-legais sobre quando realizar uma autópsia. Essas diretrizes devem refletir e ser adequadas ao contexto do país e aos recursos disponíveis.¹⁹⁵

Nos casos em que o chefe da autoridade MLDI determinar que uma autópsia é necessária, o consentimento dos parentes mais próximos não deve ser exigido. Algumas jurisdições permitem que os parentes mais próximos se oponham a uma autópsia por motivos religiosos e solicitem uma isenção. No entanto, o chefe da autoridade MLDI deve ter autoridade para negar o pedido de isenção se a morte for suspeita de homicídio ou se houver motivo de saúde pública para realizar a autópsia.¹⁹⁶ A lei deve permitir que os parentes mais próximos contestem em tribunal uma negação de tal pedido de isenção.

Tem havido um foco nos últimos anos em “autópsias minimamente invasivas” e “autópsias virtuais”, particularmente em lugares onde há uma objeção cultural à autópsia. A autópsia minimamente invasiva é uma metodologia sistemática que visa vários órgãos e fluidos corporais, que visa fornecer amostras de boa qualidade para investigações patológicas e microbiológicas para servir como substituto para uma autópsia de dissecação completa.¹⁹⁷ Uma autópsia virtual é uma autópsia não invasiva que usa várias técnicas, incluindo varredura de superfície 3D, tomografia computadorizada e ressonância magnética como alternativa à autópsia de dissecação.¹⁹⁸ Não se confunda com esses termos. “Autópsia” tem o significado indicado acima (no primeiro parágrafo desta seção). A “autópsia minimamente invasiva” e a “autópsia virtual” são métodos alternativos de exame que podem estar disponíveis a um patologista para determinar a causa e a forma da morte. O ponto importante é que a lei deve capacitar o médico legista/patologista forense para determinar o método apropriado a ser usado para determinar a causa e a forma da morte; seja uma autópsia completa, ou algum outro método menos invasivo. O chefe da autoridade MLDI pode emitir diretrizes ou SOPs sobre quando esses métodos são apropriados; no entanto, a lei não deve ditar nenhum método específico.

No caso de o chefe da autoridade MLDI determinar que uma autópsia *não* é necessária, mas a polícia acredita que é necessária, o Procurador-Geral/Procurador-Chefe deve poder apelar da decisão para um tribunal para ordenar uma autópsia.

Orientação: Nas questões *a e b*, descreva quem está autorizado a realizar uma autópsia e em que circunstâncias uma autópsia é realizada. Nas seções de comentários, analise se a lei dá poderes suficientes ao chefe da autoridade MLDI e profissionais médicos associados para tomar decisões apropriadas para o país e o contexto médico. Nas questões *c, d e e*, descreva as circunstâncias e o processo para os parentes mais próximos se oporem a uma autópsia. Na seção de comentários, indique quaisquer observações sobre se as disposições para objeção à autópsia garantem ou impedem informações de MLDI completas e precisas. Na questão *f*, descreva como são tratados os pedidos de autópsia por parentes mais próximos. Na seção de comentários, indique quaisquer observações sobre a adequação ao contexto.

-
- a. **Descreva quem está autorizado a realizar uma autópsia** (preste atenção às credenciais necessárias).

Citação:

Comentário:

¹⁹⁵As recomendações da National Association of Medical Examiners (NAME) dos EUA sobre quando realizar uma autópsia podem ser encontradas nos Padrões de Desempenho de Autópsia Forense da NAME, disponíveis em:

<https://www.thename.org/assets/docs/2016%20NAME%20Forensic%20Autopsy%20Standards%209-25-2020.pdf>

¹⁹⁶Weedn, VW, Legislação de Examinador Médico Modelo, *Patologia Forense Acadêmica* 2015 5(4), pps 621-622; Veja também New Zealand Coroners Act 2006, Sec. 33.

¹⁹⁷Basset, Q., *Autópsia Minimamente Invasiva: Welcoming a New Tool for Cause of Death Investigation in Children in Resource-constrained Countries*, *Journal of Tropical Pediatrics*, Volume 63, Edição 4, agosto de 2017, páginas 249–252,

¹⁹⁸Tejaswi, KB, e Periya, EAH, *Virtopsy (autópsia virtual): Uma nova fase na investigação forense*, *Journal of Forensic Dental Sciences*, 2013 Jul-Dez; 5(2): 146-148.

- b. Descreva a estrutura legal sobre quando uma autópsia é realizada** (que pode ser abordada nos POPs). Aborde especificamente se o chefe da autoridade MLDI tem o poder de tomar essa decisão e aborde se um profissional não médico (legista ou oficial de investigação) deve consultar um patologista ao tomar essa decisão.

Citação:

Comentário:

- c. Descreva a estrutura legal sobre quem pode se opor a uma autópsia, por que motivos tal objeção pode ser feita e qualquer processo para contestar judicialmente a decisão de autópsia:**

Citação:

Comentário:

11. Autópsia/Relatório de Exame Externo e Arquivo de Caso

Boa Prática: Uma investigação médico-legal de morte não é meramente uma questão de realização de autópsia (ou exame externo) e determinação da causa e forma da morte. Uma série de etapas compreende a totalidade da investigação. O cumprimento dessas etapas fortalece - enquanto a omissão enfraquece - a investigação e as conclusões do patologista forense, do médico legista ou do legista. O *arquivo do caso* de uma investigação forense de morte adequada consiste em documentação da cena e circunstâncias e autópsia (se foi feita) usando diagrama de fotografia e texto.¹⁹⁹ O arquivo do caso inclui o relatório de investigação, relatório de autópsia (se algum foi realizado) e pode incluir qualquer um ou todos os seguintes relatórios: toxicologia, criminalista, resíduos de tiro e uma variedade de outros relatórios especializados. Um arquivo de caso também inclui correspondência, registros médicos e quaisquer outros documentos relacionados à investigação do patologista. (Consulte a seção 21 para Arquivamento de Registros e Acesso a Registros).

Um *relatório de autópsia ou exame externo* (também chamado de “relatório post-mortem” ou relatório do patologista” ou termo similar) faz parte do arquivo do caso. Na conclusão de um caso, o chefe da autoridade MLDI (ou seu designado) deve garantir que um Relatório de Autópsia, ou um Relatório de Exame Externo, se nenhuma autópsia foi realizada, seja concluído. Os POPs devem estabelecer o conteúdo deste relatório, que deve apresentar de forma concisa os seguintes componentes:

- Exame externo
- Evidência de lesão
- Evidência de terapia ou tratamento médico
- Exame interno (se realizada autópsia)
- Toxicologia
- Resumo das Constatações
- Causa e forma de morte²⁰⁰

¹⁹⁹ Dolinak, Matshes, & Lew. *Forensic Pathology: Principles and Practice*, Elsevier Academic Press, 2005, p.1.

²⁰⁰ Dolinak, Matshes, & Lew. *Forensic Pathology: Principles and Practice*, Elsevier Academic Press, 2005, p.69

Este relatório deve apresentar de forma clara e factual as descobertas de todos os componentes preenchidos, uma vez que pode ser lido por outros médicos, policiais, advogados e familiares. A lei deve exigir que o profissional médico que realizou a autópsia/exame externo preencha e assine o laudo. Aqui, novamente, para mortes sob custódia em um sistema liderado pela aplicação da lei, é importante que o oficial médico-legal/patologista forense tenha independência e autonomia para incluir todas as evidências relevantes em um relatório de autópsia sem pressão ou influência de outros no departamento de polícia.²⁰¹ Após a conclusão e assinatura do relatório da autópsia, deve ser apresentado ao chefe da autoridade MLDI.

A revisão por pares dos achados da autópsia é uma ferramenta importante para garantir relatórios de qualidade e fornecer um veículo para a educação por pares. A revisão por pares pode envolver tanto a revisão informal por pares no necrotério quanto a auditoria formal de um determinado número de casos. A revisão informal por pares envolve uma reunião diária de patologistas para discutir os casos antes que um relatório seja finalizado e assinado. A revisão informal por pares é particularmente importante para casos criminais ou criminalmente suspeitos, mortes sob custódia, casos pediátricos e de alto perfil,²⁰² pois isso ajuda a garantir que haja um acordo geral sobre a causa provisória da morte.²⁰³ A revisão formal por pares envolve uma revisão retrospectiva por um segundo patologista em uma proporção definida e selecionada aleatoriamente de todos os casos médico-legais de rotina concluídos. O patologista revisor não precisa necessariamente concordar completamente com as conclusões, mas deve aceitar que elas são razoáveis, sem erros óbvios de fato.²⁰⁴ A revisão formal e informal é importante para a melhoria contínua da qualidade.

Orientação: Descreva quaisquer requisitos na estrutura legal em relação à conclusão de um relatório de autópsia/exame externo e qualquer processo de revisão por pares. Na seção de comentários, analise se a estrutura legal ajuda a garantir informações completas e de alta qualidade sobre a causa e forma de morte e se existe oportunidade para reforma regulatória.

- a. **Descreva quaisquer requisitos na estrutura legal em relação à conclusão de um relatório de autópsia/exame externo.** Anote especificamente quem deve preencher e assinar o relatório (ou seja, o profissional médico que realizou o exame ou o chefe do escritório ou ambos). Descreva o conteúdo do relatório (geralmente está contido em SOPs).

Citação:

Comentário:

- b. **Descreva qualquer processo para revisão por pares de achados de autópsia/exame externo.** (Observação: Você pode precisar discutir isso com o chefe da autoridade MLDI, pois os procedimentos de revisão por pares provavelmente serão encontrados em SOPs ou manuais de consultório, em vez de leis).

Citação:

Comentário:

²⁰¹Consulte o *Protocolo de Istambul: Manual sobre a Investigação Eficaz e Documentação da Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes*, Nações Unidas, 2004, parágrafos 66 – 73, disponível em: <https://phr.org/issues/istanbul-protocol/>

²⁰²Obenson, K., *The value of 100% retrospective peer review in a forensic pathology practice*, Journal of Forensic and Legal Medicine, Volume 20, Edição 8, Novembro 2013, Páginas 1066-1068.

²⁰³Sims, D.N. et. al, *An approach to peer review in forensic pathology*, Journal of Forensic and Legal Medicine 20 (2013), pp. 402-403.

²⁰⁴Sims, D.N. et. al, *An approach to peer review in forensic pathology*, Journal of Forensic and Legal Medicine 20 (2013), pp. 402-403.

12. Poderes do médico legista/legista para investigar

Boa Prática: Como dito acima, uma investigação médico-legal de morte não é meramente uma questão de realização de autópsia (ou exame externo) e determinação da causa e forma da morte. Uma investigação médico-legal adequada da morte inclui a documentação da cena e das circunstâncias,²⁰⁵ porque a capacidade dos patologistas forenses de interpretar os achados da autópsia depende do contexto da investigação. Portanto, é importante que a lei obrigue a cooperação entre a polícia e os legistas, médicos legistas e outros patologistas forenses que investigam uma morte. A lei também deve fornecer aos legistas e médicos legistas (e seus designados) certos poderes para investigar.

Em um sistema de médico legista ou legista, a lei deve definir as funções da aplicação da lei e do legista/médico legista em relação à cena da morte. A aplicação da lei deve ter jurisdição sobre a cena do crime; enquanto o legista/médico legista (ou seu representante) deve ter jurisdição sobre o próprio corpo. Nos sistemas de legistas e médicos legistas, a lei deve, no mínimo: 1) exigir que a polícia notifique atempadamente uma morte ao legista/médico legista,²⁰⁶ e 2) deixar claro que o legista/médico legista (ou seu representante) tem autoridade inquestionável para entrar em cenas de crime protegidas pela aplicação da lei para fins de investigação de morte.²⁰⁷ A lei também deve especificar que o corpo do falecido não deve ser perturbado, a menos que o médico legista (ou seu representante) dê permissão para fazê-lo²⁰⁸, e permitir que o médico legista tire fotos e outras provas relevantes ao corpo. Como tanto o legista/médico legista (ou seu representante) quanto a polícia podem coletar evidências na cena da morte, deve haver um dever entre essas entidades de compartilhar evidências relevantes. Por exemplo, a Lei de Legistas da Nova Zelândia exige que o Comissário de Polícia “faça com que sejam feitas todas as investigações . . . dirigidas pelo legista responsável.”²⁰⁹

Além disso, os médicos legistas e legistas devem ter poder de intimação em circunstâncias definidas, incluindo o poder de intimar registros médicos e outras informações relevantes de profissionais de saúde, e o poder de administrar juramentos e receber declarações juramentadas. Esses poderes são inerentes ao poder de direito comum dos legistas e aos poderes judiciais dos magistrados, e também devem ser concedidos aos médicos legistas, pois isso ajuda a fornecer ao legista/legista um quadro completo das circunstâncias que cercam a morte.²¹⁰

Em um sistema liderado pela aplicação da lei com uma divisão médico-legal interna, deve haver um mandato semelhante à cooperação com patologistas forenses que trabalham com a polícia e o promotor – localizados dentro do governo ou contratados de uma entidade externa – para que o patologista forense tenha acesso às provas e informações necessárias.

Finalmente, nem todas as cenas de morte são cenas de crime. Por exemplo, em casos de morte por suicídio, overdose acidental ou lesão, pode haver um policial no local, mas não um investigador de homicídios ou criminal. Nessas circunstâncias, em um sistema de legista ou médico legista, o médico legista ou legista pode liderar a investigação em vez da polícia.

Orientação: As perguntas abaixo abordam a cooperação necessária entre entidades e poderes para investigar. Esses requisitos e poderes podem ser encontrados em leis e regulamentos, com mais detalhes

²⁰⁵ Dolinak, Matshes, & Lew. *Forensic Pathology: Principles and Practice*, Elsevier Academic Press, 2005, p.1.

²⁰⁶ Consulte a Lei de Legistas de Nova Zelândia, 2006, Seção 18(2) (exigindo que a polícia notifique o legista “assim que possível”).

²⁰⁷ Weedn, V.W., Model Medical Examiner Legislation, *Academic Forensic Pathology* 2015 5(4), p. 622. Consulte também Código do Distrito de Colúmbia, Título 5, Capítulo 14, §5-1406 (dando autoridade ao Médico Legal para responder à cena da morte); Lei de Investigação de Fatalidades (Alberta, Canadá), Capítulo F-6.1, Seção 9.

²⁰⁸ Consulte o Código do Distrito de Colúmbia, Título 5, Capítulo 14, §5-1406 (desde que o órgão não seja perturbado a menos que o CME conceda permissão para fazê-lo); Lei de Investigação de Fatalities (Alberta, Canadá), Capítulo F-6.1, Seção 12.

²⁰⁹ Lei dos legistas da Nova Zelândia, 2006, Seção 17(1).

²¹⁰ Weedn, V.W., Model Medical Examiner Legislation, *Academic Forensic Pathology* 2015 5(4), p. 622.

em MOUs. Nas seções de comentários, observe quaisquer barreiras à cooperação e quaisquer disposições que possam impedir o médico legista/legista ou oficial médico-legal/patologista externo de coletar as informações necessárias da cena ou entender todas as circunstâncias.

- a. **Descreva qualquer dever geral de cooperação entre a aplicação da lei investigativa e o médico legista/legista (ou seu representante), ou o patologista forense que trabalha com a aplicação da lei (seja interno ou externo ao sistema).**

Citação:

Comentário:

- b. **Descreva os poderes para investigar os médicos legistas, legistas ou o patologista forense que trabalham com a aplicação da lei (interna ou externa ao sistema) na cena do crime.** Endereço:
- i. poder para entrar em uma cena de crime
 - ii. autoridade para tomar a custódia do corpo
 - iii. poder para evitar adulteração do corpo e evidências relacionadas
 - iv. poder para coletar evidências, incluindo tirar fotos

Citação:

Comentário:

- c. **Descrever os poderes de intimação do médico legista ou legista.**

Citação:

Comentário:

- d. **Descreva os poderes do médico legista/legista (ou seu representante) em uma cena de morte que não seja uma cena de crime (por exemplo, suicídio, overdose acidental ou lesão).**

Citação:

Comentários:

13. Atestado Médico da Causa da Morte (AMCM)

Melhor Prática: Como um componente da investigação médico-legal da morte, o médico legista ou outro médico autorizado (por exemplo, médico autorizado pelo legista ou polícia/promotor) conduzindo a avaliação forense deve certificar a causa da morte e a forma da morte. O formulário do Certificado Médico Internacional de Causa de Morte da OMS (AMCM), que inclui seções estruturadas para relatar causas de morte imediatas, antecedentes e básicas e forma de morte, deve ser usado. Como a certificação da causa e do modo de morte é a prática da medicina, o AMCM deve ser preenchido por um

médico qualificado. O AMCM pode ser um documento separado do relatório da autópsia ou um componente dele.

A causa da morte (CM) é “todas as doenças, condições mórbidas ou lesões que resultaram ou contribuíram para a morte e as circunstâncias do acidente ou violência que produziram tais lesões”.²¹¹ Os médicos legistas/médicos autorizados devem seguir as diretrizes de notificação do AMCM da OMS, apresentando causas de morte etiologicamente específicas na sequência cronológica e patológica apropriada. Esta informação é pertinente na investigação médico-legal de morte e para informar a política para fins de saúde pública.

O formulário AMCM internacional recomendado pela OMS inclui seções CM e MM para preenchimento por um certificador médico. É importante que a forma de morte, e não apenas a causa da morte, seja preenchida no formulário AMCM. “Modo de morte” (MM) explica as circunstâncias em que uma morte surgiu. A Classificação Internacional de Doenças (CID) classifica a forma de morte como doença, acidente, autolesão intencional, agressão, intervenção legal, guerra, investigação pendente, desconhecida ou “maneira indeterminada”. A OMS permite que os países modifiquem o formulário AMCM e, no caso dos EUA, a classificação do modo de morte é simplificada para apenas seis categorias que refletem as nove categorias propostas no formulário recomendado pela OMS. O formulário padrão recomendado para uso nos EUA classifica a forma como natural, acidente, suicídio, homicídio, investigação pendente ou “não pôde ser determinado”. A forma de morte deve ser determinada pelo médico legista/médico autorizado da melhor forma possível, mesmo que a forma seja “indeterminada”. O formulário AMCM da OMS e o formulário padrão dos EUA modificado estão anexados como Anexo A deste módulo).

Em alguns países, o médico que realiza o exame forense limita-se a apenas relatar CM e a polícia ou o promotor são responsáveis por relatar o modo de morte. Esta não é uma boa prática por duas razões. Primeiro, a forma de morte determinada pela investigação forense e certificada no AMCM serve a propósitos além daqueles da aplicação da lei; o MM auxilia no esclarecimento das circunstâncias da morte para fins de saúde pública e segurança pública. Em segundo lugar, a forma de morte determinada pelo médico legista (por exemplo, homicídio) tem um padrão diferente do MM determinado em processos judiciais (por exemplo, assassinato), e os dois não devem ser confundidos. *Homicídio, como forma de morte no AMCM, é uma categoria estatística para este documento de saúde pública. Para fins de perícia, homicídio é definido como morte “pelas mãos de outrem”. Não é sinônimo de “assassinato”, que é um termo legal que envolve intenção. Em última análise, cabe ao sistema legal determinar como uma morte é classificada criminalmente de acordo com a lei.*²¹² While the MCCD (and autopsy findings) may be submitted as evidence in a legal proceeding, the MOD on the MCCD is a medical opinion, not a legally binding opinion. Portanto, o MM determinado pelo médico legista *não* é alterado com base no MM determinado em processos judiciais subsequentes.

Orientação: Responda às perguntas abaixo sobre a certificação da causa e forma de morte. Nas seções de comentários, observe quaisquer lacunas nas leis e oportunidades para reforma regulatória.

- a. **Descreva quem está autorizado ou obrigado a certificar a causa da morte em um caso de MLDI** (não estamos preocupados com mortes naturais neste módulo) . Preste atenção se o certificador deve ser um médico qualificado.

Citação:

Comentário:

²¹¹Organização Mundial da Saúde, *Classificação Internacional de Doenças, 2016, volume 2*; Veja também *Health Topics* , site da Organização Mundial da Saúde, disponível em: https://www.who.int/bulletin/volumes/84/3/mortality_glossary/en/

²¹² NOLO website, Legal Articles, *What is Murder? Is Murder Different from Homicide?*, disponível em: <https://www.nolo.com/legal-encyclopedia/homicide-murder-manslaughter-32637.html>

- b. **O certificador em caso de óbito médico-legal é obrigado a preencher a *forma de óbito* , bem como a causa da morte?**

Citação:

Comentário:

- c. **O AMCM da OMS, ou variação dele, é o formulário exigido para certificação da causa e forma de morte em um caso de MLDI?** Se o formulário AMCM da OMS foi modificado, o formulário usado pelo sistema MLDI inclui a tabela padrão de causa de morte (com as partes I e II) e lista as formas de morte que se alinham com as do formulário AMCM da OMS?

Citação:

Comentário:

14. Conexão com o sistema CRVS: Registro e Estatísticas de Óbito

Boa Prática: Tal como acontece com outras mortes, as mortes que vão para o sistema MLDI devem ser registradas no registro civil. Além disso, as informações sobre a causa e o modo de morte (do AMCM) devem ser codificadas de acordo com o CID e submetidas à autoridade nacional de estatísticas. Em geral, as seguintes etapas acontecem para realizar o registro de óbito e a geração de estatísticas vitais, mas a ordem das etapas pode variar de país para país:

Submissão ao Registro Civil: Na maioria dos países, a autoridade MLDI é responsável por enviar o formulário AMCM e qualquer outra informação necessária à autoridade de registro civil. Isso serve para notificar o óbito para fins de registro e fornecer informações legais de COD.²¹³ Alguns países, como Marrocos, usam um formulário bifurcado contendo uma seção para informações pessoais e uma seção para informações sobre causa e forma de morte. Com este tipo de formulário, a autoridade MLDI envia a seção de informações pessoais do formulário ao Registrador para notificar a morte e envia a seção de informações sobre a causa e o modo de morte do formulário à agência nacional de estatísticas.²¹⁴ Os prazos para apresentação ao registro civil são geralmente de cerca de 3 dias, mas variam de país para país.

Codificação: Após o preenchimento do AMCM pela autoridade MLDI, o AMCM é compartilhado com uma unidade de codificação de mortalidade, que codificará o AMCM de acordo com o CID. A localização da unidade de codificação varia entre os países; no entanto, geralmente faz parte da autoridade de registro civil, autoridade de saúde ou autoridade de estatística. Como os prazos para o envio do AMCM são geralmente curtos (cerca de 3 dias) e as autópsias podem demorar mais do que isso, é aceitável e não incomum que um AMCM seja submetido à autoridade de codificação com uma causa “pendente” e/ou forma de morte. A unidade de codificação acompanhará o médico legista/médico autorizado para resolver casos pendentes e outros problemas de qualidade de dados que limitam a codificação final do formulário AMCM.

²¹³Nações Unidas, *Diretrizes sobre o Marco Legislativo para Registro Civil, Estatísticas Vitais e Gestão de Identidade* , janeiro de 2019, parágrafo 352.

²¹⁴Nações Unidas, *Diretrizes para o Marco Legislativo do Registro Civil, Estatísticas Vitais e Sistemas de Gerenciamento de Identidade* , Nova York, 2019, Pará. 327.

Apresentação à Autoridade Nacional de Estatística: As informações sobre causas e formas de morte a partir de investigações médico-legais de óbitos são essenciais para o planejamento e a política de saúde pública. Portanto, as informações anônimas do AMCM devem ser compartilhadas com a autoridade nacional responsável pela compilação das estatísticas de causa de morte. O caminho pelo qual as informações do AMCM chegam à autoridade nacional de estatísticas varia entre os países. Por exemplo, em países onde a autoridade MLDI envia o AMCM à autoridade de registro civil, a autoridade de registro civil é responsável por enviar informações AMCM anônimas à autoridade nacional de estatísticas. Nos países que usam um formulário bifurcado, a autoridade MLDI é responsável por enviar a seção de causa e forma de morte do formulário à agência nacional de estatísticas.

Os dados de causa e forma de morte também podem ser compartilhados com outros órgãos responsáveis pela compilação de estatísticas sobre óbitos médico-legais, como autoridades policiais ou de saúde pública, que usam esses dados para seus próprios fins e intervenções de saúde. No entanto, a notificação a outras agências não deve substituir a notificação à agência responsável pela geração das estatísticas nacionais de causas de morte.

Processo: O caminho pelo qual as informações AMCM chegam à autoridade de codificação, autoridade de registro civil e autoridade nacional de estatística varia entre os países, dependendo se é usado um formulário único (não bifurcado) ou bifurcado e onde a autoridade de codificação está localizada. Os países que estão revisando suas leis de MLDI são incentivados a realizar um exercício de mapeamento de processos de negócios para determinar se há oportunidade de melhorar o processo.²¹⁵

Prazos: O quadro legal deve indicar claramente os prazos necessários dentro dos quais: 1) a autoridade MLDI deve enviar informações AMCM ao registrador civil e 2) o registrador civil deve enviar informações AMCM à autoridade nacional de estatísticas. Para países que usam um formulário bifurcado, a estrutura legal deve indicar claramente o prazo em que a autoridade MLDI deve enviar a parte superior do formulário ao registro civil e o prazo em que a parte inferior deve ser enviada à agência nacional de estatísticas.

Alterações e correções: A lei deve permitir e ter um processo para que a autoridade MLDI altere as informações COD e/ou MOD com o escritório do Registrador após o envio de um AMCM original.²¹⁶ A alteração seria necessária se um AMCM fosse submetido ao Registrador com uma causa de morte "pendente", forma de morte ou ambas. A alteração também pode ser necessária para alterar um CM/MM se uma investigação mais aprofundada revelar novos fatos. Além disso, em alguns casos, pode ser necessário atualizar o nome e as informações demográficas; por exemplo, no caso de uma pessoa previamente não identificada ou identificada incorretamente.

Orientação : Responda às perguntas abaixo sobre a apresentação do AMCM ao registro civil, estatísticas nacionais e autoridades de codificação, e qualquer processo de alteração. Na seção de comentários, analise se existem lacunas no sistema e se todas as mortes médico-legais chegam ao registrador e à agência nacional de estatísticas ou se algumas podem não ser relatadas e capturadas nas estatísticas oficiais do MLDI.

-
- a. Descreva o processo pelo qual a autoridade MLDI apresenta um AMCM à autoridade de registro civil , incluindo qualquer requisito de tempo para comunicação.**

Citação:

Comentário:

²¹⁵Para obter mais informações sobre mapeamento de processos de negócios, consulte: Cobos Muñoz et al., *Better data for better results: the important of process mapping and management in CRVS systems* , BMC Medicine, 18:67, 2020.

²¹⁶Consulte o *Manual de Médicos Legistas e Legistas sobre Registro de Óbito e Relatório de Óbito Fetal* , página 6 (exigindo que o médico legista/legista entregue um relatório suplementar da causa da morte ao escritório de estatísticas vitais do Estado quando os achados da autópsia ou investigação adicional revelarem a causa da morte ao ser diferente do que foi originalmente relatado.)

- b. Existe um processo para um médico legista/legista/oficial médico-legal alterar um AMCM após a apresentação de um AMCM original à autoridade de registro civil? Se sim,**
- i. Descreva o processo.
 - ii. CM e MM podem ser alterados?
 - iii. O nome e as informações demográficas podem ser alteradas?

Citação:

Comentário:

- c. Descreva o processo pelo qual as informações AMCM são compartilhadas com a autoridade nacional de estatísticas, incluindo quaisquer requisitos de tempo para relatórios e requisitos para anonimização. Observe se há um processo para enviar informações alteradas sobre causa e forma de morte à autoridade nacional de estatísticas após o prazo oficial e se essas informações alteradas estão incluídas nas estatísticas nacionais atualizadas.**

Citação:

Comentário:

15. Limites de tempo na Investigação

Boa Prática: As autoridades do MLDI devem se esforçar para concluir as investigações médico-legais de morte dentro de um prazo razoável. Os prazos padrão para a conclusão da investigação variam de acordo com o país. A Associação Nacional de Médicos Legistas (EUA) incentiva os médicos legistas a se esforçarem para concluir 90% das autópsias em 90 dias. No entanto, casos complexos podem levar mais tempo e o médico legista/patologista deve ter o direito de revisar uma causa ou forma de morte se informações adicionais estiverem disponíveis.

Algumas leis definem um cronograma para a conclusão da investigação e/ou mecanismos para promover a conclusão tempestiva. Por exemplo, no Reino Unido e na Nova Zelândia, as investigações geralmente devem ser concluídas dentro de um ano. Se um legista não tiver concluído uma investigação dentro de um ano, o legista-chefe deve monitorar o caso.²¹⁷

Orientação: Responda às perguntas abaixo sobre os prazos para investigações médico-legais de óbitos. Os prazos podem ser encontrados em lei ou SOPs. Na seção de comentários, indique quaisquer observações sobre o tempo necessário para concluir uma investigação, por lei e na prática.

- a. Descreva se a estrutura legal exige que uma investigação médico-legal de óbito seja concluída dentro de um determinado período de tempo.**

Citação:

Comentário:

²¹⁷Lei dos Legistas e Justiça do Reino Unido de 2009, Sec. 16; Lei dos legistas da Nova Zelândia de 2006, Sec. 94A.

b. Se existirem prazos, há exceções aos prazos?

Citação:

Comentário:

c. Descreva quaisquer ações que devem ser tomadas se uma investigação não for concluída dentro dos prazos prescritos:

Citação:

Comentários:

16. Gerenciamento de Fatalidade em Massa

Boa Prática: Tradicionalmente, uma fatalidade em massa tem sido definida como qualquer incidente que resulte em mais mortos a serem recuperados e examinados do que podem ser gerenciados na jurisdição local do médico legista/legista/policial. Mais recentemente, a definição tem mudado para incluir qualquer incidente que resulte ou tenha o potencial de resultar na morte de um certo número de indivíduos.²¹⁸ Uma fatalidade em massa pode ser devido a um evento natural (por exemplo, ciclone, terremoto, inundação) ou um evento causado pelo homem (por exemplo, terrorismo, debandada). Uma fatalidade em massa também pode ser devido a causas naturais, como uma pandemia.

Em uma fatalidade em massa, como em outras mortes médico-legais, a autoridade MLDI é responsável pela investigação médico-legal do incidente. Um incidente de fatalidade em massa não diminui essa responsabilidade. A identificação do falecido e a certificação oficial da causa e forma da morte são de responsabilidade exclusiva da autoridade MLDI na jurisdição em que o desastre ocorre.²¹⁹ No entanto, assistência adicional de outras organizações e agências pode ser necessária durante um incidente de fatalidade em massa.

Para equilibrar a necessidade de manter a qualidade dos dados, mas também atender à demanda esmagadora, a lei deve autorizar ou exigir que o chefe da autoridade de MLDI desenvolva um plano de resposta de gerenciamento de fatalidades em massa em estreita colaboração com a autoridade de saúde, autoridade de gerenciamento de desastres e outras autoridades relevantes. autoridades governamentais.²²⁰ Esse plano geralmente é estabelecido em SOPs, e não em lei. A lei também deve autorizar o médico legista/chefe legista a celebrar acordos ou solicitar assistência adicional de outras entidades no caso de uma fatalidade em massa.²²¹ A lei do Distrito de Colúmbia que estabelece o consultório do médico legista é um bom exemplo de disposições legais que permitem que o chefe da autoridade MLDI responda efetivamente a desastres. As disposições da lei de D.C que abrangem o gerenciamento de fatalidades em massa podem ser encontradas aqui:

<https://code.dccouncil.us/dc/council/code/sections/5-1406.01.html>

²¹⁸Associação Nacional de Examinadores Médicos, *Procedimentos Operacionais Padrão para Gerenciamento de Fatalidade em Massa*, 2010, p.3.

²¹⁹Associação Nacional de Examinadores Médicos, *Procedimentos Operacionais Padrão para Gerenciamento de Fatalidade em Massa*, 2010, p.33.

²²⁰Consulte, por exemplo, Código do Distrito da Colômbia, Título 5, Capítulo 14, Examinador Médico Chefe, §5-1406.1.

²²¹Associação Nacional de Examinadores Médicos, *Procedimentos Operacionais Padrão para Gerenciamento de Fatalidade em Massa*, 2010, p.3; ver, por exemplo, Código do Distrito da Colômbia, Título 5, Capítulo 14, Examinador Médico Chefe, §5-1406.1.

Orientação: Responda às perguntas abaixo sobre os procedimentos em caso de fatalidade em massa. Na seção de comentários, analise se a lei permite uma resposta eficaz às fatalidades em massa.

- a. **Descreva quaisquer disposições específicas na estrutura legal que abordem os procedimentos em caso de fatalidade em massa.**

Citação:

Comentários:

- b. **A lei autoriza ou obriga o chefe da autoridade MLDI a desenvolver um plano de resposta a fatalidades em massa ou a participar do processo de planejamento de outra agência?**

Citação:

Comentário:

- c. **O chefe da autoridade MLDI tem poder para firmar acordos ou solicitar assistência adicional de outras agências no caso de uma fatalidade em massa?**

Citação:

Comentários:

17. Recursos

Boa prática: São necessários recursos financeiros, instalações e equipamentos adequados para garantir que os achados e resultados das investigações médico-legais de óbitos sejam precisos, completos e oportunos. Portanto, a estrutura legal deve incluir disposições para garantir o financiamento sustentável da autoridade MLDI por meio de orçamentos nacionais ou subnacionais. Além disso, qualquer receita gerada pelos serviços da autoridade MLDI deve ser retida para financiar a autoridade em vez de ir para o tesouro central (se permitido pelas estruturas legais e estrutura de governança do país).

Os recursos incluem mais do que apenas financiamento e diferentes estruturas legais garantem recursos adequados de diferentes maneiras. Por exemplo, a |Lei de Legistas e da Justiça do Reino Unido de 2009 exige que as autoridades locais de saúde pública "disponibilizem fundos suficientes e outros recursos, para permitir que essas funções [de médico legista] sejam desempenhadas em sua área", e exige que "autoridades relevantes" garantam o fornecimento de quaisquer oficiais e outros funcionários necessários aos legistas para que essa área desempenhe suas funções", bem como fornecer ou garantir acomodações.²²² O Código para o Distrito da Colômbia (nos EUA) exige que o prefeito "forneça as instalações e equipamentos que o OCME (Office of the Chief Medical Examiner) exigir".²²³

Orientação: Responda às perguntas sobre financiamento comprometido e outros recursos para funções e serviços de MLDI. Na seção de comentários, analise se a lei garante recursos financeiros e outros suficientes para garantir resultados de alta qualidade e constatações da autoridade MLDI.

- a. **Descreva quaisquer disposições legais relativas ao financiamento comprometido e/ou outros recursos (por exemplo, pessoal, instalações, equipamentos) para a autoridade MLDI.**

²²²Lei do legista e da Justiça do Reino Unido de 2009, §§ 19(2), 24

²²³Código do Distrito da Colômbia, Título 5, Capítulo 14, §5-1403

Citação:

Comentários:

18. Treinamento

Boa Prática: Todo o pessoal dentro da autoridade MDLI - incluindo médicos legistas, legistas, patologistas forenses, outros especialistas forenses e investigadores de óbitos médico-legais - devem ser treinados e periodicamente retreinados em sua área específica de prática e as habilidades técnicas relevantes e métodos necessários para conduzir uma investigação médico-legal de morte de qualidade. Para tanto, cursos de educação médica continuada em patologia forense e outras áreas da medicina forense devem ser exigidos, ou no mínimo disponibilizados, aos profissionais médicos do sistema MLDI; e cursos de educação continuada sobre técnicas de investigação e forense devem estar disponíveis para investigadores de óbitos médico-legais.

Para melhorar a qualidade da informação sobre a causa de morte, os médicos legistas e patologistas forenses também devem ser treinados na certificação médica da causa da morte e no preenchimento correto do formulário padrão AMCM da OMS. Para este fim, a certificação médica da causa de morte deve ser incluída nos currículos obrigatórios para todos os estudantes de medicina e na educação médica de pós-graduação e treinamentos de profissionais em serviço.²²⁴ Além disso, codificadores bem treinados que aplicam as regras e princípios de codificação da CID são essenciais para a produção de dados de mortalidade de alta qualidade. Portanto, recomenda-se que um quadro dedicado de codificadores de CID seja criado, financiado e adequadamente treinado e retreinado.²²⁵

Orientação: Responda às perguntas abaixo sobre educação e treinamento de estudantes de medicina, médicos, patologistas forenses e outros especialistas forenses e codificadores. Observe que os requisitos relacionados ao treinamento para estudantes de medicina provavelmente estarão contidos nas regras relacionadas aos currículos das faculdades de medicina. Os requisitos relacionados aos requisitos de educação médica continuada de pós-graduação podem ser encontrados nas regras da associação médica do país ou outras associações profissionais que credenciam e licenciam profissionais médicos ou forenses). Na seção de comentários, descreva se a lei está alinhada com as melhores práticas e anote quaisquer recomendações para reforma regulatória.

- a. **Descrever a estrutura legal relacionada à educação médica continuada para médicos legistas, patologistas forenses e outros profissionais da medicina forense no sistema MLDI** . Indique se a educação médica continuada é necessária para o licenciamento, opcional ou disponível.

Citação:

Comentário:

- b. **Descreva a estrutura legal relacionada ao treinamento para outros funcionários da autoridade MDLI** (como investigadores de óbitos médico-legais e técnicos forenses).

²²⁴Organização Mundial da Saúde, Fortalecimento do Registro Civil e Estatísticas Vitais para Nascimentos, Óbitos e Causas de Morte, Kit de Recursos, 2012, Módulo 4.

²²⁵Organização Mundial da Saúde, Fortalecimento do Registro Civil e Estatísticas Vitais para Nascimentos, Óbitos e Causas de Morte, Kit de Recursos, 2012, Módulos 4, 5.

Citação:

Comentários:

- c. **É necessário treinamento durante a faculdade de medicina em certificação médica da causa da morte? opcional? acessível?**

Citação:

Comentários:

- d. **É necessária educação médica continuada em certificação médica de COD para médicos legistas e outros profissionais médicos no sistema MLDI? opcional? acessível?**

Citação:

Comentários:

- e. **Existe um programa de treinamento estabelecido para codificadores de CDI?**

Citação:

Comentários:

19. Supervisão e Execução

Melhor Prática: Informações sobre causas e formas de morte de alta qualidade em casos de MLDI só podem ser alcançadas se os profissionais médico-legais cumprirem as leis, POPs e outras orientações. Um sistema de supervisão de apoio pelo chefe da autoridade MLDI - com relatórios, monitoramento e feedback - deve estar em vigor para garantir que o pessoal da autoridade médico-legal desempenhe seus trabalhos da melhor maneira possível.

No entanto, para aqueles que, intencional ou negligentemente, descumprirem seus deveres, a lei deve conter mecanismos para fazer cumprir, incluindo advertências, sanções e penalidades civis ou criminais. Médicos legistas, legistas, policiais médico-legais e peritos médico-legais contratuais devem estar sujeitos a penalidades por falha ou recusa, sem justificativa razoável, em apresentar um relatório post-mortem ou relatório de investigação em conformidade com a lei. Os membros do público devem estar sujeitos a penalidades por descumprimento ou recusa em atender a pedidos de informações, mandados ou intimações; fornecer intencionalmente informações falsas ou enganosas; e interferência com uma investigação ou cena de crime. Também deve haver penalidades para a divulgação de informações que foram restringidas devido a uma investigação em andamento.²²⁶

Além disso, funcionários públicos, médicos legistas, médicos legistas e policiais podem estar sujeitos a ação disciplinar sob as leis do serviço público por não cumprirem suas obrigações. Os profissionais médicos podem estar sujeitos a sanções ou suspensão ou revogação da licença por descumprimento das normas profissionais.

²²⁶Consulte por exemplo, Lei de Legistas de Nova Zelândia de 2006, Seções 134 - 139A.

Orientação: Responda às perguntas abaixo sobre supervisão do pessoal da autoridade MLDI e penalidades por não conformidade. Para médicos legistas, legistas e policiais, certifique-se de analisar as leis do serviço público e as regras das associações profissionais, além das penalidades contidas nas leis civis e criminais. Indique claramente quem está sujeito a cada tipo de pena. Nas seções de comentários, analise se existem lacunas no esquema de fiscalização; ou seja, a lei obriga adequadamente o cumprimento?

- a. **Descreva quaisquer disposições da estrutura legal relativas à supervisão de apoio do pessoal da autoridade médico-legal.**

Citação:

Comentário:

- b. **Descreva as disposições na estrutura legal que impõem a conformidade :**

- i. Médicos legistas, legistas e oficiais de polícia/médico-legais (e seus funcionários e contratados):

Citação:

Comentário:

- ii. Membros do público:

Citação:

Comentário:

Anexo A - Formulário AMCM da OMS e Formulário AMCM Padrão dos EUA

Formulário internacional de atestado médico de causa de morte (OMS 2016)

Dados Administrativos (podem ser especificados por país)																	
Sexo	<input type="checkbox"/> Feminino			<input type="checkbox"/> Masculino			<input type="checkbox"/> Desconhecido										
Data de nascimento	D	D	M	M	A	A	A	A	Data da morte	D	D	M	M	A	A	A	A
Quadro A : Dados médicos: Parte 1 e 2																	
1 Relate a doença ou condição que levou diretamente à morte na linha a			Causa da morte										Intervalo de tempo desde o início até a morte				
		a															
		b	Devido a:														
		c	Devido a:														

Relatar a cadeia de eventos devido ao pedido (se aplicável)			Devido a:						
Indique a causa subjacente na linha mais baixa usada		d							
2 Outras condições significativas que contribuem para a morte (intervalos de tempo podem ser incluídos entre parênteses após a condição)									
Quadro B : Outros dados médicos									
A cirurgia foi realizada nas últimas 4 semanas?	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Desconhecido						
Se sim, especifique a data da cirurgia		D	D	M	M	A	A	A	A
Se sim, especifique o motivo da cirurgia (doença ou condição)									
Foi solicitada autópsia?	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Desconhecido						
Se sim, os achados foram usados na certificação?	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Desconhecido						
Modo de morte:									
<input type="checkbox"/> Doença	<input type="checkbox"/> Assalto		<input type="checkbox"/> Não foi possível determinar						
<input type="checkbox"/> Acidente	<input type="checkbox"/> Intervenção legal		<input type="checkbox"/> Investigação pendente						
<input type="checkbox"/> Autolesão intencional	<input type="checkbox"/> Guerra		<input type="checkbox"/> Desconhecido						
Se causa externa ou envenenamento:	Data da lesão	D	D	M	M	A	A	A	A
Descreva como ocorreu a causa externa (em caso de envenenamento, especifique o agente de envenenamento)									
Local de ocorrência da causa externa:									
<input type="checkbox"/> Em casa	<input type="checkbox"/> Instituição residencial	<input type="checkbox"/> Escola, outra instituição, área administrativa pública		<input type="checkbox"/> Área de esportes e atletismo					
<input type="checkbox"/> Rua e rodovia	<input type="checkbox"/> Área de comércio e serviços	<input type="checkbox"/> Área industrial e de construção		<input type="checkbox"/> Fazenda					
<input type="checkbox"/> Outro local (especifique):			<input type="checkbox"/> Desconhecido						
Morte fetal ou infantil									
Gravidez múltipla	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Desconhecido						
Natimorto?	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Desconhecido						

Se a morte dentro de 24h especificar o número de horas sobreviventes			Peso ao nascer (em gramas)				
Número de semanas completas de gravidez			Idade da mãe (anos)				
Se a morte foi perinatal, indique as condições da mãe que afetaram o feto e o recém-nascido							
Para as mulheres, a falecida estava grávida?	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Desconhecido				
<input type="checkbox"/> Na hora da morte	<input type="checkbox"/> Dentro de 42 dias antes da morte						
<input type="checkbox"/> Entre 43 dias até 1 ano antes da morte	<input type="checkbox"/> Desconhecido						
A gravidez contribuiu para a morte?	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Desconhecido				

U.S. STANDARD CERTIFICATE OF DEATH

LOCAL FILE NO.

STATE FILE NO.

NAME OF DECEDENT
For use by physician or institution
To Be Completed/ Verified By:
FUNERAL DIRECTOR:

1. DECEDENT'S LEGAL NAME (Include AKA's if any) (First, Middle, Last)				2. SEX		3. SOCIAL SECURITY NUMBER			
4a. AGE-Last Birthday (Years)		4b. UNDER 1 YEAR		4c. UNDER 1 DAY		5. DATE OF BIRTH (Mo/Day/Yr)		6. BIRTHPLACE (City and State or Foreign Country)	
		Months	Days	Hours	Minutes				
7a. RESIDENCE-STATE				7b. COUNTY		7c. CITY OR TOWN			
7d. STREET AND NUMBER				7e. APT. NO.		7f. ZIP CODE		7g. INSIDE CITY LIMITS? <input type="checkbox"/> Yes <input type="checkbox"/> No	
8. EVER IN US ARMED FORCES? <input type="checkbox"/> Yes <input type="checkbox"/> No		9. MARITAL STATUS AT TIME OF DEATH <input type="checkbox"/> Married <input type="checkbox"/> Married, but separated <input type="checkbox"/> Widowed <input type="checkbox"/> Divorced <input type="checkbox"/> Never Married <input type="checkbox"/> Unknown				10. SURVIVING SPOUSE'S NAME (If wife, give name prior to first marriage)			
11. FATHER'S NAME (First, Middle, Last)						12. MOTHER'S NAME PRIOR TO FIRST MARRIAGE (First, Middle, Last)			
13a. INFORMANT'S NAME			13b. RELATIONSHIP TO DECEDENT			13c. MAILING ADDRESS (Street and Number, City, State, Zip Code)			
14. PLACE OF DEATH (Check only one: see instructions)									
IF DEATH OCCURRED IN A HOSPITAL: <input type="checkbox"/> Inpatient <input type="checkbox"/> Emergency Room/Outpatient <input type="checkbox"/> Dead on Arrival					IF DEATH OCCURRED SOMEWHERE OTHER THAN A HOSPITAL: <input type="checkbox"/> Hospice facility <input type="checkbox"/> Nursing home/Long term care facility <input type="checkbox"/> Decedent's home <input type="checkbox"/> Other (Specify):				
15. FACILITY NAME (if not institution, give street & number)				16. CITY OR TOWN, STATE, AND ZIP CODE				17. COUNTY OF DEATH	
18. METHOD OF DISPOSITION: <input type="checkbox"/> Burial <input type="checkbox"/> Cremation <input type="checkbox"/> Donation <input type="checkbox"/> Entombment <input type="checkbox"/> Removal from State <input type="checkbox"/> Other (Specify):				19. PLACE OF DISPOSITION (Name of cemetery, crematory, other place)					
20. LOCATION-CITY, TOWN, AND STATE				21. NAME AND COMPLETE ADDRESS OF FUNERAL FACILITY					
22. SIGNATURE OF FUNERAL SERVICE LICENSEE OR OTHER AGENT								23. LICENSE NUMBER (Of Licensee)	

ITEMS 24-28 MUST BE COMPLETED BY PERSON WHO PRONOUNCES OR CERTIFIES DEATH				24. DATE PRONOUNCED DEAD (Mo/Day/Yr)		25. TIME PRONOUNCED DEAD	
26. SIGNATURE OF PERSON PRONOUNCING DEATH (Only when applicable)				27. LICENSE NUMBER		28. DATE SIGNED (Mo/Day/Yr)	
29. ACTUAL OR PRESUMED DATE OF DEATH (Mo/Day/Yr) (Spell Month)			30. ACTUAL OR PRESUMED TIME OF DEATH			31. WAS MEDICAL EXAMINER OR CORONER CONTACTED? <input type="checkbox"/> Yes <input type="checkbox"/> No	

CAUSE OF DEATH (See instructions and examples)								Approximate interval: Onset to death
<p>32. PART I. Enter the <u>chain of events</u>--diseases, injuries, or complications--that directly caused the death. DO NOT enter terminal events such as cardiac arrest, respiratory arrest, or ventricular fibrillation without showing the etiology. DO NOT ABBREVIATE. Enter only one cause on a line. Add additional lines if necessary.</p> <p>IMMEDIATE CAUSE (Final disease or condition -----> resulting in death) a. _____ Due to (or as a consequence of): _____</p> <p>Sequentially list conditions, if any, leading to the cause listed on line a. Enter the UNDERLYING CAUSE (disease or injury that initiated the events resulting in death) LAST b. _____ Due to (or as a consequence of): _____</p> <p>c. _____ Due to (or as a consequence of): _____</p> <p>d. _____</p>								
<p>PART II. Enter other <u>significant conditions contributing to death</u> but not resulting in the underlying cause given in PART I</p>								
<p>33. WAS AN AUTOPSY PERFORMED? <input type="checkbox"/> Yes <input type="checkbox"/> No</p> <p>34. WERE AUTOPSY FINDINGS AVAILABLE TO COMPLETE THE CAUSE OF DEATH? <input type="checkbox"/> Yes <input type="checkbox"/> No</p>								

35. DID TOBACCO USE CONTRIBUTE TO DEATH? <input type="checkbox"/> Yes <input type="checkbox"/> Probably <input type="checkbox"/> No <input type="checkbox"/> Unknown			36. IF FEMALE: <input type="checkbox"/> Not pregnant within past year <input type="checkbox"/> Pregnant at time of death <input type="checkbox"/> Not pregnant, but pregnant within 42 days of death <input type="checkbox"/> Not pregnant, but pregnant 43 days to 1 year before death <input type="checkbox"/> Unknown if pregnant within the past year			37. MANNER OF DEATH <input type="checkbox"/> Natural <input type="checkbox"/> Homicide <input type="checkbox"/> Accident <input type="checkbox"/> Pending Investigation <input type="checkbox"/> Suicide <input type="checkbox"/> Could not be determined		
--	--	--	--	--	--	--	--	--

38. DATE OF INJURY (Mo/Day/Yr) (Spell Month)		39. TIME OF INJURY		40. PLACE OF INJURY (e.g., Decedent's home; construction site; restaurant; wooded area)		41. INJURY AT WORK? <input type="checkbox"/> Yes <input type="checkbox"/> No	
--	--	--------------------	--	---	--	---	--

42. LOCATION OF INJURY: State: _____ City or Town: _____							
Street & Number: _____				Apartment No.: _____		Zip Code: _____	
43. DESCRIBE HOW INJURY OCCURRED:						44. IF TRANSPORTATION INJURY, SPECIFY: <input type="checkbox"/> Driver/Operator <input type="checkbox"/> Passenger <input type="checkbox"/> Pedestrian <input type="checkbox"/> Other (Specify)	

<p>45. CERTIFIER (Check only one):</p> <p><input type="checkbox"/> Certifying physician-To the best of my knowledge, death occurred due to the cause(s) and manner stated.</p> <p><input type="checkbox"/> Pronouncing & Certifying physician-To the best of my knowledge, death occurred at the time, date, and place, and due to the cause(s) and manner stated.</p> <p><input type="checkbox"/> Medical Examiner/Coroner-On the basis of examination, and/or investigation, in my opinion, death occurred at the time, date, and place, and due to the cause(s) and manner stated.</p> <p>Signature of certifier: _____</p>							
--	--	--	--	--	--	--	--

Anexo B - Recursos

Leitura Sugerida

Informações gerais de MLDI

Dr. Judy Melinek, *A Forensic Primer for Journalists*, Forensic Pathology Forum, 9 de janeiro de 2015, disponível em: <http://pathologyexpert.blogspot.com/2015/01/a-forensic-primer-for-journalists.html?m=1>

Academia Nacional de Ciências, *Sistema de Investigação Médico-Legal da Morte: Resumo do Workshop*, 2003, disponível em: <https://www.nap.edu/catalog/10792/medicolegal-death-investigation-system-workshop-summary>

Weedn, VW, *Model Medical Examiner Legislation*, Academic Forensic Pathology 2015 5(4), pps 618-620, disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.23907/2015.065>

Ética e independência

Melinek, J., et. Al, *National Association of Medical Examiners Position Paper: Medical Examiner, Coroner, and Forensic Pathologist Independence*, NAME Position Papers, Volume 3, Edição 1, pp. 93- 98.

Código de Ética da Associação Internacional de Médicos Legistas e Examinadores, disponível em: <https://theiacme.com/page/Ethics>.

Mortes sob Custódia

Protocolo de Minnesota sobre a Investigação de Mortes Potencialmente Ilegais, Nações Unidas, Escritório do Alto Comissariado de Direitos Humanos (2016), disponível em: <https://www.ohchr.org/EN/Issues/Executions/Pages/RevisionoftheUNManualPreventionExtraLegalArbitrarily.aspx>

Mitchell, R. et. al, *National Association of Medical Examiners Position Paper: Recomendações para a definição, investigação, exame post-mortem e notificação de óbitos sob custódia*, Patologia Forense Acadêmica, 2017 7(4): 604-618

Protocolo de Istambul: Manual sobre a Investigação Eficaz e Documentação da Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, Nações Unidas, 2004, disponível em: <https://phr.org/issues/istanbul-protocol/>

Inquéritos

Paul, MacMahon, *The Inquest and the Virtues of Soft Adjudication*, 33 Yale Law & Policy Review 275 (2015) disponível em: <https://ylpr.yale.edu/inquest-and-virtues-soft-adjudication>

Processo de Revisão por Pares

Obenson, K., *The value of 100% retrospective peer review in a forense pathology practice*, Journal of Forensic and Legal Medicine, Volume 20, Edição 8, Novembro 2013, Páginas 1066-1068, disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/24237821/>

Sims, DN et. al, *Uma abordagem para revisão por pares em patologia forense*, Journal of Forensic and Legal Medicine, 20 (2013), pp. 402-403, disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/23756506/>

Mapeamento de Processos de Negócios

Cobos Muñoz et al., *Better data for better results: the important of process mapping and management in CRVS systems*, BMC Medicine, 18:67, 2020.

Leis de Exemplo

Leis do legista

Lei dos Legistas da Nova Zelândia de 2006:

<http://www.legislation.govt.nz/act/public/2006/0038/latest/whole.html>

Lei de Legistas e da Justiça do Reino Unido de 2009:

<http://www.legislation.gov.uk/ukpga/2009/25/contents>

Leis do Médico Legista

Código do Distrito de Columbia, Título 5, Capítulo 14, Examinador Médico Chefe:

<https://code.dccouncil.us/dc/council/code/titles/5/chapters/14/>

Alberta Canadá, Lei de Investigações de Fatalidades, Capítulo F-6.1, disponível em:

<https://www.assembly.nl.ca/legislation/sr/statutes/f06-1.htm>

Legislação Modelo MLDI

Comissão Nacional de Ciências Forenses, *Recomendação ao Procurador-Geral da Legislação Modelo para Sistemas de Investigação Médico-Legal de Morte*, janeiro de 2017, disponível em:

<https://search.justice.gov/search?query=Recomendation+to+the+Advogado+General+Model+Legislation+for+Medicolegal+Death+Investigation+Systems&op=Search&affiliate=justice-archive>

Capítulo

07

Registro de Casamento e Divórcio

Por que é importante: O registro de casamento é importante para ajudar a prevenir fraudes matrimoniais, bigamia e casamento infantil. Além disso, o registro de casamento é importante para a efetivação de alguns direitos, como direitos sucessórios, prestações familiares, abonos de casamento, cobrança de pensão e seguro do cônjuge falecido, direito do cônjuge à aquisição de nacionalidade, entre outros. O registro do divórcio ajuda a demonstrar o direito de uma pessoa de se casar novamente e fornece evidência da rescisão dos direitos de um ex-cônjuge.

Introdução

Como os casamentos são realizados de uma maneira que depende de convenções sociais específicas, não há um processo de registro padrão entre os países. No entanto, existem elementos comuns que são frequentemente abordados na legislação ou regulamentação relativa ao registro de casamento, incluindo: local de registro; pedido de casamento, incluindo prova de idade; emissão da certidão de casamento; e o processo de registro de casamentos ocorridos no exterior. A lei de alguns países também aborda o casamento consuetudinário. Esta seção se concentra nesses elementos comuns e boas práticas entre os países, com foco em determinar se as práticas de um país criam barreiras ao registro de casamento.

Este capítulo abrange os seguintes tópicos:

1. Aplicação universal
2. Local de registro
3. Pedido de casamento (ou outra parceria legalmente reconhecida)
4. Cerimônia: Oficiais e Testemunhas
5. Certidão de Casamento
6. Registro de casamentos consuetudinários, tradicionais e religiosos
7. Registro de casamento ocorrido no exterior
8. Transmissão do Decreto de Divórcio ao Registrador
9. Certidão de Divórcio ou Cópia da Sentença de Divórcio

1. Aplicação universal

Melhor Prática: A Convenção sobre Consentimento para o Casamento, Idade Mínima para Casamento e Registro de Casamentos (em vigor desde 1964) afirma: “Todos os casamentos devem ser registrados em um registro oficial apropriado pela autoridade competente.” Este direito de registrar um casamento deve estar universalmente disponível para todos e deve abranger todos os casamentos legalmente válidos que ocorrem em todas as áreas geográficas e todos os grupos populacionais do país.²²⁷

A ONU define o casamento como “o ato, cerimônia ou processo pelo qual a relação jurídica dos cônjuges é constituída”. A legalidade da união pode ser estabelecida por meios civis, religiosos ou outros reconhecidos pelas leis de cada país. Alguns países também têm procedimentos para reconhecer legalmente e registrar uniões civis e outras parcerias domésticas. Uma parceria registrada geralmente se refere a uma construção legal, registrada junto às autoridades públicas de acordo com as leis de cada país, que leva a obrigações conjugais legais entre duas pessoas.²²⁸ Assim como os casamentos, as parcerias registradas devem ser registradas no sistema de registro civil.

Casamentos consuetudinários, tradicionais, religiosos e outros tipos de casamento não reconhecidos como legalmente válidos são discutidos na Seção 6 abaixo.

Orientação: Descreva se o registro de todos os casamentos e uniões legalmente válidos é obrigatório. Indique se a lei se aplica a todos os casamentos e uniões juridicamente válidos que ocorrem no país. Considere todas as formas de discriminação que possam ocorrer, inclusive com base na geografia; grupos raciais, étnicos ou religiosos; populações nômades, deslocadas, nativas ou aborígenes; refugiados ou requerentes de asilo no país; estrangeiros residentes; ou quaisquer outras características. Na seção de comentários, descreva se a lei está de acordo com as boas práticas e anote quaisquer recomendações para reforma regulatória.

²²⁷Nações Unidas, Diretrizes para o Marco Legislativo do Registro Civil, Estatísticas Vitais e Sistemas de Gestão de Identidade, Nova York, 2019, Pará. 128.

²²⁸Nações Unidas, Princípios e Recomendações para um Sistema de Estatísticas Vitais, Revisão 3, Nova York, 2014, Pará. 2.

a. O registro é necessário para todos os casamentos e parcerias legalmente válidos?

Citação:

Comentários:

2. Local de registro

Boa prática: As práticas do país variam em relação ao local de registro. Alguns países exigem o registro de casamento no local onde a cerimônia de casamento ocorre. Outros exigem registro no local onde um ou outro ou qualquer um dos cônjuges reside. Alguns países podem permitir o registro de casamento em qualquer local de registro dentro do país, principalmente se o sistema estiver em rede central. A flexibilidade em relação à localização do registro de casamento pode ajudar a aumentar as taxas de registro de casamento em alguns países. Por outro lado, exigir rigidamente o registro de casamento em um local específico - por exemplo, no cartório da área de residência de um dos cônjuges - pode criar barreiras ao registro se a cerimônia de casamento ocorrer fora dessa área.²²⁹

Orientação: Indique o local de registro necessário para um casamento. Observe quaisquer problemas que possam criar barreiras ao registro. Na seção de comentários, descreva se a lei está de acordo com as boas práticas e anote quaisquer recomendações para reforma regulatória.

a. Descreva o local de registro necessário.

Citação:

Comentários:

3. Pedido de casamento (ou outra parceria legalmente reconhecida)

Boa Prática: A lei de família de um país geralmente abordará os requisitos substantivos para o casamento, incluindo, por exemplo, a idade em que uma pessoa pode consentir o casamento e restrições ao novo casamento, uniões poligâmicas e casamento entre pessoas relacionadas. Deve haver um processo para garantir que esses requisitos sejam atendidos. Geralmente, isso ocorre por meio de um processo de solicitação, às vezes chamado de solicitação de licença de casamento ou notificação de casamento. Junto com o requerimento, geralmente ambos os cônjuges devem apresentar comprovante de identidade e prova da idade legal para se casar. Se um dos cônjuges já foi casado anteriormente, deve apresentar também prova de dissolução do casamento anterior ou prova de morte de um dos cônjuges. Também pode haver uma declaração demonstrando que as pessoas que vão se casar não são parentes próximos.²³⁰

Em algumas jurisdições, o pedido deve ser apresentado por um período de tempo especificado antes da cerimônia de casamento - referido como o período de espera - em outras jurisdições, nenhum

²²⁹Nações Unidas, Diretrizes para o Marco Legislativo do Registro Civil, Estatísticas Vitais e Sistemas de Gestão de Identidade, Nova York, 2019, Pará. 382.

²³⁰Nações Unidas, Diretrizes para o Marco Legislativo do Registro Civil, Estatísticas Vitais e Sistemas de Gestão de Identidade, Nova York, 2019, Pará. 383-384.

período de espera é necessário. Também pode haver a exigência de que o anúncio do casamento seja publicado no cartório ou em outro local durante o período de espera. O pedido geralmente é válido por um período de tempo especificado, por exemplo, um ano, durante o qual a cerimônia de casamento deve ocorrer e/ou a conclusão do registro ocorrer no cartório.²³¹

Orientação: Descreva o processo de candidatura. Observe especificamente se algum dos requisitos apresenta uma barreira ao registro, ou se a falta de qualquer requisito (como nenhuma exigência de comprovação de idade) permite a ocorrência de casamentos menores de idade. Na seção de comentários, descreva se a lei está de acordo com as boas práticas e anote quaisquer recomendações para reforma regulatória.

a. Descreva o processo de candidatura. Indique especificamente qual a prova documental ou comprobatória exigida, prazo de carência, prazo de validade do pedido.

Citação:

Comentários:

4. Cerimônia: Oficiais e Testemunhas

Boa prática: Alguns países exigem que uma cerimônia de casamento civil seja realizada no cartório (após o período de espera e antes que a validade do pedido expire, se aplicável) para que o casamento seja válido. Uma cerimônia religiosa ou de outro tipo pode ser celebrada após a cerimônia civil. Outros países, no entanto, não exigem que o casamento seja realizado em frente ao registrador e reconheçam cerimônias religiosas ou outras como criando um casamento legalmente válido. Nesse caso, se um oficiante religioso ou outro oficiante de casamento realizar a cerimônia de casamento, esse oficiante de casamento deverá apresentar documentação ao registrador comprovando que a cerimônia de casamento ocorreu. O registrador registra o casamento e emite a certidão de casamento. Muitas jurisdições exigem a presença de uma ou duas testemunhas na cerimônia, independentemente de ser uma cerimônia civil ou religiosa, e a assinatura da testemunha no formulário de registro ou outra documentação.²³²

Orientação: Descreva se um registrador civil deve realizar uma cerimônia de casamento ou se outros tipos de oficiantes estão autorizados a realizar uma cerimônia de casamento. Se outros oficiantes forem permitidos, descreva as ações necessárias do oficiante para completar o registro de casamento. Observe se alguma coisa no processo cria uma barreira ao registro. Observe se são necessárias testemunhas. Na seção de comentários, descreva se a lei está de acordo com as boas práticas e anote quaisquer recomendações para reforma regulatória.

a. A cerimônia de casamento deve ser realizada por registrador civil? Em caso negativo, descreva o processo de registro de casamento realizado por outros oficiantes.

Citação:

Comentários:

²³¹Nações Unidas, Diretrizes para o Marco Legislativo do Registro Civil, Estatísticas Vitais e Sistemas de Gestão de Identidade, Nova York, 2019, Pará. 385.

²³²Nações Unidas, Diretrizes para o Marco Legislativo do Registro Civil, Estatísticas Vitais e Sistemas de Gestão de Identidade, Nova York, 2019, Pará. 387-388.

b. São necessárias testemunhas?

Citação:

Comentários:

5. Certidão de Casamento

Melhor prática: Após a conclusão do registro de casamento - seja após um casamento civil no cartório ou após um religioso ou outro oficiante apresentar a documentação exigida - o registrador deve emitir uma certidão de casamento para os cônjuges. Uma certidão de casamento pode ser necessária para muitos fins legais, como seguro, herança e benefícios sociais. Tal como acontece com as certidões de nascimento e óbito, o cartório local deve ter autoridade para emitir uma certidão de casamento para acelerar a emissão da certidão.²³³

Orientação: Informe se o registrador local tem autoridade e capacidade para emitir certidões de casamento em tempo hábil. Na seção de comentários, descreva se a lei está alinhada com as melhores práticas e anote quaisquer recomendações para reforma regulatória.

a. O registrador local tem autoridade e capacidade para emitir uma certidão de casamento em tempo hábil?

Citação:

Comentários:

6. Registro de casamentos consuetudinários, tradicionais e religiosos

Boa prática: Alguns países têm baixas taxas de registro de casamento porque os casais são “casados” em cerimônias consuetudinárias, tradicionais ou religiosas que não são reconhecidas como casamento pela lei. Um processo de registro dessas uniões ou casamentos é importante para legitimação de filhos, direitos de propriedade, herança e outros fins legais. Portanto, deve haver um processo pelo qual tais uniões ou casamentos possam ser registrados retroativamente, fornecendo prova de que a união ou casamento ocorreu em algum momento no passado, como declarações juramentadas ou declarações de testemunhas da cerimônia de casamento.²³⁴

Orientação: Descreva qualquer processo de registro de uniões consuetudinárias, tradicionais ou religiosas ou casamento celebrado de forma não reconhecida legalmente como casamento. Na seção de comentários, descreva se a lei está de acordo com as boas práticas e anote quaisquer recomendações para reforma regulatória.

a. Descrever qualquer processo de registro de uniões ou casamentos celebrados de forma que não seja legalmente reconhecida como casamento.

²³³Nações Unidas, Diretrizes para o Marco Legislativo do Registro Civil, Estatísticas Vitais e Sistemas de Gestão de Identidade, Nova York, 2019, Pará. 392.

²³⁴Nações Unidas, Diretrizes para o Marco Legislativo do Registro Civil, Estatísticas Vitais e Sistemas de Gestão de Identidade, Nova York, 2019, Pará. 390.

Citação:

Comentários:

7. Transmissão do Decreto de Divórcio ao Registrador

Melhor prática: O divórcio só deve ser concedido por um tribunal de jurisdição competente. Todos os divórcios devem ser registrados para garantir a proteção dos direitos. O tribunal que concedeu o divórcio deve ser responsável, como informante, por relatar o divórcio ao registro civil.

A ONU define o divórcio como: “a dissolução judicial definitiva de um casamento, ou seja, aquela separação dos cônjuges que confere às partes o direito de se casar novamente sob disposições civis, religiosas e/ou outras, de acordo com as leis de cada país”. As leis de alguns países prevêm outros tipos de dissolução do casamento, como separação judicial e anulação. A ONU define a separação judicial como: "A desunião de pessoas casadas, sem que seja conferido às partes o direito de novo casamento, de acordo com as leis de cada país." A ONU define a anulação como: "Invalidação ou anulação do casamento legal por autoridade competente, de acordo com as leis do país, conferindo assim às partes o status de nunca terem sido casados um com o outro."

Conforme reconhecido pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, o divórcio ou a separação judicial só deve ser concedido por uma autoridade judicial competente,²³⁵ pois isso protege melhor os interesses de mulheres e crianças. Embora alguns países permitam que um registrador civil conceda um divórcio, essa não é a melhor prática, pois os registradores civis geralmente não têm as qualificações para garantir que os direitos legais das partes e de seus filhos sejam protegidos.

Todos os divórcios, separações judiciais, anulações e dissolução de parcerias registradas devem ser registrados no órgão de registro civil. O modo mais eficiente de garantir que um divórcio (ou outra dissolução ordenada por um tribunal) seja registrado é atribuir aos tribunais, como informante, a responsabilidade de relatar divórcios/dissoluções à agência de registro civil. Confiar nos ex-cônjuges para relatar o divórcio/dissolução pode resultar na falta de comunicação e em um registro de casamento impreciso. Portanto, os tribunais devem ser obrigados a coletar informações específicas sobre cada divórcio/dissolução concedido sob sua jurisdição e a enviar essas informações ao órgão de registro civil.²³⁶ (Para obter mais informações sobre quais informações devem ser coletadas, consulte o Capítulo 7 sobre Estatísticas Vitais). O registrador civil compara as informações com as informações do registro de casamento para garantir que o registro de casamento reflita o divórcio/dissolução. A legislação deve exigir que os tribunais apresentem essas informações dentro de um período de tempo especificado.²³⁷

Orientação: Responda à pergunta abaixo sobre o processo de registro de divórcio ou outra dissolução de um casamento ou parceria. Na seção de comentários, descreva se a lei está alinhada com as melhores práticas e anote quaisquer recomendações para reforma regulatória.

a. Descreva o processo de transmissão de informações sobre divórcio ou outra dissolução ao órgão de registro civil. Aborde especificamente quem é obrigado a relatar as informações e os prazos.

²³⁵Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, Resolução 1068 F de 1965.

²³⁶Nações Unidas, Diretrizes para o Marco Legislativo do Registro Civil, Estatísticas Vitais e Sistemas de Gestão de Identidade, Nova York, 2019, Pará. 399-400.

²³⁷Nações Unidas, Diretrizes para o Marco Legislativo do Registro Civil, Estatísticas Vitais e Sistemas de Gestão de Identidade, Nova York, 2019, Pará. 399-400.

Citação:

Comentários:

8. Certidão de Divórcio ou Cópia da Sentença de Divórcio

Boa prática: Após a dissolução do casamento, as partes na dissolução devem receber uma cópia da sentença de divórcio ou uma certidão de divórcio. Na maioria das jurisdições, o tribunal emite uma cópia da sentença de divórcio, em outras jurisdições, o registrador também pode emitir uma certidão de divórcio.²³⁸ Se uma certidão de divórcio for emitida, o registrador local deve ter autoridade e capacidade para emitir a certidão.

Orientação: Descreva o processo pelo qual as partes recebem a documentação do divórcio (ou outra dissolução do casamento ou parceria). Na seção de comentários abaixo, descreva se a lei está de acordo com as boas práticas e anote quaisquer recomendações para reforma regulatória.

a. Descreva o processo pelo qual as partes recebem a documentação do divórcio (ou outra dissolução do casamento ou parceria).

Citação:

Comentários:

²³⁸Nações Unidas, Diretrizes para o Marco Legislativo do Registro Civil, Estatísticas Vitais e Sistemas de Gestão de Identidade, Nova York, 2019, Pará. 403.

Capítulo

8

Inclusão de Mulheres e Crianças

Por que é importante: Todos os membros da população de um país devem ter acesso ao registro civil e documentos de identidade. O registro civil de nascimento estabelece a identidade jurídica da pessoa, enquanto o registro de óbito resguarda certos direitos e benefícios para a família do falecido, como heranças, pensões ou direitos de viúvas. A posse de um documento de identidade nacional é essencial para se beneficiar dos serviços públicos e privados e é a porta de entrada para o exercício dos direitos humanos. No entanto, em muitos países, mulheres e crianças enfrentam desafios únicos para registrar seus eventos vitais e obter documentos de identidade, o que pode impedi-los de acessar serviços e beneficiar-se de todos os seus direitos legais. As leis que criam barreiras ao registro civil e à obtenção de documentos de identidade, ou não promovem a inclusão de mulheres e crianças, devem ser reformadas para que todos os indivíduos possam exercer seus direitos humanos, sociais, culturais e econômicos de forma igualitária na sociedade.

Introdução

Um sistema de registro civil que funcione bem deve ser contínuo, permanente, obrigatório e universal.²³⁹ Da mesma forma, um sistema de gestão de identidade nacional deve ser contínuo, permanente e universal.²⁴⁰ De acordo com o princípio da universalidade, é importante que *todos* tenham acesso aos serviços e documentos de registro civil e registro de identidade.

No entanto, algumas populações – incluindo mulheres e crianças – podem enfrentar desafios únicos no acesso a esses serviços. De fato, 45% das mulheres em países de baixa renda não têm como provar legalmente quem são,²⁴¹ o que significa que eles não têm uma certidão de nascimento e um documento de identidade nacional. Em alguns contextos, o acesso aos serviços de registro pode ser limitado por normas sociais e culturais de uma forma que pode afetar desproporcionalmente mulheres e crianças. Por exemplo, em ambientes onde as mulheres são as principais cuidadoras, elas podem não conseguir sair de casa (e crianças pequenas) durante o horário comercial do governo. Em alguns contextos culturais, as mulheres são impedidas de viajar sozinhas (desacompanhadas de um homem), o que afeta sua capacidade de acessar os serviços de registro. A própria estrutura legal também pode apresentar uma barreira. Por exemplo, processos de registro de nascimento que exigem que as mulheres apresentem uma certidão de casamento ou forneçam informações paternas podem impedir que uma mãe solteira registre o nascimento de seu filho. As baixas taxas de alfabetização e a falta de conhecimento dos direitos e processos legais também podem impedir que mulheres e crianças acessem os serviços de registro civil.

Os benefícios do registro civil e da comprovação de identidade legal para mulheres e crianças são muitos. Uma certidão de nascimento pode promover a realização do direito de uma criança à educação e pode impedir o casamento infantil, especialmente para meninas. A posse de uma certidão de casamento e de óbito pode ajudar as viúvas a garantir seus direitos à propriedade, e a posse de uma certidão de divórcio pode ajudar as mulheres divorciadas a proteger seus direitos à propriedade e à guarda dos filhos. A documentação de identidade adulta pode permitir que as mulheres tenham acesso a uma série de oportunidades e serviços, ajudando a superar as diferenças de gênero que existem em áreas como educação, emprego no setor formal, propriedade de empresas, acesso ao crédito, propriedade da terra e participação política.²⁴² O registro civil completo permite a produção de estatísticas vitais, que podem informar a tomada de decisões administrativas e intervenções de saúde pública em relação a mulheres e crianças. Além disso, dados de registro civil inclusivos podem ajudar os governos a fornecer assistência direcionada a mulheres e crianças e criar programas de bem-estar social informados e eficazes, serviços de planejamento familiar, intervenções de saúde materno-infantil, bem como intervenções de saúde pública específicas de gênero.

Por outro lado, as barreiras aos serviços de registro civil e de identidade podem ter impactos perigosos e consequentes em mulheres e crianças. Crianças sem registro de nascimento são excluídas das proteções e direitos sociais e são mais vulneráveis ao tráfico, trabalho infantil, recrutamento militar, casamento infantil e exploração. Suas vulnerabilidades podem se estender até a idade adulta se não conseguirem acessar uma carteira de identidade nacional. As mulheres sem documentos de identidade podem não conseguir abrir uma conta bancária, aceder ao crédito, entrar na economia formal ou ter acesso ao ensino superior.

O fortalecimento das estruturas legais pode ajudar a promover sistemas inclusivos de registro civil e gestão de identidade que respondam às necessidades de mulheres e crianças, resultem em registro

²³⁹ U.N. Princípios e Recomendações para um Sistema de Estatísticas Vitais, Revisão 3, 2014, parágrafo 293.

²⁴⁰ U.N. Diretrizes sobre um Marco Legislativo para Registro Civil, Estatísticas Vitais e Gestão de Identidade, 2019, parágrafo 24.

²⁴¹ Aryal, S. Castro, J.L., It's Time to Start Counting Everyone, The ASEAN Post, 4 Dezembro 2021, disponível em <https://theaseanpost.com/article/its-time-start-counting-everyone>.

²⁴² J.C Knowles, G. Koolwal, Questões de Gênero no CRVS e Acesso à Documentação de Identidade de Adultos: Relatório para a Fundação das Nações Unidas sob a Iniciativa Data2X, 2016, página 3, Caixa 1.

completo e universal e permitam a prestação de serviços governamentais e a geração de estatísticas vitais oportunas e precisas.

I. Registro de Nascimento

1. Universalidade: Nacionalidade e Cidadania

Melhor Prática: O nascimento de todas as crianças no território de um país deve ser registrado sem qualquer discriminação. A obrigação de um país de garantir que o registro esteja disponível para todos os residentes no país (o princípio da universalidade) inclui a obrigação de registrar o nascimento de uma criança, independentemente da nacionalidade ou cidadania da criança ou de seus pais.

O Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos²⁴³ (Art. 24) e a Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC)²⁴⁴ garantir à criança o direito de ser imediatamente registrada após o nascimento (Art. 7). Os Estados devem respeitar este direito “independentemente da raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza da criança ou de seus pais ou tutores legais, origem nacional, étnica ou social, riqueza, deficiência, nascimento ou outra condição” (CDC, Art. 2.1). Portanto, o nascimento de uma criança no território de um país deve ser registrado independentemente da nacionalidade ou cidadania da criança ou de seus pais. Alguns países permitem que a cidadania passe para um filho apenas através do pai. Esta prática viola a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher (CEDAW).²⁴⁵ No entanto, mesmo que tais leis estejam em vigor, não devem afetar a capacidade ou o direito de registrar o nascimento de uma criança. Consequentemente, os pais não devem ser obrigados a apresentar prova de cidadania ou nacionalidade para registrar o nascimento de seu filho se não possuírem tais documentos. Embora as informações sobre nacionalidade ou cidadania, ou a falta delas, possam ser coletadas para fins legais e estatísticos, nenhuma criança deve ter o registro de nascimento negado com base na cidadania ou nacionalidade dos pais. Isso se aplica também aos apátridas: a falta de nacionalidade ou cidadania não deve impedir ou complicar o registro de nascimento.

O registro de nascimento não confere cidadania ou nacionalidade, que é determinada com base na constituição e nas leis de um país. No entanto, o registro de nascimento prova onde uma pessoa nasceu e quem são seus pais – peças-chave de informação necessárias para estabelecer a nacionalidade. Consequentemente, o registro de nascimento é fundamental para prevenir a apatridia.²⁴⁶

Orientação: Responda a pergunta abaixo. Na seção de comentários, descreva quaisquer barreiras ao registro de nascimento com base em quaisquer características dos pais, principalmente com foco na cidadania ou nacionalidade.

- a. **O quadro legal exige o REGISTRO de nascimento para todas as crianças nascidas no território do país, incluindo as situações em que um ou ambos os pais da criança não são cidadãos ou nacionais do país?** Aborde especificamente situações em que um ou ambos os pais são apátridas, bem como situações em que um ou ambos os pais são estrangeiros.

Citações:

²⁴³Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, disponível em:

<https://www.ohchr.org/EN/ProfessionalInterest/Pages/CCPR.aspx> .

²⁴⁴Convenção sobre os Direitos da Criança, disponível em: <https://www.ohchr.org/en/professionalinterest/pages/crc.aspx> .

²⁴⁵Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher, Artigo 9(2), disponível em:

<https://www.ohchr.org/EN/ProfessionalInterest/Pages/CEDAW.aspx> .

²⁴⁶ACNUR/UNICEF, *Convenção sobre os Direitos da Criança Guia de Referência Rápida sobre Apatridia e Tratados de Direitos Humanos*, página 1, disponível em: <https://www.unhcr.org/ibelong/wp-content/uploads/UNHCR-CRC-02-UNHCR-UNICEF.pdf> .

2. Informante

Melhor Prática: O informante é a pessoa legalmente obrigada a relatar a ocorrência e os detalhes de um evento vital dentro do prazo prescrito.²⁴⁷ O papel de um informante é importante porque o registrador só pode registrar um evento vital com base na declaração do informante (que pode ser feita verbalmente ou por escrito, pessoalmente ou online).²⁴⁸ Para aumentar a completude e a pontualidade do registro de nascimento, é uma boa prática atribuir ao setor de saúde, como informante, a responsabilidade de relatar os nascimentos ao registro civil. No entanto, se a lei designar o(s) pai(s) de uma criança como informante, a lei deve permitir *que* a mãe ou o pai, agindo por conta própria, sirvam como informantes.²⁴⁹

Conforme discutido no Capítulo 3, quando ocorre um nascimento vivo em uma unidade de saúde, a abordagem mais eficaz é designar o chefe da unidade de saúde como o informante principal.²⁵⁰ Mesmo quando ocorre um nascimento vivo na comunidade, muitos países consideram eficaz designar a parteira como informante principal.²⁵¹ (Consulte o Capítulo 3, Seção 4.) Designar o setor de saúde como informante ajuda a garantir que todos os nascidos vivos que ocorrem sob a supervisão de um profissional de saúde sejam relatados em tempo hábil ao registrador, sem discriminação. Isso também elimina o fardo de relatar nascimentos de pais que estão ocupados com seu bebê recém-nascido.

No entanto, muitos países designam os pais de uma criança como o principal informante do nascimento. Nos contextos em que o progenitor é o informante, a lei deve permitir que a mãe ou o pai comuniquem o nascimento ao REGISTRO civil, sem preferência de um sobre o outro.²⁵² A lei não deve exigir que ambos os pais estejam presentes ou envolvidos no processo de registro de nascimento. Isso garante que todas as mães, independentemente do estado civil ou da paternidade da criança, possam relatar o nascimento de seu filho ao registro civil.

Alguns países não permitem que as mulheres registrem nascimentos.²⁵³ Outros países listam o pai como informante principal e podem listar outros parentes do sexo masculino como informantes alternativos com preferência sobre a mãe. Esses tipos de disposições podem impedir que uma mãe (por conta própria) registre seu filho. Isso não está em conformidade com as melhores práticas internacionais e esses tipos de barreiras ao registro civil devem ser removidos da lei.

Orientação: Liste quem pode servir como informante de um nascimento. Na seção de comentários, analise se essa lista de alguma forma impede ou dificulta que uma mãe, por conta própria, registre o nascimento de seu filho.

- a. **Indique os informantes, por ordem de prioridade, para um parto que ocorra: 1) em uma unidade de saúde e 2) em casa ou na comunidade.** Aborde especificamente se uma mãe (sozinha) pode registrar o nascimento de seu filho.

²⁴⁷ U.N. Princípios e Recomendações para um Sistema de Estatísticas Vitais, Revisão 3, paras. 349, 356.

²⁴⁸ U.N. Princípios e Recomendações para um Sistema de Estatísticas Vitais, Revisão 3, para. 351.

²⁴⁹ Discriminação sexual no registro de nascimento, ACNUR/UNICEF, 2021, página 15, disponível em: <https://reliefweb.int/report/world/background-note-sex-discrimination-birth-registration>.

²⁵⁰ U.N. Princípios e Recomendações para um Sistema de Estatísticas Vitais, Revisão 3, para. 350.

²⁵¹ U.N. Diretrizes sobre o Marco Legislativo do Registro Civil, Estatísticas Vitais e Sistemas de Gestão de Identidade, parágrafos 257, 312, 318.

²⁵² Discriminação sexual no registro de nascimento, ACNUR/UNICEF, 2021, página 15, disponível em: <https://reliefweb.int/report/world/background-note-sex-discrimination-birth-registration>.

²⁵³ Discriminação sexual no registro de nascimento, ACNUR/UNICEF, 2021, página 8.

Citações:

Comentários:

3. Registro de nascimento para crianças que vivem ou trabalham na rua ou que têm pouca/nenhuma ligação com seus pais.

Melhor Prática: Os Estados devem garantir que o registro de nascimento e os documentos de identidade sejam gratuitos, acessíveis, simples e rápidos para todas as crianças de todas as idades. Essa obrigação se estende a crianças órfãs, abandonadas, trabalhando ou vivendo na rua, ou que tenham pouca ou nenhuma ligação com seus pais.²⁵⁴

As crianças que trabalham ou vivem na rua são um grupo diversificado. Por exemplo, algumas crianças vivem nas ruas o tempo todo, outras apenas ocasionalmente ou sazonalmente, enquanto outras se deslocam entre casa, rua e abrigos sociais. Alguns mantêm fortes laços com suas famílias, enquanto outros perderam todo o contato.²⁵⁵ Uma variedade de fatores pode contribuir para uma situação em que uma criança está conectada à rua. A maioria das famílias de crianças de rua experimentou discriminação, pobreza e exclusão social persistentes em sociedades onde a desigualdade é galopante. Enquanto muitas crianças que vivem ou trabalham na rua são de famílias que podem ser descritas como frágeis, violentas ou instáveis, crianças órfãs ou abandonadas são mais incomuns.²⁵⁶

Em países onde a responsabilidade de registrar o nascimento de uma criança recai sobre os pais, as crianças de rua correm maior risco de não terem seus nascimentos registrados. Crianças de rua podem ter pouca ou nenhuma conexão com seus pais. Mesmo que uma criança de rua tenha uma ligação com seus pais, seus pais podem enfrentar desafios próprios para registrar o nascimento de seu filho devido, por exemplo, à falta de documentos de identidade, baixa alfabetização ou falta de conhecimento do processo.²⁵⁷ Uma criança de rua sem registro de nascimento sofrerá as consequências negativas disso para o resto de sua vida, pois poderá não poder frequentar a escola, obter documentos de identidade, solicitar assistência governamental, matricular-se em assistência médica e participar na economia formal.

Para garantir que todos os nascimentos em um país sejam registrados, o Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH) “recomenda o apoio especializado para crianças em situação de rua. Para esse fim, os Estados devem promover e apoiar intervenções personalizadas e centradas na criança para crianças cujas conexões com a família, a comunidade e a sociedade em geral foram enfraquecidas”.²⁵⁸

Para efeitos de REGISTRO civil, as crianças com ligações à rua devem ser distinguidas das crianças órfãs ou enjeitadas que se encontrem ao cuidado de instituição estatal. Se uma criança estiver sob os cuidados de uma instituição estatal, essa instituição deve ser responsável por garantir que o nascimento da criança seja registrado. No entanto, conforme recomendado pelo ACNUDH da ONU, as agências de registro civil devem considerar maneiras de promover e apoiar procedimentos ou

²⁵⁴Nações Unidas, Escritório do Alto Comissariado de Direitos Humanos (ACNUDH), Proteção e promoção dos direitos das crianças que trabalham e/ou vivem na rua, parágrafo 67, disponível em:

<https://www.ohchr.org/Documents/Issues/Children/Study/OHCHRBrochureStreetChildren.pdf> .

²⁵⁵Consórcio para Crianças de Rua, Submissão ao relatório do Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos sobre o direito da criança ao registro de nascimento, novembro de 2013, parágrafo 2.1, disponível em: <https://ohchr.org/Documents/Issues/Children/BirthRegistration/CSCsubmission.pdf>

²⁵⁶Nações Unidas, Gabinete do Alto Comissariado para os Direitos Humanos (ACNUDH), Proteção e promoção dos direitos das crianças que trabalham e/ou vivem na rua, parágrafo 16.

²⁵⁷Consórcio para Crianças de Rua, Submissão ao relatório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos sobre o direito da criança ao REGISTRO de nascimento, novembro de 2013, parágrafos 3.1 – 3.3.

²⁵⁸Nações Unidas, Gabinete do Alto Comissariado para os Direitos Humanos (ACNUDH), Proteção e promoção dos direitos das crianças que trabalham e/ou vivem na rua, parágrafo 68.

programas especializados para garantir que crianças de rua que vivem de forma independente tenham seus nascimentos registrados. Ao desenvolver esses programas, deve-se tomar cuidado para garantir que o nascimento de uma criança não seja registrado várias vezes.

Para o efeito, o quadro legal deve capacitar a agência de registro civil ou os registros civis locais para desenvolver soluções inovadoras para facilitar o registro de nascimento de crianças com ligações de rua que vivem de forma independente. Alguns países aumentaram as taxas de registro de crianças de rua por meio de centros móveis e de atendimento, onde os registradores civis e assistentes sociais podem fornecer apoio direto para aliviar algumas das dificuldades que as crianças de rua enfrentam para atender aos requisitos e cumprir os procedimentos de registro de nascimento.²⁵⁹ As agências de registro civil também podem considerar permitir o registro de uma criança sem informações dos pais, onde as informações dos pais são desconhecidas.

Orientação: Responda à pergunta abaixo e descreva quaisquer programas ou procedimentos especiais para ajudar crianças de rua e outras crianças e adolescentes que vivem de forma independente a registrar seus próprios nascimentos. Você pode precisar discutir essa questão com o Registro Nacional ou com os registradores civis locais, porque esses programas podem não ser discutidos explicitamente na lei. No entanto, a lei deve capacitar os registradores para implementar esses programas.

-
- a. **A lei autoriza a agência de registro civil ou os registradores civis locais a implementar programas ou procedimentos para facilitar o registro de nascimento de crianças com conexões de rua que vivem de forma independente?** Descreva quaisquer desses programas ou procedimentos.

Citações:

Comentários:

- b. **No caso de crianças órfãs ou abandonadas ao cuidado de uma instituição estatal, é a instituição responsável por assegurar o registro de nascimento da criança?**

Citações:

Comentários:

4. Pais solteiros/Informações Paternas

Melhor Prática: Todos os nascidos vivos que ocorram no território de um país devem ser registrados. O estado civil dos pais da criança, ou a falta de informação sobre o pai da criança, não deve impedir ou dificultar o registro de nascimento.²⁶⁰

A prova de casamento não deve ser um pré-requisito para o registro de nascimento.²⁶¹ As leis de registro civil que exigem que um dos pais apresente uma certidão de casamento para registrar o

²⁵⁹ Consórcio para Crianças de Rua, submissão ao relatório do Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos sobre o direito da criança ao registro de nascimento, novembro de 2013, parágrafo 4.3.

²⁶⁰ Diretrizes da ONU sobre um Marco Legislativo para Registro Civil, Estatísticas Vitais e Gestão de Identidade, parágrafo 292.

²⁶¹ Discriminação sexual no registro de nascimento, ACNUR/UNICEF, 2021, página 15, disponível em: <https://reliefweb.int/report/world/background-note-sex-discrimination-birth-registration>.

nascimento de uma criança impedirá que pais solteiros ou pais solteiros registrem o nascimento de seus filhos. Embora seja apropriado coletar informações sobre se os pais de uma criança são casados para fins estatísticos, a falta de capacidade ou vontade de provar o casamento nunca deve impedir o registro de uma criança. Todos os nascimentos devem ser registrados independentemente do estado civil dos pais envolvidos.

Os pais solteiros e seus filhos devem ser tratados da mesma forma que os pais casados e seus filhos. Os pais solteiros não devem estar sujeitos a requisitos documentais adicionais não impostos aos pais casados. Por exemplo, alguns países exigem que um pai solteiro obtenha uma ordem judicial antes de registrar o nascimento de seu filho ou exige um boletim de ocorrência policial declarando que a criança foi produto de violência sexual.²⁶² Esses tipos de requisitos criam barreiras ao registro de nascimento e diminuem as taxas de registro de nascimento. Além disso, eles violam a obrigação de um país de registrar todas as crianças nascidas no território do país sem discriminação.

De acordo com o artigo 7 da CDC, uma criança “deve ser registrada imediatamente após o nascimento” e tem “na medida do possível, o direito de conhecer e ser cuidada por seus pais”. Embora seja preferível que as informações sobre ambos os pais sejam registradas durante o processo de registro, o registro de nascimento não deve ser negado se a mãe não puder ou optar por não nomear o pai, ou se o pai se recusar a reconhecer a criança.²⁶³

Além disso, os códigos criminais que criminalizam o nascimento fora do casamento devem ser reformados. Essas leis apenas desencorajam um pai solteiro de registrar o nascimento de seu filho.

Por fim, a certidão de nascimento (ou cópia autenticada do extrato do registro de nascimento) não deve conter informações sobre o estado civil. Em alguns países, as certidões de nascimento declaram o estado civil dos pais da criança no momento do nascimento, rotulando assim a criança como “legítima” ou “ilegítima”. Isso pode estigmatizar uma criança e sujeitá-la à discriminação ao longo da vida. Portanto, os países que seguem essa prática devem revisar seus formulários de certidão de nascimento (e leis, quando aplicável) para remover o campo referente ao estado civil dos pais da certidão de nascimento.²⁶⁴

Orientação: Responda às perguntas abaixo sobre informações e provas documentais *necessárias* para registrar o nascimento de uma criança. Ao responder a esta pergunta, lembre-se de que as informações *exigidas* para o registro de nascimento para fins legais (por exemplo, nome, sexo, data e local de nascimento) são diferentes das informações coletadas para fins estatísticos, *se disponíveis*. Consulte o Capítulo 8 sobre Estatísticas Vitais para obter mais informações sobre tópicos estatísticos.

- a. **É necessária prova de casamento para registrar o nascimento de um filho?** Aborde especificamente se um pai *deve* apresentar uma certidão de casamento ao registrar uma criança.

Citações:

Comentários:

- b. **Existem requisitos adicionais impostos a um pai solteiro para registrar uma criança (como uma ordem judicial ou boletim de ocorrência)?**

Citações:

²⁶²Discriminação sexual no registro de nascimento, ACNUR/UNICEF, 2021, página 10, disponível em: <https://reliefweb.int/report/world/background-note-sex-discrimination-birth-registration>.

²⁶³Diretrizes da ONU sobre um Marco Legislativo para Registro Civil, Estatísticas Vitais e Gestão de Identidade, parágrafo 292.

²⁶⁴Discriminação sexual no registro de nascimento, ACNUR/UNICEF, 2021, página 15, disponível em: <https://reliefweb.int/report/world/background-note-sex-discrimination-birth-registration>

Comentários:

c. As informações paternas são *necessárias* para registrar o nascimento de um filho?

Citações:

Comentários:

d. As leis criminalizam o nascimento fora do casamento? (Nota: para responder a esta pergunta, consulte o código penal).

Citações:

Comentários:

e. O estado civil dos pais consta na certidão de nascimento?

Citações:

Comentários:

5. Informação dos pais/Direito de conhecer os pais

Melhor Prática: O nome da mãe e do pai da criança (se conhecido e reconhecido) deve constar no REGISTRO e na certidão de nascimento, independentemente da apresentação de prova de casamento no REGISTRO civil.²⁶⁵

O artigo 7.1 da CDC afirma que “a criança deve ser registrada imediatamente após o nascimento e tem direito desde o nascimento a um nome, o direito de adquirir uma nacionalidade e, na medida do possível, o direito de conhecer e ser cuidada por seu ou seus pais.” Em alguns países, uma criança nascida de pais não casados é registrada usando nomes falsos para os pais e/ou a criança, ou com os nomes dos pais omitidos inteiramente do registro e/ou certidão de nascimento.²⁶⁶ Esses tipos de disposições violam a CDC e outras leis internacionais de direitos humanos. A conexão com cada um dos pais deve ser demonstrada, se conhecida, não apenas porque a criança tem o direito de conhecer seus pais, mas também porque a conexão com cada um dos pais pode ser importante para estabelecer a nacionalidade da criança.

Observe que o *direito* de nomear ambos os pais no registro de nascimento e na certidão de nascimento não conflita com o princípio discutido acima de que o nome do pai não deve ser *exigido*

²⁶⁵Discriminação sexual no registro de nascimento, ACNUR/UNICEF, 2021, página 13, disponível em: <https://reliefweb.int/report/world/background-note-sex-discrimination-birth-registration> .

²⁶⁶Discriminação sexual no registro de nascimento, ACNUR/UNICEF, 2021, página 10, disponível em: <https://reliefweb.int/report/world/background-note-sex-discrimination-birth-registration> .

para registrar o nascimento de uma criança. O direito de nomear ambos os pais aplica-se quando os nomes de ambos os pais são conhecidos e o pai (não casado) reconhece a paternidade.²⁶⁷

Orientação: Responda a pergunta abaixo. Na seção de comentários, descreva quaisquer disposições de registro que impeçam ou dificultem a gravação dos nomes da mãe e do pai.

- a. **O regime legal prevê o REGISTRO dos nomes da mãe e do pai, independentemente da prova de casamento (nos casos em que a ligação parental seja reconhecida)?**

Citações:

Comentários:

6. Pais Que São Menores

Melhor Prática: A lei deve permitir o registro de nascimento, independentemente da idade ou da condição de menor dos pais da criança. A lei não deve exigir que o pai menor esteja acompanhado por um dos pais, tutor ou representante legal.²⁶⁸

Em alguns países, as leis exigem que as mães menores de idade sejam acompanhadas por um representante legal para registrar o nascimento do filho.²⁶⁹ Isso pode atuar como um impedimento ou barreira ao registro de nascimento, pois a mãe pode desconhecer esse requisito, ou não poder ou não querer solicitar a presença de seu pai ou responsável legal.

Alguns países exigem que os cartórios de registro civil denunciem casos de mães menores de idade ao Ministério Público, o que pode desincentivar uma mãe menor de idade a registrar um nascimento em países onde os pais atuam como informantes.²⁷⁰ Para evitar esta situação, as informações do REGISTRO civil devem ser mantidas confidenciais (um princípio fundamental do REGISTRO civil²⁷¹) e os registradores não devem ser obrigados a relatar aos promotores se um menor registrar o nascimento de seu filho.

Outras disposições da lei do registro civil não podem mencionar expressamente os menores, mas podem afetar um progenitor menor. Por exemplo, alguns países exigem que os pais apresentem uma carteira de identidade nacional para registrar um nascimento. No entanto, um pai menor pode estar abaixo da idade em que uma carteira de identidade nacional pode ser obtida. Portanto, as leis de registro civil devem abrir exceções a essas regras para menores (e outros que não possuem carteira de identidade nacional). As disposições legais que contêm barreiras e desincentivos como estes devem ser revistas.

Orientação: Responda as questões abaixo. Na seção de comentários, analise como as disposições da lei podem impedir ou impedir que um pai menor registre o nascimento de seu filho.

²⁶⁷Na maioria dos países, um pai solteiro deve reconhecer voluntariamente a criança antes de ser registrada no registro. Se o pai não reconhecer voluntariamente a criança e um tribunal determinar que ele é o pai, o tribunal pode ordenar que o nome do pai seja registrado a pedido da mãe.

²⁶⁸Discriminação sexual no registro de nascimento, ACNUR/UNICEF, 2021, página 12, disponível em: <https://reliefweb.int/report/world/background-note-sex-discrimination-birth-registration> .

²⁶⁹Discriminação sexual no registro de nascimento, ACNUR/UNICEF, 2021, página 12, disponível em: <https://reliefweb.int/report/world/background-note-sex-discrimination-birth-registration> .

²⁷⁰Discriminação sexual no registro de nascimento, ACNUR/UNICEF, 2021, página 12, disponível em: <https://reliefweb.int/report/world/background-note-sex-discrimination-birth-registration> .

²⁷¹Princípios e Recomendações da ONU para um Sistema de Estatísticas Vitais, parágrafo 36 – 37.

- a. **A lei do registro civil permite que um pai menor de idade registre o nascimento de seu filho sem o consentimento ou acompanhamento de seu pai, responsável ou representante legal?**

Citações:

Comentários:

- b. **Os pais devem apresentar um documento de identidade nacional para registrar o nascimento de seu filho?** Em caso afirmativo, existe uma exceção ou procedimento alternativo para um pai que não possui carteira de identidade (por ser menor ou não possuir carteira de identidade)?

Citações:

Comentários:

- c. **Alguma outra lei ou exigência (por exemplo, no código penal) apresenta algum impedimento, desincentivo ou barreira para que um pai menor registre o nascimento de uma criança?**

Citações:

Comentários:

II. Registro de Óbito

7. Informantes

Melhor Prática: Idealmente, o arcabouço legal atribui ao setor de saúde, como informante, a responsabilidade de relatar os óbitos ao registro civil. No entanto, se a lei designar membros da família como informantes, a lei deve listar a esposa, filhos do sexo feminino, mãe (para filhos falecidos) e outros parentes femininos do falecido como iguais a outros membros da família do sexo masculino na lista de informantes.

Alguns países designam um parente do sexo masculino ou “chefe de família” (que em alguns países, devido à lei ou costume, pode ser necessariamente um homem) como o principal informante de uma morte. Isso pode impedir que uma esposa denuncie a morte de seu cônjuge ao registro civil, ou uma criança do sexo feminino de relatar a morte de um dos pais. Também pode impedir uma mãe de relatar a morte de seu filho. Tal discriminação contra as mulheres pode resultar na perda de pensões, benefícios ou heranças para a esposa e/ou filhos de um marido ou pai falecido, ou a perda de outros benefícios de serviço social para a mãe de um filho falecido. Portanto, se as responsabilidades do informante forem atribuídas à família, a lista de informantes deve listar parentes do sexo feminino do falecido - por exemplo, esposas, filhas e mães - como iguais a outros parentes do sexo masculino.

Orientação: Descreva o(s) informante(s) para registro de óbito designado(s) na lei. Se a prioridade for especificada na lei, observe a ordem de prioridade. Na seção de comentários, analise se a lei discrimina esposas, filhas do sexo feminino ou outras informantes do sexo feminino.

- a. **Descreva os informantes para registro de óbito.** Observe especificamente se uma esposa, filhos do sexo feminino e outros parentes do sexo feminino podem atuar como informantes.

Citações:

Comentários:

III. Natimortos [**Pule esta seção se o Capítulo 4: O Relatório de Natimorto foi concluído anteriormente.**]

8. Relatório e Registro de Natimortos

Melhor Prática: A natimortalidade é um dos dez eventos vitais recomendados pelas Nações Unidas para registro contínuo, permanente, obrigatório e universal. Informação sobre todos os natimortos devem ser coletados e relatados para fins de geração de estatísticas vitais.

O dever de registrar natimortos é reconhecido pelo Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, que exige explicitamente que os Estados reduzam a taxa de natimortos.²⁷² Contar com precisão a incidência e identificar as causas de natimortos são um primeiro passo essencial para reduzir a incidência de natimortos. Além disso, informações consistentes sobre a natureza e a causa da morte de natimortos são necessárias para o planejamento do sistema de saúde, priorização de recursos, formulação de políticas e melhoria da qualidade do atendimento no ponto de prestação de serviços.²⁷³

Existem dois métodos de monitoramento de natimortos para fins estatísticos. Um método é exigir o registro de natimortos por meio do sistema de registro civil. Se este método for usado, é importante que os natimortos sejam registrados separadamente de outros nascimentos e óbitos; natimortos não devem ser registrados ou classificados como nascimento e/ou óbito. O outro método exige que o setor de saúde relate todos os natimortos ao Ministério da Saúde (não ao registro civil). Ambos os métodos são considerados boas práticas internacionais.²⁷⁴

Independentemente do método utilizado, a OMS recomenda que todos os natimortos envolvendo fetos com peso mínimo de 500 gramas sejam relatados e incluídos nas *estatísticas nacionais*. Quando a informação sobre o peso não estiver disponível, deve-se usar uma idade gestacional de 22 semanas completas ou um comprimento corporal de 25 cm (da coroa ao calcanhar). Para *estatísticas internacionais*, os países devem relatar e incluir fetos com peso igual ou superior a 1.000 gramas. Quando a informação sobre o peso ao nascer não estiver disponível, uma idade gestacional de 28 semanas completas ou comprimento corporal de 35 cm (da coroa ao calcanhar) deve ser usada.²⁷⁵ As informações do registro ou notificação de natimortos devem ser usadas para derivar estatísticas vitais sobre natimortos, que devem ser publicadas pelo menos anualmente.²⁷⁶

Compreender a causa da morte de cada natimorto é fundamental para melhorar a saúde materna, infantil e fetal, bem como os cuidados e intervenções pré-natais. Portanto, todos os natimortos devem, idealmente, ser notificados com uma causa de morte, usando o formulário de Certificação Médica de Causa de Morte (MCCD) da OMS. No entanto, a falta de um MCCD não deve impedir o registro ou notificação de um natimorto.

²⁷²96 A/RES/21/2200, artigo 12(2)(a).

²⁷³ *Making Every Baby Count: Auditoria e revisão de natimortos e mortes neonatais*, Organização Mundial da Saúde, 2016, página 5, disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/9789241511223>.

²⁷⁴ Diretrizes da ONU sobre um Marco Legislativo para Registro Civil, Estatísticas Vitais e Gestão de Identidade, parágrafo 313.

²⁷⁵ Volume CID-10, seções 5.14, disponível em https://icd.who.int/browse10/Content/statichtml/ICD10Volume2_en_2019.pdf

²⁷⁶ Volume da CID-10, seções 5.14, disponível em https://icd.who.int/browse10/Content/statichtml/ICD10Volume2_en_2019.pdf.

Para obter mais informações sobre relatórios de natimortos, consulte o Capítulo 4: Relatório e Registro de Natimortos.

Orientação: Responda as questões abaixo. Na seção de comentários, analise se a lei está de acordo com as melhores práticas internacionais de notificação de natimortos e anote as ações recomendadas para melhoria.

- a. **A estrutura legal exige a notificação de natimortos para cada natimorto que ocorra no território do país?** Sim Não

Em caso afirmativo, indique se as informações de natimortos são coletadas por meio: a) do registro de natimortos pelo registro civil, ou b) por meio de notificação do setor de saúde ao Ministério da Saúde?

Citações:

Comentários:

- b. **Quais são os critérios usados para notificação ou registro de natimortos** (ou seja, idade gestacional, peso do feto ou comprimento do feto)?

Citações:

Comentários:

- c. **As estatísticas vitais sobre natimortos (derivadas de registro ou relatório) são publicadas pelo menos anualmente?**

Citações:

Comentários:

- d. **Os natimortos são relatados com informações sobre a causa da morte usando o formulário MCCD da OMS?** Aborde especificamente se um natimorto pode ser registrado se não for possível obter um MCCD.

Citações:

Comentários:

IV. Período de Tempo para Registro

9. Registro Atrasado

Melhor Prática: Embora o registro oportuno deva ser incentivado e disponibilizado prontamente, os procedimentos para registro tardio e atrasado não devem ser penalizados ou tornados tão onerosos que impeçam o registro por completo.

Os prazos para o registro de nascimento costumam ser de 14 a 30 dias, e para o registro de óbito e natimorto, de 3 a 5 dias.²⁷⁷ Um registro tardio ocorre após o período de tempo legalmente especificado, mas dentro de um período de carência, geralmente definido como um ano após o evento vital.²⁷⁸ O registro atrasado ocorre após o término do período de carência.²⁷⁹

O registro tardio e atrasado deve ser desencorajado porque o registro oportuno permite a geração de estatísticas vitais oportunas, necessárias para decisões administrativas e de saúde pública. Designar o setor de saúde como informante ajuda a garantir o registro oportuno. No entanto, onde a família é o informante, os procedimentos de registro tardio e tardio não devem ser tão onerosos que impeçam ou impeçam um membro da família de registrar inteiramente o evento vital. Por exemplo, as leis que exigem uma ordem judicial, ou impõem taxas ou multas, por registro tardio ou atrasado apresentam um desincentivo significativo ao registro.²⁸⁰ Normalmente, o registro tardio é permitido sem muitas provas adicionais do evento. Para registro atrasado, provas adicionais (como testemunhas) podem ser exigidas; no entanto, a prova adicional não deve ser tão onerosa a ponto de desincentivar o registro. Os requisitos de prova devem ser cuidadosamente adaptados para equilibrar a necessidade de precisão com o objetivo de alcançar taxas de registro completas.

As mulheres podem enfrentar desafios únicos para o registro oportuno. Por exemplo, uma nova mãe pode precisar de tempo para se recuperar de um parto difícil ou de complicações pós-parto, o que pode tornar extremamente difícil viajar para um cartório dentro do prazo prescrito. Em algumas culturas, espera-se que as mães fiquem confinadas em casa por um certo período após o nascimento do filho.²⁸¹ Tradições de nomeação, em que uma criança não é nomeada até que um certo número de dias ou semanas tenha passado, também pode dificultar o registro de nascimento oportuno. Conforme discutido na Seção 3, crianças e adolescentes órfãos, abandonados ou vivendo de forma independente podem não ter seu nascimento registrado a tempo por seus pais. Após uma morte, as viúvas podem ficar confinadas em suas casas por um certo período, o que pode impedir o registro oportuno do óbito. Os prazos para registro oportuno e quaisquer requisitos adicionais para registro tardio ou atrasado devem levar em consideração fatores culturais ou sociais como esses e não desincentivar ou penalizar o registro tardio ou atrasado.

Orientação: Responda as questões abaixo. Na seção de comentários, analise se os prazos para registro oportuno e as disposições para registro tardio e atrasado podem ter um impacto maior sobre as mulheres se elas servirem como informantes.

- a. **Informar o prazo para o registro de nascimento pontual.** Observe quaisquer normas culturais ou sociais que possam impedir uma mulher de registrar o nascimento de seu filho dentro desse período, ou que possam impedir que uma criança ou adolescente órfão, abandonado ou independente registre seu próprio nascimento.

Citações:

Comentários:

- b. **Informe o prazo para o registro de óbito em tempo hábil.** Observe quaisquer normas culturais ou sociais que possam impedir uma mulher de registrar a morte de seu marido (ou filho) dentro desse período.

²⁷⁷ U.N. Manual de Sistemas e Métodos de Estatísticas Vitais Volume I: Aspectos Jurídicos, Organizacionais e Técnicos, par. 182.

²⁷⁸ U.N. Princípios e Recomendações para um Sistema de Estatísticas Vitais, Revisão 3, para. 363.

²⁷⁹ U.N. Princípios e Recomendações para um Sistema de Estatísticas Vitais, Revisão 3, parágrafos 369-370.

²⁸⁰ U.N. Diretrizes para o Marco Legislativo do Registro Civil, Estatísticas Vitais e Sistemas de Gestão de Identidade, parágrafo 281.

²⁸¹ J.C. Knowles, G. Koolwal, Questões de Gênero no CRVS e Acesso à Documentação de Identidade de Adultos: Relatório para a Fundação das Nações Unidas sob a Iniciativa Data2X, 2016, página 10.

Citações:

Comentários:

- c. **São impostas penalidades por registro tardio ou atrasado?** Se sim, descreva. (Você pode pular esta pergunta se o Capítulo 3 – Registro de Nascimento e Óbito – tiver sido preenchido anteriormente.)

Citações:

Comentários:

- d. **É necessária prova adicional ou ordem judicial para registro tardio ou atrasado?** Se sim, descreva. (Você pode pular esta pergunta se o Capítulo 3 – Registro de Nascimento e Óbito – tiver sido preenchido anteriormente.)

Citações:

Comentários:

IV. Registro de Casamento e Divórcio [Pule esta Seção, incluindo as Perguntas 10-12, se o Capítulo 6: O Registro de Casamento e Divórcio foi previamente concluído.*]**

10. Aplicação universal: Registro obrigatório e disponível para todos

Melhor Prática: Casamentos e divórcios são dois dos dez eventos vitais recomendados pelas Nações Unidas para registro contínuo, permanente, obrigatório e universal. O direito de registrar um casamento deve estar universalmente disponível para todos os adultos e deve abranger todos os casamentos ocorridos em todas as áreas geográficas e em todos os grupos populacionais do país.²⁸²

A Convenção sobre Consentimento para o Casamento, Idade Mínima para Casamento e Registro de Casamentos, Artigo 3, afirma: “Todos os casamentos devem ser registrados em um registro oficial apropriado pela autoridade competente.”

O registro de casamento protege as mulheres, pois a posse de uma certidão de casamento garante direitos, como o direito à propriedade, herança e outros benefícios. Portanto, todos os casamentos legalmente válidos que ocorrem em um país devem ser registrados.

Alguns países têm baixas taxas de registro de casamento porque os casais se casam em cerimônias religiosas ou consuetudinárias que não são legalmente reconhecidas. Um processo de reconhecimento e registro desses casamentos é importante para a legitimação de filhos, direitos de propriedade, herança e divisão de renda e bens caso a união seja dissolvida. Conseqüentemente, muitos países têm um processo de registro voluntário de casamentos tradicionais, mesmo quando o casamento aconteceu há muitos anos. Por exemplo, os cônjuges em um casamento tradicional podem fornecer provas de que o casamento ocorreu em algum momento no passado, como declarações juramentadas ou declarações de testemunhas da cerimônia de casamento.²⁸³ Ao receber esta prova

²⁸²Nações Unidas, Diretrizes para o Marco Legislativo do Registro Civil, Estatísticas Vitais e Sistemas de Gestão de Identidade, Nova York, 2019, Pará. 128.

²⁸³Nações Unidas, Diretrizes para o Marco Legislativo do Registro Civil, Estatísticas Vitais e Sistemas de Gestão de Identidade, Nova York, 2019, Pará. 390.

do casamento costumeiro, um registrador pode registrar o casamento, registrando a data da ocorrência do casamento costumeiro, bem como a data do registro.

A ONU recomenda que o casamento polígamo seja desencorajado e proibido, pois o casamento polígamo viola o direito da mulher à igualdade com os homens e pode ter sérias consequências emocionais e financeiras para ela e seus dependentes.²⁸⁴ No entanto, se o casamento polígamo for legal, é importante que esses casamentos sejam registrados para proteger os direitos das mulheres e crianças.

Orientação: Responda as questões abaixo. Na seção de comentários, analise se a lei atende às melhores práticas e observe quaisquer barreiras ao registro de casamento. Considere se há discriminação ou um impacto discriminatório contra qualquer grupo geográfico ou populacional.

- a. O registro é obrigatório e está disponível para todos os casamentos legalmente válidos dentro do território do país?** (Incluindo casamentos polígamos, se legais.)

Citações:

Comentários:

- b. Existe um processo voluntário para registrar casamentos tradicionais?** (Incluir casamentos polígamos, se praticados por costume.)

Citações:

Comentários:

11. Pedido de Casamento: Prova de idade e consentimento

Melhor Prática: Os cônjuges de um casamento devem ter pelo menos 18 anos de idade e consentir livremente com o casamento. O processo de registro de casamento deve garantir que esses requisitos sejam atendidos.

O casamento antes dos 18 anos é uma violação fundamental de princípios de longa data da lei dos direitos humanos.²⁸⁵ O artigo 16 da Declaração Universal dos Direitos Humanos afirma que homens e mulheres maiores de *idade* têm o direito de se casar, e que o casamento só deve ser celebrado com o *livre e pleno consentimento* dos futuros cônjuges. A Convenção sobre os Direitos da Criança reconhece que qualquer pessoa com menos de 18 anos é uma criança.²⁸⁶ Portanto, a idade legal para o casamento deve ser de pelo menos 18 anos de idade. Nenhuma criança menor de 18 anos, sem exceção, deve ser forçada a casar ou ter permissão para se casar, pois uma criança menor de 18 anos é incapaz de fornecer consentimento livre e pleno.

O processo de registro de casamento pode ajudar a proteger as crianças de casamentos forçados e menores de idade. Durante o processo de pedido de casamento, o registro civil deve exigir prova de idade (como uma certidão de nascimento ou uma testemunha, se não houver provas documentais)

²⁸⁴Recomendações gerais feitas pelo Comitê sobre a Eliminação da Discriminação contra a Mulher, Recomendação Geral Nº 21 (13ª sessão, 1994), comentário Nº 14, disponível em: <https://www.un.org/womenwatch/daw/cedaw/recommendations/recomm.htm>.

²⁸⁵UNICEF, página web sobre "Casamento Infantil", disponível em: <https://data.unicef.org/topic/child-protection/child-marriage/>.

²⁸⁶Convenção sobre os Direitos da Criança, Artigo 1.

para garantir que cada cônjuge tenha pelo menos 18 anos de idade. Não deve haver nenhuma exceção a essa exigência de idade. O casamento de menores não deve ser permitido com o consentimento dos pais, sob a lei religiosa ou consuetudinária, em caso de gravidez, com aprovação judicial ou por qualquer outro motivo.

Além disso, de acordo com a Convenção sobre Consentimento para o Casamento, Idade Mínima para Casamento e Registro de Casamentos (Artigo 1), o consentimento para o casamento deve ser expresso pessoalmente, em frente ao registrador ou outra autoridade competente ou oficiante do casamento.

Orientação: Responda as questões abaixo. Na seção de comentários, analise se a lei está de acordo com as melhores práticas e anote quaisquer sugestões de reforma.

- a. A lei proíbe o casamento para menores de 18 anos?** Se a lei proíbe o casamento com idade inferior a 18 anos, indique a idade de consentimento para o casamento.

Citações:

Comentários:

- b. Existem isenções da proibição geral contra o casamento de menores?** Especificamente se o casamento de menores é permitido com o consentimento dos pais, sob a lei religiosa ou consuetudinária, em caso de gravidez, ou com a aprovação do tribunal?

Citações:

Comentários:

- c. A lei exige que cada cônjuge pretendido forneça prova de idade ao registrador para se casar?**

Citações:

Comentários:

- d. A lei exige que o consentimento seja expresso diretamente pelos dois futuros cônjuges?** Informe se outros indivíduos (pais, líderes religiosos, oficiantes, etc.) têm permissão para confirmar o consentimento em seu nome.

Citações:

Comentários:

12. Divórcio

Melhor Prática: O divórcio só deve ser concedido por um tribunal de jurisdição competente. Todos os divórcios devem ser registrados para garantir a proteção dos direitos; o tribunal que concedeu o

divórcio deve ser responsável, como informante, por relatar o divórcio ao registro civil. A prova do divórcio deve ser fornecida a cada parte do divórcio.

Conforme reconhecido pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, o divórcio ou a separação judicial só deve ser concedido por uma autoridade judicial competente,²⁸⁷ pois isso protege melhor os interesses de mulheres e crianças. Embora alguns países permitam que um registrador civil conceda o divórcio, essa não é a melhor prática, pois os registradores civis muitas vezes não têm as qualificações para garantir que os direitos legais das mulheres e seus filhos sejam protegidos.

O registro do divórcio é especialmente importante para proteger os direitos das mulheres, crianças e adolescentes. Os direitos decorrentes do registro do divórcio incluem o direito de se casar novamente, o direito à divisão de bens e o direito à guarda parental dos filhos menores.

O modo mais eficiente de garantir que um divórcio seja registrado é atribuir aos tribunais, como informante, a responsabilidade de relatar os divórcios ao órgão de registro civil. Confiar em um ou ambos os ex-cônjuges para relatar o divórcio pode resultar na falta de comunicação. Isso, por sua vez, resultará em registros de casamento imprecisos e falta de proteção para as mulheres que se divorciam e seus filhos. Portanto, os tribunais devem ser obrigados a coletar informações específicas sobre cada divórcio concedido sob sua jurisdição e a enviar essas informações à autoridade de registro civil.²⁸⁸ (Para obter mais informações sobre quais informações devem ser coletadas, consulte o Capítulo 7 sobre Estatísticas Vitais.)

Cada uma das partes no divórcio deve receber uma cópia da sentença de divórcio ou certidão de divórcio. Na maioria das jurisdições, o tribunal emite uma sentença de divórcio; em outras jurisdições, o registrador também pode emitir uma certidão de divórcio.²⁸⁹ É importante que cada parte do divórcio (não apenas o ex-marido) receba uma prova do divórcio, pois isso será necessário para fazer valer direitos e reivindicar benefícios. Esta prova de divórcio deve ser dada automaticamente, sem necessidade de pedido formal ou pagamento de taxas.

Orientação: Responda as questões abaixo. Na seção de comentários, analise se a lei está de acordo com as melhores práticas e anote quaisquer sugestões de reforma.

a. Que entidade ou autoridade pode legalmente conceder o divórcio?

Citações:

Comentários:

b. O registro do divórcio, concedido pela autoridade competente, é obrigatório? Se sim, quem é o informante (por exemplo, as partes ou o tribunal)?

Citações:

Comentários:

c. Cada parte do divórcio recebe prova do divórcio (por exemplo, sentença de divórcio ou certidão de divórcio)? A prova é dada automaticamente ou deve ser solicitada? São cobradas taxas para comprovação do divórcio?

²⁸⁷Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, Resolução 1068 F de 1965.

²⁸⁸Nações Unidas, Diretrizes para o Marco Legislativo do Registro Civil, Estatísticas Vitais e Sistemas de Gestão de Identidade, Nova York, 2019, Pará. 399-400.

²⁸⁹Nações Unidas, Diretrizes para o Marco Legislativo do Registro Civil, Estatísticas Vitais e Sistemas de Gestão de Identidade, Nova York, 2019, Pará. 403.

Citações:

Comentários:

V. Registro Civil e Registro de Credencial de Identidade

13. Acessibilidade

Melhor Prática: O registro civil e os documentos de identidade nacional são frequentemente necessários para aceder aos serviços dos setores público e privado. Portanto, todos os membros da população devem ter fácil acesso aos serviços de registro civil e registro de identidade. Para serem acessíveis, os serviços de registro não devem apenas estar próximos ao local de residência da pessoa, mas também devem ser oferecidos de forma que todos os membros da população, incluindo mulheres, adolescentes e crianças, se sintam à vontade para utilizar.

Dependendo dos costumes e práticas de um país, as mulheres podem enfrentar desafios únicos ao tentar acessar os serviços de registro civil e de identidade. Por exemplo, o acesso físico aos locais de registro pode ser uma barreira maior para as mulheres do que para os homens, já que as mulheres em certos contextos sociais e culturais têm muito mais demandas de tempo ou horas diferentes durante as quais podem atender a tal tarefa (particularmente se eles estão cuidando de crianças pequenas). As mulheres podem não poder viajar livremente, sozinhas ou sem comprometer sua sensação de segurança fora de sua cidade, vila ou casa, a menos que acompanhadas por um homem. Em alguns países ou certas áreas dentro de um país, pode não ser apropriado que uma mulher interaja com um registrador masculino sem estar acompanhada por um parente masculino.²⁹⁰

Para enfrentar esses desafios, a estrutura legal deve capacitar a agência de registro civil e a agência nacional de registro de identidade para impor e implementar medidas especiais para atender às necessidades das mulheres. Por exemplo, os registradores devem ter poderes para: fornecer serviços de registro móvel para áreas remotas ou áreas onde as mulheres são tradicionalmente confinadas em casa; garantir que registradoras femininas estejam presentes nos escritórios de registro locais; oferecer horários de inscrição estendidos ou disponibilidade nos finais de semana; e fornecer intervalos de tempo de registro onde apenas as mulheres podem se registrar.²⁹¹

Assim como no registro civil (discutido na Seção 3 acima), as crianças e adolescentes que vivem ou trabalham na rua têm necessidades especiais no que se refere ao registro de identidade. Essas crianças e adolescentes carecem de endereço físico, o que geralmente é necessário para obter uma carteira de identidade ou outro documento de identidade. As agências de gerenciamento de identidade devem desenvolver e permitir soluções inovadoras para esse problema. Por exemplo, agências de gestão de identidade podem permitir que crianças de rua obtenham carteiras de identidade vinculadas aos endereços de instituições de assistência social, organizações da sociedade civil ou seus funcionários.²⁹²

O marco legal deve autorizar os órgãos de registro civil e de gestão de identidade a implementar tais medidas ou acomodações especiais para garantir que mulheres, crianças e adolescentes tenham um processo seguro, confortável, conveniente e eficiente ao registrar seus eventos vitais ou solicitar um documento de identidade.

²⁹⁰JC Knowles, G. Koolwal, *Questões de Gênero no CRVS e Acesso à Documentação de Identidade de Adultos: Relatório para a Fundação das Nações Unidas sob a Iniciativa Data2X*, 2016, página 7.

²⁹¹JC Knowles, G. Koolwal, *Questões de Gênero no CRVS e Acesso à Documentação de Identidade de Adultos: Relatório para a Fundação das Nações Unidas sob a Iniciativa Data2X*, 2016, página 7.

²⁹²Direitos das Crianças em Situação de Rua, Comentário Geral N° 21 (2017) sobre Crianças em Situação de Rua, Consórcio para Crianças de Rua e UNOHCHR, parágrafo 41.

Orientação: Responda as questões abaixo. Na seção de comentários, discuta quaisquer tradições sociais ou culturais que possam dificultar o acesso aos locais de registro para mulheres e crianças e descreva as possíveis soluções.

- a. A estrutura legal dá ao registrador civil poderes suficientes para enfrentar os desafios de acesso enfrentados pelas mulheres?** Aborde especificamente se o registrador civil tem o poder de implementar o registro móvel, regular o horário de registro e contratar funcionários do sexo feminino, conforme necessário.

Citações:

Comentários:

- b. A estrutura legal dá ao registrador de identidade nacional poderes suficientes para enfrentar os desafios de acesso enfrentados pelas mulheres?** Aborde especificamente se o registrador de identidade nacional tem o poder de implementar o registro móvel, regular o horário de registro e contratar funcionários do sexo feminino, conforme necessário.

Citações:

Comentários:

- c. A estrutura legal permite que crianças e adolescentes que vivem ou trabalham na rua, ou não possuem endereço físico, obtenham carteira de identidade nacional ou outro documento de identidade?** Descreva quaisquer procedimentos especiais para auxiliar essas crianças e adolescentes marginalizados a obter um documento de identidade.

Citações:

Comentários:



Capítulo

09

Produção de Estatísticas Vitais

Por que é importante: Estatísticas vitais informam os governos e seus parceiros externos, bem como o público, sobre os padrões e tendências de doenças, mortalidade, fecundidade e migração na população de um determinado país. A coleta, análise e disseminação de estatísticas vitais são essenciais para políticas públicas informadas e tomadas de decisão para melhorar os resultados de saúde e socioeconômicos.

Introdução

As estatísticas vitais constituem a coleção de estatísticas sobre eventos vitais ao longo da vida de uma pessoa, bem como características relevantes dos próprios eventos e da pessoa e das pessoas envolvidas.²⁹³ Esses eventos vitais incluem, no mínimo, nascimento, morte, morte fetal (ou natimorto), casamento e divórcio; e também pode incluir outros eventos vitais como adoção, reconhecimento, legitimação, anulação e separação judicial (dependendo dos conceitos reconhecidos no ordenamento jurídico de um país). As estatísticas vitais fornecem uma medida oportuna e atual da ocorrência desses eventos vitais para os membros da população do país durante um período especificado.²⁹⁴ As estatísticas vitais fornecem informações críticas sobre a população e devem ser usadas pelos formuladores de políticas e pelo público para tomar decisões políticas informadas, em conjunto com outras estatísticas demográficas e sociais. Como o registro civil é contínuo, permanente, obrigatório e universal, as informações coletadas de um sistema de registro civil em bom funcionamento são a fonte ideal para gerar estatísticas vitais.

Este capítulo abrange os seguintes tópicos:

1. Agência Responsável pelas Estatísticas Vitais
2. Estatísticas Vitais Derivadas do Sistema de Registro Civil
3. Compartilhamento de Informações
4. Compilação
5. Publicação Regular de Dados Recentes
6. Informações Coletadas
7. Lista Mínima de Tabulações

1. Agência Responsável pelas Estatísticas Vitais

Melhor Prática: As estatísticas vitais constituem a coleção de estatísticas sobre eventos vitais ao longo da vida de uma pessoa, bem como características relevantes dos próprios eventos e da pessoa e das pessoas envolvidas.²⁹⁵ A autoridade e a responsabilidade claras pela produção e divulgação de estatísticas vitais devem melhorar a disponibilidade de informações para os tomadores de decisão. Na maioria dos países, existe uma agência nacional - por exemplo, a agência nacional de estatísticas - responsável por compilar dados nacionais e estabelecer padrões e diretrizes nacionais uniformes para estatísticas.²⁹⁶ Alguns países designam agências ou departamentos governamentais específicos para realizar diferentes funções de estatísticas vitais relacionadas às suas respectivas áreas de trabalho. Por exemplo, a agência de serviços de saúde pode coletar e processar dados sobre nascimentos, óbitos, óbitos fetais e causa da morte, enquanto o serviço de estatística geral ou o sistema judiciário podem compilar estatísticas de casamento e divórcio.²⁹⁷ No entanto, mesmo neste caso, deve haver uma agência central que estabeleça padrões nacionais uniformes para estatísticas.

²⁹³ *Princípios e Recomendações para um Sistema de Estatísticas Vitais, Revisão 3*, Publicação das Nações Unidas, Vendas No.E.13.XVII.10, Nações Unidas, 2014, parágrafo 1.

²⁹⁴ *Princípios e Recomendações para um Sistema de Estatísticas Vitais, Revisão 3*, Publicação das Nações Unidas, Vendas No.E.13.XVII.10, Nações Unidas, 2014, parágrafo 281.

²⁹⁵ Nações Unidas, *Princípios e Recomendações para um Sistema de Estatísticas Vitais, Revisão 3*, Nova York, 2014, Pará. 1.

²⁹⁶ Nações Unidas, *Princípios e Recomendações para um Sistema de Estatísticas Vitais, Revisão 3*, Nova York, 2014. Pára. 42.

²⁹⁷ Nações Unidas, *Diretrizes para o Marco Legislativo do Registro Civil, Estatísticas Vitais e Sistemas de Gestão de Identidade*, Nova York, 2019, Pará. 241.

Orientação: Descreva a entidade ou entidades responsáveis pela produção e publicação de estatísticas vitais. Se mais de uma entidade for responsável pela produção de estatísticas vitais, indique se e qual entidade é responsável por estabelecer padrões nacionais. Na seção de comentários, descreva se a lei está alinhada com as melhores práticas e anote quaisquer recomendações para reforma regulatória.

- a. **Descreva a entidade ou entidades responsáveis pela compilação e produção de estatísticas vitais.**

Citação:

Comentários:

- b. **Se mais de uma entidade produzir estatísticas vitais, indique a entidade responsável por estabelecer padrões nacionais .**

Citação:

Comentários:

2. Estatísticas Vitais Derivadas do Sistema de Registro Civil

Melhor Prática: As estatísticas vitais fornecem informações cruciais sobre a população de um país,²⁹⁸ que é um pré-requisito para o planejamento socioeconômico e a tomada de decisões informadas. Um sistema de registro civil que funcione bem é a fonte ideal para obter informações precisas, completas, oportunas e contínuas sobre eventos vitais, inclusive nos níveis nacional e subnacional. Portanto, as estatísticas vitais devem ser derivadas dos dados do registro civil. Fontes de dados complementares, como censos populacionais e pesquisas domiciliares aprofundadas, podem ser utilizadas para avaliar e enriquecer os dados do registro civil e coletar informações sobre processos demográficos e epidemiológicos que complementam as informações obtidas por meio do registro civil.^{299,300}

Orientação: Indique se há necessidade de derivar estatísticas vitais dos registros civis e se outras fontes de dados são consideradas fontes válidas para a compilação de estatísticas vitais. Na seção de comentários, descreva se a lei está alinhada com as melhores práticas e anote quaisquer recomendações para reforma regulatória.

- a. **As estatísticas vitais são derivadas do registro civil?**

Citação:

Comentários:

²⁹⁸ Nações Unidas, Princípios e Recomendações para um Sistema de Estatísticas Vitais, Revisão 3, Nova York, 2014. Pára. 1.

²⁹⁹ Nações Unidas, Princípios e Recomendações para um Sistema de Estatísticas Vitais, Revisão 3, Nova York, 2014. Pára. 28.

³⁰⁰ Nações Unidas, Diretrizes para o Marco Legislativo do Registro Civil, Estatísticas Vitais e Sistemas de Gestão de Identidade, Nova York, 2019, Pará. 484-487.

- b. As estatísticas vitais são complementadas por censos populacionais, pesquisas por amostragem domiciliar, registros de saúde ou outras estimativas demográficas?**

Citação:

Comentários:

3. Compartilhamento de Informações

Melhor prática: A agência de registro civil deve enviar as informações coletadas durante o registro à agência nacional de estatísticas para que a agência de estatísticas compile e publique estatísticas vitais com base nos registros de registro civil. O compartilhamento de dados deve ser regular e oportuno. Por exemplo, se os sistemas forem informatizados e integrados, o envio pode ser automatizado e acontecer de forma contínua, diária, semanal ou mensal. Em sistemas baseados em papel, a submissão pode ser menos frequente, como mensal ou trimestral.

A privacidade dos indivíduos deve ser suficientemente protegida quando os dados são compartilhados com a agência de estatísticas. Geralmente, as informações de eventos vitais devem ser enviadas da agência de registro civil para a agência de estatísticas com informações de identificação - como nome e qualquer número de identificação exclusivo - removidas. No entanto, em alguns países, todos os dados de identificação são removidos, exceto o número de identificação único, a fim de permitir a verificação de dados, deduplicação e controle de qualidade. Se for esse o caso, devem ser implementados procedimentos para garantir que os estatísticos não tenham acesso a informações de identificação pessoal.

Orientação: Descrever o procedimento de compartilhamento de informações entre o órgão de registro civil e o órgão de estatísticas, incluindo a frequência do compartilhamento de dados e procedimentos para proteção da privacidade pessoal. Na seção de comentários, descreva se a lei está alinhada com as melhores práticas e anote quaisquer recomendações para reforma regulatória.

-
- a. Descrever os procedimentos e prazos para a partilha de informação entre a agência de registro civil e a agência nacional de estatísticas.**

Citação:

Comentários:

- b. Descrever procedimentos para proteção de privacidade .**

Citação:

Comentários:

4. Compilação

Melhor prática: A compilação de dados de estatísticas vitais é o processo de condensar e resumir informações sobre eventos vitais, classificando e tabulando os dados em categorias ou grupos para produzir estatísticas vitais de acordo com um programa de tabulação predeterminado. Estatísticas vitais devem ser compiladas para a área geográfica total do país, para cada uma das divisões civis maiores ou menores, e para cada vila e cidade principais. As estatísticas vitais devem distinguir entre urbano e rural pelo menos para o país como um todo e para cada divisão civil principal ou outra.³⁰¹ As estatísticas vitais nacionais devem ser compiladas uniformemente para o país, usando definições, classificações, codificação, consulta, entrada de dados e procedimentos de edição comuns. Durante a compilação, a agência de estatísticas deve realizar uma revisão interna para validar os dados e garantir que não haja dados ausentes, duplicados, improváveis ou errôneos.³⁰²

Orientação: Descreva como as estatísticas vitais são compiladas, incluindo: 1) cobertura geográfica e subdivisões; 2) se compilado centralmente ou subnacionalmente; 3) se subnacional, se compilado uniformemente em todo o país; 4) se as revisões de validação interna são conduzidas. Na seção de comentários, descreva se a lei está alinhada com as melhores práticas e anote quaisquer recomendações para reforma regulatória.

- a. **Descreva a cobertura geográfica das estatísticas vitais.** Observe se todo o país é coberto e se as estatísticas são desagregadas subdivisões principais e secundárias, principais cidades, cidades e urbano/rural.

Citação:

Comentários:

- b. **As estatísticas vitais são compiladas centralmente?** Se não, as estatísticas vitais são compiladas de acordo com padrões uniformes em todo o país?

Citação:

Comentários:

- c. **Descreva quaisquer processos para validação interna, se conhecidos.**

Citação:

Comentários:

5. Publicação Regular de Dados Recentes

Melhor prática: É importante que as estatísticas vitais sejam atualizadas quando publicadas para garantir que informações atualizadas estejam disponíveis para a tomada de decisões. As tabulações detalhadas de cada tipo de evento vital, com classificação cruzada por suas características demográficas e

³⁰¹Nações Unidas, Princípios e Recomendações para um Sistema de Estatísticas Vitais, Revisão 3, Nova York, 2014, parágrafo 213.

³⁰²Nações Unidas, Diretrizes para o Marco Legislativo do Registro Civil, Estatísticas Vitais e Sistemas de Gestão de Identidade, Nova York, 2019, Pará. 490-492.

socioeconômicas, devem ser publicadas pelo menos anualmente.³⁰³ In addition, total monthly or quarterly summary counts of vital events should be made available on a time schedule prompt enough to provide information for decision-making.³⁰⁴ Even if civil registration is not complete, tabulations should be prepared and users should be provided with the information available, along with the level of completeness of registration.³⁰⁵ Although important, timeliness should not supersede completeness and accuracy.³⁰⁶

Os dados usados para derivar estatísticas vitais devem ser oportunos. Portanto, registros atrasados ou atrasados não devem ser incluídos nas estatísticas vitais por um período de tempo especificado se o evento não ocorrer nesse período de tempo. Por exemplo, se um nascimento ocorreu em 2015, mas não foi registrado até 2016, o nascimento não deve ser incluído nas estatísticas vitais de 2016.

Orientação: Responda as questões abaixo. Na seção de comentários, descreva se a lei está alinhada com as melhores práticas e anote quaisquer recomendações para reforma regulatória.

-
- a. Descreva a frequência de publicação de estatísticas vitais (por exemplo, anual, trimestral, mensal).**

Citação:

Comentários:

- b. Descrever a pontualidade dos dados nos relatórios.** Observe quanto tempo após o fechamento do ano as estatísticas anuais são publicadas (por exemplo, as estatísticas de 2020 são publicadas em junho de 2021).

Citação:

Comentários:

- c. Se conhecido, descreva os procedimentos para separar os dados do registro atrasado de registros oportunos.**

Citação:

Comentários:

6. Informações Coletadas

Melhor Prática: Além das informações legais necessárias para registrar um evento vital (ou seja, as informações inseridas no registro), a ONU recomenda informações que devem ser coletadas para fins

³⁰³Nações Unidas, Manual de Sistemas e Métodos de Estatísticas Vitais Volume I: Aspectos Legais, Organizacionais e Técnicos, Nova York, 1991. P. 46, par. 333.

³⁰⁴Nações Unidas, Princípios e Recomendações para um Sistema de Estatísticas Vitais, Revisão 3, Nova York, 2014. Párr. 38.

³⁰⁵Nações Unidas, Princípios e Recomendações para um Sistema de Estatísticas Vitais, Revisão 3, Nova York, 2014. Párr. 240.

³⁰⁶Nações Unidas, Princípios e Recomendações para um Sistema de Estatísticas Vitais, Revisão 3, Nova York, 2014. Párr. 576.

estatísticos, divididas em informações de alta prioridade, que todo país deve se esforçar para coletar no registro, e informações de menor prioridade, que podem ser adicionadas gradativamente ao processo de registro conforme os recursos e a tecnologia permitirem.³⁰⁷ É necessário coletar essas informações para gerar as tabulações recomendadas pela ONU, discutidas abaixo na Seção 7.

Orientação: Para preencher as planilhas abaixo, revise as leis e os formulários de registro civil para determinar quais informações são coletadas durante o registro de nascimento, óbito, óbito fetal/natimorto, casamento e divórcio. Preencha a coluna "Prática Real" para cada evento vital com base na prática atual em seu país. Coloque um "X" na caixa se a informação for coletada. Observe que os tópicos de alta prioridade são indicados por uma forma sólida (por exemplo, ●) e tópicos de baixa prioridade são indicados por uma forma não sólida (por exemplo, ○). Na seção de comentários abaixo de cada planilha, anote quaisquer tópicos de alta prioridade da ONU que não sejam coletados durante o registro.

Informações coletadas no registro de nascimento

	Melhor Prática: Nascido Vivo	Prática Real: Nascido Vivo
Característica do Evento [● = Prioridade máxima, ○ = Prioridade Baixa]		
Data e Local de Registro	●	
Data e Local de Ocorrência	●	
Atendente no nascimento	●	
Tipo de local de ocorrência (hospital, domicílio, etc.)	○	
Tipo de Nascimento (gêmeo, trigêmeo, etc.)	●	
Características do Recém-nascido [● = Alta prioridade, ○ = Prioridade Baixa]		
Sexo	●	
Peso ao nascer	●	
Características da Mãe/Pai [Mãe/Pai = alta prioridade, mãe/pai = Prioridade Baixa]		
Data de nascimento	Mãe / Pai	
Estado Civil	Mãe / Pai	
Nível Educacional	Mãe / Pai	
Status de alfabetização	<i>mãe pai</i>	
Grupo étnico e/ou nacional	<i>mãe pai</i>	
Cidadania	<i>mãe pai</i>	
Status da atividade econômica	<i>mãe pai</i>	
Ocupação usual	<i>mãe pai</i>	
Local de residência habitual	Mãe / Pai	
Duração da residência no local habitual	Mãe / pai	
Local de residência anterior	<i>mãe pai</i>	
Local/país de nascimento	Mãe / pai	
Data da última menstruação	<i>mãe</i>	
Número de consultas de pré-natal	<i>mãe</i>	
Mês de gravidez começou o pré-natal	<i>mãe</i>	
Crianças nascidas vivas da mãe durante toda a sua vida	Mãe	
Crianças nascidas vivas da mãe durante toda a sua vida e ainda vivas	<i>mãe</i>	
Mortes fetais à mãe durante toda a sua vida	Mãe	
Data do último nascimento na vida anterior	Mãe	
Data do casamento	Mãe	

³⁰⁷ U.N. Princípios e Recomendações para um Sistema de Estatísticas Vitais, Revisão 3, para. 66, Tabela III.1

Citações:

Comentários:

Informações coletadas no registro de óbito

	Melhor Prática: Morte	Prática Real: Morte
Característica do Evento [● = Alta Prioridade, ○ = Prioridade Baixa]		
Data e Local de Registro	●	
Data e Local de Ocorrência	●	
Causa da Morte*	●	
Modo de Morte	○	
Se os achados da autópsia foram usados para estabelecer a DQO	○	
Morte que ocorre durante a gravidez, parto, puerpério (para mulheres de 15 a 49 anos de idade)	○	
Certificador	●	
Atendente ao nascimento (para óbitos menores de 1 ano de idade)	●	
Tipo de local de ocorrência (hospital, domicílio, etc.)	○	
Características do Falecido [● = Alta Prioridade, ○ = Prioridade Baixa]		
Data de nascimento	●	
Sexo	●	
Estado Civil	●	
Nível Educacional	○	
Status de alfabetização	○	
Grupo étnico e/ou nacional	○	
Cidadania	○	
Status da atividade econômica	○	
Ocupação usual	○	
Se o nascimento foi registrado (para óbitos menores de 1 ano de idade)	○	
Nascido no casamento (para óbitos menores de 1 ano de idade)	○	
Local de residência habitual	●	
Local de residência habitual da mãe (para óbitos menores de 1 ano)	●	
Duração da residência no local habitual	○	
Local de residência anterior	○	
Local/país de nascimento	○	

* Causa da morte é um tópico de alta prioridade. No entanto, a falta de informação sobre a causa do óbito não deve impedir o registro do óbito.

Citações:

Comentários:

Informações coletadas no Registro ou Relatório de Morte Fetal (Natimorto)

	Melhor Prática: Morte Fetal	Prática Real: Morte Fetal
Característica do Evento [● = Alta Prioridade, ○ = Prioridade Baixa]		
Data e Local de Registro	●	
Data e Local de Ocorrência	●	
Atendente no nascimento	○	
Tipo de Nascimento (gêmeo, trigêmeo, etc.)	○	
Tipo de local de ocorrência (hospital, domicílio, etc.)	○	
Causa da Morte Fetal	○	
Certificador	○	
Características do Feto [● = Alta Prioridade, ○ = Prioridade Baixa]		
Sexo	●	
Peso no parto/natimorto	○	
Entregue em casamento	○	
Data da última menstruação da mãe (a idade gestacional é derivada disso)*	○	
Características da Mãe/Pai [Mãe/Pai = alta prioridade, <i>mãe/pai</i> = Prioridade Baixa]		
Data de nascimento	Mãe/Pai	
Nível Educacional	<i>mãe/pai</i>	
Status de alfabetização	<i>mãe/pai</i>	
Grupo étnico e/ou nacional	<i>mãe/pai</i>	
Cidadania	<i>mãe/pai</i>	
Status da atividade econômica	<i>mãe/pai</i>	
Ocupação usual	<i>mãe/pai</i>	
Local de residência habitual	Mãe/Pai	
Duração da residência no local habitual	<i>mãe/pai</i>	
Local de residência anterior	<i>mãe/pai</i>	
Grupo étnico e/ou nacional	<i>mãe/pai</i>	
Cidadania	<i>mãe/pai</i>	
Local de nascimento	<i>mãe/pai</i>	
Número de consultas de pré-natal	<i>mãe</i>	
Mês de gravidez começou o pré-natal	<i>mãe</i>	
Crianças nascidas vivas da mãe durante toda a sua vida	Mãe	
Filhos nascidos da mãe durante toda a sua vida e ainda vivos	<i>mãe</i>	
Mortes fetais à mãe durante toda a sua vida	Mãe	
Data do último nascimento na vida anterior	Mãe	
Data do casamento	Mãe	

*Observação: Embora a ONU designe “data da última menstruação da mãe” como de menor prioridade, na prática isso é tratado como um tópico de alta prioridade porque natimortos são relatados usando a idade gestacional como critério limite (ver orientação acima).

Informações coletadas no Registro de Casamento

	Melhor Prática: Casado	Prática Real: Casamento
Característica do Evento [● = Maior Prioridade, ○ = Prioridade Baixa]		
Data de ocorrência	●	
Data de registro	●	
Local de ocorrência	●	
Local de registro	●	
Tipo de casamento	○	
Características dos Cônjuges (cada um separadamente) [● =Alta Prioridade○ = Prioridade Baixa]		
Data de nascimento	●	
Estado Civil (anterior)	○	
Número de casamentos anteriores	○	
Nível educacional	○	
Status de alfabetização	○	
Status da atividade econômica	○	
Ocupação usual	○	
Grupo étnico e/ou nacional	○	
Cidadania	○	
Local de residência habitual	●	
Duração da residência no local habitual	○	
Local de residência anterior	○	
Local/país de nascimento	○	

Citações:

Comentários:

Informações Coletadas no Registro de Divórcio

	Melhor Prática: Divórcio	Prática Real: Divórcio
Característica do Evento [● = Alta Prioridade, ○ = Prioridade Baixa]		
Data de ocorrência	●	
Data de registro	●	
Local de ocorrência	●	
Local de registro	●	
Características dos Cônjuges/Divórcios (cada um separadamente) [● = Alta prioridade, ○ = Prioridade Baixa]		
Data de nascimento	●	
Número de casamentos anteriores	○	
Tipo de casamento a ser dissolvido	○	
Número de filhos dependentes de pessoas divorciadas	○	
Número de filhos nascidos vivos até o casamento ser dissolvido	○	
Data do casamento	●	
Modo de dissolução do casamento anterior	○	
Nível educacional	○	
Status de alfabetização	○	
Status da atividade econômica	○	
Ocupação usual	○	
Grupo étnico e/ou nacional	○	
Local de residência habitual	●	
Duração da residência no local habitual	○	
Local de residência anterior	○	
Local/país de nascimento	○	
Local de ocorrência do casamento dissolvido	○	

Citação:

Comentários:

7. Lista Mínima de Tabulações

Melhor prática: Os países devem publicar, pelo menos anualmente, uma série de tabulações calculadas a partir de dados de eventos vitais. Os Princípios e Recomendações da ONU fornecem uma lista mínima recomendada de tabulações, que desagrega os eventos vitais por dados socioeconômicos e demográficos.³⁰⁸ These minimum tabulation tables are set out below.

Orientação: Revise as estatísticas vitais disponíveis recentes e descreva as tabulações geradas para nascidos vivos, óbitos, causa de morte, óbito infantil, óbito fetal, casamento, divórcio e tabelas de resumo. Compare essas estatísticas vitais com as tabelas de tabulação recomendadas pela ONU. Na seção de comentários, analise se as tabulações mínimas da ONU estão sendo produzidas.

Descreva as tabulações contidas nas publicações recentes de estatísticas vitais. Observe os tópicos socioeconômicos e demográficos que são tabulados cruzados com cada um dos eventos vitais abaixo.

- a. Nascimento vivo:
- b. Morte:
- c. Causa da morte:
- d. Morte infantil :
- e. Morte fetal:
- f. Casamento:
- g. Divórcio:
- h. Resumo:

Citação:

Comentários:

Lista mínima de tabulações:

Nascidos vivos por...	
	local de ocorrência e sexo da criança
	local de ocorrência e local de residência habitual da mãe
	local de registro, mês de ocorrência e mês de registro
	mês, local de ocorrência e local de residência habitual da mãe
	idade, local de residência habitual e estado civil da mãe
	idade do pai
	local de residência habitual, idade e nível de escolaridade da mãe
	escolaridade e idade da mãe e ordem de nascimento
	local de residência habitual e idade da mãe, sexo da criança e ordem de nascimento
	ordem de nascidos vivos e intervalo entre o último e os anteriores nascidos vivos até a mãe
	local de nascimento, local de residência habitual e idade da mãe
	local de residência habitual e idade da mãe e estatuto de legitimidade
	local de ocorrência, local do parto e acompanhante no nascimento
	local do parto, acompanhante ao nascimento e peso ao nascer
	peso ao nascer e local de residência habitual e escolaridade da mãe

³⁰⁸Nações Unidas, Princípios e Recomendações para um Sistema de Estatísticas Vitais, Revisão 3, Nova York, 2014. Pp. 157-159.

	idade gestacional, local de residência habitual da mãe e peso ao nascer
	peso ao nascer, local de residência habitual da mãe e mês de início do pré-natal
	idade e local de residência habitual da mãe e mês de início do pré-natal
	ordem de nascimento, local de residência habitual da mãe e mês de início do pré-natal
	local de residência habitual da mãe e duração da residência na residência habitual atual

Mortes por...

	local de residência habitual e sexo do falecido
	local de ocorrência e local de residência habitual e sexo do falecido
	mês e local de ocorrência e local de residência habitual do falecido
	local de registro, mês de ocorrência e mês de registro
	local de ocorrência e local de ocorrência
	local de residência habitual, idade e sexo do falecido
	idade, sexo, local de residência habitual e estado civil do falecido
	local de residência habitual, idade, sexo e escolaridade do falecido
	sexo, causa da morte, local de residência habitual e idade do falecido
	mês de ocorrência e causa da morte
	Local de ocorrência, sexo do falecido e tipo de certificação
	idade e tipo de atividade habitual do falecido
	Óbitos maternos por causa de morte e idade da mulher

Causa da morte por...

	sexo (o padrão é listar pelo menos 10 principais causas de morte)
	faixa etária (o padrão é listar pelo menos 10 principais causas de morte)
	doença transmissível, doença não transmissível ou causa externa (apresentada por faixa etária e sexo)
	forma de morte: doença, acidente, autolesão intencional, agressão, intervenção legal, guerra, investigação pendente, desconhecida ou forma indeterminada (apresentada por faixa etária e sexo)

Mortes infantis por...

	local de ocorrência e local de residência habitual da mãe
	mês de ocorrência e sexo e idade da criança
	local de residência habitual da mãe e idade e sexo da criança
	causa da morte, local de residência habitual da mãe e sexo e idade da criança

Nascidos vivos e óbitos fetais

	Confinamentos por tipo de nascimento e status de emissão (nascidos vivos ou nascidos mortos)
	Confinamentos por ordem de nascimento e peso ao nascer, para cada tipo de parto
	Confinamentos por tipo de parto e idade da mãe, para cada sexo

Mortes fetais por...

	idade e local de residência habitual da mãe e sexo do feto
	sexo e status de legitimidade do feto
	idade da mãe e status de legitimidade e sexo do feto
	local de residência habitual da mãe, sexo e peso ao nascer

	local de residência habitual da mãe e idade gestacional e peso ao nascer
	idade e local de residência habitual da mãe e peso ao nascer
	sexo e idade gestacional
	idade da mãe e ordem total de nascimento (nascidos vivos mais óbitos fetais)
	mês de gestação em que iniciou o pré-natal e número de consultas e local de residência habitual da mãe
	local de ocorrência e tipo de certificação

Casamentos por...	
	local de residência habitual do noivo e mês de ocorrência
	local de residência habitual do noivo e idade dos noivos
	idade e estado civil anterior da noiva e do noivo
	escolaridade dos noivos
	ocupação dos noivos

Divórcios por...	
	local de residência habitual marido
	idade do marido e da esposa
	duração do casamento e idade do marido e da esposa
	duração do casamento e número de filhos dependentes
	escolaridade do marido e da esposa
	ocupação de marido e mulher
	número de casamentos anteriores de marido e mulher

Tabelas de resumo	
	Nascidos vivos, óbitos, óbitos infantis, óbitos fetais, casamentos e divórcios por local de residência habitual
	Taxa bruta de natalidade, taxa bruta de mortalidade, taxa de mortalidade infantil por sexo, taxa de mortalidade fetal, taxa bruta de casamento e taxa bruta de divórcio, por local de residência habitual
	Série temporal de nascidos vivos por local de residência habitual da mãe (últimos 10 anos)
	Série temporal de óbitos por local de residência habitual do falecido (últimos 10 anos)
	Série temporal de óbitos infantis por local de residência habitual da mãe (últimos 10 anos)
	Série temporal de óbitos fetais por local de residência habitual da mãe (últimos 10 anos)
	Série temporal de eventos vitais no país (últimos 10 anos)

Capítulo

10

Sistema Nacional de Identidade

Por que é importante: Toda pessoa tem o direito de ser reconhecida como pessoa perante a lei, conforme consagrado no artigo 6º da Declaração Universal dos Direitos Humanos e em vários outros instrumentos internacionais de direitos humanos. A identidade jurídica é amplamente reconhecida como fundamental para o exercício dos direitos humanos e para se beneficiar de inúmeros serviços governamentais e do setor privado. Como tal, a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, acordada por todos os Estados Membros da ONU em setembro de 2015, estabeleceu uma meta específica dentro dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) – Meta 16.9 – para estabelecer “identidade legal para todos, incluindo registro de nascimento, até 2030”.³⁰⁹

³⁰⁹Nações Unidas, Princípios de Identidade Jurídica no Contexto da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, Nova York, setembro de 2018, p. 1.

Introdução

Este capítulo fornece as melhores práticas para registro de identificação nacional e gestão de um sistema nacional de identificação. Um sistema de identificação nacional é um sistema de identificação fundamental que fornece IDs nacionais - geralmente na forma de um cartão - e potencialmente outras credenciais. Os sistemas de identificação básicos fornecem identificação geral e credenciais à população para administração pública e uma ampla variedade de transações, serviços e credenciais derivadas do setor público e privado.³¹⁰ Os sistemas de identificação básicos são, portanto, distintos dos sistemas de identificação funcionais (específicos do setor), que são criados para um determinado serviço ou transação - como registro de motorista e veículo, registro de voto, administração tributária e programas sociais e de transferência. Os países podem manter muitos sistemas de identificação funcional e emitir credenciais de identidade funcional associadas.³¹¹ Além disso, pode haver credenciais de identificação emitidas de forma privada. Este capítulo aborda o sistema nacional de identificação de um país, com foco na integração desse sistema com o sistema de registro civil.³¹²

Este capítulo abrange os seguintes tópicos:

1. Agência Responsável pela Gestão, Poderes e Responsabilidades da Identificação Nacional
2. Acessibilidade dos Serviços: Localização e Poderes dos Cartórios de Registro de Identidade
3. Universalidade
4. Inscrição no programa de credencial de identidade nacional: Informações coletadas e idade de inscrição
5. Validação: Registro de nascimento como base para registro de identidade
6. Atribuição UIC
7. Processo para Compartilhamento de Informações entre Cartório de Registro Local e Nível Nacional
8. Informações disponíveis na credencial
9. Autenticação
10. Aposentadoria da Identidade Legal
11. Taxas e Recursos
12. Qualificações dos Registradores
13. Processo para ouvir apelações
14. Monitoramento e Avaliação

1. Agência Responsável pela Gestão Nacional de Identidade: Poderes e Responsabilidades

Melhor Prática: A estrutura legal deve atribuir as funções de estabelecer, operar e manter um sistema nacional de gestão de identidade a uma agência governamental e fornecer uma designação clara de poderes e responsabilidades à agência relevante. Em alguns países, a agência responsável pela gestão da identidade também é a agência responsável pelo registro civil. Em outros países, existem diferentes agências responsáveis pela gestão de identidade e registro civil. Qualquer uma é uma boa prática.

Os poderes e responsabilidades para o gerenciamento de identidade devem incluir, no mínimo: inscrição de indivíduos no sistema de gerenciamento de identidade (ou seja, captura e registro de atributos-chave, incluindo dados biográficos e/ou dados biométricos), validação de indivíduos no sistema de gerenciamento de identidade (verificação de seus atributos contra dados existentes para verificar a

³¹⁰ID4D, ID Enabling Environment Assessment, Banco Mundial, 2018, p.9.

³¹¹ID4D, ID Enabling Environment Assessment, Banco Mundial, 2018, p.10.

³¹²Para uma discussão mais ampla sobre todos os tipos de sistemas de identificação, bem como um guia para avaliar esses sistemas, consulte ID4D, ID Enabling Environment Assessment, World Bank, 2018, disponível em: <http://id4d.worldbank.org/legal-assessment>

identidade), emitir credenciais de identidade e estabelecer processos para autenticação de identidade.³¹³ A estrutura legal deve capacitar o chefe da agência nacional de gerenciamento de identidade (que chamaremos de Registrador Nacional de Identidade) ou o Ministro responsável por essa agência, para definir regras e padrões para a implementação de várias operações dentro do sistema de gerenciamento de identidade, incluindo registro (inscrição e validação) de identidade, emissão de credenciais de identidade, gerenciamento de dados de identidade e serviços de autenticação de identidade. Se for concedida autoridade de regulamentação ao Ministro, em vez do Registro Nacional de Identidade, o quadro legal deve exigir que o Registro Nacional de Identidade seja consultado sobre a elaboração de regras.

Orientação: Responda as questões abaixo. Na seção de comentários, analise se os poderes da agência nacional de gerenciamento de identidade e do Registrador Nacional de Identidade são adequados para cumprir suas responsabilidades.

-
- a. **Indique qual entidade é responsável pela gestão nacional de identidade** (se fizer parte de um ministério, indique também o ministério):

Citação:

- b. **Descrever os poderes e responsabilidades da agência de gestão de identidade e do Registro Nacional de Identidade.** Além de descrever as responsabilidades gerais, indique especificamente se o Registro Nacional de Identidade ou o Ministro têm poderes normativos.

Citação:

Comentários:

2. Acessibilidade dos Serviços: Localização e Poderes dos Cartórios de Registro de Identidade

Melhor Prática: A fim de tornar o registro de identidade acessível a toda a população, devem ser estabelecidos escritórios de registro de identidade em nível local, por exemplo, em aldeias, vilas e municípios. Cada cartório primário de registro de identidade deve cobrir uma área que corresponda às divisões civis menores do país, ajustando os limites, se necessário, com base na população, recursos, acessibilidade, alfabetização e simplicidade do registro.³¹⁴ Além disso, o horário de expediente diário regular deve ser mantido.

Os deveres e responsabilidades dos registradores de identidade locais devem incluir: coletar dados biométricos (se aplicável) e informações biográficas; assegurar a exatidão e integridade das informações cadastrais; validar identidade; transferir informações de identidade para o nível nacional; e emissão de credenciais de identidade. Como a produção da credencial de identidade pode exigir equipamento especializado, a produção de carteiras de identidade pode ser feita em nível regional ou nacional, e não em nível local. No entanto, uma pessoa não deve ter que viajar para o nível regional ou nacional para coletar uma carteira de identidade; em vez disso, as carteiras de identidade devem ser enviadas ao nível local para emissão ou coleta.

³¹³Diretrizes das Nações Unidas sobre o Marco Legislativo para Registro Civil, Estatísticas Vitais e Sistemas de Gerenciamento de Identidade, Nova York, 2019, Pará. 236

³¹⁴Nações Unidas, Diretrizes sobre um Marco Legislativo para Registro Civil, Estatísticas Vitais e Sistemas de Gerenciamento de Identidade, Nova York, 2019, Paras. 171-173, 239.

Em alguns países, a agência nacional de gerenciamento de identidade também pode manter escritórios de gerenciamento de identidade que correspondem às principais subdivisões civis do país. Por exemplo, além de escritórios em vilas, cidades e municípios, a agência nacional também pode ter escritórios em nível provincial ou regional. Esses escritórios de nível médio podem servir a várias funções. Eles podem ter autoridade de supervisão sobre os escritórios de registro de nível inferior em sua jurisdição, ter poderes para realizar funções de escritório principal (ou seja, registro de identidade) e/ou ser responsáveis pela produção de credenciais de identificação. A existência de escritórios de gerenciamento de identidade de nível médio e os poderes e responsabilidades que eles possuem depende das necessidades do sistema.

Orientação: Descreva a localização dos escritórios de registro de identidade e, na seção de comentários, analise se os escritórios e serviços de registro de identidade são razoavelmente acessíveis a todas as pessoas no país. Descreva os poderes e responsabilidades dos cartórios e, nos comentários, observe se cada nível possui autoridade suficiente para prestar um serviço eficiente à população.

- a. **Descreva a localização de cada nível de cartório de registro de identidade**. Indique se a localização dos cartórios de registro local corresponde a divisões civis menores e indique a localização dos cartórios de registro de nível médio (se houver).

Citação:

Comentários:

- b. **Descrever os poderes e responsabilidades dos escritórios de registro locais e de nível médio.** Aborde especificamente se os escritórios locais e/ou de nível médio são responsáveis pelo registro de identidade, validação de identidade, produção de credenciais de identidade e emissão de credenciais de identidade para o indivíduo, ou se algumas dessas responsabilidades são atribuídas apenas ao nível nacional.

Citação:

Comentários:

3. Universalidade

Melhor Prática: A capacidade de provar sua identidade é fundamental para o exercício dos direitos humanos, bem como para se beneficiar de serviços governamentais e do setor privado. Portanto, como no registro civil, a prova de identidade deve ser fornecida sem discriminação ou distinção, incluindo discriminação com base na geografia; grupo racial, étnico ou religioso; status de membro de uma população nômade, indígena, nativa ou aborígine; status de deslocado, apátrida, refugiado, requerente de asilo ou pessoa de nacionalidade indeterminada; ou estatuto de estrangeiro nascido no país, trabalhador temporário ou migrante, ou qualquer outro imigrante; ou qualquer outra característica. Independentemente do tipo de credencial de identidade emitida, ela deve ser legalmente válida e possuir documentação suficiente para ter acesso aos direitos e serviços aos quais o indivíduo tem direito.³¹⁵

³¹⁵Nações Unidas, Diretrizes para o Marco Legislativo do Registro Civil, Estatísticas Vitais e Sistemas de Gestão de Identidade, Nova York, 2019, Pará. 436.

Embora alguma forma de prova de identidade deva estar disponível para todos, uma carteira de identidade nacional ou outra credencial não é necessariamente obrigatória. As práticas dos países variam se o registro e a obtenção de uma carteira de identidade nacional ou outra credencial são obrigatórios, voluntários ou mesmo disponíveis. Nos países que não emitem credencial de identidade nacional, outras formas de identificação são emitidas para fins setoriais (por exemplo, passaporte, carteira de motorista etc.) e podem ser usadas como prova de identidade.³¹⁶ Em todos os casos, alguma forma de prova de identidade deve estar disponível para todas as pessoas dentro do território de um país sem discriminação.

Orientação: Descreva se algum tipo de documento de identidade nacional ou credencial é obrigatório ou está disponível para todas as pessoas no país. Considerar todas as formas de discriminação que possam ocorrer, inclusive geográfica; grupos raciais, étnicos ou religiosos; populações nômades, deslocadas, nativas ou aborígenes; refugiados ou requerentes de asilo no país; estrangeiros nascidos no país; trabalhadores temporários ou migrantes, ou qualquer outro imigrante; ou quaisquer outras características. Descreva se diferentes formas de documentos de identidade são fornecidas para diferentes populações (por exemplo, uma carteira de identidade nacional para cidadãos e uma carteira de imigração para não-cidadãos). Na seção de comentários, descreva se a lei está alinhada com as melhores práticas e anote quaisquer recomendações para reforma regulatória.

a. Existe alguma forma de credencial de identidade disponível e fornecida para todos, independentemente de:

Geografia (por exemplo, áreas remotas)?	___ Sim	___ Não
Raça, etnia, religião, gênero?	___ Sim	___ Não
População nômade, deslocada, nativa ou aborígene?	___ Sim	___ Não
Nacionalidade, residência ou status de refugiado/asilo?	___ Sim	___
Não		
Outras características?	___ Sim	___ Não
Citação:		
Comentários:		

b. São fornecidas diferentes formas de documentos de identidade ou credenciais para diferentes populações?

	___ Sim	___ Não
Citação:		
Comentários:		

4. Inscrição no programa de credencial de identidade nacional: Informações coletadas e idade de inscrição

Melhor Prática: O registro para uma credencial de identidade envolve a inscrição no sistema de credenciais de identidade e a validação da identidade. A inscrição envolve a captura e registro de

³¹⁶Nações Unidas, Diretrizes para o Marco Legislativo do Registro Civil, Estatísticas Vitais e Sistemas de Gestão de Identidade, Para. 47.

atributos de identidade chave de uma pessoa que reivindica uma determinada identidade, que geralmente inclui dados biográficos (por exemplo, nome, data de nascimento, sexo, etc.) e pode incluir dados biométricos.³¹⁷

A Informação recolhida no momento da inscrição deve pautar-se pelo princípio da proporcionalidade e da necessidade – o princípio de que os dados pessoais devem ser relevantes, limitados e adequados ao necessário relativamente às finalidades especificadas de tratamento de dados pessoais. (Consulte o Capítulo 10, Proteção de Dados e Privacidade Pessoal). Se a biometria for coletada, a lei deve indicar o tipo de biometria coletada, incluindo quaisquer limitações ou restrições sobre o tipo de biometria que pode ser coletada e como ela é coletada. Além disso, como a biometria pode ser difícil de capturar em certos indivíduos (por exemplo, trabalhadores braçais ou idosos podem ter impressões digitais desgastadas que não podem ser capturadas claramente e as varreduras de íris podem ser difíceis de capturar em pessoas com catarata), deve haver back-end. medidas em vigor para aqueles indivíduos cuja biometria não pode ser usada no sistema.³¹⁸

Não há prática recomendada para a idade de inscrição para uma credencial de identificação nacional. Em muitos países, particularmente aqueles que usam a biometria, a idade de matrícula é tipicamente entre 15 e 18 anos, porque tem sido difícil capturar dados biométricos de forma confiável nos muito jovens. No entanto, isso está mudando à medida que a tecnologia biométrica melhora.

Orientação: Descreva as informações biográficas e biométricas, se aplicável, capturadas no momento da inscrição. Se a biometria for coletada, indique quaisquer limitações na coleta biométrica e descreva quaisquer procedimentos de backup para indivíduos cuja biometria não pode ser capturada ou usada no sistema. Informe a idade de matrícula. Na seção de comentários, descreva se a lei está de acordo com as melhores práticas; abordar especificamente se as informações coletadas estão de acordo com o princípio da proporcionalidade e da necessidade.

-
- a. **Informações coletadas** (biográficas e biométricas, incluindo quaisquer procedimentos de backup):

Citação:

Comentários:

- b. **Idade de inscrição e procedimentos para inscrição posterior :**

Citação:

Comentários:

5. Validação: Registro de nascimento como base para registro de identidade

Melhor Prática: Uma vez que uma pessoa tenha reivindicado uma identidade durante o registro da credencial de identidade, sua identidade é validada verificando os atributos apresentados em relação aos dados existentes, incluindo dados no registro civil. O processo de validação garante que a identidade

³¹⁷ *Padrões Técnicos para Identidade Digital*, Banco Mundial, 2017, página 3.

³¹⁸ Nações Unidas, Diretrizes para o Marco Legislativo do Registro Civil, Estatísticas Vitais e Sistemas de Gestão de Identidade, Nova York, 2019, Pará. 443-446.

existe (ou seja, que a pessoa está viva) e é reivindicada por uma pessoa (ou seja, é única no banco de dados). Nos sistemas modernos de identidade digital, a exclusividade é garantida por meio de um processo de desduplicação usando dados biométricos. Para garantir que a identidade existe, a identidade alegada deve ser comparada com os dados do registro civil.³¹⁹

O registro civil deve ser a base do registro civil de uma pessoa. Se não houver vinculação formal do registro civil e do registro de identidade, há meios limitados para confirmar a identidade dos inscritos no sistema nacional de identidade.³²⁰ Além disso, os sistemas nacionais de identificação, que geralmente inscrevem pessoas em idades mais avançadas, não podem garantir que os direitos e serviços da criança sejam devidamente respaldados pela identidade legal no nascimento ou forneçam dados atualizados sobre esse segmento da população para fins de planejamento.³²¹ Portanto, para os nascidos no país, o comprovante de registro de nascimento deve ser exigido para se registrar para um documento de identidade nacional. Para os nascidos no país que não possui registro de nascimento, o processo de registro de credencial de identidade deve facilitar simultaneamente o registro de nascimento atrasado.³²² Se refugiados, migrantes, apátridas e outras pessoas nascidas fora do país não tiverem certidões de nascimento legalmente válidas de seu país de origem, devem ser fornecidos meios alternativos para validar sua identidade e obter credenciais de identidade.³²³

Orientação: Descrever como a identidade é validada durante o registro da credencial de identidade. Especificamente, indique se a prova de registro de nascimento (por exemplo, uma certidão de nascimento) é necessária para registrar uma credencial de identidade. Se uma pessoa nascida no país não tiver registro de nascimento, indique se o registro de nascimento é facilitado durante o registro de identidade. Descrever o processo de registro de identidade para migrantes, refugiados, requerentes de asilo, apátridas e outros cidadãos estrangeiros. Na seção de comentários, descreva se a lei está alinhada com as melhores práticas e anote quaisquer recomendações para reforma regulatória.

-
- a. Descreva como a identidade é validada para o registro de identidade (incluindo se o registro de nascimento é obrigatório).**

Citação:

Comentários:

- b. Para os nascidos no país que não possui registro de nascimento, o registro de nascimento tardio é facilitado concomitantemente ao registro de identidade? Se sim, descreva.**

Citação:

Comentários:

³¹⁹ *Padrões Técnicos para Identidade Digital*, Banco Mundial, 2017, página 4.

³²⁰ Princípios de Identidade Jurídica no Contexto da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, Documento de Trabalho do Programa de Identificação para o Desenvolvimento – Série 1, Nações Unidas, setembro de 2018, parágrafo 10.

³²¹ Nações Unidas, Diretrizes para o Marco Legislativo do Registro Civil, Estatísticas Vitais e Sistemas de Gestão de Identidade, Nova York, 2019, Pará. 61.

³²² Nações Unidas, Diretrizes para o Marco Legislativo do Registro Civil, Estatísticas Vitais e Sistemas de Gestão de Identidade, Nova York, 2019, Pará. 447.

³²³ Nações Unidas, Diretrizes para o Marco Legislativo do Registro Civil, Estatísticas Vitais e Sistemas de Gestão de Identidade, Nova York, 2019, Pará. 62.

c. Para migrantes, refugiados, requerentes de asilo, apátridas e outros cidadãos estrangeiros, que documentos são utilizados para validar a identidade?

Citação:

Comentários:

6. Atribuição UIC

Melhor Prática: Conforme discutido no Capítulo Registro de Nascimento e Óbito, para os nascidos no país em que um UIC é usado, um UIC deve ser atribuído no nascimento. No entanto, se a atribuição de um UIC ao nascimento for um novo requisito em um país, muitas pessoas terão nascido antes que o requisito entre em vigor. Além disso, haverá pessoas que imigram para um país. Essas pessoas não terão a oportunidade de receber um UIC ao nascer.³²⁴

Portanto, a legislação pode exigir que todos os indivíduos que residam permanentemente na jurisdição territorial do país, que não tenham anteriormente atribuído um UIC, solicitem um UIC até uma certa idade. Para aqueles que não receberam um UIC anteriormente, um UIC pode ser atribuído no momento em que uma pessoa se registra para uma credencial de identidade nacional. Nos países que usam um UIC, um UIC não deve ser negado com base na cidadania, nacionalidade ou status de residência, pois não confere cidadania ou nenhum direito legal específico.³²⁵

Orientação: Para aqueles que não receberam anteriormente um UIC, informe se um UIC foi atribuído durante o registro da credencial de identificação. Na seção de comentários, descreva se a lei está alinhada com as melhores práticas e anote quaisquer recomendações para reforma regulatória.

a. UIC atribuído durante o registro da credencial de identificação para aqueles que não receberam anteriormente um UIC? _____ Sim _____ Não

Citação:

Comentários:

7. Processo para Compartilhamento de Informações entre Cartórios Locais e Nível Nacional

Melhor Prática: Como haverá muitos escritórios de registro de identidade em todo o país, deve haver procedimentos claros para a transferência regular de informações coletadas pelos registradores de identidade locais para o registro central de identidade. O quadro jurídico deve estabelecer prazos para essa transferência de informações e devem ser tomadas medidas para acelerar o compartilhamento de informações, a fim de permitir o processamento mais rápido do registro de identidade e a produção de credenciais de identidade.

³²⁴Nações Unidas, Diretrizes para o Marco Legislativo do Registro Civil, Estatísticas Vitais e Sistemas de Gestão de Identidade, Nova York, 2019, Pará. 440.

³²⁵Nações Unidas, Diretrizes para o Marco Legislativo do Registro Civil, Estatísticas Vitais e Sistemas de Gestão de Identidade, Nova York, 2019, Pará. 440.

Orientação: Descreva a estrutura legal relacionada à transferência de informações coletadas por registradores de identidade locais para o registro de identidade central. Na seção de comentários, observe quaisquer desafios para o compartilhamento oportuno e eficiente de informações.

- a. **Descrever o processo de transferência de informações de registradores de identidade locais para o registro de identidade central, incluindo a pontualidade.**

Citação:

Comentários:

8. Informações disponíveis na credencial

Melhor Prática: Os tipos comuns de credenciais de identidade digital se enquadram em três categorias: 1) algo que você conhece (por exemplo, uma senha), 2) algo que você possui (por exemplo, uma carteira de identidade, telefone celular ou chave criptográfica) ou 3) algo que você é (por exemplo, uma impressão digital ou outros dados biométricos).³²⁶Vários tipos de tecnologia podem ser usados com esses tipos de credenciais. Por exemplo, um cartão de identificação pode gravar uma chave criptográfica digital e/ou biométrica em um chip de computador embutido ou pode ter um código de barras 2D criptografado contendo dados pessoais e biométricos de uma pessoa, em vez de ou além de um chip. Os dispositivos móveis podem ter cartões SIM com certificados digitais. Em alguns casos, informações de identificação (como UIC e biometria) podem ser armazenadas na nuvem e uma credencial física pode não ser emitida.³²⁷

Independentemente do tipo de credencial, é importante que informações confidenciais e informações que possam tornar um indivíduo vulnerável à discriminação não sejam exibidas na face da credencial (no caso de uma carteira de identidade) ou obtidas na credencial (por exemplo, chip, tecnologia SIM) por quem não tem interesse legítimo na informação. Somente informações limitadas são necessárias na face ou disponíveis da credencial, especialmente se uma credencial tiver biometria, um PIN ou outro método de autenticação associado a ela.

Como um UIC é usado para acessar serviços, ele deve ser bem guardado e proteções implementadas para proteger contra seu uso não autorizado. Colocar um UIC na face de uma credencial de ID cria um risco e, portanto, é recomendável não colocar o UIC na face da credencial de ID. No entanto, se um UIC for apresentado na face de uma credencial de ID, um segundo tipo de autenticação (como correspondência biométrica) deverá ser necessário para usar o UIC.

Orientação: Descreva o tipo de credencial e a tecnologia utilizada. Descreva quais informações são acessíveis a indivíduos e provedores de serviços apresentados com a credencial como uma forma de autenticação de identidade. Indique se essas informações incluem informações confidenciais ou confidenciais. Na seção de comentários, descreva se a lei está de acordo com as boas práticas e anote quaisquer recomendações para reforma regulatória.

-
- a. **Credencial e tecnologia utilizada:**

³²⁶ *Padrões Técnicos para Identidade Digital*, Banco Mundial, 2017, página 4.

³²⁷ Nações Unidas, Diretrizes para o Marco Legislativo do Registro Civil, Estatísticas Vitais e Sistemas de Gestão de Identidade, Nova York, 2019, Pará. 451.

Citação:

Comentários:

b. Informações disponíveis na credencial (incluindo se o UIC está na face da credencial):

Citação:

Comentários:

9. Autenticação

Melhor prática: A autenticação é o processo de verificação da identidade reivindicada em relação às informações de identidade registradas,³²⁸ em outras palavras, provar que uma pessoa é quem ela diz ser. A autenticação não deve ser confundida com "autorização", que envolve determinar se uma pessoa tem direito a um determinado serviço.³²⁹

A autenticação pode ocorrer usando um ou mais fatores que, como credenciais, geralmente se enquadram em uma das três categorias – algo que você conhece, algo que você tem, algo que você é.³³⁰ A autenticação usando esses atributos pode ocorrer por vários caminhos. Por exemplo, uma pessoa com um cartão inteligente também pode precisar digitar um número de identificação pessoal (PIN) ou combinar suas impressões digitais com aquelas contidas em um chip. Uma pessoa que usa um aplicativo de celular pode autenticar usando um PIN, biometria ou uma assinatura móvel. Um sistema baseado em nuvem (como o sistema Aadhaar da Índia) pode depender da biometria para autenticação.³³¹

Todos os sistemas são vulneráveis a falhas. Às vezes, a autenticação biométrica pode não reconhecer um indivíduo, mesmo que ele seja quem diz ser. Uma pessoa pode esquecer seu PIN. A falha de autenticação pode resultar em um risco de exclusão dos principais serviços. Portanto, independentemente do tipo de processo de autenticação adotado, deve haver procedimentos alternativos de autenticação em caso de falha de autenticação, como senha de uso único móvel (OTP), biometria alternativa ou autenticação por uma autoridade local.³³²

Orientação: Descreva o processo de autenticação usado com uma credencial de identificação nacional. Descreva quaisquer procedimentos alternativos em caso de falha de autenticação. Na seção de comentários, descreva se a lei está de acordo com as boas práticas e anote quaisquer recomendações para reforma regulatória.

a. Processo de autenticação e procedimentos alternativos em caso de falha de autenticação:

³²⁸ *Cenário tecnológico para identidade digital*, Banco Mundial, 2018, página 6.

³²⁹ *Cenário tecnológico para identidade digital*, Banco Mundial, 2018, página 7.

³³⁰ Outros tipos de informações, como dados de localização ou identidade do dispositivo, podem ser usados por um verificador para avaliar o risco em uma identidade reivindicada, mas não são considerados fatores de autenticação. Grassi, P., et. al, Publicação Especial NIST 800-63-3, *Diretrizes de Identidade Digital*, página 12.

³³¹ Nações Unidas, Diretrizes para o Marco Legislativo do Registro Civil, Estatísticas Vitais e Sistemas de Gestão de Identidade, Nova York, 2019, Pará. 461.

³³² Nações Unidas, Diretrizes para o Marco Legislativo do Registro Civil, Estatísticas Vitais e Sistemas de Gestão de Identidade, Nova York, 2019, Pará. 462-463.

Citação:

Comentários:

10. Aposentadoria da Identidade Legal

Melhor prática: A retirada da identidade legal - incluindo a desativação de um UIC e credencial de identidade - após a morte é importante para evitar o uso fraudulento da identidade do falecido. Uma ligação eficiente e eficaz entre o sistema de registro civil e o sistema de gestão de identidade é a melhor forma de garantir que esta desativação ocorra, através da transferência das informações do registro civil para o sistema de gestão de identidade. Pode haver outros motivos para a desativação de um UIC ou credencial de identidade durante a vida de uma pessoa, como uso fraudulento da identidade.³³³

Após a desativação de um UIC e credencial de identidade, os registros de identidade devem ser retidos e arquivados permanentemente. As práticas dos países variam quanto à reutilização de um UIC após o fechamento. Em alguns países, um UIC nunca é reutilizado; em outros, um UIC não é reutilizado por pelo menos 50 a 100 anos após a morte da pessoa.³³⁴

Orientação: Descreva se e como uma identidade legal (incluindo uma credencial de identidade nacional e UIC, se aplicável) é aposentada após a morte e por quaisquer outras circunstâncias. Abordar especificamente se há uma obrigação de transferência de informações de registro de óbito da autoridade de registro civil para o sistema nacional de gestão de identidade. Na seção de comentários, descreva se a lei está alinhada com as melhores práticas e anote quaisquer recomendações para reforma regulatória.

a. Processo e circunstâncias para retirar uma identidade legal (incluindo UIC e credencial de identidade):

Citação:

Comentários:

11. Taxas e Recursos

Melhor prática: Não há prática recomendada em relação à cobrança de uma taxa para registro de credenciais de identidade e emissão de credenciais. Muitos países cobram uma taxa. No entanto, se a obtenção de uma credencial de identidade for obrigatória ou essencial para que os indivíduos se beneficiem de serviços básicos, os formuladores de políticas devem considerar fornecer a credencial de identidade original gratuitamente ou por uma taxa mínima. Além disso, deve haver um processo de

³³³Nações Unidas, Diretrizes para o Marco Legislativo do Registro Civil, Estatísticas Vitais e Sistemas de Gestão de Identidade, Nova York, 2019, Pará. 464.

³³⁴Nações Unidas, Diretrizes para o Marco Legislativo do Registro Civil, Estatísticas Vitais e Sistemas de Gerenciamento de Identidade, Nova York, 2019, Parágrafo 465.

isenção de taxa para aqueles que não podem pagar a taxa. Podem ser cobradas taxas para substituir uma credencial de identidade perdida.³³⁵

As entidades do setor público e privado beneficiam dos serviços de autenticação fornecidos pelo sistema de gestão de identidades. Portanto, alguns países cobram uma taxa dessas entidades pelos serviços de autenticação. As políticas do país variam quanto à cobrança de entidades governamentais - como o sistema de saúde, serviços sociais e outros - uma taxa por serviços de autenticação. Em alguns países, a autoridade de gerenciamento de identidade cobra de outras entidades governamentais uma taxa por esse serviço. Em outros países, existe a política de fornecer gratuitamente este serviço a outras entidades governamentais. As instituições privadas, como bancos, que desejam utilizar os serviços de autenticação do sistema de gerenciamento de identidade geralmente são cobradas uma taxa.³³⁶

Qualquer receita gerada pelo sistema de gerenciamento de identidade deve ser retida para financiar o sistema, em vez de ir para o tesouro central.³³⁷

Orientação: Indique o valor das taxas cobradas de indivíduos pela emissão de uma credencial de identidade, incluindo taxas para uma credencial original, renovação e duplicata. Informe o valor das taxas cobradas dos usuários institucionais dos serviços de autenticação, incluindo entidades governamentais e do setor privado. Indique se as taxas geradas pelo sistema de gerenciamento de identidades são retidas para financiar o sistema. Na seção de comentários, descreva se a lei está de acordo com as boas práticas e anote quaisquer recomendações para reforma regulatória.

a. Taxas cobradas de pessoas físicas para emissão de credenciais de identificação (original, renovação, duplicata):

Citação:

Comentários:

b. Taxas cobradas de usuários governamentais e do setor privado de serviços de autenticação:

Citação:

Comentários:

c. A receita gerada pelo sistema de gerenciamento de identidade é retida para financiar o sistema?

Citação:

Comentários:

³³⁵Nações Unidas, Diretrizes para o Marco Legislativo do Registro Civil, Estatísticas Vitais e Sistemas de Gerenciamento de Identidade, Nova York, 2019, Parágrafo 467.

³³⁶Nações Unidas, Diretrizes para o Marco Legislativo do Registro Civil, Estatísticas Vitais e Sistemas de Gestão de Identidade, Nova York, 2019, Pará. 468.

³³⁷Nações Unidas, Diretrizes para o Marco Legislativo do Registro Civil, Estatísticas Vitais e Sistemas de Gestão de Identidade, Nova York, 2019, Pará. 211.

12. Qualificações dos Registradores

Melhor Prática: O Registrador Nacional de Identidade e os registradores locais de identidade têm poder significativo na validação e atribuição de identidade legal por meio do registro de identidade e na retirada da identidade legal após a notificação do registro de óbito. Os registradores também podem cobrar taxas, o que pode torná-los vulneráveis a alegações de corrupção. Portanto, é importante que haja uma estrutura legal forte que governe a seleção ou nomeação, qualificações e conduta adequada dos registradores de identidade. Para ajudar a garantir que os serviços de identificação sejam prestados de maneira profissional, os registradores de identidade devem ser adequadamente remunerados, funcionários em tempo integral, que gozem do status de serviço público ou de serviço público e estejam sujeitos às regras de conduta para funcionários públicos.³³⁸

Orientação: Descreva a estrutura legal relacionada à seleção ou nomeação dos registradores de identidade, qualificações e status de serviço público ou civil. Esses requisitos geralmente estão contidos em leis, regulamentos ou políticas de funcionários públicos. Na seção de comentários, descreva se a lei está alinhada com as melhores práticas e anote quaisquer recomendações para reforma regulatória.

a. Descreva as qualificações exigidas e o processo de nomeação ou seleção para o Registro Nacional de Identidade.

Citação:

Comentários:

b. Descreva as qualificações necessárias e o processo de nomeação ou seleção para registradores de identidade locais.

Citação:

Comentários:

c. Descreva quaisquer regras que regem a conduta adequada dos registradores de identidade.

Citação:

Comentários:

d. Os registradores de identidade são em tempo integral e pagos adequadamente, e têm status de funcionários públicos?

Citação:

Comentários:

³³⁸Nações Unidas, Diretrizes sobre Marco Legislativo para Registro Civil, Estatísticas Vitais e Sistemas de Gerenciamento de Identidade, Nova York, 2019, Pará. 242.

13. Processo para ouvir apelações

Melhor Prática: As decisões tomadas pelos registradores de identidade podem ter consequências legais que podem impactar fundamentalmente a vida de uma pessoa. As mentes razoáveis podem discordar sobre como resolver certas situações difíceis e, portanto, as decisões tomadas pelos registradores de identidade devem estar sujeitas a revisão administrativa e judicial. Em muitos países, antes de recorrer aos tribunais, um indivíduo deve recorrer da decisão de um funcionário local para um nível administrativo superior, até o nível central. Isso é chamado de "esgotamento dos remédios" e serve a dois propósitos. Em primeiro lugar, permite à agência de gestão de identidades a oportunidade de corrigir o erro sem sobrecarregar os tribunais. Em segundo lugar, cria um registro da decisão administrativa para o tribunal rever. Depois de recorrer por via administrativa, até ao nível central, um indivíduo deve poder recorrer aos tribunais se sentir que não conseguiu obter uma resolução satisfatória da sua questão. A estrutura legal deve fornecer o direito de apelar de uma decisão de um registrador de identidade, um processo claro para apelar e prazos para apelar.³³⁹

Orientação: Descreva qualquer direito de apelar da decisão de um registrador de identidade, incluindo o processo pelo qual e a autoridade para a qual uma pessoa recorre, e o prazo para apelação. Na seção de comentários, descreva se a lei está alinhada com as melhores práticas e anote quaisquer recomendações para reforma regulatória.

- a. **Existe o direito de recorrer da decisão de um registrador de identidade?** sim
 não

Citação:

Comentários:

- b. **Os recursos administrativos devem ser esgotados antes que um recurso seja apresentado ao tribunal?**

sim não

Citação:

Comentários:

- c. **Descreva o processo de apelação e os prazos.**

Citação:

Comentários:

14. Monitoramento e Avaliação

³³⁹Nações Unidas, Diretrizes sobre o Marco Legislativo para Registro Civil, Estatísticas Vitais e Sistemas de Gerenciamento de Identidade, Nova York, 2019, Pará. 528-530.

Melhor Prática: Um programa de monitoramento de desempenho é parte integrante dos sistemas de gerenciamento de identidade. O monitoramento e a inspeção de rotina do trabalho de um registrador de identidade são necessários para continuar a melhorar a eficiência, eficácia e qualidade dos sistemas.³⁴⁰ Deve haver uma exigência de que os escritórios de registro de identidade de nível primário sejam monitorados e inspecionados rotineiramente, seja pela autoridade de nível central ou por um escritório de nível médio com poder de supervisão. Se for encontrada uma não conformidade com os procedimentos, deve haver protocolos para melhorar o desempenho, incluindo treinamento adicional, advertências e penalidades por desempenho insatisfatório e falha no cumprimento das obrigações, bem como incentivos para incentivar os registradores locais a cumprir suas obrigações.³⁴¹ Deve haver procedimentos e penalidades claros para casos de má conduta deliberada por registradores de identidade, incluindo registros fraudulentos ou divulgações inadequadas.³⁴²

Orientação: Descrever procedimentos para monitorar e fiscalizar escritórios de registro de identidade; procedimentos para corrigir o mau desempenho e o descumprimento de deveres e procedimentos para penalizar a má conduta deliberada dos registradores de identidade, bem como quaisquer incentivos para melhorar o desempenho dos registradores. Na seção de comentários, descreva se a lei está alinhada com as melhores práticas e anote quaisquer recomendações para reforma regulatória.

- a. Descreva quaisquer procedimentos de monitoramento e inspeção de rotina para escritórios de registro de identidade.**

Citação:

Comentários:

- b. Descreva quaisquer procedimentos para corrigir o desempenho insatisfatório e/ou penalizar a má conduta dos registradores de identidade.**

Citação:

Comentários:

- c. Descreva quaisquer outros incentivos para melhorar o desempenho dos registradores de identidade.**

Citação:

Comentários:

³⁴⁰Nações Unidas, Princípios e Recomendações para um Sistema de Estatísticas Vitais, Revisão 3, Nova York, 2014. Pára. 335; Diretrizes das Nações Unidas para o Marco Legislativo para Registro Civil, Estatísticas Vitais e Sistemas de Gerenciamento de Identidade, Nova York, 2019, Paras. 524-525.

³⁴¹Nações Unidas, Princípios e Recomendações para um Sistema de Estatísticas Vitais, Revisão 3, Nova York, 2014. Parágrafo. 338-339; Diretrizes das Nações Unidas para o Marco Legislativo para Registro Civil, Estatísticas Vitais e Sistemas de Gerenciamento de Identidade, Nova York, 2019, Paras. 524-525.

³⁴²Nações Unidas, Princípios e Recomendações para um Sistema de Estatísticas Vitais, Revisão 3, Nova York, 2014. Pára. 326; Diretrizes das Nações Unidas para o Marco Legislativo para Registro Civil, Estatísticas Vitais e Sistemas de Gerenciamento de Identidade, Nova York, 2019, Paras. 531.

Capítulo

11

Igualdade de Acesso para Indivíduos LGBTI

Por que é importante: O acesso ao registro civil e ao registro de identidade é de vital importância para todos os indivíduos, pois esses sistemas estabelecem e fornecem documentação de identidade legal, que é essencial para o exercício dos direitos humanos e civis e para o benefício de serviços públicos e privados. No entanto, lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e intersexuais (LGBTI) muitas vezes enfrentam a exclusão desses sistemas, que tradicionalmente foram construídos em torno de certas suposições e preconceitos que incluem pessoas heterossexuais cisgênero e aqueles que se encaixam em categorias binárias de sexo e gênero. Para cumprir as obrigações internacionais de direitos humanos, o registro civil e os sistemas de registro de identidade devem ser reformados para incluir indivíduos LGBTI.

Igualdade de Acesso para Indivíduos LGBTI

INTRODUÇÃO: UMA ABORDAGEM INCLUSIVA BASEADA EM DIREITOS HUMANOS PARA GÊNERO E CRVSID

Os sistemas de registro civil, estatísticas vitais e gestão de identidade (CRVSID) são essenciais para o funcionamento do governo, pois fornecem a base para políticas públicas e planejamento administrativo. Os sistemas CRVSID também são essenciais para os indivíduos, pois permitem que uma pessoa prove quem é, bem como seu estado civil ou civil. Esses sistemas formam a base da “identidade jurídica”, definida pela Agenda de Identidade Jurídica da ONU como “as características básicas da identidade de um indivíduo. por exemplo, nome, sexo, local e data de nascimento conferidos por meio de registro e emissão de certidão por autoridade de registro civil autorizada após a ocorrência do nascimento. Na falta de registro de nascimento, a identidade legal pode ser conferida por autoridade de identificação legalmente reconhecida; este sistema deve estar ligado ao sistema de registro civil para assegurar uma abordagem holística da identidade legal desde o nascimento até à morte. A identidade legal é extinta pela emissão de uma certidão de óbito pela autoridade de registro civil no momento do registro de óbito.”³⁴³ A identidade legal, que é uma construção legal, é distinta da identidade de gênero, que é a experiência interna e individual de gênero de uma pessoa (veja a definição completa abaixo). Embora conceitos distintos, cada indivíduo tem pleno direito a ter sua identidade de gênero refletida em sua identidade jurídica.

A orientação sexual e a identidade de gênero são parte integrante da dignidade e da humanidade de cada pessoa e não devem ser a base da discriminação.³⁴⁴ No entanto, pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e intersexuais (LGBTI)³⁴⁵ continuam a enfrentar discriminação, inclusive em sistemas CRVSID. Requisitos legais, práticas de fato e terminologia binária de “sexo” usada em sistemas CRVSID resultaram na exclusão e estigmatização de membros da comunidade LGBTI. Tradicionalmente, os sistemas CRVS e ID foram construídos em torno de certas suposições e preconceitos que incluem pessoas heterossexuais cisgênero e aquelas que se encaixam em categorias binárias de sexo e gênero. Por exemplo, os sistemas de registro civil tradicionalmente registram “sexo” no nascimento como masculino ou feminino; os formulários de registro de nascimento normalmente solicitam informações sobre a “mãe” e o “pai” do bebê; e os formulários de registro de casamento exigem informações sobre a “noiva” e o “noivo”. Todas essas categorizações binárias excluem estruturas familiares mais diversas e indivíduos não binários. Além disso, muitas leis de identidade em todo o mundo exigem intervenções médicas ou psicológicas invasivas e muitas vezes indesejadas para aqueles que desejam mudar seu sexo ou marcador de gênero, com mudança de nome associada, em documentos de identidade. Essas leis podem resultar em indivíduos portadores de documentos de identidade incongruentes com sua identidade de gênero, o que pode resultar na negação de serviços essenciais e causar sofrimento mental ou até violência. Este capítulo tem como objetivo destacar as práticas observadas nos sistemas CRVS e ID em todo o mundo que podem levar à exclusão e/ou discriminação de indivíduos LGBTI e recomenda formas de estruturas legais para apoiar sistemas mais inclusivos que se alinhem com as melhores práticas internacionais e obrigações de direitos humanos .

Os Estados devem considerar as obrigações de direitos humanos na concepção e implementação de estruturas legais para sistemas CRVSID. Numerosas convenções internacionais de direitos humanos globais e regionais - incluindo, mas não se limitando à Declaração Universal dos Direitos Humanos; a Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC); a Convenção sobre Consentimento para o Casamento, Idade Mínima para Casamento e Registro de Casamentos; e o Pacto Internacional de Direitos Civis e

³⁴³Site da Agenda de Identidade Jurídica das Nações Unidas, disponível em: <https://unstats.un.org/legal-identity-agenda/>

³⁴⁴Princípios de Yogyakarta, Introdução aos Princípios de Yogyakarta, página 6.

³⁴⁵Reconhecemos que países e culturas diferentes usam termos diferentes para descrever pessoas que têm relacionamentos do mesmo sexo ou que exibem identidades de gênero não binárias (como queer, hijra, meti, lala, skesana, motsoalle, mithli, kuchu, kawein, travesti, muxé, fa'afafine, fakaleiti, hamjensgara e two-spirit). Usamos o termo LGBTI neste capítulo como abreviação para descrever esse grupo diversificado de pessoas.

Políticos (PIDCP), a Convenção Americana de Direitos Humanos e a Convenção Européia de Direitos Humanos – contêm direitos que são afetados direta ou indiretamente pelos sistemas CRVSID.³⁴⁶ Esses direitos incluem o direito de registrar nascimento, óbito, casamento e divórcio; o direito à própria identidade; o direito à vida, saúde e privacidade; o direito da família à proteção; e o direito dos filhos a serem cuidados pelos pais; entre outros.³⁴⁷ Além disso, a prova de identidade legal é essencial para o gozo de muitos direitos fundamentais, incluindo o direito de votar, possuir propriedade, trabalhar, migrar, receber educação, receber seguridade social e manter um padrão de vida adequado.³⁴⁸ Tribunais internacionais, incluindo a Corte Interamericana de Direitos Humanos e a Corte Europeia de Direitos Humanos, reconheceram que os Estados Partes de convenções internacionais têm a obrigação de respeitar, proteger e cumprir os direitos humanos contidos nessas convenções para todas as pessoas. em seu país, incluindo pessoas LGBTI.³⁴⁹

Para reunir e esclarecer *as obrigações existentes* dos Estados sob a lei internacional de direitos humanos para as pessoas LGBTI, a Comissão Internacional de Juristas e o Serviço Internacional de Direitos Humanos redigiram os Princípios de Yogyakarta em 2007.³⁵⁰ Os Princípios de Yogyakarta reúnem uma ampla gama de direitos humanos que estão contidos em várias convenções internacionais e são obrigatórios para as Partes dessas convenções. Os Princípios analisam esses padrões vinculantes de direitos humanos à medida que se aplicam à orientação sexual e identidade de gênero e fornecem recomendações detalhadas sobre as medidas a serem tomadas para implementar esses padrões e direitos.³⁵¹ Embora os próprios Princípios de Yogyakarta não tenham sido votados pela Assembleia Geral da ONU ou outro órgão da ONU e, portanto, não sejam tecnicamente vinculantes, tomar as ações recomendadas não apenas ajudará os Estados a cumprir suas obrigações de direitos humanos existentes, mas também beneficiará os Estados promovendo a administração rápida, eficiente e eficaz dos sistemas de registro civil e gestão de identidade. Reduzir os obstáculos burocráticos e muitas vezes invasivos enfrentados pela comunidade LGBTI ao registrar eventos vitais e alterar os registros de registro civil ajudará a garantir que os Estados tenham estatísticas vitais precisas e oportunas. Da mesma forma, eliminar os obstáculos na mudança de gênero e nome nos documentos de identidade ajudará a garantir que todos tenham uma identidade legal precisa, conhecida pelo Estado, que seja consistente entre agências e plataformas. Isso beneficia tanto os indivíduos quanto os governos.

Conforme discutido em mais detalhes abaixo, para proteger os direitos humanos e promover uma administração governamental justa e eficiente, as leis de registro civil e gestão de identidade devem, no mínimo:

- Basear-se na identidade de gênero autodefinida e não exigir verificação por outros, incluindo pessoal médico;
- Eliminar marcadores de sexo e gênero onde não for necessário e, onde marcadores de sexo ou gênero continuarem em uso, incluir mais de duas opções de sexo ou gênero para aqueles que se identificam fora das categorias binárias de masculino e feminino;
- Estabelecer um processo administrativo de mudança de gênero e nome nos documentos e registros de registro civil e identidade que: seja rápido, transparente e acessível; é gratuito

³⁴⁶Consulte Diretrizes sobre o Marco Legislativo para Registro Civil, Estatísticas Vitais e Gestão de Identidade, Nações Unidas, 2019 (doravante “UN GOLF”), Capítulo 3, para uma lista completa e explicação das convenções internacionais que contêm direitos que afetam ou são afetados pelo registro civil e sistemas de gerenciamento de identidade,

³⁴⁷ U.N. GOLF, para. 118-142, citando a Declaração Universal dos Direitos Humanos; CRC; PIDCP; e Convenção sobre Consentimento para Casamento, Idade Mínima para Casamento e Registro de Casamentos; entre outros.

³⁴⁸ UNGOLF, para. 117.

³⁴⁹ Corte Interamericana de Derechos Humanos, Parecer Consultivo OC-24/17, de 24 de novembro de 2017, solicitado pela República da Costa Rica : Identidade de gênero e igualdade e não discriminação de casais do mesmo sexo (Parecer CIDH OC-24/17).

³⁵⁰Em 2017, um conjunto adicional de 10 princípios – Princípios de Yogyakarta mais 10 (YP+10) – foi lançado. O YP+10 reconhece os desenvolvimentos significativos desde a publicação dos Princípios em 2007, tanto no campo do direito internacional dos direitos humanos como na compreensão das violações que afetam pessoas de diversas orientações sexuais e identidades de gênero, bem como as violações muitas vezes distintas que afetam as pessoas por motivos de 'expressão de gênero' e 'características sexuais'.

³⁵¹Princípios de Yogyakarta, Introdução aos Princípios de Yogyakarta, página 7.

- ou de baixo custo; não requer intervenções médicas ou psicológicas ou diagnóstico; não tem idade mínima ou máxima; e não discrimina, inclusive com base no estado civil ou parental;
- Estabelecer um processo simples para alinhar gênero e nome em todos os outros registros civis e documentos de identidade emitidos pelo governo após a alteração de um documento fundamental, como uma certidão de nascimento ou carteira de identidade nacional;
 - Proteger a privacidade pessoal das pessoas LGBTI; e
 - Fornecer os mesmos direitos no casamento e divórcio para casais do mesmo sexo e casais de gênero diverso como para casais de sexo diferente.

Este capítulo abrange os seguintes tópicos:

1. Termos Chave
2. Registro de Nascimento: Opções de Marcadores Sexuais para Crianças no Registro de Nascimento e nas Certidões de Nascimento
3. Registro de Nascimento: Direito dos Pais de Serem Registrados no Registro de Nascimento com Sua Identidade de Gênero e Nome Autodefinidos
4. Documentos de Identidade: Opções de Gênero em Documentos de Identidade
5. Documentos de Identidade: Processo de Alteração de Gênero e Nome em Documentos de Identidade (incluindo Registro de Nascimento)
6. Documentos de Identidade: Processo de Alinhamento de Gênero e Nome em Todos os Documentos de Registro Civil e Identidade
7. Documentos de Identidade: Número de Vezes que se Pode Mudar de Gênero/Nome
8. Documentos de Identidade: Códigos/Números de Identidade Exclusivos (UIC/UIN)
9. Registro de Óbito: Opções de Gênero no Registro de Óbito
10. Registro de Casamento e União Civil
11. Registro de Divórcio e Dissolução de União Civil
12. Estatísticas Vitais
13. Coordenação e Integração de Diferentes Sistemas
14. Responsabilidade e Execução

Conforme explicado no Capítulo 1 do kit de ferramentas CRVSIID, o termo “estrutura legal” inclui legislação aprovada pelo legislativo ou parlamento, bem como regulamentos de implementação, procedimentos operacionais padrão, diretrizes e outras diretrizes de implementação promulgadas ou adotadas por órgãos governamentais. O termo “lei” é usado amplamente, para significar legislação ou regulamentos de implementação. O “quadro legal” e a “lei” também incluem quaisquer decisões judiciais que sejam vinculantes para o país, incluindo decisões emitidas pelo mais alto tribunal do país e quaisquer decisões vinculantes emitidas por tribunais ou tribunais internacionais ou regionais, como o Tribunal Europeu de Direitos Humanos e a Corte Interamericana de Direitos Humanos. Antes de iniciar uma revisão legal, os revisores devem coletar e ler essas decisões judiciais, bem como as leis e documentos relevantes que compõem a estrutura legal. Por exemplo, os advogados que estão revisando a estrutura legal de qualquer país membro da Organização dos Estados Americanos (OEA) devem certificar-se de revisar o Parecer Consultivo OC-24/17 da Corte Interamericana de Direitos Humanos,³⁵² bem como quaisquer outras decisões judiciais relevantes.

1. Termos Chave:

Melhor Prática: A terminologia claramente definida é importante para qualquer lei, a fim de garantir que a lei seja plena e comumente compreendida por todos. A terminologia usada nas leis CRVSIID

³⁵²Opção Consultiva da CIDH OC/24-17 de 24 de novembro de 2017 Solicitada pela República da Costa Rica, “Identidade de gênero, igualdade e não discriminação de casais do mesmo sexo”, disponível em: https://www.corteidh.or.cr/docs/opiniones/seriea_24_eng.pdf

sobre sexo, orientação sexual, gênero, identidade de gênero e conceitos relacionados deve ser claramente definida.

Os termos abaixo são importantes para entender as práticas de CRVSIID e como elas podem impactar as pessoas LGBTI. As leis de CRVSIID de um país podem ou não incluir todos os termos listados abaixo. No entanto, se algum dos termos estiver contido em uma lei ou outro documento legal (como SOPs, instruções ou orientações), o termo deve ser definido. Independentemente de todos esses termos serem usados na lei, os revisores devem estar familiarizados com esses termos para analisar e comparar a lei com as melhores e boas práticas internacionais. Salvo indicação em contrário, todas as definições são do site GLOBE das Nações Unidas.³⁵³ Outras organizações e leis podem definir esses termos de forma ligeiramente diferente; no entanto, os conceitos-chave são os mesmos.

- a. **Características sexuais:** As características físicas de cada pessoa relacionadas ao sexo, incluindo cromossomos, gônadas, hormônios sexuais, genitais e características físicas secundárias que emergem da puberdade.
- b. **Sexo:** A classificação de uma pessoa como tendo características sexuais femininas, masculinas e/ou intersexuais. Enquanto os bebês geralmente são atribuídos ao sexo masculino ou feminino no nascimento com base apenas na aparência de sua anatomia externa, o sexo de uma pessoa é uma combinação de uma variedade de características sexuais corporais.³⁵⁴
- c. **Intersexo :** As pessoas intersexuais nascem com características sexuais físicas ou biológicas, como anatomia sexual, órgãos reprodutivos, padrões hormonais e/ou padrões cromossômicos, que não se enquadram nas definições típicas de masculino ou feminino. Essas características podem ser aparentes ao nascimento ou surgir mais tarde na vida, muitas vezes na puberdade. Pessoas intersexuais podem ter qualquer orientação sexual e identidade de gênero.³⁵⁵
- d. **Orientação sexual:** A capacidade duradoura de cada pessoa para sentimentos românticos, emocionais e/ou físicos profundos ou atração por outras pessoas. Abrange hetero, homo, bi, pan e assexualidade, bem como uma ampla gama de outras expressões de orientação sexual. Este termo é preferível aos termos e frases preferência sexual, comportamento sexual, estilo de vida e modo de vida ao descrever a atração de um indivíduo por outras pessoas. (A orientação sexual não está relacionada à identidade de gênero e características sexuais.³⁵⁶)
- e. **Homossexual:** Uma pessoa cuja atração romântica, emocional e/ou física é por pessoas do mesmo sexo. Note-se que, em inglês, homossexual pode ser considerado um termo clínico ultrapassado que deve ser evitado, e gays e lésbicas podem ser preferidos. O termo permanece aceitável em muitos contextos que não falam inglês.
- f. **Heterossexual :** Uma pessoa cuja atração romântica, emocional e/ou física é por pessoas de um gênero diferente.
- g. **Pansexual :** Uma pessoa que tem a capacidade de atração romântica, emocional e/ou física por pessoas de qualquer gênero.
- h. **Lésbica:** Uma mulher cuja atração romântica, emocional e/ou física duradoura é por mulheres.
- i. **Gay:** Homens cuja atração romântica, emocional e/ou física duradoura é por homens; também, mulheres que são atraídas por outras mulheres.

³⁵³Consulte Recursos/Treinamento da ONU GLOBE: Organização Internacional para as Migrações, Glossário Completo de Termos para descrever orientação sexual, identidade de gênero, expressão de gênero e características sexuais, atualizado em novembro de 2020, disponível em: <http://www.unglobe.org/resources>

³⁵⁴Esta definição de sexo, da UN GLOBE e da OIM, difere da definição fornecida nos Princípios e Recomendações da ONU para um Sistema de Estatísticas Vitais (parágrafo 113), que afirma: “Sexo refere-se à característica biológica e é necessário para descrever um recém-nascido, um falecido ou uma morte fetal. Os dados devem ser categorizados em “masculino” e “feminino”, e em caso de óbito fetal, a categoria “desconhecido” também é apropriada.” Observamos que a definição da ONU, com apenas uma opção binária “masculino/feminino”, é muito restritiva para incluir indivíduos LGBTI.

³⁵⁵Nações Unidas Livres e Iguais, Definições, disponíveis em: <https://www.unfe.org/definitions/>

³⁵⁶Nações Unidas Livres e Iguais, Definições, disponíveis em: <https://www.unfe.org/definitions/>

- j. **Bissexual:** Uma pessoa que tem a capacidade de atração romântica, emocional e/ou física por pessoas de mais de um gênero.
- k. **Assexual:** Uma pessoa que pode sentir atração romântica ou emocional, mas geralmente não atração sexual.
- l. **Gênero:** Os papéis, comportamentos, atividades e atributos socialmente construídos que uma determinada sociedade considera apropriados para os indivíduos com base no sexo que lhes foi atribuído no nascimento.
- m. **Identidade de gênero :** A experiência interna e individual de gênero de cada pessoa, profundamente sentida, que pode ou não corresponder ao sexo atribuído no nascimento ou ao gênero que lhe é atribuído pela sociedade. Inclui o sentido pessoal do corpo, que pode ou não envolver o desejo de modificação da aparência ou função do corpo por meios médicos, cirúrgicos ou outros.
- n. **Expressão de gênero :** A expressão de gênero é o modo pela qual expressamos nosso gênero por meio de ações e aparência. A expressão de gênero pode ser qualquer combinação de masculino, feminino e andrógino. Para muitas pessoas, sua expressão de gênero acompanha as ideias que nossas sociedades consideram apropriadas ao seu gênero. Para outras pessoas não. Pessoas cuja expressão de gênero não se encaixa nas normas e expectativas da sociedade, como homens percebidos como 'femininos' e mulheres percebidas como 'masculinas', muitas vezes enfrentam duras sanções, incluindo violência física, sexual e psicológica e bullying. A expressão de gênero de uma pessoa nem sempre está ligada ao sexo biológico, identidade de gênero ou orientação sexual da pessoa.³⁵⁷
- o. **Transgênero:** Um termo usado por algumas pessoas cuja identidade de gênero difere do que é tipicamente associado ao sexo que lhes foi atribuído no nascimento. Mulheres trans se identificam como mulheres, mas foram classificadas como homens quando nasceram, homens trans se identificam como homens, mas foram classificados como mulheres quando nasceram, enquanto outras pessoas trans não se identificam com o gênero binário. Algumas pessoas transgênero procuram cirurgia ou tomam hormônios para alinhar seu corpo com sua identidade de gênero; outros não. Ser transgênero não implica em nenhuma orientação sexual específica. Portanto, pessoas trans podem se identificar como heterossexuais, gays, lésbicas, bissexuais, etc.³⁵⁸
- p. **Cisgênero :** Uma pessoa cuja identidade de gênero e o sexo que lhe foi atribuído no nascimento se alinham.
- q. **Transição de gênero:** O processo de mudar a apresentação externa de gênero de uma pessoa para estar mais de acordo com sua identidade de gênero. A transição geralmente ocorre durante um longo período de tempo e pode incluir contar à família, amigos e colegas de trabalho, usar um nome, pronome e/ou título diferente, vestir-se de maneira diferente, mudar o nome e/ou sexo em documentos legais e passar por hormônios terapia e/ou outro tratamento. Em alguns países, a cirurgia é um requisito para o reconhecimento legal de gênero, o que é uma violação das normas de direitos humanos da ONU.

Orientação: Indique se cada termo abaixo (ou termo similar) é usado em sua estrutura legal e se está definido. Se definido, indique a definição contida no marco legal. Forneça a citação legal onde o termo é encontrado. Se outros termos-chave forem usados em sua estrutura legal, indique a definição e forneça a citação. Nas seções de comentários, forneça sua análise sobre se uma definição é necessária ou se a definição é clara e compreendida no contexto da lei. Indique como a definição poderia ser melhorada, se necessário.

³⁵⁷Nações Unidas Livres e Iguais, Definições, disponíveis em: <https://www.unfe.org/definitions/>

³⁵⁸Consultar IOM, Glossário Completo de Termos para descrever orientação sexual, identidade de gênero, expressão de gênero e características sexuais, e Definições Livres e Iguais das Nações Unidas; e Campanha de Direitos Humanos, Glossário de Termos, disponível em: <https://www.hrc.org/resources/glossary-of-terms>

a. Sexo (ou sexo atribuído no nascimento, características sexuais ou termo similar):

Usado na lei? Yes Não Definido? Sim No

Definição:

Citação:

Comente:

b. Orientação sexual (ou termo similar):

Usado na lei? Yes Não Definido? Sim No

Definição:

Citação:

Comente:

c. Gênero (ou identidade de gênero, expressão de gênero ou termo similar):

Usado na lei? Yes Não Definido? Sim No

Definição:

Citação:

Comente:

d. Outros termos importantes (adicione quantas linhas forem necessárias):

Usado na lei? Yes Não Definido? Sim No

Definição:

Citação:

Comente:

REGISTRO DE NASCIMENTO

2. Registro de Nascimento: Opções de Marcadores Sexuais para Crianças no Registro de Nascimento e nas Certidões de Nascimento

Melhor prática:³⁵⁹ A estrutura legal deve prever uma terceira opção de marcador sexual neutro no registro de nascimento, além de “masculino” e “feminino”, como “X”, “intersexo”, “indeterminado” ou “não especificado”. Embora um desses três marcadores de sexo deva ser registrado no registro de nascimento, os legisladores devem considerar a remoção de marcadores de sexo de certidões de nascimento emitidas por registradores e outras cópias autenticadas de extratos do registro ou, no mínimo, fornecer uma opção para obter uma certidão de nascimento sem um marcador de sexo.

³⁵⁹As Melhores Práticas são baseadas principalmente nos Princípios de Yogyakarta. Onde indicado em notas de rodapé, essas melhores práticas também são baseadas nos Princípios e Recomendações das Nações Unidas para um Sistema de Estatísticas Vitais e nas Diretrizes das Nações Unidas sobre uma Estrutura Legislativa para Registro Civil, Estatísticas Vitais e Gerenciamento de Identidade.

a. Histórico

Tradicionalmente, os profissionais de saúde atribuem à criança uma das duas opções de “sexo” no nascimento – masculino ou feminino. No entanto, nem todos os bebês se encaixam perfeitamente nessas categorias binárias distintas. Segundo especialistas, entre 0,05% e 1,7% da população nasce com traços intersexuais.³⁶⁰ Intersexo é um termo coletivo usado para muitas variações naturais nas características sexuais e características corporais que não correspondem às definições médicas estritas de masculino ou feminino. Essas características podem ser cromossômicas, hormonais e/ou anatômicas e podem estar presentes em diferentes graus. Muitas variantes de características sexuais são detectadas imediatamente no nascimento, ou mesmo antes. Às vezes, essas variantes se tornam evidentes apenas em fases posteriores da vida, geralmente durante a puberdade. Estas são variações naturais e intersexo não é uma condição médica.³⁶¹

A exigência legal de atribuir apenas sexo “masculino” ou “feminino” no nascimento obriga os envolvidos na certificação e registro de nascimento (que podem incluir os pais ou outros membros da família responsáveis pela criança, profissionais de saúde e funcionários do registro de nascimento) a escolher entre “masculino” ou “feminino”. Isso pode ter um impacto profundo nos direitos fundamentais das pessoas intersexuais, cujas características sexuais fazem com que fiquem fora dessa classificação binária. Muitos serviços e benefícios sociais (como carteira de identidade, passaporte, matrícula escolar e serviços de saúde) só podem ser obtidos mediante apresentação de certidão de nascimento. Quando a certidão de nascimento de uma pessoa não está de acordo com sua expressão de gênero, o provedor de serviços pode questionar a autenticidade de sua identidade e negar serviços. Além disso, a exigência de classificar uma criança como homem ou mulher ao nascer fez com que as pessoas intersexuais fossem submetidas a cirurgias estéticas e outras desnecessárias em âmbito médico na infância, resultando em atribuição irreversível do sexo e, muitas vezes, esterilidade, sem o consentimento informado de qualquer uma das pessoas em questão, ou seus pais ou responsáveis.³⁶² Esta é uma grave violação dos direitos à integridade física e psicológica e viola o Princípio 10 de Yogyakarta (O Direito à Liberdade de Tortura e Tratamento ou Castigo Cruel, Desumano ou Degradante), Princípio 18 (Proteção contra Abusos Médicos) e Princípio 33 (O Direito à Integridade Corporal e Mental). Conforme declarado no Princípio 18 de Yogyakarta, os estados devem “garantir que o corpo de nenhuma criança seja irreversivelmente alterado por procedimentos médicos na tentativa de impor uma identidade de gênero sem o consentimento pleno, livre e informado da criança de acordo com a idade e maturidade da criança.”³⁶³

b. Marcadores de sexo no registro inicial de nascimento

As pessoas intersexuais permanecerão vulneráveis à discriminação enquanto os registros de nascimento não registrarem o sexo adequadamente. Portanto, as leis devem prever uma terceira opção de marcador sexual neutro em relação ao sexo, além de “masculino” e “feminino” no registro de nascimento.³⁶⁴

Reconhecendo que fornecer uma opção de marcador de sexo binário (masculino/feminino) no nascimento é discriminatório contra indivíduos intersexuais, muitos países alteraram suas leis para permitir uma terceira opção de sexo neutro no registro de nascimento.³⁶⁵ A forma como esta opção neutra em termos de sexo é rotulada varia entre países e jurisdições. Algumas opções incluem: “X”

³⁶⁰Folha de dados: Intersex, Nações Unidas Livres e Iguais, disponível em: <https://www.unfe.org/learn-more/>

³⁶¹Eu ia. ; A situação dos direitos fundamentais das pessoas intersexuais, Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia, 2015, página 2, disponível em: <http://fra.europa.eu/en/publication/2015/fundamental-rights-situation-intersex-people>.

³⁶²Folha de dados: Intersexo, Nações Unidas Livres e Iguais, na p.1.

³⁶³Princípio de Yogyakarta 18.

³⁶⁴UN GOLF, par. 302.

³⁶⁵UN GOLF, parágrafos 299 – 302, Caixa 25.

(Território da Capital Nacional da Austrália³⁶⁶, Bélgica³⁶⁷), “não especificado” (Austrália Northern Territory³⁶⁸), “indeterminado” (Nova Zelândia³⁶⁹), e “desconhecido”, “incerto” ou “o sexo não pôde ser determinado” (Reino Unido, Letônia, Holanda, respectivamente³⁷⁰). A Alemanha e a Áustria incluem “divers”, que se traduz aproximadamente como “outros” ou “miscellaneous”, como um terceiro marcador de gênero no registro de nascimento.³⁷¹ Países e jurisdições podem permitir o uso de termos adicionais como “marcadores de gênero” mais tarde na vida, quando uma pessoa é capaz de definir sua identidade de gênero (ver Seção 4 abaixo). No entanto, como os bebês não podem definir sua identidade de gênero, o marcador atribuído no nascimento é, necessariamente, um “marcador de sexo”.

Alguns países oferecem a opção de deixar o marcador de sexo em branco, permitindo a determinação do sexo posteriormente. No entanto, deixar o marcador de sexo em branco pode violar direitos, pois a identidade de gênero é parte integrante da dignidade e da humanidade de todas as pessoas. O mais alto tribunal da Alemanha reconheceu isso em novembro de 2017, decidindo que exigir o registro de nascimento como masculino ou feminino ou deixar o marcador sexual em branco violava o direito à identidade. O tribunal decidiu que o país deve fornecer uma opção de terceiro sexo no registro de nascimento do país ou dispensar totalmente a informação sobre sexo no estado civil, razão pela qual introduziu a opção “mergulhadores”.³⁷² Registrar “sexo” também é importante para fins estatísticos, como rastrear infanticídio, particularmente em países que valorizam meninos acima de todos os outros.

c. Quem deve determinar qual marcador de sexo é registrado no registro inicial de nascimento?

As leis também devem abordar quem tem a responsabilidade e o direito de determinar qual sexo é registrado no registro de nascimento.

Não existe uma melhor prática internacionalmente reconhecida sobre quem tem o direito ou a responsabilidade de determinar o “sexo” no nascimento. Atualmente, as leis da maioria dos países não tratam diretamente desse tema. Em vez disso, em países onde os profissionais de saúde enviam formulários de notificação de nascimento ao registrador, o médico ou outro assistente de parto é de fato responsável por fazer a determinação do sexo. Nos países onde a família é a informante (sem notificação médica de nascimento), a família é de fato responsável por fazer essa determinação.

A Lei/Regulamentos de Nascimentos, Óbitos e Registro da Nova Zelândia é um exemplo de lei que explicitamente coloca a responsabilidade apenas no profissional médico, afirmando que “indeterminado” pode ser usado no registro de nascimento somente quando um profissional médico não pode determinar que o sexo de uma criança seja do sexo masculino ou fêmea quando nascem.³⁷³

³⁶⁶Regulamentos de Registro de Nascimentos, Óbitos e Casamentos do Território da Capital Nacional da Austrália, Regulamento 2, 3

³⁶⁷The Brussels Times, Bélgica, apresentará 'X' como terceiro gênero não binário, 9 de novembro de 2020, disponível em: <https://www.brusselstimes.com/belgium/139909/belgium-to-introduce-x-as-third-non-binary-gender-genderfluid-genderqueer-belgian-laws-transgender-justice-minister-vincent-van-quickenborne-ministro-petra-de-sutter/>

³⁶⁸Território do Norte da Austrália, Registro de Nascimentos, Óbitos e Casamentos e Outras Leis de Emenda à Legislação de 2018, disponível em: https://legislation.nt.gov.au/en/LegislationPortal/Acts/~/_/link.aspx? id=6DC22FAECB4149C3944C0F6851C55751& z=z&for mat=assented

³⁶⁹Site do governo da Nova Zelândia em: <https://www.govt.nz/browse/passports-citizenship-and-identity/change-your-gender/change-the-registered-sex-on-your-birth-certificate/>

³⁷⁰A situação dos direitos fundamentais das pessoas intersexuais, Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia, 2015, página 4, disponível em: <https://fra.europa.eu/en/publication/2015/fundamental-rights-situation-intersex-people>

³⁷¹PinkNews, Áustria reconhece terceira opção de gênero em documentos oficiais, 14 de maio de 2019, disponíveis em: <https://www.pinknews.co.uk/2019/05/14/austria-third-gender-option-documents/>

³⁷²Alemanha: A Lei de Status Pessoal Deve Permitir a Opção de Terceiro Gênero para Pessoas Intersexuais, Monitor Jurídico Global da Biblioteca do Congresso, disponível em: [https://www.loc.gov/law/foreign-news/article/germany-personal-status-act-must-allow-third-gender-option-for-intersex-people/#:~:text=20%2C%202017\)%20Em%20a%20decisão,feminino%20ou%20masculino%20gênero%20at](https://www.loc.gov/law/foreign-news/article/germany-personal-status-act-must-allow-third-gender-option-for-intersex-people/#:~:text=20%2C%202017)%20Em%20a%20decisão,feminino%20ou%20masculino%20gênero%20at)

³⁷³Site do governo da Nova Zelândia em: <https://www.govt.nz/browse/passports-citizenship-and-identity/change-your-gender/change-the-registered-sex-on-your-birth-certificate/>

A Lei de Identidade de Gênero de Malta adota uma abordagem diferente e permite que os pais decidam adiar o registro no registro civil do sexo de seu recém-nascido para que a criança possa decidir sobre seu gênero à medida que amadurece.³⁷⁴

Como a designação de um marcador sexual tem consequências importantes na vida do bebê, os formuladores de políticas devem considerar cuidadosamente quem tem o direito e a responsabilidade de fazer tal determinação. Os formuladores de políticas e os redatores de leis devem considerar se é apropriado colocar essa responsabilidade apenas nos profissionais de saúde, apenas nos pais ou nos profissionais de saúde em consulta com os pais. Pode haver prós e contras para cada uma dessas abordagens, que podem variar dependendo do contexto do país. Independentemente de onde a responsabilidade por essa decisão seja colocada, os formuladores de políticas devem reconhecer que a decisão pode ser imperfeita; portanto, mudar o sexo de uma pessoa na certidão de nascimento deve ser um processo administrativo simples (veja a Seção 5 abaixo).

d. Tempo para determinação

Os países que permitem a não determinação do sexo, como “sexo desconhecido” ou “sexo incerto”, não devem exigir a determinação do sexo dentro de um prazo restritivo. O tempo permitido para a determinação do sexo deve ser ilimitado. Isso está de acordo com o Princípio 31 de Yogyakarta, que garante a todas as pessoas o direito ao reconhecimento legal sem referência ou exigência de atribuição ou divulgação de sexo, gênero, orientação sexual, identidade de gênero, expressão de gênero ou características sexuais. No entanto, se e enquanto os países impõem limites de tempo, esses prazos devem permitir tempo suficiente para: a) as características sexuais da criança ficarem claras e/ou b) a criança determinar sua identidade de gênero.

Na Holanda, “sexo” pode ser registrado como “indeterminado” no registro de nascimento. A lei prevê a alteração do “sexo” no prazo de três meses, com base em atestado médico. No entanto, se o sexo ainda não puder ser determinado ou nenhuma declaração médica for fornecida, a designação permanece “indeterminada” até que a pessoa tenha decidido sobre sua identidade de gênero, sem limite de tempo definido.³⁷⁵ Desde 2015, Malta permite que os pais adiem a inscrição no registro civil do sexo do recém-nascido até aos 18 anos da criança, altura em que a criança deve escolher o seu sexo legal.³⁷⁶

e. Convenções de nomenclatura

Os países devem considerar como suas leis de nomes afetam o registro de nascimento e revogam as disposições que exigem que os nomes sejam específicos do sexo. As leis de nomenclatura devem permitir nomes unissex ou neutros em termos de sexo.

Alguns países têm leis de nomenclatura que exigem que o nome de uma criança seja específico de gênero. Por exemplo, na Dinamarca, os pais devem escolher um nome para seus filhos de uma lista de nomes pré-aprovados pelo governo, incluindo nomes para meninas e nomes para meninos. A Islândia também exige que os nomes sejam escolhidos de uma lista pré-aprovada; no entanto, desde 2019, os nomes próprios não são mais restritos por gênero. Anteriormente, o Ministério do Interior alemão emitiu instruções para os registradores de que crianças do sexo masculino só podem ter nomes masculinos e crianças do sexo feminino apenas nomes femininos. Em 2008, o Tribunal Constitucional Federal da Alemanha decidiu que os pais têm o direito constitucional de nomear seus filhos e anulou essas instruções. Os países devem revisar suas leis de nomenclatura, incluindo instruções para registradores, e revogar quaisquer disposições que efetivamente forcem os pais e/ou registradores a fazer uma determinação binária de sexo por meio da escolha do nome.

Os países que tradicionalmente usam patronímicos ou matronímicos devem permitir o uso de patronímicos ou matronímicos neutros em termos de sexo no registro de nascimento. Um patronímico ou matronímico é um componente do nome de uma pessoa baseado em sua mãe ou pai,

³⁷⁴Lei de Identidade de Gênero, Expressão de Gênero e Características Sexuais de Malta, Seção 7(4).

³⁷⁵A situação dos direitos fundamentais das pessoas intersexuais, Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia, 2015, página 4.

³⁷⁶Lei de Identidade de Gênero, Expressão de Gênero e Características Sexuais de Malta, Seção 7(4).

e geralmente reflete se a pessoa é filho ou filha. Por exemplo, na Islândia, as famílias geralmente usam sobrenomes patronímicos ou matronímicos, com os filhos de um casal adotando o nome do pai ou da mãe com o sufixo '-son' para homens e '-dóttir' para mulheres, significando 'filho' e 'filha'. Então, um homem chamado Gunnar Egillson é filho de um homem chamado Egill. Se Gunnar nomeasse sua filha Helga, seu nome completo seria Helga Gunnarsdóttir. Desde junho de 2019, com a aprovação da Lei de Autonomia de Gênero, a Islândia agora permite o sufixo '-bur' que significa 'criança' para residentes não binários do país. Patronímicos comuns em muitas partes do mundo, incluindo Rússia, países eslavos orientais, países árabes (geralmente como um nome do meio) e alguns países do Sudeste Asiático (incluindo algumas populações na Malásia, Cingapura e Brunei). Matronímicos, embora menos comuns, estão em uso em alguns países. O uso de patronímicos ou matronímicos baseados em gênero pode entrar em conflito com a prática de permitir o registro de nascimento com um marcador de sexo neutro. Portanto, os países que usam patronímicos ou matronímicos baseados em gênero devem considerar permitir o uso de um sufixo de sexo neutro no registro de nascimento.

f. Marcadores de sexo em certidões de nascimento iniciais

Os legisladores devem considerar a remoção de marcadores de sexo de certidões de nascimento ou cópias autenticadas de extratos emitidos pelo registrador. Alternativamente, deve haver a opção de obter uma certidão de nascimento ou cópia autenticada de um extrato emitido pelo registrador sem marca de sexo.

Embora haja uma razão legítima do governo para rastrear informações de sexo para estatísticas vitais e, portanto, incluir “sexo” no registro de nascimento, há menos necessidade de imprimir “sexo” em uma certidão de nascimento emitida pelo registrador. As certidões de nascimento são necessárias por vários motivos – por exemplo, obter uma carteira de motorista ou outra carteira de identidade, abrir uma conta bancária e votar. O direito de se beneficiar desses serviços não depende do sexo e, portanto, os prestadores de serviços não precisam saber o sexo de uma pessoa. Quando os marcadores de sexo estão contidos em certidões de nascimento, pessoas transgênero, de gênero diverso e intersexuais são forçadas a se “extrair” toda vez que sua certidão de nascimento é solicitada. Isso pode causar confusão, levantar preocupações de privacidade e potencialmente levar à discriminação e negação de serviços, pois os provedores de serviços podem questionar a identidade do titular do certificado se o marcador de sexo não corresponder à expressão de gênero da pessoa. A remoção de marcadores de sexo das certidões de nascimento alivia essas preocupações. Também pode aliviar a pressão sobre os pais para escolher um sexo para uma criança intersexo antes que a criança esteja pronta para identificar seu gênero. Há poucas vantagens em manter o marcador de sexo. “Sexo” em uma certidão de nascimento não ajuda a autenticar a identidade de uma pessoa da mesma forma que, por exemplo, uma biometria, porque “sexo” apenas reduz a população em aproximadamente metade.

Na Letônia, o sexo não está incluído nas certidões de nascimento e, na Alemanha, é possível obter uma certidão de nascimento emitida sem marcação de sexo.³⁷⁷ A Tasmânia e as províncias canadenses de Ontário e Saskatchewan recentemente alteraram suas leis para permitir que os indivíduos optem por não exibir uma designação de sexo em sua certidão de nascimento.³⁷⁸

Orientação: Responda às perguntas abaixo sobre a atribuição de um marcador de sexo no registro de nascimento e a inclusão de marcadores de sexo nas certidões de nascimento. Ao procurar disposições sobre marcadores de sexo, certifique-se de revisar os regulamentos de implementação, formulários e instruções do registrador, bem como a legislação. Na seção de comentários, discuta se a estrutura legal está alinhada com as melhores práticas e quaisquer emendas recomendadas à lei.

³⁷⁷A situação dos direitos fundamentais das pessoas intersexuais, Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia, 2015, páginas 4-5.

³⁷⁸Ver The Conversation, Explainer: por que a remoção do sexo das certidões de nascimento é importante para pessoas com diversidade de gênero, em: <https://theconversation.com/explainer-why-removing-sex-from-birth-certificates-matters-to-gender-diverse-people-105571> e ABC News, a Tasmânia torna o gênero opcional nas certidões de nascimento depois que Liberal cruza o piso, em: <https://www.abc.net.au/news/2019-04-10/birth-certificate-gender-laws-pass-in-tasmania/10989170>

-
- a. Descrever se as leis protegem bebês e crianças de cirurgias medicamente desnecessárias destinadas a atribuir um sexo ao nascimento.**

Citação(ões):

Comentários:

- b. Descreva as opções de marcadores de sexo no registro de nascimento.** Se uma terceira opção de marcador sexual estiver disponível, indique qual é. Informar se “sexo” pode ser deixado em branco no registro de nascimento.

Citação(ões):

Comentários:

- c. Descreva quem determina o marcador sexual da criança.**

Citação(ões):

Comentários:

- d. Descreva quaisquer prazos impostos para a determinação do sexo de uma criança .**

Citação(ões):

Comentários:

- e. Descreva quaisquer convenções de nomenclatura que exijam que os nomes sejam específicos do sexo.** Descreva todas as ações que foram tomadas para abordar as convenções de nomenclatura específicas do sexo.

Citação(ões):

Comentários:

- f. Descreva se um marcador de sexo está incluído em uma certidão de nascimento ou cópia autenticada de um extrato emitido pelo registrador.** Observe se uma pessoa pode optar por não incluir um marcador de sexo em uma certidão de nascimento ou uma cópia autenticada de um extrato emitido pelo registrador.

Citação(ões):

Comentários:

3. Registro de Nascimento: Direito dos Pais de Serem Registrados no Registro de Nascimento com Sua Identidade de Gênero e Nome Autodefinidos

Melhor Prática: O pai ou os pais de uma criança devem ter o direito de serem registrados no registro de nascimento e em uma certidão de nascimento com sua identidade de gênero e nome autodefinidos. Os países não devem exigir um pai do sexo masculino e uma mãe do sexo feminino, mas sim permitir que um pai ou pais registrem uma criança, independentemente do sexo, orientação sexual ou identidade ou expressão de gênero dos pais.

Este direito está fundamentado no Princípio 24 de Yogyakarta, O Direito de Fundar uma Família, que afirma: “Todos têm o direito de constituir uma família, independentemente da orientação sexual ou identidade de gênero. As famílias existem em diversas formas. Nenhuma família pode ser submetida a discriminação com base na orientação sexual ou identidade de gênero de qualquer um de seus membros”. Para implementar o Princípio 24, “Os Estados devem:

B. Garantir que as leis e políticas reconheçam a diversidade de formas familiares, incluindo aquelas não definidas por descendência ou casamento, e tomem todas as medidas legislativas, administrativas e outras necessárias para garantir que nenhuma família seja submetida a discriminação com base na orientação sexual ou identidade de gênero de qualquer um de seus membros. . . ;

E. Adotar todas as medidas legislativas, administrativas e outras medidas necessárias para garantir que, nos estados que reconhecem casamentos ou parcerias registradas do mesmo sexo, qualquer direito, privilégio, obrigação ou benefício disponível para parceiros casados ou registrados de sexo diferente esteja igualmente disponível para parceiros do mesmo sexo parceiros casados ou registrados;

F. Adotar todas as medidas legislativas, administrativas e outras medidas necessárias para garantir que qualquer obrigação, direito, privilégio ou benefício disponível para parceiros não casados de sexo diferente esteja igualmente disponível para parceiros não casados do mesmo sexo. . . ;

I. Emitir certidões de nascimento para filhos no momento do nascimento que reflitam a identidade de gênero autodefinida dos pais;³⁷⁹

Para efetivar esses direitos, as autoridades de registro civil precisarão revisar os formulários de registro de nascimento para substituir as categorias de gênero “mãe” e “pai” pelo termo neutro de gênero “pai(s)”. Alternativamente, os formulários de registro podem oferecer a cada pai a opção de escolher uma designação parental de “mãe”, “pai” ou simplesmente “pai”, e se eles optam por ter essa designação refletida na certidão de nascimento.

As autoridades de registro civil podem desejar coletar dados parentais adicionais, apenas para fins estatísticos, sobre identidade de gênero e orientação sexual, pois isso pode fornecer informações estatísticas úteis sobre diversas estruturas familiares. Se capturar tais dados, eles devem ser enviados anonimamente para a agência de estatísticas e não inseridos no registro, para proteger a privacidade pessoal. (Consulte a Seção 12 sobre Estatísticas Vitais). Alternativamente, as autoridades de registro civil e estatísticas podem decidir dispensar completamente a identidade de gênero dos pais, como é feito na Nova Zelândia.

Na Nova Zelândia, a *certidão de nascimento* contém as seguintes informações sobre os pais do bebê:

- nome completo;
- data de nascimento;
- idade no momento do nascimento da criança;
- local de nascimento;
- nome completo de nascimento (se não for o nome completo no registro inicial do nascimento); e
- nome completo conforme registrado no registro inicial de nascimento.

³⁷⁹A subseção (I) foi adicionada ao Princípio 24 de Yogyakarta através dos Princípios de Yogyakarta Plus 10.

O certificado não faz referência ao sexo dos pais.³⁸⁰ Além disso, as seguintes informações estatísticas sobre os pais do bebê são coletadas:

- a ocupação, profissão ou emprego habitual;
- o endereço residencial e detalhes de contato;
- se é descendente de um maori da Nova Zelândia (se conhecido);
- o grupo ou grupos étnicos aos quais os pais pertencem;
- informações para determinar a cidadania ou status de residência dos pais;
- informações sobre o tipo de relacionamento (se houver) entre os pais no momento do nascimento da criança e a data e local em que o relacionamento foi celebrado (se relevante); e
- o número de filhos (se houver) nascidos dos mesmos pais.

A identidade de gênero do(s) pai(s) não é coletada para fins estatísticos.

a. Adoção e barriga de aluguel

Esses mesmos formulários de gênero neutro devem ser usados para o registro de uma criança adotiva ou de uma criança concebida por meio de barriga de aluguel. Depois que um tribunal aprova uma adoção, um novo registro de nascimento refletindo os fatos de nascimento dos novos pais é preparado e, em algumas jurisdições, o registro de nascimento original é lacrado e mantido em sigilo. O local e a data de nascimento da criança permanecem inalterados no novo registro de nascimento, bem como qualquer código de identificação único; apenas a informação dos pais é alterada, bem como o nome da criança (se os pais assim o desejarem).³⁸¹ Se uma criança for adotada de um país estrangeiro, a maioria dos países tem um processo pelo qual os pais adotivos podem solicitar uma certidão de nascimento nacional. Isso geralmente envolve fornecer a um tribunal uma cópia autenticada do decreto final de adoção do país estrangeiro e um pedido por escrito de uma nova certidão de nascimento.³⁸² De acordo com o Princípio 24, a entrada no registro de nascimento e a nova certidão de nascimento emitida após a adoção devem conter a identidade de gênero autodefinida do(s) pai(s) adotivo(s) ou nenhum campo de dados para identidade de gênero, conforme discutido acima.

A barriga de aluguel é um acordo pelo qual uma mulher concorda em engravidar para outra pessoa ou pessoas que se tornarão os pais do recém-nascido após o nascimento. As leis do país em relação à barriga de aluguel variam muito, desde a proibição total da prática, permitindo a barriga de aluguel com regulamentação, até permitir a barriga de aluguel de fato em virtude de não haver leis sobre o assunto. Detalhar as complexidades dos arranjos de barriga de aluguel está além do escopo deste documento. No entanto, geralmente, onde legal, o registro civil em barriga de aluguel pode ser tratado de duas maneiras. Em alguns países, os pais pretendidos são considerados pais legais desde o momento do nascimento e são registrados no registro de nascimento e na certidão de nascimento. Em outros países, a mãe gestacional³⁸³ é registrado como o pai legal no nascimento. Dentro de um tempo especificado após o nascimento, os pais pretendidos buscam um decreto parental do tribunal, bem como um processo de adoção.³⁸⁴ De acordo com o Princípio 24 e a discussão acima, o registro de uma criança concebida por barriga de aluguel e a certidão de nascimento após a conclusão dos procedimentos de barriga de aluguel devem conter a identidade de gênero autodefinida dos pais ou pais pretendidos ou nenhum campo de dados para identidade de gênero.

³⁸⁰Regulamentos de Registro de Nascimentos, Óbitos, Casamentos e Relacionamentos da Nova Zelândia (Informações Prescritas) 1995, Regulamento 6, disponível em: <https://www.legislation.govt.nz/regulation/public/1995/0183/latest/whole.html#DLM1811247>.

³⁸¹ *Manual de Registro Civil e Sistemas de Estatísticas Vitais: Gestão, Operação, Manutenção, Revisão 1*, Nações Unidas, 2018, parágrafo 157.

³⁸²UN GOLF, par. 414.

³⁸³A barriga de aluguel pode ser “barriga de aluguel tradicional” (também conhecida como barriga de aluguel parcial), em que os óvulos da barriga de aluguel são usados na concepção da criança; ou “barriga de aluguel gestacional” (também conhecida como barriga de aluguel completa), em que a criança é concebida por meio de fertilização in vitro usando o óvulo e o esperma dos pais ou outras pessoas. A “mãe gestacional” é a mulher que deu à luz a criança.

³⁸⁴Rutuja Pol, Propondo um instrumento internacional para abordar questões decorrentes de acordos internacionais de barriga de aluguel, *Georgetown Journal of International Law*, páginas 1311 – 1317, 1323.

Orientação: Responda às perguntas abaixo sobre o registro da identidade de gênero dos pais no registro de nascimento e/ou para fins estatísticos. Observar diferenças, se houver, no registro da identidade de gênero dos pais para registro de nascimento de filhos biológicos e de filhos adotivos ou substitutos. Na seção de comentários, discuta se a estrutura legal está alinhada com as melhores práticas e quaisquer emendas recomendadas à lei.

-
- a. **Descreva se os pais de uma criança têm o direito de serem registrados no registro de nascimento e na certidão de nascimento com sua identidade de gênero e nome autodefinidos.** Aborde se os formulários de registro de nascimento e certidões de nascimento usam os termos “mãe” e “pai” ou os “pais” de gênero neutro.

Citação(ões):

Comente:

- b. **Se o registro contiver um campo de dados com o termo “pai(s)” neutro em termos de gênero (em vez de “mãe” e “pai”), indique se as informações sobre a identidade de gênero do(s) pai(s) são coletadas para fins estatísticos .**

Citação(ões):

Comente:

- c. **Descreva procedimentos para alteração do registro de nascimento após adoção e barriga de aluguel.** Informe se os formulários relevantes e qualquer certidão de nascimento alterada usam os termos “mãe” e “pai” ou “pais” neutros em termos de gênero. Aborde se as informações sobre identidade de gênero dos pais adotivos ou pretendidos (no caso de barriga de aluguel) são coletadas para fins estatísticos.

Citação(ões):

Comente:

DOCUMENTOS DE IDENTIDADE

4. Documentos de Identidade: Opções de Gênero em Documentos de Identidade

Melhor Prática: Os Estados devem considerar a eliminação da exibição de marcadores de sexo e gênero em documentos de identidade. Se os marcadores permanecerem em uso em documentos de identidade, esses marcadores devem ser marcadores de gênero, não marcadores de sexo. (Para lembrar: Os marcadores de sexo referem-se a marcadores que caracterizam as características físicas do sexo de uma pessoa, enquanto os marcadores de sexo se referem à identidade de gênero autodefinida de uma pessoa.) Além disso, os estados devem disponibilizar uma multiplicidade de opções de marcadores de gênero (pelo menos três).

a. Eliminação de marcadores de sexo e gênero em documentos de identidade

Toda pessoa tem o direito de ser reconhecida como pessoa perante a lei, conforme consagrado no artigo 6º da Declaração Universal dos Direitos Humanos e em vários outros instrumentos

internacionais de direitos humanos. A identidade jurídica é amplamente reconhecida como fundamental para o exercício dos direitos humanos e para se beneficiar de inúmeros serviços governamentais e do setor privado.³⁸⁵ No entanto, se o marcador de sexo em um marcador de identidade não corresponder à identidade de gênero ou expressão de gênero de uma pessoa, isso pode levar à discriminação e à negação de serviços.

Reconhecendo que as pessoas trans e intersexuais frequentemente sofrem devido ao uso de marcadores sexuais em documentos de identidade, o Princípio 31 de Yogyakarta, O Direito ao Reconhecimento Legal, afirma: “Todo mundo tem direito ao reconhecimento legal sem referência ou exigência de atribuição ou divulgação de sexo, gênero, orientação sexual, identidade de gênero, expressão de gênero ou características sexuais”. Para implementar o Princípio 31, os Princípios exigem que os Estados “[garantirem] que os documentos oficiais de identidade incluam apenas informações pessoais que sejam relevantes, razoáveis e necessárias, conforme exigido por lei para um propósito legítimo, e, assim, terminem o registro do sexo e gênero da pessoa em documentos de identidade”, como certidões de nascimento, carteiras de identidade, passaportes e carteiras de motorista, e como parte de sua personalidade jurídica.³⁸⁶ Isso se alinha com os princípios de proporcionalidade e necessidade contidos nos *Princípios de Privacidade e Dados Pessoais* da ONU e no Regulamento Geral de Proteção de Dados da União Europeia (GDPR).

De acordo com este Princípio, nos últimos anos alguns países removeram os marcadores de sexo e gênero dos documentos de identidade. Por exemplo, a Nova Zelândia³⁸⁷, Costa Rica³⁸⁸ e França³⁸⁹ removeram os marcadores de gênero das carteiras de motorista. A Holanda removerá os marcadores de gênero dos cartões de identidade nacionais até 2025.³⁹⁰

b. Terceira opção de gênero enquanto os marcadores de gênero continuam em uso

De acordo com o Princípio 31, se ou enquanto os marcadores continuarem a ser usados, esses marcadores devem ser marcadores de gênero que refletem o gênero autodefinido e não marcadores de sexo que refletem o sexo atribuído no nascimento e, os estados devem disponibilizar uma multiplicidade de opções de marcadores de gênero.³⁹¹ Isso decorre do Princípio 3, o Direito ao Reconhecimento Perante a Lei, que prevê: “Ninguém será submetido a pressão para ocultar, suprimir ou negar sua orientação sexual ou identidade de gênero.” Para implementar o Princípio 3, os estados devem “garantir que existam procedimentos pelos quais todos os documentos de identidade emitidos pelo estado que indiquem o gênero/sexo de uma pessoa – incluindo certidões de nascimento, passaportes, registros eleitorais e outros documentos – reflitam a profunda identidade de gênero autodefinida da pessoa”.³⁹²

A Organização da Aviação Civil Internacional (ICAO), que estabelece regulamentos globais para passaportes de leitura automática, permite três categorias de gênero: feminino, masculino ou “X” para não especificado.³⁹³ De acordo com isso, muitos países atualmente permitem marcadores de gênero “Masculino”, “Feminino” ou “X” em seus passaportes e outros documentos de identidade,

³⁸⁵UN GOLF, parágrafo 117.

³⁸⁶Princípios de Yogyakarta mais 10, Princípio 31A.

³⁸⁷Licença para ser você mesmo, Open Society Foundations, Nova York, 2014, página 20, disponível em <https://www.opensocietyfoundations.org/publications/license-be-yourself>.

³⁸⁸Artigo 2º do Decreto nº. 9-2016, modificado pelo artigo 3º do Decreto nº 7-2018, disponível em: <https://tse.go.cr/pdf/normativa/cedulanuevascaracteristicas.pdf>

³⁸⁹Minha identidade, minha identidade? O impacto dos sistemas de identificação em pessoas trans na Argentina, França e Filipinas, Privacy International, 15 de janeiro de 2021, disponível em: <https://privacyinternational.org/long-read/4372/my-id-my-identity-impact-id-systems-transgender-people-argentina-france-and>.

³⁹⁰Holanda não vê função para marcador de gênero em documentos de identidade, Anistia Internacional, julho de 2020, disponível em: <https://www.hrw.org/news/2020/07/08/netherlands-sees-no-role-gender-marker-id-documents#:~:text=The%20Dutch%20government%20will%20no,against%20se%20há%20é%20qualquer>

³⁹¹Princípios de Yogyakarta mais 10, Princípio 31C.

³⁹²Princípio de Yogyakarta 3C.

³⁹³International Civil Aviation Organization, Working Paper, TECHNICAL ADVISORY GROUP ON MACHINE LEADABLE TRAVEL DOCUMENTS (TAG/MRTD), VIGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO, 2014, página 130, disponível em: https://www.icao.int/Meetings/TAG-MRTD/TagMrtD22/TAG-MRTD-22_WP03-rev.pdf.

incluindo: Argentina, Áustria, Austrália, Canadá, Colômbia, Dinamarca, Alemanha, Islândia, Irlanda, Índia, Malta, Nepal, Holanda e Nova Zelândia.³⁹⁴ O marcador de gênero X é a opção de terceiro gênero mais comum; mas alguns países oferecem diferentes opções de terceiro gênero. Por exemplo, o Nepal oferece a opção de “O” para “outros” e a Índia oferece a opção de “T” para Transgêneros nos passaportes e “outros” nos títulos de eleitor.³⁹⁵ No entanto, o problema com marcadores de gênero não-binários além de “X” é que eles não são reconhecidos internacionalmente pelas diretrizes atuais da ICAO. Outros países, portanto, não são obrigados a aceitar documentos de viagem com marcadores de gênero diferentes de F, M ou X.³⁹⁶

Alguns especialistas afirmam que fornecer apenas uma terceira opção de gênero pode ser insuficiente para abranger toda a diversidade de gênero, incluindo identidades regionais e culturais específicas. Portanto, uma abordagem mais inclusiva seria aumentar as opções para as pessoas autodefinirem sua identidade de gênero.³⁹⁷ Por exemplo, ao pesquisar para fins estatísticos, a Nova Zelândia inclui a opção “Outro sexo (especifique)”.³⁹⁸ Assim, os formuladores de políticas podem considerar a possibilidade de fornecer mais de três opções de gênero nos documentos de identidade. Se um país oferece uma multiplicidade de opções de marcadores de gênero, idealmente, as mesmas opções devem ser fornecidas em todos os documentos de identidade para evitar confusão quando uma pessoa apresenta várias formas de identificação. No entanto, se um país oferece opções além de “M, F ou X”, os formuladores de políticas devem considerar como isso se alinha com os padrões da ICAO e as ramificações para viagens internacionais.

Orientação: Responda às perguntas abaixo sobre o uso de sexo ou fabricantes de gênero em carteiras de identidade nacionais, passaportes e carteiras de motorista. As opções podem ser encontradas na legislação, regulamento de execução ou nos formulários de registro/renovação. Na seção de comentários, discuta se a estrutura legal está alinhada com as melhores práticas e quaisquer emendas recomendadas à lei.

a. Marque se os seguintes documentos de identidade incluem marcadores de sexo ou marcadores de sexo, ou nenhum :

- i. Carteira de identidade nacional: _____ Marcador de sexo _____ Marcador de gênero _____
Nenhum
- ii. Passaporte: _____ Marcador de sexo _____ Marcador de gênero _____ Nenhum
- iii. Carteira de motorista: _____ Marcador de sexo _____ Marcador de gênero _____
Nenhum

Citação(ões):

Comentários:

b. Se marcadores de sexo ou marcadores de gênero estiverem contidos em documentos de identidade, descreva as opções de marcadores de sexo ou marcadores de gênero

³⁹⁴Como a letra X está mudando o jogo para os viajantes – e o que isso pode significar para os EUA, CNN, 17 de março de 2021, disponível em: <https://www.cnn.com/travel/article/countries-with-third-gender-x-passports/index.html> .

³⁹⁵ILGA Europe, Modelos de registro de gênero não-binário na Europa, setembro de 2018, p. 17, disponível em: <https://www.ilga-europe.org/resources/ilga-europe-reports-and-other-materials>

³⁹⁶ILGA Europe, Modelos de registro de gênero não-binário na Europa, setembro de 2018, p. 17.

³⁹⁷Licença para ser você mesmo, Open Society Foundations, página 21, disponível em

<https://www.opensocietyfoundations.org/publications/license-be-yourself>

³⁹⁸Stats NZ, padrão estatístico para gênero, sexo e variações de características sexuais, disponível em:

<https://www.stats.govt.nz/methods/statistical-standard-for-gender-sex-and-variations-of-sex-characteristics>

disponíveis para uso em cada tipo de documento de identidade (endereço de carteiras de identidade nacionais, passaportes e carteiras de motorista):

Citação(ões):

Comentários:

5. Documentos de Identidade: Processo de alteração de gênero e nome em documentos de identidade (incluindo registro de nascimento)

Melhor Prática: De acordo com o Princípio 31, O Direito ao Reconhecimento Legal, todos devem ter o direito de alterar as informações de gênero em documentos de identidade, incluindo marca de gênero e nome, se informações de gênero forem incluídas em tais documentos. Uma pessoa deve poder alterar seu gênero e nome, inclusive para um nome de gênero neutro, em documentos de identidade por meio de um processo administrativo simples, rápido e de baixo custo.

Especificamente, os estados devem:

- i. "eu. Garantir um mecanismo rápido, transparente e acessível que reconheça e afirme legalmente a identidade de gênero autodefinida de cada pessoa;
- ii. Disponibilizar uma multiplicidade de opções de marcadores de gênero;
- iii. Garantir que nenhum critério de elegibilidade, como intervenções médicas ou psicológicas, diagnóstico psicomédico, idade mínima ou máxima, situação econômica, saúde, estado civil ou parental, ou qualquer outra opinião de terceiros, seja um pré-requisito para a mudança de nome, sexo ou gênero legal;
- iv. Certifique-se de que o registro criminal de uma pessoa, status de imigração ou outro status não seja usado para impedir uma mudança de nome, sexo legal ou gênero."³⁹⁹

a. Rápido, transparente e acessível:

Para obter um processo rápido e acessível, idealmente, os registradores civis e de identidade locais devem ser autorizados a alterar o marcador de sexo/gênero em um documento de identidade emitido pelo governo, incluindo uma certidão de nascimento. Uma pessoa não deve ser obrigada a obter primeiro uma ordem judicial antes de se candidatar ao escrivão, pois os processos judiciais são demorados, onerosos e onerosos.⁴⁰⁰ Em muitos países e jurisdições, uma pessoa cisgênero precisa apenas solicitar ao registrador para alterar seu nome em uma certidão de nascimento e outros documentos de identidade. De acordo com os princípios de igualdade, nos últimos anos, muitos países e jurisdições revogaram os requisitos para buscar uma ordem judicial para alterar o nome e o sexo, incluindo Argentina, Austrália, Bolívia, Brasil, estado da Califórnia, Chile, Costa Rica, Dinamarca, Malta, Nova Zelândia e Uruguai, entre outros. No entanto, se um país deve manter um processo judicial devido a restrições em seu sistema legal, o processo judicial deve ser rápido, transparente e acessível.

Além disso, o custo do pedido de mudança de gênero e nome deve ser baixo e equivalente ao custo cobrado de uma pessoa cisgênero para mudar seu nome, e não deve exigir a assistência de um advogado ou outras despesas legais onerosas, independentemente de é utilizado um processo administrativo ou judicial.

³⁹⁹ Princípios de Yogyakarta, Princípio 31.B e 31.C.

⁴⁰⁰UN GOLF, no parágrafo 202.

O processo de registro deve ser transparente e não discricionário. A lei deve apresentar claramente os requisitos legais e os documentos a serem apresentados ao cartório (ou ao tribunal). Deve haver um prazo para o secretário (ou tribunal) aprovar a solicitação se os requisitos legais declarados forem atendidos ou, se não forem atendidos, solicitar as informações necessárias. Se todos os requisitos forem atendidos, o secretário (ou tribunal) deve ser obrigado a aprovar o pedido. O registrador (ou tribunal) não deve ter poder discricionário para negar um pedido quando os requisitos legais são cumpridos.⁴⁰¹

O período de tempo necessário para efetuar uma alteração de nome e gênero em documentos de identidade para uma pessoa transexual deve ser igual ao período de tempo necessário para alterar um nome em documentos de identidade para uma pessoa cisgênero. Longos períodos de espera antes que a emenda seja efetuada devem ser revogados. Por exemplo, na Dinamarca, uma pessoa pode alterar o seu nome e sexo no registro civil apresentando uma declaração, mas o registro só é alterado após um período de espera de 6 meses, o que pretende garantir que o pedido não se baseia em impulso e para proteger contra possíveis abusos ou fraudes.⁴⁰² Forçar uma pessoa a manter uma identidade legal que é incongruente com sua identidade de gênero autodeterminada por mais tempo do que o necessário viola os princípios de Yogyakarta.

b. Nenhuma intervenção médica ou psicológica necessária ou diagnóstico

Princípio 3, O Direito ao Reconhecimento Perante a Lei, deixa claro: “Ninguém será obrigado a se submeter a procedimentos médicos, incluindo cirurgia de mudança de sexo, esterilização ou terapia hormonal, como requisito para o reconhecimento legal de sua identidade de gênero.” O Princípio 18, O Direito à Proteção contra o Abuso Médico, afirma ainda que “a orientação sexual e a identidade de gênero de uma pessoa não são, por si mesmas, condições médicas e não devem ser tratadas, curadas ou suprimidas”. De acordo com esses princípios e o Princípio 31, as leis não devem exigir que uma pessoa seja submetida a quaisquer intervenções médicas ou psicológicas para mudar sua identidade de gênero. Países e jurisdições que permitem que uma pessoa autodefinia sua identidade de gênero sem qualquer intervenção ou diagnóstico médico ou psicológico incluem, entre outros, Argentina (todos os documentos de identidade), Costa Rica (todos os documentos de identidade), Dinamarca (todos os documentos de identidade), Malta (todos os documentos de identidade), Nova Zelândia (passaportes), Estados Unidos da Califórnia (carteira de habilitação, cartão de seguro social e certidão de nascimento) e Nova York (certidão de nascimento) e Estados Unidos (passaportes).

c. Sem idade mínima ou máxima

Não deve haver requisitos de idade mínima ou máxima para alterar o sexo de uma pessoa nos documentos de identidade. Segundo especialistas, a identidade de gênero começa a tomar forma a partir dos três anos de idade.⁴⁰³ Conforme refletido nos Princípios de Yogyakarta, “em todas as ações relativas às crianças, o melhor interesse da criança deve ser uma consideração primária e uma criança que seja capaz de formar opiniões pessoais tem o direito de expressar essas opiniões livremente, dando-lhes o devido peso na acordo com a idade e maturidade da criança”.⁴⁰⁴ Portanto, um menor que seja capaz de tomar uma decisão informada sobre a mudança de gênero deve ser autorizado a fazê-lo. Tal como acontece com outras ações legais tomadas por um menor, os estados podem exigir o consentimento de um tutor. No entanto, deve haver um processo pelo qual um menor (conforme definido pelas leis do país) possa se opor à retenção injustificada de consentimento por um responsável. Por exemplo, a Lei de Identidade de Gênero da Argentina permite que um menor busque uma ordem judicial quando o consentimento for negado.⁴⁰⁵

d. Nenhuma discriminação, inclusive com base no estado civil ou parental

⁴⁰¹Licença para ser você mesmo, Open Society Foundation, 2014, página 24.

⁴⁰²Licença para ser você mesmo, Open Society Foundation, 2014, página 17.

⁴⁰³Clínica Mayo, Crianças e identidade de gênero: Apoiando seu filho, disponível em: <https://www.mayoclinic.org/healthy-lifestyle/childrens-health/in-depth/children-and-gender-identity/art-20266811>

⁴⁰⁴Princípios de Yogyakarta, Preâmbulo; ver também Princípio 24.D.

⁴⁰⁵Lei de Identidade de Gênero da Argentina, Artigo 5, disponível em: <https://tgeu.org/argentina-gender-identity-law/>

Uma pessoa não deve ser proibida de mudar sua identidade de gênero por ser casada ou ter filhos. Em alguns países, a lei exige que uma pessoa se divorcie se desejar mudar de gênero e pode proibir a pessoa de mudar de gênero se tiver filhos. Isso viola o Princípio 31, conforme estabelecido acima. Também viola o Princípio 24, o Direito de Fundar uma Família, que reconhece que “as famílias existem em diversas formas”.

e. Privacidade/confidencialidade

O Princípio 6 de Yogyakarta, O Direito à Privacidade, inclui o direito de escolher divulgar ou não divulgar informações relacionadas à sua orientação sexual ou identidade de gênero. Os Estados são, portanto, obrigados a “proteger todas as pessoas da divulgação arbitrária ou indesejada, ou da ameaça de divulgação de tais informações por outros”.⁴⁰⁶ Em cumprimento desta obrigação, os Estados devem “(e)garantir que a mudança do nome ou marcador de gênero, enquanto este existir, não seja divulgada sem o consentimento prévio, livre e informado da pessoa em questão, a menos que ordenado por um Tribunal.”⁴⁰⁷ Para proteger a privacidade, os Estados não devem exigir a publicação de uma mudança de gênero e nome, mesmo que, normalmente, uma solicitação de mudança de nome sem mudança de gênero seja publicada.

A Argentina e o Reino Unido fornecem exemplos de boas práticas de privacidade. De acordo com a Lei de Identidade de Gênero da Argentina, depois que o gênero e o nome de uma pessoa são alterados em sua certidão de nascimento, nenhuma outra pessoa pode acessar o registro original sem autorização do interessado ou autorização judicial. Além disso, embora as mudanças de nome sejam normalmente publicadas em jornais, a publicação não é necessária no caso de mudança de gênero.⁴⁰⁸

De acordo com a Lei de Reconhecimento de Gênero do Reino Unido de 2004, é uma ofensa, punível com multa de nível mais alto, para uma pessoa que adquiriu informações protegidas sobre o pedido de reconhecimento de gênero de uma pessoa trans ou gênero anterior divulgar essas informações para outra pessoa. As disposições abrangem informações protegidas adquiridas a título oficial por funcionários públicos, empregadores atuais e potenciais e prestadores de serviços profissionais. Além disso, ao se candidatar a um emprego em que a verificação é necessária, há um procedimento administrativo que permite que pessoas transgênero sejam verificadas pelo Criminal Records Bureau (CRB) sem ter que divulgar nomes anteriores a um empregador. O candidato pode simplesmente fornecer ao seu potencial empregador seu nome atual e o CRB pesquisará registros sob seu nome atual e anterior sem nunca divulgar a mudança de gênero/nome ao empregador. Existem apenas circunstâncias limitadas em que as informações de mudança de gênero podem ser divulgadas, incluindo consentimento e ordem judicial.⁴⁰⁹

Uma mudança de marcador de gênero deve permanecer confidencial mesmo após a morte de uma pessoa. Observe, no entanto, que as leis relativas à confidencialidade dos relatórios de autópsia podem entrar em conflito com esse objetivo. Alguns países e jurisdições disponibilizam relatórios de autópsia ao público, pois isso permite que o público examine as tendências de saúde em mortes não naturais. Outros países tratam os relatórios de autópsia como informações confidenciais de saúde, disponíveis apenas para aqueles com interesse legítimo. Os relatórios de autópsia contêm uma grande quantidade de informações e podem incluir as características físicas do corpo e genitais, se relevantes para o caso ou necessárias para identificar o falecido. Portanto, se uma morte for encaminhada ao sistema médico-legal de investigação de óbitos (MLDI) para autópsia, e o país ou jurisdição disponibilizar as autópsias ao público, uma mudança de gênero pode ser revelada inadvertidamente. (Consulte o capítulo do kit de ferramentas MLDI para obter mais informações sobre a confidencialidade dos relatórios de autópsia.)

f. Os critérios para mudança de gênero e nome estão alinhados entre as agências

⁴⁰⁶Princípio de Yogyakarta 6.F.

⁴⁰⁷Princípios de Yogyakarta mais 10, Princípio 6.H., p.18.

⁴⁰⁸Lei de Identidade de Gênero da Argentina, Artigo 9, disponível em: <https://tgeu.org/argentina-gender-identity-law/>

⁴⁰⁹Reino Unido, Lei de Reconhecimento de Gênero, Artigo 22, disponível em: <https://www.legislation.gov.uk/ukpga/2004/7/contents>

Os requisitos acima devem se aplicar igualmente a todas as agências governamentais que emitem documentos de identidade e os critérios para alteração de gênero e nome em vários documentos de identidade devem ser alinhados entre as agências.

Alguns países têm critérios diferentes para alterar o gênero e o nome em vários documentos de identidade. Por exemplo, pode haver critérios mais rigorosos e onerosos para alterar uma certidão de nascimento do que um passaporte. Como resultado, as pessoas trans podem ter documentos de identidade incongruentes. Isso pode causar confusão e potencialmente discriminação e recusa de serviços, pois os prestadores de serviços podem se recusar a autenticar a identidade de um titular de documentos de identidade incongruentes. Portanto, os processos entre agências devem empregar critérios semelhantes.

Orientação: Responda às perguntas abaixo sobre o processo de alteração de gênero e nome em documentos de identidade, incluindo certidão de nascimento, carteira de identidade nacional (se houver), passaporte, carteira de motorista e quaisquer outros documentos de identidade emitidos pelo governo (se expressamente previstos na lei). Observe qualquer diferença nos procedimentos de mudança de gênero e nome nesses vários documentos de identidade. Na seção de comentários, discuta se a estrutura legal está alinhada com as melhores práticas e quaisquer emendas recomendadas à lei.

-
- a. Descreva se um registrador (ou outro funcionário administrativo do governo equivalente) pode aprovar uma mudança de nome e gênero em documentos de identidade.** Indique especificamente: 1) se uma pessoa pode solicitar tal mudança de um registrador sem uma ordem judicial, 2) se o registrador deve aprovar um pedido que atenda aos requisitos ou se o registrador tem poder discricionário para rejeitar um pedido, e 3) se um registrador deve buscar -nível de aprovação antes de fazer a mudança solicitada. Aborde especificamente o processo de mudança de gênero e nome nos seguintes documentos de identidade, observando quaisquer processos diferentes.
- i. Certidão de nascimento:
 - ii. Carteira de identidade nacional:
 - iii. Passaporte:
 - iv. Carteira de motorista:
 - v. Quaisquer outros documentos e processos de identificação emitidos pelo governo (como cartão de eleitor, cartão de saúde, etc.)

Citação(ões):

Comentários:

- b. Descreva quaisquer períodos de espera e taxas (incluindo honorários advocatícios) para alteração de gênero e nome em documentos de identidade.** Aborde especificamente os períodos de espera para os seguintes documentos de identidade, observando quaisquer diferenças nos períodos de espera.
- i. Certidão de nascimento:
 - ii. Carteira de identidade nacional:
 - iii. Passaporte:
 - iv. Carteira de motorista:

- v. Quaisquer outros documentos e processos de identificação emitidos pelo governo (como cartão de eleitor, cartão de saúde, etc.)

Citação(ões):

Comentários:

c. São necessárias intervenções médicas ou psicológicas para alterar o gênero e o nome nos documentos de identidade? Aborde especificamente quaisquer intervenções necessárias para os seguintes documentos de identidade, observando quaisquer diferenças.

- i. Certidão de nascimento:
- ii. Carteira de identidade nacional:
- iii. Passaporte:
- iv. Carteira de motorista
- v. Quaisquer outros documentos e processos de identificação emitidos pelo governo (como cartão de eleitor, cartão de saúde, etc.)

Citação(ões):

Comentários:

d. Descreva quaisquer requisitos de idade mínima ou máxima para solicitar uma mudança de gênero e nome nos documentos de identidade . Se for necessário o consentimento dos pais ou tutores para um menor, indique se a retenção do consentimento pode ser contestada em tribunal ou administrativamente. Aborde especificamente quaisquer requisitos de idade para os seguintes documentos de identidade, observando quaisquer requisitos diferentes.

- i. Certidão de nascimento:
- ii. Carteira de identidade nacional:
- iii. Passaporte:
- iv. Carteira de motorista:
- v. Quaisquer outros documentos e processos de identificação emitidos pelo governo (como cartão de eleitor, cartão de saúde, etc.)

Citação(ões):

Comentários:

e. Descreva quaisquer restrições ou requisitos baseados no estado civil ou parental . Aborde especificamente as restrições ou requisitos para os seguintes documentos de identidade, observando quaisquer diferenças.

- i. Certidão de nascimento:
- ii. Carteira de identidade nacional:
- iii. Passaporte:

- iv. Carteira de motorista:
- v. Quaisquer outros documentos e processos de identificação emitidos pelo governo (como cartão de eleitor, cartão de saúde, etc.)

Citação(ões):

Comentários:

f. As mudanças de gênero e nome nos documentos de identidade são mantidas em sigilo? Aborde especificamente quem pode acessar as informações sobre mudança de gênero (e mudança de nome que a acompanha) em bancos de dados governamentais. Aborde também se a lei proíbe a divulgação de informações de gênero/nome a terceiros sem o consentimento do indivíduo ou uma ordem judicial. Aborde especificamente as regras de confidencialidade para mudanças de gênero/nome nos seguintes registros e bancos de dados, observando quaisquer diferenças nas regras.

- i. Mudança de sexo/nome no registro de nascimento:
- ii. Alteração de gênero/nome no registro do Bilhete de Identidade Nacional:
- iii. Mudança de gênero/nome no banco de dados do Passaporte:
- iv. Alteração de sexo/nome na base de dados de cartas de condução:
- v. Mudança de gênero/nome em quaisquer outros bancos de dados governamentais notáveis relacionados a documentos de identificação (como cartão de eleitor, cartão de saúde, etc.)
- vi. Relatórios de autópsia:

Citações

Comentários:

6. Documentos de Identidade: Processo de Alinhamento de Gênero e Nome em Todos os Documentos de Registro Civil e Identidade

Melhor Prática: Depois que uma pessoa altera seu gênero e nome em um documento de identidade ou registro civil (como uma carteira de identidade nacional ou uma certidão de nascimento), deve haver um processo simples e rápido para alinhar gênero e nome em todos os outros documentos de registro civil (incluindo casamento registros) e documentos de identidade emitidos pelo governo (como carteira de motorista, passaporte, título de eleitor, cartão nacional de saúde, etc.), independentemente de esses documentos serem emitidos em nível nacional ou subnacional.

Uma alteração de um documento fundamental, como uma certidão de nascimento ou carteira de identidade nacional, deve desencadear um processo de alteração de outros documentos de identidade, independentemente de estar em uso um sistema baseado em papel ou eletrônico. Isso é possível se os critérios para mudança de gênero e nome em vários documentos de identidade, bem como as opções de marcadores de gênero, estiverem alinhados entre as agências, conforme discutido acima.

A Lei de Identidade de Gênero da Argentina é um exemplo de boa prática. Existe um processo simples de uma etapa para solicitar uma mudança de sexo e nome, solicitando ao Escritório Nacional de

Estatísticas Vitais, que informa o Registro Civil para emitir uma nova certidão de nascimento e carteira de identidade nacional.⁴¹⁰ O Escritório Nacional de Estatísticas Vitais também informa o Registro Eleitoral apropriado, o Registro Nacional de Registros Criminais e outros órgãos governamentais sobre a mudança de gênero e nome para que esses bancos de dados sejam atualizados adequadamente. Observe que esse tipo de requisito – para uma agência informar outras agências – pode ser implementado em sistemas baseados em papel, bem como em sistemas eletrônicos.

Nos países que mantêm um registro de população eletrônico, uma alteração de gênero e nome na certidão de nascimento e/ou na carteira de identidade nacional deve ser compartilhada com o registro popular, que pode então compartilhar as informações com todos os outros bancos de dados aos quais está vinculado. (Para mais informações sobre Registros de Populações, veja o Kit de Ferramentas Capítulo 10).

Orientação: Responda à pergunta abaixo sobre o alinhamento de gênero e nome em todos os documentos de identidade emitidos pelo governo. Na seção de comentários, discuta se a estrutura legal está alinhada com as melhores práticas e quaisquer emendas recomendadas à lei.

-
- a. **Descreva o processo, se houver, para alinhar o gênero e o nome de uma pessoa em todos os outros documentos de identidade emitidos pelo governo após uma mudança de gênero e nome em um documento de identidade básico, como uma certidão de nascimento ou uma carteira de identidade nacional.** Se o seu país mantém um registro populacional, informe se o registro populacional é usado para alinhar gênero e nome em bancos de dados governamentais.

Citação(ões):

Comentários:

7. Documentos de Identidade: Número de Vezes que se Pode Mudar de Gênero/Nome

Melhor prática: Não há boas práticas internacionais estabelecidas sobre o número de vezes que uma pessoa pode mudar de gênero e nome em documentos de identidade. (Da mesma forma, não existe uma melhor prática internacional apenas para mudança de nome. As práticas e restrições do país variam muito, desde proibir totalmente as mudanças de nome, regular o número de mudanças de nome, até permitir mudanças ilimitadas de nome.)

As práticas diferem entre os países em relação ao número de vezes que uma pessoa pode mudar de gênero e nome. Na Argentina, existe um processo administrativo simples para mudar o gênero e o nome pela primeira vez. No entanto, se uma pessoa deseja alterar seu nome e sexo uma segunda vez (ou mais), deve buscar uma ordem judicial.⁴¹¹ Em Malta, uma pessoa pode mudar de sexo na certidão de nascimento apenas uma vez, a menos que a pessoa fosse menor de idade quando a primeira mudança foi feita.⁴¹² No estado de Victoria, na Austrália, uma pessoa não pode alterar seu gênero no registro de nascimento mais de uma vez em um período de 12 meses.⁴¹³

⁴¹⁰Lei de Identidade de Gênero da Argentina, Seção 10, disponível em: <https://tgeu.org/argentina-gender-identity-law/>

⁴¹¹Argentina, Lei de Identidade de Gênero, Artigo 8.

⁴¹²Lei de Identidade de Género, Expressão de Género e Características de Sexo de Malta, artigo 8.º, n.º 2.

⁴¹³Victoria, Austrália, Lei de Registro de Nascimentos, Óbitos e Casamentos de 1996, Seções 30A e 30B, disponível em: <https://www.legislation.vic.gov.au/in-force/acts/births-deaths-and-marriages-registration-act-1996/039>

Orientação: Responda à pergunta abaixo sobre o número de vezes que uma pessoa pode mudar seu gênero e nome em documentos de identidade. Na seção de comentários, discuta se a estrutura legal está alinhada com as melhores práticas e quaisquer emendas recomendadas à lei.

-
- a. **Descreva quaisquer limites no número de vezes que uma pessoa pode alterar seu gênero e nome no registro de nascimento e nos documentos de identidade emitidos pelo estado**. Endereço certidões de nascimento, carteiras de identidade nacionais (se aplicável) e passaportes.

Citação(ões):

Comentários:

8. Documentos de Identidade: Códigos/Números de Identidade Exclusivos (UIC/UIN)

Melhor Prática : Os Códigos de Identidade Exclusivos (UICs) não devem conter um caractere que identifique o sexo de uma pessoa.

Um código de identidade exclusivo (UIC) é uma sequência de caracteres numéricos ou alfanuméricos atribuídos a um indivíduo por toda a vida. Alguns países referem-se a essa sequência de caracteres exclusiva como um número de identidade exclusivo (UIN), em vez de um UIC. Uma pessoa pode ter apenas um UIC/UIN, e cada UIC/UIN é atribuído a apenas um indivíduo. O uso de um UIC/UIN é uma maneira comum de compartilhar informações entre bancos de dados. Em alguns países, o número da carteira de identidade nacional (NID) atende a essa função. Para simplificar, nos referimos a essa sequência de caracteres exclusiva como UIC.

O conteúdo dos caracteres alfanuméricos no UIC tem implicações importantes para a segurança. Quando os UICs foram introduzidos pela primeira vez décadas atrás, as sequências de caracteres eram baseadas em informações pessoais, como data e local de nascimento e, às vezes, sexo (por exemplo, 1 atribuído a masculino e 0 atribuído a feminino). No entanto, sequências de caracteres baseadas em informações pessoais podem ser facilmente compreendidas, permitindo que as informações e/ou o UIC sejam usados de forma fraudulenta ou para fins discriminatórios (por exemplo, se uma pessoa puder ser identificada como refugiada com base no UIC).⁴¹⁴ Portanto, sequências ininteligíveis geradas aleatoriamente são agora preferidas.

Para países que ainda incluem sequências de caracteres com base em informações pessoais em seu UIC/UIN, é particularmente importante que a sequência não contenha um caractere que identifique o sexo ou gênero de uma pessoa. Isso pode levar à discriminação contra aqueles cuja expressão de gênero não corresponde ao sexo ou caráter de gênero na sequência, ou contra aqueles cujo caráter de sexo ou gênero os identifica como trans, intersexo ou "outro". (Para mais informações sobre a atribuição, uso e aposentadoria de UICs, veja o Kit de Ferramentas Capítulo 4 – Registro de Nascimento e Óbito – Seção 10).

Orientação: Responda a pergunta abaixo sobre as sequências de UIC/UINs. Na seção de comentários, discuta se a estrutura legal está alinhada com as melhores práticas e quaisquer emendas recomendadas à lei.

-
- a. **O UIC (ou outro número de identificação exclusivo emitido pelo governo em uso no país) tem um caractere na sequência que identifica o sexo ou gênero de uma pessoa?**

⁴¹⁴UN GOLF, par. 441.

Citação(ões):

Comentários:

REGISTRO DE ÓBITO

9. Registro de Óbito: Opções de Gênero no Registro de Óbito

Melhor Prática: A identidade de gênero autodefinida de um falecido deve ser registrada no atestado médico da causa da morte, registro de óbito e atestado de óbito.

Em muitos países, o sexo relatado de um falecido é determinado pelo médico que preenche o atestado médico da causa da morte (MCCD), ou pelo médico legista, médico legista ou médico que trabalha com autoridades de investigação médico-legal de óbito (consulte o Capítulo 12 para obter mais informações sobre investigação de óbito). No entanto, as características físicas de um falecido podem não se correlacionar com o gênero autoidentificado do falecido, pois apenas uma pequena porcentagem de indivíduos transgêneros autoidentificados passa por cirurgia de redesignação de gênero. Além disso, alguns documentos de identificação do falecido podem diferir do indicado no registro de nascimento. Nessas circunstâncias, os médicos enfrentam desafios para determinar o sexo apropriado para entrar no MCCD.

Para resolver esta situação, algumas jurisdições, incluindo o estado americano da Califórnia e o Distrito de Columbia,⁴¹⁵ adotaram legislação que fornece um processo para garantir que a identidade de gênero do falecido seja refletida no MCCD, registro de óbito e certidão de óbito. A lei da Califórnia exige que o médico certificador registre o sexo do falecido para refletir a identidade de gênero do falecido (como feminino, masculino ou não binário) conforme relatado pelo informante (por exemplo, um membro da família ou qualquer pessoa que possa fornecer as informações necessárias, incluindo o agente funerário ou unidade de saúde). No entanto, se forem apresentados ao médico certos documentos legais especificados (como certidão de nascimento, carteira de motorista ou passaporte) mostrando uma identidade de gênero diferente, o médico deve registrar o gênero refletido nesses documentos. Alternativamente, se os documentos especificados não forem apresentados, o médico deve refletir o gênero indicado pela pessoa ou pela maioria das pessoas com controle sobre a disposição dos restos mortais.⁴¹⁶

A lei do Distrito de Columbia adota uma abordagem diferente. Essa lei permite que um indivíduo pré-designe sua identidade ou expressão de gênero com o Registrador antes da morte do indivíduo. Se o falecido não pré-designou sua identidade de gênero, a lei permite que qualquer pessoa entre com uma petição em tribunal pedindo uma ordem para alterar o gênero no MCCD e na certidão de óbito com base em evidências apresentadas, como testemunho, documentação que registre a memória do falecido transição de gênero, ou qualquer outra evidência de identidade ou expressão de gênero do falecido. Se um tribunal decidir a favor do peticionário que pretende alterar o sexo no MCCD e na certidão de óbito, o MCCD original e a certidão de óbito serão selados e disponibilizados somente mediante ordem judicial, a fim de proteger a privacidade do falecido e seus família.⁴¹⁷

⁴¹⁵Consulte a Lei DC 21-258. Ato de Alteração de Reconhecimento de Identidade de Gênero da Certidão de Óbito de 2016, disponível em: <https://code.dccouncil.us/dc/council/laws/21-258.html>

⁴¹⁶Consulte o Projeto de Lei da Assembléia da Califórnia nº 1577 (conforme emendado pelo Projeto de Lei nº 439), disponível em: https://leginfo.legislature.ca.gov/faces/billNavClient.xhtml?bill_id=202120220AB439

⁴¹⁷Consulte a Lei DC 21-258. Certidão de Óbito Lei de Alteração de Reconhecimento de Identidade de Gênero de 2016, Sec. 2(b) (Alterando a Seção 12(4)(A)).

Orientação: Responda a pergunta abaixo sobre registro de sexo ou gênero no registro de óbito. Na seção de comentários, discuta se a estrutura legal está alinhada com as melhores práticas e quaisquer emendas recomendadas à lei.

-
- a. **A lei fornece um processo para garantir que o MCCD, o registro de óbito e a certidão de óbito de um falecido reflitam a identidade de gênero ou expressão de gênero autodeterminada do falecido?**

Citação(ões):

Comentários:

REGISTRO DE CASAMENTO E DIVÓRCIO

10. Registro de Casamento e União Civil

Melhor Prática: As Nações Unidas declararam inequivocamente: “Os Estados têm a obrigação positiva de fornecer reconhecimento legal aos casais, independentemente de orientação sexual, identidade de gênero e características sexuais, bem como a seus filhos. O reconhecimento legal pode assumir várias formas, desde uniões civis e parcerias civis até casamento.”⁴¹⁸ A posição da ONU é ecoada no Princípio 24 de Yogyakarta, O Direito de Fundar uma Família, que afirma que: “Todos têm o direito de constituir uma família, independentemente da orientação sexual ou identidade de gênero. As famílias existem em diversas formas. Nenhuma família pode ser submetida a discriminação com base na orientação sexual ou identidade de gênero de qualquer um de seus membros”. Para implementar essas obrigações, a ONU pediu aos países que “revoguem todas as leis existentes que regulam o casamento e as uniões civis com base na orientação sexual, identidade de gênero e características sexuais”.⁴¹⁹

Para efetivar esses direitos, as autoridades de registro civil precisarão revisar os formulários de registro de casamento para substituir as categorias de gênero “noiva” e “noivo” por um termo neutro em termos de gênero, como “cônjuge” ou “parceiro” ou outro termo neutro em termos de gênero. a língua do país. Alternativamente, os formulários de registro podem oferecer a cada cônjuge ou companheiro a opção de escolher uma designação de “noiva”, “noivo” ou simplesmente “cônjuge/parceiro” ou outro termo neutro em termos de gênero, e se eles optam por ter essa designação refletida na certidão de casamento .

As autoridades de registro civil podem desejar coletar dados adicionais sobre a identidade de gênero de cada cônjuge/parceiro, pois isso pode fornecer informações estatísticas úteis sobre diversas estruturas familiares. Ao capturar esses dados, as informações de gênero devem refletir a identidade de gênero autodefinida de cada um dos cônjuges/parceiros e permitir pelo menos três opções de gênero. Além disso, os dados de identidade de gênero devem ser enviados anonimamente à agência de estatísticas e não inseridos no registro, para proteger a privacidade pessoal. Alternativamente, as autoridades de registro civil e estatísticas podem decidir dispensar totalmente a recolha da identidade de gênero dos cônjuges e parceiros.

Orientação: Responda a pergunta abaixo sobre registro de casamento/união civil e registro de informações de gênero de cônjuges ou parceiros no registro de casamento ou união civil. Na seção de

⁴¹⁸Nascido Livre e Igual, Escritório de Direitos Humanos do Alto Comissariado das Nações Unidas, 2019 (Segunda Edição), página 73, disponível em: <https://www.ohchr.org/en/issues/discrimination/pages/bornfreeequalbooklet.aspx>

⁴¹⁹Nascido Livre e Igual, Escritório de Direitos Humanos do Alto Comissariado das Nações Unidas, 2019 (Segunda Edição), página 73, disponível em: <https://www.ohchr.org/en/issues/discrimination/pages/bornfreeequalbooklet.aspx>

comentários, discuta se a estrutura legal está alinhada com as melhores práticas e quaisquer emendas recomendadas à lei.

-
- a. A lei oferece reconhecimento legal aos casais, independentemente da orientação sexual, identidade de gênero e características sexuais?** Descreva se o reconhecimento legal é por meio de casamento, união civil ou outra parceria legal.

Citação(ões):

Comentários:

- b. Descreva os termos usados no registro de casamento/união civil e na certidão de casamento/união civil para os cônjuges/parceiros.**

Citação(ões):

Comentários:

- c. Descreva se as informações sobre gênero são coletadas durante o registro .** Se sim, descreva se as informações refletem a identidade de gênero autodefinida de cada uma das partes. Informe também se as informações são anonimizadas e usadas apenas para fins estatísticos ou se as informações são inseridas no registro.

Citação(ões):

Comentários:

11. Registro de Divórcio e Dissolução de União Civil

Melhor Prática: De acordo com o Princípio 24 de Yogyakarta, os estados que reconhecem casamentos do mesmo sexo ou parcerias registradas devem garantir que “qualquer direito, privilégio, obrigação ou benefício disponível para parceiros casados ou registrados de sexo diferente esteja igualmente disponível para parceiros casados ou registrados do mesmo sexo”. Assim, quando parceiros casados ou registrados do mesmo sexo se divorciam ou dissolvem sua união civil, eles devem ter direito aos mesmos direitos, privilégios, obrigações e benefícios disponíveis para parceiros casados ou registrados de sexo diferente.

Para efeitos de registro, o divórcio ou dissolução de uma parceria registada de um casal do mesmo sexo, ou de um casal em que um ou mais parceiros seja de gênero não-binário, deve ser registado da mesma forma que um divórcio ou dissolução de parceria de um diferente -casal de sexo. Especificamente, o tribunal que emite a ordem de divórcio ou dissolução deve enviar as informações sobre o casal e a ordem ao oficial de registro, para que as informações sejam comparadas com o registro de casamento ou parceria registrada. (Ver Toolkit Capítulo 7 para mais informações sobre registro de casamento e divórcio).

Assim como no casamento, os termos de gênero “noiva” e “noivo” devem ser substituídos por um termo de gênero neutro, ou os cônjuges ou parceiros devem ter a opção de escolher “noiva”, “noivo”

ou um termo de gênero neutro , a utilizar no registro e na sentença de divórcio ou certidão de divórcio.

Se as informações de gênero forem coletadas durante o registro do divórcio ou dissolução, as informações devem refletir a identidade de gênero autodefinida de cada uma das partes e permitir opções de terceiro gênero. Essas informações devem ser enviadas anonimamente à agência de estatísticas para proteger a privacidade e não inseridas no registro para proteger a privacidade.

Orientação: Responda a pergunta abaixo sobre registro de divórcio/dissolução de união estável e registro de informações de gênero de cônjuges ou companheiros no registro de divórcio ou dissolução de união civil. Na seção de comentários, discuta se a estrutura legal está alinhada com as melhores práticas e quaisquer emendas recomendadas à lei.

-
- a. Descreva como é registrado o divórcio ou a dissolução de uma parceria registrada de um casal do mesmo sexo.** Informe se o registro do divórcio ou dissolução é registrado da mesma forma que os casais de sexo diferente.

Citação(ões):

Comentários:

- b. Descreva os termos usados para os cônjuges/parceiros na sentença ou certidão de divórcio.**

Citação(ões):

Comentários:

- c. Se as informações sobre gênero forem coletadas durante o registro, indique se as informações devem refletir a identidade de gênero autodefinida de cada uma das partes e permitir opções de terceiro gênero.** Informe também se as informações são enviadas anonimamente ao órgão de estatísticas ou inseridas no cadastro.

Citação(ões):

Comentários:

ESTATÍSTICAS VITAIS

12. Estatísticas Vitais

Melhor Prática: Informações sobre sexo e/ou gênero devem ser coletadas para estatísticas vitais quando relevante e a compilação e geração de estatísticas vitais devem refletir e incluir a multiplicidade de marcadores de sexo e gênero em uso.

Tradicionalmente, “sexo” tem sido um campo de dados importante para muitos tipos de eventos vitais. Por exemplo, o “sexo” de um recém-nascido é registrado no registro de nascimento e o “sexo” de um falecido é registrado no registro de óbito. As informações sobre “sexo” são coletadas

indiretamente no registro de casamento, com coleta de informações sobre “noiva” e “noivo”. Da mesma forma, as informações sobre o “sexo” dos pais de um recém-nascido são coletadas indiretamente por meio da coleta de informações sobre “mãe” e “pai”. De acordo com os princípios de Yogyakarta, os países devem registrar a identidade de gênero autodefinida de uma pessoa, em vez de “sexo”, quando a coleta de “gênero” for o tópico jurídico e/ou estatístico relevante, conforme discutido nas seções acima. No entanto, em alguns casos, como registro de nascimento e coleta de informações sobre “sexo atribuído no nascimento”, “sexo” continua sendo um tópico estatístico relevante e deve ser coletado.

A coleta de informações sobre sexo, orientação sexual e identidade de gênero (SO/GI) pode fornecer informações valiosas para os governos. Há evidências crescentes de desigualdades de saúde LGBTQI impulsionadas pelo estigma, discriminação e violência; ainda muitos aspectos da saúde LGBTQI e seus determinantes são pouco estudados.⁴²⁰ A coleta de dados de SO/GI por meio do registro civil pode ajudar a preencher essas lacunas de pesquisa. Por exemplo, alguns especialistas recomendam que as informações de SO/GI sejam sistematicamente registradas no registro de óbito porque a atual falta de dados sobre SO/GI limita a identificação de disparidades de mortalidade em pessoas LGBTQI.⁴²¹ Portanto, onde os dados de sexo e SO/GI são úteis e relevantes para estatísticas vitais e outras pesquisas, esses dados devem ser coletados.

No entanto, a coleta de informações sobre sexo e SO/GI pode nem sempre ser necessária. Portanto, as agências de registro civil e estatísticas devem fornecer orientação sobre quando a coleta de informações sobre sexo e/ou gênero é relevante e necessária. Um exemplo de tal orientação pode ser encontrado no [site da Statistics New Zealand](#).⁴²²

Por fim, os termos de sexo/gênero usados na coleta de dados de registro de nascimento, casamento e óbito devem estar alinhados com os termos usados na geração de estatísticas vitais. Além disso, se as informações de SO/GI forem coletadas por meio de registro civil, as informações não precisam ser registradas no registro, de acordo com os princípios de privacidade. Em vez disso, os dados devem ser anonimizados e enviados à agência nacional de estatísticas para tabulação de estatísticas vitais. As tabelas de tabulação devem ser revisadas para incluir tabulação por SO/GI quando relevante. (Para mais informações sobre Estatísticas Vitais, consulte o Capítulo 8 do Kit de Ferramentas.)

Orientação: Responda as perguntas abaixo sobre o registro de informações de sexo e SO/GI para fins de estatísticas vitais e tabulação de estatísticas vitais. Na seção de comentários, discuta se a estrutura legal está alinhada com as melhores práticas e quaisquer emendas recomendadas à lei.

-
- a. Descreva qualquer orientação desenvolvida pela agência de estatísticas sobre se e quando coletar informações sobre sexo e SO/GI para fins de estatísticas vitais.**

Citação(ões):

Comentários:

- b. Descreva se as tabelas de tabulação de estatísticas vitais incluem tabulação por gênero em vez de, ou além de, sexo, quando relevante.**

⁴²⁰Advancing LGBTQI Health Research, The Lancet, Vol. 397, 29 de maio de 2021, pp 2031-233, disponível em:

[https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(21\)01057-6/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(21)01057-6/fulltext)

⁴²¹Ann P. Haas, Andrew Lane, e em nome do Grupo de Trabalho para Identificação Postmortem de SO/GI, Coleta de Orientação Sexual e Dados de Identidade de Gênero em Suicídio e Outras Mortes Violentas: Um passo para identificar e abordar as disparidades de mortalidade LGBTQI, *LGBT Health*, março de 2015, pp. 84-87, disponível em:

<https://www.liebertpub.com/doi/10.1089/lgbt.2014.0083>

⁴²²Stats NZ, padrão estatístico para gênero, sexo e variações de características sexuais, disponível em:

<https://www.stats.govt.nz/methods/statistical-standard-for-gender-sex-and-variations-of-sex-characteristics>

Citação(ões):

Comentários:

OUTROS TÓPICOS

13. Coordenação e Integração de Diferentes Sistemas

Melhor Prática: Os governos devem estabelecer um Grupo de Trabalho Técnico (TWG) sobre Identidade de Gênero sob seu Comitê de Coordenação CRVSID mais amplo, para ajudar a padronizar a terminologia, os processos e os critérios entre os sistemas. (Consulte o Capítulo 2, Ambiente favorável, para mais informações sobre mecanismos de coordenação).

Todos os aspectos do registro civil e do sistema de gestão de identidade nacional devem ser alinhados para que: 1) a terminologia de gênero em todos os bancos de dados e plataformas contém as mesmas opções de gênero, e 2) o processo e os critérios para alterar o gênero e o nome de uma pessoa entre agências e sistemas são os mesmos. O primeiro ponto é importante para a interoperabilidade dos sistemas. Se várias agências e sistemas usarem terminologia de gênero diferente, será difícil para as agências enviar e receber informações baseadas em gênero para atualizar seus registros. O segundo ponto é importante porque permite que uma pessoa alinhe seu gênero e nome em todos os seus documentos, conforme discutido acima na Seção 6. Um GTT sobre Identidade de Gênero, com representantes de gênero diverso das várias agências relevantes, ajudará a alcançar esses objetivos.

Orientação : Responda às perguntas abaixo sobre qualquer TWG ou outro mecanismo para ajudar a definir políticas e coordenar processos sobre identidade de gênero e CRVSID. Na seção de comentários, discuta se a estrutura legal está alinhada com as melhores práticas e quaisquer emendas recomendadas à lei.

-
- a. **Existe um comitê de coordenação ou outro mecanismo para alinhar a terminologia, critérios e processos do CRVSID entre agências e sistemas?** Se sim, inclui representação de gênero diverso? Descreva a comissão.

Citação(ões):

Comentários:

14. Responsabilidade e Execução

Melhor Prática: Os registradores civis, registradores de identidade e outros funcionários do governo, como funcionários públicos, devem cumprir fielmente a lei, tratar todas as pessoas com respeito e desempenhar suas funções com não discriminação e esforços de boa fé. Quando um registrador civil, estatístico ou funcionário de gerenciamento de identidade não cumprir suas obrigações ou abusar de sua autoridade, a lei deve prever explicitamente as penalidades.⁴²³ Deve haver procedimentos disciplinares claros e penalidades para casos de má conduta deliberada, como

⁴²³ *Princípios e Recomendações para um Sistema de Estatísticas Vitais, Revisão 3*, Publicação das Nações Unidas, Vendas No.E.13.XVII.10, Nações Unidas, 2014, parágrafo 338 - 339.

não registrar uma mudança de gênero de acordo com a lei e divulgações inadequadas,⁴²⁴ bem como por abuso de poder e discricção. Em casos criminais, o chefe da agência de registro civil, estatística e/ou gerenciamento de identidade deve prestar contas às autoridades competentes de aplicação da lei.⁴²⁵

Orientação: Responda às perguntas abaixo sobre quaisquer penalidades ou sanções impostas a registradores e outros funcionários do governo por não cumprirem as leis de CRVSID. Na seção de comentários, discuta se a estrutura legal está alinhada com as melhores práticas e quaisquer emendas recomendadas à lei.

-
- a. Descreva quaisquer penalidades ou sanções impostas aos registradores civis pelo descumprimento das leis de registro civil.** Observe se há alguma penalidade específica para a recusa de um registrador civil em alterar o gênero de uma pessoa nos registros de registro civil ou divulgação de uma mudança de gênero.

Citação:

Comentários:

- b. Descreva quaisquer penalidades ou sanções impostas aos funcionários de registro de identidade pelo não cumprimento das leis de registro de identidade.** Observe se há alguma penalidade específica para a recusa de um registrador de identidade em alterar o gênero de uma pessoa nos registros de identidade nacionais ou a divulgação de uma mudança de gênero.

Citação:

Comentários:

- c. Existem penalidades pela divulgação indevida de informações confidenciais?**

Citação:

Comentários:

Recursos

Princípios de Yogyakarta

- Princípios Yogyakarta e Princípios Yogyakarta Plus 10, disponíveis em: <https://yogyakartaprinciples.org/>

Publicações das Nações Unidas e Organizações Relacionadas:

⁴²⁴ *Princípios e Recomendações para um Sistema de Estatísticas Vitais, Revisão 3*, Publicação das Nações Unidas, Vendas No.E.13.XVII.10, Nações Unidas, 2014, parágrafo 326.

⁴²⁵ UN GOLF, parágrafo 531.

- Organização Internacional para as Migrações, Glossário Completo de Termos para descrever orientação sexual, identidade de gênero, expressão de gênero e características sexuais, atualizado em novembro de 2020, disponível em: <http://www.unglobe.org/resources>
- Diretrizes sobre um Marco Legislativo para Registro Civil, Estatísticas Vitais e Gestão de Identidade, Nações Unidas, 2019, disponíveis em: <https://unstats.un.org/unsd/demographic-social/standards-and-methods/?topics=Civil%20Registration%20and%20Vital%20Statistics>
- Nascido Livre e Igual, Escritório de Direitos Humanos do Alto Comissariado das Nações Unidas, 2019 (Segunda Edição), disponível em: <https://www.ohchr.org/en/issues/discrimination/pages/bornfreeequalbooklet.aspx>
- Folha de dados: Intersex, Nações Unidas Livres e Iguais, disponível em: <https://www.unfe.org/learn-more/>

Outras Publicações:

- A situação dos direitos fundamentais das pessoas intersexuais , Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia, 2015, disponível em: <http://fra.europa.eu/en/publication/2015/fundamental-rights-situation-intersex-people>
- ILGA Europe, Modelos de registro de gênero não-binário na Europa, setembro de 2018, disponível em: <https://www.ilga-europe.org/resources/ilga-europe-reports-and-other-materials>
- Licença para ser você mesmo, Open Society Foundations, Nova York, 2014, disponível em: <https://www.opensocietyfoundations.org/publications/license-be-yourself>
- Minha identidade, minha identidade? O impacto dos sistemas de identificação em pessoas trans na Argentina, França e Filipinas, Privacy International, 15 de janeiro de 2021, disponível em: <https://privacyinternational.org/long-read/4372/my-id-my-identity-impact-id-systems-transgender-people-argentina-france-and>
- Quão Comum é o Intersexo? Sociedade Intersexual da América do Norte, disponível em: <https://isna.org/faq/frequency/>
- Stat NZ, Padrão estatístico para gênero, sexo e variações de características sexuais, abril de 2021, p.23, disponível em: <https://www.stats.govt.nz/methods/statistical-standard-for-gender-sex-and-variations-of-sex-characteristics>
- Advancing LGBTQI Health Research, The Lancet, Vol. 397, 29 de maio de 2021, pp 2031-233, disponível em: [https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(21\)01057-6/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(21)01057-6/fulltext)
- Ann P. Haas, Andrew Lane, e em nome do Grupo de Trabalho para Identificação Postmortem de SO/GI, Coleta de Orientação Sexual e Dados de Identidade de Gênero em Suicídio e Outras Mortes Violentas: Um passo para identificar e abordar as disparidades de mortalidade LGBT, LGBT Health, março de 2015, pp. 84-87, disponível em: <https://www.liebertpub.com/doi/10.1089/lgbt.2014.0083>

Leis Seleccionadas:

- Lei de Identidade de Gênero da Argentina, disponível em: <https://tgeu.org/argentina-gender-identity-law/>
- Projeto de Lei da Assembléia da Califórnia nº 1577 (conforme emendado pelo Projeto de Lei nº 439), disponível em: https://leginfo.legislature.ca.gov/faces/billNavClient.xhtml?bill_id=20210220AB439
- Lei 21-258 do Distrito de Columbia, Lei de Alteração de Reconhecimento de Identidade de Gênero da Certidão de Óbito de 2016, disponível em: <https://code.dccouncil.us/dc/council/laws/21-258.html>
- Malta Gender Identity, Gender Expression and Sex Characteristics Act, disponível em: <https://tgeu.org/gender-identity-gender-expression-sex-characteristics-act-malta-2015/>

Casos Judiciais Internacionais

Corte Interamericana de Derechos Humanos, Parecer Consultivo OC-24/17, de 24 de novembro de 2017, solicitado pela República da Costa Rica : Identidade de gênero e igualdade e não discriminação de casais do mesmo sexo

Obrigações do Estado relativas à mudança de nome, identidade de gênero e direitos derivados de uma relação entre casais do mesmo sexo (Interpretação e alcance dos artigos 1(1), 3, 7, 11(2), 13, 17, 18 e 24, in relação ao artigo 1, da Convenção Americana sobre Direitos Humanos); disponível em: https://www.corteidh.or.cr/docs/opiniones/seriea_24_eng.pdf

Sites:

- Nações Unidas Livres e Iguais: <https://www.unfe.org/>
- ILGA World: A Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Intersexuais: <https://ilga.org/>
- Campanha de Direitos Humanos: <https://www.hrc.org/>

Capítulo

12

Registro da População

Por que é importante: Nem todos os países mantêm um registro populacional. No entanto, para aqueles que o fazem, o registro da população é essencialmente uma base de dados informatizada com um registro separado para cada indivíduo residente no país e, em muitos países, também para cidadãos residentes no exterior. O registro contém informações ou ligações com vários outros bancos de dados governamentais, incluindo o sistema de registro civil, sistema de identidade nacional e outros. A principal função do registro da população é fornecer informações confiáveis para fins administrativos do governo. Se um registro da população for mantido, esta seção contém tópicos-chave que devem ser abordados na lei.

Introdução

Nem todos os países mantêm um registro populacional. Para aqueles que o fazem, o cadastro populacional é essencialmente um sistema informatizado com informações atualizadas para cada indivíduo residente no país. A "população residente" inclui todas as pessoas dentro do território do país, independentemente do status de cidadania. Em muitos países, o registro da população também contém informações referentes a pessoas que não são residentes habituais do país, como cidadãos residentes temporariamente no exterior, emigrados, falecidos ou desaparecidos.⁴²⁶ The system contains information from, or linkages to, various government databases, including the civil registration system, the national identity system, and others. A principal função do registro da população é fornecer informações confiáveis para fins administrativos do governo.

Este capítulo abrange os seguintes tópicos:

1. Método de Compartilhamento de Dados: Dados Mesclados ou Vinculados
2. Agência Responsável pelo Cadastro da População
3. Informações Compartilhadas pelas Autoridades de Registro Civil e de Registro de Identidade com o Registro da População
4. Informações Compartilhadas entre Outras Agências e o Registro da População
5. Compartilhamento de Dados: Frequência e Proteção de Dados

1. Método de compartilhamento de dados: dados mesclados ou vinculados

Boa Prática: Existem dois tipos principais de métodos para compartilhar informações com um registro de população: fusão e vinculação.

Em um registro de população mesclado, as informações são compartilhadas de vários bancos de dados governamentais e armazenadas no registro de população. Nesse tipo de sistema, todas as informações compartilhadas sobre uma determinada pessoa são mescladas em um arquivo pessoal no cadastro da população. No entanto, os registros de população mesclados apresentam um risco de privacidade devido à grande quantidade de informações consolidadas em um só lugar.⁴²⁷ Existe o risco de que uma pessoa com acesso ao sistema, para uma finalidade específica e conjunto de informações, possa acessar outras informações não necessárias para essa finalidade. Portanto, na última década houve uma tendência de afastamento das bases de dados mescladas.

Em sistemas de registro populacional vinculados, as informações de várias agências governamentais não são mescladas em um arquivo pessoal. Em vez disso, os registros e bancos de dados do governo são vinculados para que qualquer informação específica desejada seja acessível a uma agência autorizada no momento em que uma informação específica for necessária.⁴²⁸ Nesse tipo de sistema, as informações são armazenadas em diferentes bancos de dados e vinculadas e compartilhadas apenas quando surge uma finalidade e necessidade específicas.⁴²⁹

Existem diferentes maneiras de vincular bancos de dados. Uma maneira de vincular é usar um UIC para que cada banco de dados específico do setor possa compartilhar informações com qualquer outro banco de dados específico do setor (como mostrado na Figura 1 abaixo). As Informações Seleccionadas são

⁴²⁶Nações Unidas, Princípios e Recomendações para um Sistema de Estatísticas Vitais, Revisão 3, Nova York, 2014, Pará. 454.

⁴²⁷Gelb e Diófasi, Documento de Discussão Preliminar sobre o Futuro da Identificação e Desenvolvimento, Centro de Desenvolvimento Global, 2015, página 29.

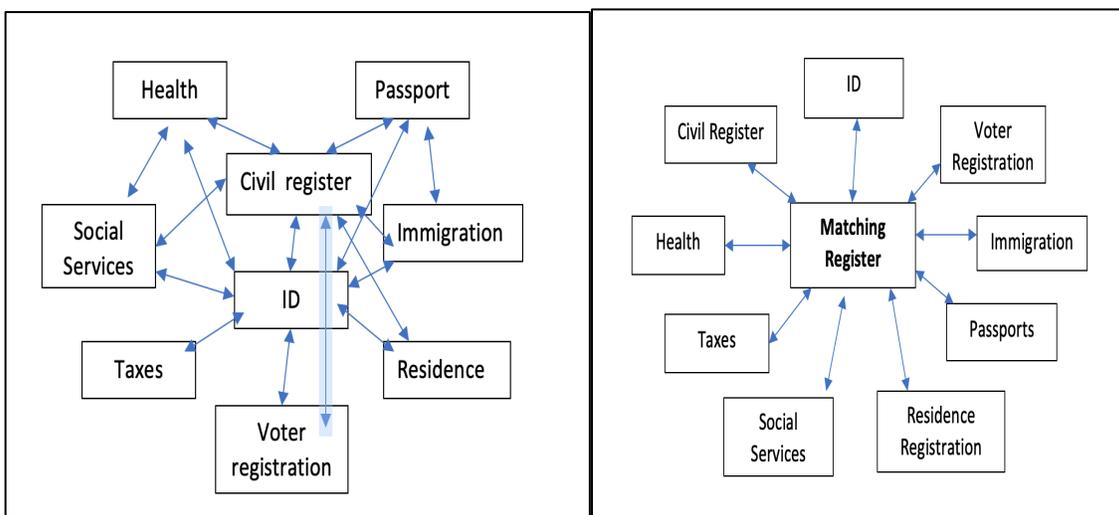
⁴²⁸Consulte Nações Unidas, Princípios e Recomendações para um Sistema de Estatísticas Vitais, Revisão 3, Nova York, 2014, parágrafo 469.

⁴²⁹Nações Unidas, Diretrizes para o Marco Legislativo do Registro Civil, Estatísticas Vitais e Sistemas de Gestão de Identidade, Nova York, 2019, Pará. 104.

compartilhadas entre bancos de dados, mediante solicitação, para uma finalidade específica; no entanto, as informações solicitadas não são armazenadas no banco de dados que está solicitando as informações.

Outra maneira de vincular é através de um registro de correspondência. Nesse tipo de sistema vinculado, cada banco de dados específico do setor contém apenas um número específico do setor para o indivíduo, não um UIC. Para solicitar informações, é usado um registro de correspondência intermediário que contém o UIC e os números específicos do setor para todos na população (conforme mostrado na Figura 2 abaixo). Quando uma solicitação de informação é feita, o registrador de correspondência corresponde ao número específico do setor com o UIC e, em seguida, transmite a solicitação ao banco de dados com as informações necessárias, correspondendo a esse número específico do setor. A informação é então retransmitida de volta da mesma maneira. Armazenar o UIC separado, mas ao lado, de outros bancos de dados funcionais permite a correspondência e vinculação de dados deliberadas para fins aprovados, mas adiciona uma camada de segurança se houver uma violação de dados.⁴³⁰

Figura 1: Sistema Vinculado – Usando UIC **Figura 2: Sistema Vinculado - Usando um Registro de Correspondência**



Orientação: Descreva se as informações do registro populacional são mescladas de informações de vários bancos de dados ou se as informações são armazenadas em vários bancos de dados e vinculadas por meio de um UIC ou outros meios. Se for usado um sistema vinculado, descreva se as informações são compartilhadas diretamente ou por meio de um registro de correspondência. Na seção de comentários, descreva se a lei está de acordo com as boas práticas e anote quaisquer recomendações para reforma regulatória.

a. O cadastro da população é um cadastro mesclado ou um sistema vinculado?

Citação:

Comentários:

⁴³⁰Implementação da Agenda de Identidade Jurídica das Nações Unidas, Diretrizes Operacionais da Equipe Nacional das Nações Unidas, maio de 2020, parágrafo 98.

- b. Se um sistema vinculado é usado, as informações são compartilhadas diretamente entre bancos de dados por meio do uso de um UIC ou um registro intermediário de correspondência é usado para combinar números específicos do setor com um UIC?**

Citação:

Comentários:

2. Agência Responsável pelo Cadastro da População e População Relevante

Boa prática: As agências encarregadas de operar e manter um sistema de registro da população diferem de um país para outro. Por exemplo, um registro de população mesclado pode ser de responsabilidade do Ministério do Interior, Assuntos Internos ou Justiça, ou das estatísticas ou autoridade fiscal. Em alguns países, a entidade responsável pela manutenção do registro da população pode ser a mesma entidade responsável pelo registro civil e/ou registro do bilhete de identidade nacional.⁴³¹ Em um sistema vinculado, o sistema de operações computadorizado que conecta vários bancos de dados pode estar sob um ministério ou agência responsável pela tecnologia da informação e comunicação (TIC) ou outra agência.

Em um sistema mesclado, o cadastro populacional teria um arquivo de dados de todas as pessoas residentes no país, independentemente do status de cidadania. Muitos países também incluem cidadãos que residem no exterior em um registro de população mesclado. Para sistemas vinculados, os dados podem ser compartilhados (para fins legítimos e definidos) por qualquer pessoa em qualquer um dos bancos de dados vinculados.

Orientação: Informe o órgão responsável pelo cadastro da população. Descreva quais dados são mantidos em um registro de população mesclado (por exemplo, cidadãos, todas as pessoas que residem no território de um país, cidadãos fora do território do país) ou cujos dados estão vinculados em um sistema vinculado. Na seção de comentários, descreva se a lei está de acordo com as boas práticas e anote quaisquer recomendações para reforma regulatória.

a. Informe o órgão responsável pelo registro da população.

Citação:

Comentários:

- b. Descreva quais dados são mantidos em um registro de população mesclado ou cujos dados estão vinculados em um sistema vinculado.**

Citação:

Comentários:

⁴³¹Nações Unidas, Diretrizes para o Marco Legislativo do Registro Civil, Estatísticas Vitais e Sistemas de Gestão de Identidade, Nova York, 2019, Pará. 471.

3. Informação compartilhada pelas Autoridades de Registro Civil e de Registro de Identidade com o Registro da População

Boa prática: O conteúdo do sistema de registro da população varia de país para país e de acordo com o tipo de sistema mantido. Nos sistemas vinculados, cada banco de dados do governo contém apenas as informações relevantes para aquele setor, conforme discutido acima.

Em sistemas combinados, o registro da população geralmente contém o nome de uma pessoa e seus pais, data e local de nascimento, endereço residencial e UIC.⁴³² Um registro de população mesclado também geralmente contém informações sobre o status legal de um indivíduo (como cidadania, status de residência legal, status de imigração e emigração) e status civil (ou seja, casado, solteiro, divorciado).

Para os nascidos no país, a primeira entrada em um sistema de cadastro populacional acontece no nascimento. Após o registro de nascimento, a agência de registro civil compartilha fatos básicos sobre uma criança (nome, país, local/data de nascimento e UIC) para o registro da população mesclada, ou compartilha o UIC com o registro de correspondência, se um registro de correspondência for usado. O compartilhamento de UIC logo após a sua atribuição é essencial, pois permite que o sistema de registro da população se relacione com outras bases de dados e mantenha informação continuamente atualizada sobre a população.⁴³³

A autoridade de registro civil também pode compartilhar informações sobre o fato da ocorrência de outros eventos vitais - casamento, divórcio, adoção, legitimação, reconhecimento e morte - para um registro de população mesclado, ou enviar informações relevantes específicas para autoridades específicas em um sistema vinculado (por exemplo, enviar informações de registro de óbito para a autoridade de identificação para desativar uma identidade após a morte). Isso mantém o sistema de registro da população atualizado sobre o estado civil de uma pessoa.⁴³⁴

As práticas dos países variam em relação a quais informações são compartilhadas pelo sistema de identidade nacional para um registro de população mesclado. Essas informações geralmente incluem quais documentos de identidade foram emitidos, como carteira de identidade nacional, passaporte ou carteira de motorista. Em alguns países, os dados biométricos são compartilhados, em outros não são compartilhados devido a questões de privacidade.⁴³⁵ Como a identidade deve ser autenticada por meio do sistema de gerenciamento de identidade, e não do registro da população, geralmente não há necessidade de mesclar a biometria em um registro da população. Por motivos de proteção de dados e privacidade pessoal, é recomendável permitir a vinculação e o uso de dados biométricos apenas conforme necessário para uma finalidade específica autorizada.

Orientação: Descreva quais informações são compartilhadas pelas autoridades de registro civil e de registro de identidade nacional com o registro da população. Na seção de comentários, descreva se a lei está de acordo com as boas práticas e anote quaisquer recomendações para reforma regulatória.

a. Descreva as informações compartilhadas pela autoridade de registro civil com o registro da população.

⁴³²Nações Unidas, Manual de Registro Civil e Sistemas de Estatísticas Vitais: Gestão, Operação, Manutenção, Revisão 1, 2018, parágrafo 443.

⁴³³Nações Unidas, Diretrizes para o Marco Legislativo do Registro Civil, Estatísticas Vitais e Sistemas de Gestão de Identidade, Nova York, 2019, Pará. 474.

⁴³⁴Nações Unidas, Diretrizes para o Marco Legislativo do Registro Civil, Estatísticas Vitais e Sistemas de Gestão de Identidade, Nova York, 2019, Pará. 475.

⁴³⁵Nações Unidas, Diretrizes para o Marco Legislativo do Registro Civil, Estatísticas Vitais e Sistemas de Gestão de Identidade, Nova York, 2019, Pará. 476.

Citação:

Comentários:

- b. Descreva as informações compartilhadas pelo sistema de identidade nacional com o registro da população.**

Citação:

Comentários:

4. Informações compartilhadas entre outras agências e o Registro da População

Boa prática: Muitos outros registros funcionais (tais como registro de residência, registro de eleitores, autoridade fiscal, imigração, etc.) também podem compartilhar e receber informações do sistema de registro de população.⁴³⁶ Para quem não nasceu no país, a primeira entrada no sistema de registro da população geralmente acontece quando uma pessoa imigra para um país e recebe um UIC. Nesse momento, a agência de imigração enviaria suas informações básicas para um registro de população mesclado ou enviaria o UIC atribuído ao registro correspondente em tal sistema vinculado.

Orientação: Descreva quais informações são compartilhadas entre outras agências e o cadastro da população. Indique a agência e as informações compartilhadas. Na seção de comentários, descreva se a lei está de acordo com as boas práticas e anote quaisquer recomendações para reforma regulatória.

- a. Descreva os demais órgãos e bancos de dados que compartilham informações com o sistema de cadastro populacional.** Descreva as informações, se conhecidas.

Citação:

Comentários:

5. Compartilhamento de dados: frequência e proteção de dados

Boa prática: A lei deve abordar a frequência de compartilhamento de registros dos órgãos de registro civil e de gestão de identidade, bem como de outros órgãos apropriados, se for usado um registro de população mesclado. A frequência do compartilhamento de dados dependerá do grau de digitalização e integração entre os sistemas. Em um sistema mesclado que não é totalmente digitalizado, as informações podem ser carregadas e enviadas de acordo com um cronograma fixo; por exemplo, diariamente, semanalmente ou mensalmente. No entanto, em sistemas totalmente digitalizados e integrados nas plataformas das agências, pode ser que as informações sejam compartilhadas continuamente e em tempo real. Em outras palavras, quando as informações especificadas são inseridas em um banco de dados, elas

⁴³⁶Nações Unidas, Diretrizes para o Marco Legislativo do Registro Civil, Estatísticas Vitais e Sistemas de Gestão de Identidade, Nova York, 2019, Pará. 477.

são automaticamente inseridas no registro da população. Por exemplo, em tal sistema, quando a autoridade de registro civil insere informações sobre um novo nascimento no registro de nascimento, o nome, data e local de nascimento e o nome dos pais seriam inseridos no registro de população mesclado naquele momento.

Os sistemas vinculados funcionam de maneira diferente. Em um sistema vinculado, as informações de um banco de dados são compartilhadas com outro banco de dados do governo apenas “conforme necessário”. Apenas as informações mínimas necessárias são compartilhadas com a pessoa ou escritório autorizado e apenas pelo tempo necessário para cumprir a finalidade especificada. Os dados recebidos não são armazenados no banco de dados de recebimento. Esse sistema protege mais a privacidade pessoal do que um sistema mesclado porque as informações disponíveis para qualquer funcionário do governo individual são limitadas em conteúdo e tempo.

Independentemente da forma de compartilhamento de dados, a lei deve prever o compartilhamento seguro de informações, incluindo criptografia de ponta a ponta. Consulte o Capítulo 11 para obter mais informações sobre privacidade pessoal e procedimentos de proteção de dados.

Orientação: Descreva o processo de compartilhamento de dados para todas as agências relevantes, incluindo a agência de registro civil, agência nacional de identidade e quaisquer outras agências que compartilhem dados. Descrever se existem procedimentos para privacidade pessoal e proteção de dados. Na seção de comentários, descreva se a lei está de acordo com as boas práticas e anote quaisquer recomendações para reforma regulatória.

- a. **Processo para compartilhamento de dados entre o sistema de registro de população e outros bancos de dados**, incluindo a frequência de atualização de dados (se conhecida) e procedimentos para proteção de dados durante a transmissão (como criptografia).

Citação:

Comentários:



Capítulo

13

Privacidade Pessoal e Proteção de Dados

Por que é importante: Registro Civil, Estatísticas Vitais e Sistemas de Gerenciamento de Identidade contêm uma riqueza de informações pessoais. A proteção desses dados contra acesso acidental e não autorizado, perda, destruição e adulteração é fundamental para a confiança do público, bem como para o funcionamento eficiente e eficaz desses sistemas.

Introdução

Registro Civil, Estatísticas Vitais e Sistemas de Gerenciamento de Identidade contêm uma riqueza de informações pessoais. Embora os princípios de privacidade sempre se apliquem a dados pessoais armazenados em registros civis em papel, estatísticas vitais e sistemas de gerenciamento de identidade, a digitalização de dados deu origem a novas preocupações devido ao volume de dados pessoais coletados, usados e armazenados; a gama de análises envolvendo dados pessoais; o valor e a disponibilidade global de dados pessoais; e ameaças à privacidade pessoal de hackers e outros acessos e usos não autorizados. Com a ligação dos sistemas nacionais de identificação, muitos dos quais contêm informações biométricas, aos sistemas de registro civil, a proteção dos dados pessoais torna-se ainda mais crucial.

Devido a essas preocupações, nos últimos anos muitos países e organizações adotaram leis e princípios de proteção de dados. Em 2013, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) adotou as *Diretrizes de Privacidade*, que atualizaram as diretrizes anteriores de 1980. Estas *Diretrizes de Privacidade* são aplicáveis a coletores de dados públicos e privados. Em abril de 2016, a União Europeia adotou o *Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD)*, que entrou em vigor em maio de 2018 e se aplica a todos os coletores de dados públicos e privados nos países membros da UE, incluindo sistemas CRVSID. O Banco Mundial e os principais parceiros desenvolveram *Princípios de Identificação para o Desenvolvimento Sustentável*, centrados nos temas de inclusão, design e governança, que enquadram seu trabalho de identificação para o desenvolvimento. Reconhecendo a necessidade de proteção de dados pessoais, a ONU adotou *Dados Pessoais e Princípios de Privacidade* em outubro de 2018, que se aplicam a todos os dados pessoais armazenados ou processados por ou em nome das Organizações do Sistema das Nações Unidas na realização de suas atividades mandatadas.⁴³⁷

As *Diretrizes de Privacidade da OSCE*, o *GDPR da UE* e os *Dados Pessoais da ONU* e os *Princípios de Privacidade* têm muito em comum; eles contêm conceitos amplos de proteção de dados e privacidade pessoal semelhantes. Idealmente, um país tem uma lei geral de proteção de dados que incorpora esses conceitos. Se tal lei existir, a legislação CRVSID ou a lei geral de proteção de dados deve indicar como as disposições de uma lei geral de proteção de dados se aplicam especificamente aos registros nos sistemas CRVSID; pois a aplicação desses conceitos a bancos de dados públicos, legalmente obrigatórios (como sistemas CRVSID) pode diferir dos sistemas privados de coleta de dados e outros sistemas governamentais. Se não existir uma lei geral de proteção de dados, a legislação de CRVSID deve conter disposições que apliquem esses conceitos de forma a prever a proteção de informações pessoais contidas em registros de CRVSID, permitindo ainda usos administrativos autorizados.

Abaixo estão estabelecidos os *Princípios de Privacidade e Dados Pessoais da ONU*, com uma explicação sobre como eles podem ser aplicados aos sistemas CRVSID para garantir a proteção e privacidade de dados pessoais, enquanto ainda permitem que os sistemas CRVSID funcionem de forma eficaz e cumpram os propósitos pretendidos.

Este capítulo abrange os seguintes tópicos:

1. Processamento Justo e Legítimo
2. Especificação da Finalidade
3. Proporcionalidade e Necessidade
4. Retenção
5. Precisão
6. Confidencialidade
7. Segurança
8. Transparência
9. Transferências
10. Responsabilidade

⁴³⁷Nações Unidas, *Diretrizes para o Marco Legislativo do Registro Civil, Estatísticas Vitais e Sistemas de Gestão de Identidade*, Nova York, 2019, Pará. 51-52, 498.

Princípios da ONU de Proteção de Dados e Privacidade

1. Processamento Justo e Legítimo

Melhor Prática: Processamento justo e legítimo significa que os dados devem ser processados de maneira justa, com base no consentimento da pessoa cujos dados são coletados ou com base em regras estabelecidas.

Os sistemas de registro civil e de registro de identidade cumprem o princípio de tratamento justo e legítimo quando os dados são recolhidos com base nas leis estabelecidas. Essas leis devem especificar os dados a serem coletados e processados por meio do registro civil e do registro de identidade.⁴³⁸ Observe que os campos de dados a serem coletados geralmente estão contidos em formulários autorizados pela lei, e não pela própria lei. Isso se alinha com as boas práticas.

A biometria só deve ser coletada se autorizada por lei. Por exemplo, se uma lei de identificação autoriza a coleta de dados biográficos, mas o sistema de identificação agora coleta dados biométricos sem que a lei seja alterada para autorizar isso, essa prática violaria o princípio de uso justo e legítimo.

Orientação: Descrever se os dados durante o registro civil e o registro de identidade são coletados com base em leis ou regras estabelecidas. Na seção de comentários, descreva se a lei está alinhada com as melhores práticas e anote quaisquer recomendações para reforma regulatória.

-
- a. **A coleta dos dados de registro civil e de identidade respeita o princípio do tratamento justo e legítimo?** Em outras palavras, os dados coletados são baseados em leis ou regras estabelecidas?

Citações:

Comentários:

2. Especificação da Finalidade

Melhor prática: O princípio de especificação de finalidade exige que os dados sejam processados apenas para a finalidade especificada.

Para cumprir o princípio de especificação de finalidade, a legislação deve definir claramente as finalidades para as quais os dados serão usados, como fins legais, estatísticos e administrativos. A lei deve ser escrita de forma ampla o suficiente para cobrir todos os propósitos legítimos para os quais os dados são usados. O uso de dados além desses propósitos viola o princípio de especificação de propósito.

Orientação: Descreva se as leis que regem o registro civil e o registro de identidade especificam claramente a finalidade para a qual os dados são processados. Na seção de comentários, observe se o uso de dados na prática vai além dos propósitos especificados em lei.

-
- a. **As leis de registro civil e de identidade especificam claramente a finalidade para a qual os dados serão usados?** Os dados são usados para outros fins que não os especificados?

Citações:

Comentários:

⁴³⁸Nações Unidas, Diretrizes para o Marco Legislativo do Registro Civil, Estatísticas Vitais e Sistemas de Gestão de Identidade, Nova York, 2019, Pará. 501.

3. Proporcionalidade e Necessidade

Melhor Prática: O princípio da proporcionalidade e da necessidade exige que o tratamento de dados pessoais seja relevante, limitado e adequado ao necessário em relação às finalidades especificadas do tratamento de dados pessoais.

Uma ampla gama de informações é coletada durante o registro de eventos vitais para cumprir as funções legais, estatísticas e administrativas do registro civil. A informação legal é armazenada e mantida no registro civil, devendo esta informação limitar-se ao que for necessário para as funções legais do registro civil. Em outras palavras, o registro civil deve conter informações básicas sobre o evento vital e as pessoas envolvidas. Conforme discutido no Capítulo de Estatísticas Vitais, Seção 6, uma quantidade muito maior de informações é coletada para a geração de estatísticas vitais. Essas informações são enviadas anonimamente ao órgão de estatísticas e não devem ser armazenadas no registro civil.

Para registro de credenciais de identidade, as informações coletadas devem ser mantidas no mínimo necessário para registrar, validar e autenticar uma identidade - por exemplo, nome, informações biográficas limitadas e qualquer biometria (se autorizada por lei).⁴³⁹

Orientação: Responda às perguntas abaixo sobre se os dados coletados e armazenados para registro civil e registro de identidade estão de acordo com o princípio da proporcionalidade e necessidade. Na seção de comentários, descreva se a lei está alinhada com as melhores práticas e anote quaisquer recomendações para reforma regulatória.

a. Os dados colhidos e armazenados no registro civil limitam-se apenas às informações necessárias para efeitos legais?

Citações:

Comentários:

b. Os dados coletados durante o registro de identidade são limitados apenas ao que é relevante e necessário para fins de registro, validação e autenticação de identidade?

Citações:

Comentários:

4. Retenção

Melhor Prática: O princípio de retenção exige que os dados sejam retidos apenas pelo tempo necessário para os fins especificados.

É uma boa prática manter registros de registro civil e registro de identidade (incluindo registros no registro da população) permanentemente, mesmo após a morte de uma pessoa, pois isso é necessário para os fins legais do registro civil e de identidade. Portanto, a lei deve autorizar o arquivamento e a retenção permanente desses registros. Isso se alinha com o princípio de retenção.

⁴³⁹Nações Unidas, Diretrizes para o Marco Legislativo do Registro Civil, Estatísticas Vitais e Sistemas de Gestão de Identidade, Nova York, 2019, Pará. 503.

Orientação: Descrever se as leis que regem o registro civil e o registro de identidade autorizam a retenção permanente de registros. Na seção de comentários, descreva se a lei está alinhada com as melhores práticas e anote quaisquer recomendações para reforma regulatória.

- a. **As leis de registro civil e de registro de identidade autorizam a retenção permanente de registros?**

Citações:

Comentários:

5. Precisão

Melhor prática: O princípio da exatidão exige que os dados sejam exatos e, quando necessário, atualizados para cumprir as finalidades especificadas.

Este princípio exige que as leis permitam que os indivíduos corrijam ou alterem seus dados pessoais no registro civil e registros de identidade por meio de processos autorizados. Esses processos devem ser de fácil acesso e rápidos e eficientes, pois isso permite que os registros sejam mantidos atualizados e precisos. Assim, as leis devem estabelecer processos administrativos, em vez de processos judiciais, na medida do possível (Ver Capítulo 3, Seção 12, sobre correções e emendas).

Orientação: Descrever se as leis que regem o registro civil e o registro de identidade permitem a correção e alteração de dados pessoais de forma eficiente e rápida. Na seção de comentários, descreva se a lei está alinhada com as melhores práticas e anote quaisquer recomendações para reforma regulatória.

- a. **As leis de registro civil permitem a correção ou alteração eficiente e rápida de dados pessoais?**

Citações:

Comentários:

- b. **As leis de registro de identidade permitem a correção ou alteração eficiente e rápida de dados pessoais?**

Citações:

Comentários:

6. Confidencialidade

Melhor prática: O princípio da confidencialidade exige que os dados sejam tratados com o devido respeito pela confidencialidade.

Os registradores civis e de identidade devem ser obrigados, por lei, a proteger a confidencialidade dos dados pessoais. Adicionalmente, para o registro civil, apenas aqueles com interesse legítimo devem ser autorizados a obter certidões de eventos vitais ou extratos certificados de registros de registro civil. Além disso, as credenciais de identidade não devem conter em seu rosto, ou incorporadas digitalmente,

qualquer informação confidencial de uma forma que permita que pessoas sem interesse legítimo acessem essas informações.

Orientação: Responda as questões abaixo. Na seção de comentários, descreva se a lei está alinhada com as melhores práticas e anote quaisquer recomendações para reforma regulatória.

- a. **Os registradores civis e de identidade são obrigados, por lei, a proteger a confidencialidade dos dados pessoais?**

Citações:

Comentários:

7. Segurança

Melhor prática: O princípio de segurança exige que medidas e procedimentos organizacionais, administrativos, físicos e técnicos apropriados sejam implementados para proteger a segurança dos dados pessoais, inclusive contra ou contra acesso não autorizado ou acidental, danos, perdas ou outros riscos apresentados pelo processamento de dados.

Diferentes categorias de funcionários do governo e pessoas não-governamentais – incluindo registro civil, gerenciamento de identidade e outros funcionários do governo; fornecedores, contratados e pesquisadores independentes; e usuários institucionais privados – possuem necessidades diversas de acesso e uso de dados dos sistemas CRVSID. As leis (incluindo SOPs) devem permitir o uso legítimo de dados para atender às necessidades do governo e, ao mesmo tempo, proteger a segurança desses dados.⁴⁴⁰

Funcionários do Governo : Para proteger contra acesso não autorizado ou acidental por funcionários do governo – incluindo registradores civis e de identidade e outros – procedimentos devem ser implementados, ou o sistema deve ser projetado, para limitar o acesso apenas aos dados necessários para a função ou tarefa específica em questão.⁴⁴¹ Para garantir que apenas o pessoal autorizado acesse os dados, alguns sistemas são projetados de forma a manter automática e continuamente um registro do pessoal que acessa os registros.⁴⁴² Isso ajuda a garantir que as políticas implementadas sejam cumpridas.

Pesquisadores independentes: Em alguns casos, pesquisadores acadêmicos ou independentes podem solicitar acesso ao registro civil ou outros dados para fins legítimos de pesquisa. Quaisquer dados transferidos para pesquisadores independentes devem ter as informações de identificação removidas e o uso dos dados deve estar sujeito a um acordo de confidencialidade do usuário.⁴⁴³

Contratantes e Fornecedores: As agências de registro civil e gerenciamento de identidade podem precisar contratar empresas de tecnologia e outros fornecedores para realizar funções específicas do sistema. O acesso dos fornecedores e contratados aos dados deve ser limitado apenas ao que for essencial para realizar a tarefa exigida. Além disso, o acesso deve estar sujeito a um contrato entre a agência

⁴⁴⁰Nações Unidas, Diretrizes para o Marco Legislativo do Registro Civil, Estatísticas Vitais e Sistemas de Gestão de Identidade, Nova York, 2019, Pará. 507.

⁴⁴¹ *Manual de Registro Civil e Sistemas de Estatísticas Vitais: Gestão, Operação, Manutenção, Revisão 1*, parágrafo 485 - 488.

⁴⁴²Nações Unidas, Diretrizes para o Marco Legislativo do Registro Civil, Estatísticas Vitais e Sistemas de Gestão de Identidade, Nova York, 2019, Pará. 513.

⁴⁴³ *Princípios e Recomendações para um Sistema de Estatísticas Vitais, Revisão 3*, Publicação das Nações Unidas, Vendas No.E.13.XVII.10, Nações Unidas, 2014, parágrafos 269, 299.

governamental e o fornecedor que defina quais dados podem ser acessados, como podem ser acessados e processados e limitando a capacidade do fornecedor/contrato de armazenar e reter esses dados.⁴⁴⁴

Instituições Privadas : Instituições privadas, como bancos, hospitais particulares e outras, podem usar o sistema de gerenciamento de identidade para autenticação de indivíduos. Os meios para autenticar uma identidade devem garantir que a instituição privada não tenha a capacidade de coletar e armazenar dados de identidade, mas tenha apenas a capacidade de autenticar a identidade do indivíduo no momento da solicitação.⁴⁴⁵

Transmissão e Armazenamento: Os dados são particularmente vulneráveis durante a transmissão (incluindo vinculação) e, portanto, medidas como criptografia de ponta a ponta devem ser implementadas para proteger os dados durante a transmissão.⁴⁴⁶ To ensure against accidental loss of data during storage and archiving, there should be protocols for maintenance and backup systems.⁴⁴⁷

Orientação: Responda as questões abaixo. Na seção de comentários, analise se a lei e os procedimentos em vigor estão alinhados com as melhores práticas e anote as recomendações de reforma.

- a. Para funcionários do governo, o acesso a dados pessoais é restrito apenas ao necessário para a tarefa específica em questão? Os logs de acesso são mantidos?**

Citação:

Comentários:

- b. Para pesquisadores independentes, os dados são anonimizados e sujeitos a acordos de usuário e confidencialidade?**

Citação:

Comentários:

- c. Para contratantes e fornecedores, o acesso aos dados é limitado apenas ao necessário para a tarefa especificada e está sujeito a acordos de usuário e confidencialidade?**

Citação:

Comentários:

- d. Para instituições privadas que usam serviços de autenticação de identidade, os sistemas são projetados para impedir a coleta e armazenamento de dados de identidade?**

Citação:

⁴⁴⁴Nações Unidas, Diretrizes para o Marco Legislativo do Registro Civil, Estatísticas Vitais e Sistemas de Gestão de Identidade, Nova York, 2019, Pará. 511.

⁴⁴⁵Nações Unidas, Diretrizes para o Marco Legislativo do Registro Civil, Estatísticas Vitais e Sistemas de Gestão de Identidade, Nova York, 2019, Pará. 512.

⁴⁴⁶Nações Unidas, Diretrizes para o Marco Legislativo do Registro Civil, Estatísticas Vitais e Sistemas de Gestão de Identidade, Nova York, 2019, Pará. 515.

⁴⁴⁷ *Manual de Registro Civil e Sistemas de Estatísticas Vitais: Gestão, Operação, Manutenção, Revisão 1*, 2018, parágrafo 251.

Comentários:

- e. **Descreva a medida para proteger os dados durante a transmissão e armazenamento**, incluindo criptografia, backup e armazenamento, se conhecido.

Citação:

Comentários:

8. Transparência

Melhor prática: O processamento de dados pessoais deve ser realizado com transparência para os titulares dos dados.

Todas as pessoas têm o direito de saber como os seus dados de registro civil e de identidade são recolhidos, utilizados, armazenados e partilhados. Para ajudar a garantir a transparência do processamento de dados pessoais, a lei deve permitir reclamações administrativas e recursos judiciais de decisões de funcionários do governo que infrinjam a transparência.⁴⁴⁸

Orientação: Descreva os procedimentos que permitem contestar a decisão de qualquer registrador em relação a dados pessoais. Na seção de comentários, descreva se a lei está de acordo com as boas práticas e anote quaisquer recomendações para reforma regulatória.

- a. **Descreva quaisquer procedimentos que permitam reclamações administrativas e recurso judicial de decisões de funcionários de registro civil e registro de identidade.**

Citação:

Comentários:

9. Transferências

Melhor prática: O princípio de transferência exige que os dados possam ser transferidos para terceiros somente se o coletor de dados se certificar de que o terceiro oferece proteção adequada para os dados pessoais.

Esse princípio tem implicações para o compartilhamento de dados transfronteiriço, como o compartilhamento de dados entre registradores nacionais, o que é útil para manter atualizados os registros civis, de identidade e de população. A legislação deve exigir que os sistemas CRVSID possam compartilhar dados com outro país se esse país fornecer um nível adequado de proteção de dados. Se um país não tiver leis de proteção de dados adequadas, os dados só devem ser compartilhados de acordo com as salvaguardas apropriadas, como um acordo de confidencialidade e proteção de dados obrigatório.

⁴⁴⁸Nações Unidas, Diretrizes para o Marco Legislativo do Registro Civil, Estatísticas Vitais e Sistemas de Gestão de Identidade, Nova York, 2019, Pará. 519-520.

Este princípio de transferência também pode ter implicações para transferências de dados dentro de um país se outras agências governamentais ou entidades não governamentais ou do setor privado não estiverem sujeitas às mesmas regras de proteção de dados que o sistema CRVSID. Este pode ser o caso se um país não tiver uma lei geral de proteção de dados. Nesse caso, as leis do CRVSID devem exigir que os registros civis e os registros de gerenciamento de identidade possam ser compartilhados com outras agências governamentais apenas sujeitos a um acordo de confidencialidade e proteção de dados obrigatório.⁴⁴⁹

Orientação: Descreva quaisquer leis, políticas ou regras que estabeleçam padrões em relação a quem os dados podem ser transferidos e observe se esses padrões exigem que os cessionários tenham políticas de proteção de dados adequadas. Na seção de comentários, descreva se a lei está de acordo com as boas práticas e anote quaisquer recomendações para reforma regulatória.

- a. **Descreva as políticas de transferência de dados, incluindo regras que exigem que os cessionários tenham políticas adequadas de proteção de dados pessoais em vigor.**

Citação:

Comentários:

10. Responsabilidade

Melhor prática: O princípio de responsabilidade exige que as entidades que coletam dados tenham políticas e mecanismos adequados para aderir a todos os princípios acima. Para cumprir o princípio de responsabilidade, os sistemas CRVSID devem estar sujeitos a leis gerais de proteção de dados que reflitam os princípios acima, ou as próprias leis CRVSID devem refletir esses princípios. Além disso, prever sanções e penalidades por violação dos princípios de proteção de dados garante que os registradores e outras entidades e pessoas governamentais e não governamentais sejam responsabilizados pela conformidade.⁴⁵⁰

Orientação: Descreva quaisquer penalidades ou sanções impostas a registradores civis e de identidade e outros por violar requisitos de privacidade e segurança de dados pessoais. Na seção de comentários, descreva se a lei está de acordo com as boas práticas e anote quaisquer recomendações para reforma regulatória.

- a. **Descreva quaisquer penalidades ou sanções impostas a registradores civis e de identidade por violar requisitos de privacidade e segurança de dados pessoais.**

Citação:

Comentários:

⁴⁴⁹Nações Unidas, Diretrizes para o Marco Legislativo do Registro Civil, Estatísticas Vitais e Sistemas de Gestão de Identidade, Nova York, 2019, Pará. 521.

⁴⁵⁰Nações Unidas, Diretrizes para o Marco Legislativo do Registro Civil, Estatísticas Vitais e Sistemas de Gestão de Identidade, Nova York, 2019, Pará. 520, 522.